



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**

**CÉSAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN**

**O INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE ARRAIAS (1958-1982):  
TRAJETÓRIA, MEMÓRIAS E CULTURA ESCOLAR**

**GOIÂNIA - GO**

**2021**

**CÉSAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN**

**O INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE ARRAIAS (1958-1982):  
TRAJETÓRIA, MEMÓRIAS E CULTURA ESCOLAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida.

**GOIÂNIA - GO**

**2021**

Ficha Catalográfica elaborada por:  
Lana Keren de Mendonça - Bibliotecária CRB1/2486

B843i Bressanin, César Evangelista Fernandes  
O Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias (1958-1982)  
: trajetórias, memórias e cultura escolar / Cesar Evangelista Fernandes  
Bressanin.-- 2021.  
260 f.: il.

Texto em português, com resumo em francês  
Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia,  
2021  
Inclui referências: f. 225-260

1. Memória. 2. Educação. 3. Escolas - Arraias (TO).  
4. Cultura. I. Almeida, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de.  
II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-  
Graduação em Educação - 2021. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37:908(043)



**PUC  
GOIÁS**



**INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE ARRAIAS (1958-1982): TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURA ESCOLAR**  
Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás,  
aprovada em 27 de outubro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida / PUC GOIÁS**

**Prof. Dr. Norberto Dallabrida / UESC**

**Profa. Dra. Celeida Maria Costa de Souza e Silva / UCDB**

**Prof. Dr. José Maria Baldino / PUC Goiás**

**Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro / PUC Goiás**

**Profa. Dra. Jocyleia Santana dos Santos / UFT**

**Prof. Dr. Lizandro Poletto / PUC Goiás**

*[...] o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, para a comunidade de Arraias, foi uma das maiores benesses que a cidade já teve em questão de educação, porque as irmãs formaram a juventude numa média de 30 anos, então assim, às vezes eu fico pensando, conversando com os ex-alunos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes e eles têm paixão pelo Colégio, pelas irmãs. Todo mundo tem uma lembrança para falar de uma irmã, de uma sala de aula, é algo que realmente ficou na memória, na lembrança, na vida de cada uma das pessoas que estudaram ali [...] ali, foi a fonte da sabedoria [...]. Pensar no Instituto Nossa Senhora de Lourdes como um colégio que estava na frente há muitos anos [...]. Por isso eu falo que realmente a gente respirava o colégio, porque elas inspiravam a gente em tudo, no esporte, na solidariedade, na comunidade [...]. Então, todo mundo respeitava, tinha que respeitar uma Instituição dessa porque era envolvida [...]*

*(Magda Suely Pereira Costa, 2021)*

*Ao Deus escondido, vivo e vencedor, meu  
supremo bem que se revela no amor!*

*Para:*

*Antonio Fernandes (in memoriam) e Elena Bressanin*

*Fernandes, meus pais.*

*Minha família Bressanin-Fernandes.*

*Kenia Martins Pimenta Fernandes, minha amada esposa e  
companheira.*

*Ana Cecília Martins Fernandes e Maria Luísa Martins*

*Fernandes, minhas filhas e minha maior herança.*

*Elizabeth Martins Reis, minha sogra.*

*Meus irmãos e irmãs na fé e na caminhada.*

*Os amigos.*

*Os que torceram, rezaram e ficavam perguntando “quando  
termina?”*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, princípio e fim de tudo, louvores e gratidão, constantemente.

À querida Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, por aceitar a missão de me orientar neste percurso do doutorado. Com a senhora eu aprendi, cresci e me tornei melhor. Gratidão pela sua paciência, sabedoria, amabilidade e confiança! Ganhei uma amiga, uma confidente, na verdade, uma mãe!

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pela troca de experiências, pelos ensinamentos e pelo incentivo. De maneira especial ao Prof<sup>o</sup> Dr. José Maria Baldino, que em sua sapiência bem-humorada, da seleção à defesa, lançou luzes no caminho.

À coordenação e colaboradores do PPGE-PUC Goiás pela atenção despendida em minhas solicitações. Aos colegas e companheiros do doutorado e do Grupo de Pesquisa “Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços sociais” pelo caminho intelectual e de investigação que trilhamos. Na pessoa da Prof. Dra. Ana Maria Franco Pereira sou grato a vocês pelo conhecimento compartilhado, pelas aprendizagens e oportunidades.

Aos professores Dallabrida, Celeida, Baldino, Maria do Espírito Santo, Poletto e Jocyléia pela aceitação em comporem a banca examinadora de defesa. Gratidão pela disponibilidade e contribuições!

À Universidade Federal do Tocantins, pelo incentivo.

Ao Valdir Zitzke e à Eleide Belém pelas parcerias.

Ao Frei André e ao Jackson, do Arquivo da Província Dominicana no Brasil, pelo acolhimento e disponibilidade.

Às religiosas anastasianas-dominicanas, Regina, Solanje, Luana, Rosângela, Rosa Amélia, Patrícia, Irenilda, Ana Lúcio, Ana Rita, Valéria e Danize pela atenção, cuidado, hospitalidade e presteza.

Aos muitos colaboradores desta pesquisa que prontamente concederam entrevistas, abriram seus arquivos pessoais e me ajudaram a produzir esta Tese. Gratidão, gratidão, gratidão!!!

Aos servidores do Colégio Joana Batista Cordeiro e da Câmara Municipal de Arraias pela gentileza e interesse pela pesquisa.

À Tânia, Edinon, Marcelo, Mariana e Padre Deusimar pela acolhida e solicitude.

Aos irmãos e irmãs de caminhada na fé pelas orações.

À minha sogra, Elizabeth pela preocupação, incentivo e ajuda.

Às mulheres da minha vida, que deixam meus dias mais iluminados e felizes, que me conhecem e me compreendem: minha esposa Kenia, minhas filhas Ana Cecília e Maria Luísa. Amo vocês!

Enfim, a todos(as) que, direta e indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho, muito obrigado!

## RESUMO

Esta investigação, filiada à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, compõe a Tese de Doutorado em Educação que é uma pesquisa histórica, como um contributo para as investigações em História da Educação e para o campo da História das Instituições Escolares. O objeto da Tese é o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, instituição escolar fundada em Arraias, antigo norte de Goiás, atual estado do Tocantins, pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, a partir de esforços do poder político e público local e da Igreja Católica. O recorte temporal elucida o período de funcionamento da instituição escolar confessional católica anastasiona-dominicana entre fevereiro de 1958 e junho de 1982. À luz dos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural, a Tese objetiva compreender a trajetória histórica do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, seu surgimento e sua consolidação a partir das memórias de seus agentes, de sua cultura escolar e de sua inserção na comunidade local e regional. Elegeram-se alguns problemas de investigação relacionados a uma cidade, Arraias, a uma congregação religiosa católica, Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, a uma escola, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, a uma filosofia educativa, educação anastasiona-dominicana, a um mosaico de vivências e memórias de alunos egressos, professores e religiosas e aos elementos formativos da cultura escolar produzida pela instituição. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo *corpus* escrito está pautado no levantamento, coleta e organização de um conjunto diversificado de documentos oriundos de arquivos institucionais e privados vinculados ao objeto e ao período delimitado na pesquisa. Para a escrita da narrativa histórica, além das fontes documentais catalogadas, constituiu-se um *corpus* oral gerado pela metodologia da História Oral que propiciou fontes orais que foram selecionadas pelo levantamento dos sujeitos envolvidos com a história da instituição e que compartilharam suas memórias. Os estudos e análises das fontes possibilitaram compreender que o Instituto Nossa Senhora de Lourdes ocasionou situações transformadoras na cidade e na região, no campo educacional, sociocultural e religioso, a partir da cultura escolar produzida: os espaços e tempos escolares, as dimensões e saberes, o currículo, a religiosidade, os eventos e festas e as práticas sociais e culturais. O Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi um centro educacional que possibilitou novas visões de mundo, provocou idealizações em seus estudantes, ampliou o horizonte educacional dos sujeitos e incentivou projetos de vida a partir de sua base filosófica e de sua proposta educativa anastasiona-dominicana.

**Palavras-chave:** Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Arraias. Educação. História e Memórias. Cultura escolar.

## ABSTRACT

This investigation falls into the Education, Society and Culture Line of Research of the Post-Graduate program in Education at the Pontifical Catholic University of Goiás. It composes the PhD Thesis in Education as a historical research, and a contribution to the History of Education and History of School Institutions studies. The subject of the thesis is the *Instituto Nossa Senhora de Lourdes*, a school institution from Arraias, former north of Goiás, current state of Tocantins - Brazil. It was founded by the congregation of the Dominican Sisters of Our Lady of the Rosary of Monteils, with the efforts of local political and public powers and the Catholic Church. The time frame regards the period of operation of the anastasian-dominican catholic confessional school institution, from February 1958 to June 1982. In light of the theoretical and methodological assumptions of Cultural History, the thesis aims to understand the historical trajectory of the Nossa Senhora de Lourdes Institute, its emergence and its consolidation from the memories of its agents, its school culture and its insertion in the local and regional community. We arrived at some research problems relating to a city - Arraias -, a catholic religious congregation – the Dominican Sisters Of Our Lady of the Rosary of Monteils -, a school - the Nossa Senhora de Lourdes Institute-, an educational philosophy - anastasian-dominican education -, a mosaic of experiences and memories of graduated students, teachers and nuns, and the formative elements of the school culture produced by the institute. This is a qualitative research, whose written *corpus* is based on the survey, collection and organization of a diverse set of documents from institutional and private archives linked to the subject and the time period established for this research. For the historical narrative, in addition to the catalogued documentary sources, there is an oral *corpus* generated from the Oral History methodology, which provided oral sources that were selected during the survey of subjects involved with the institution's history and who shared their recollections. Studying and analyzing these sources, we realize that the Nossa Senhora de Lourdes Institute triggered transformative situations in the city and region, and in the educational, sociocultural and religious fields because of the school culture they produced: the school spaces and times, the dimensions and knowledge, the curriculum, religiosity, the events and festivities, and the social and cultural practices. The Nossa Senhora de Lourdes Institute was an educational center that enabled fresh worldviews, provoked idealizations in students, broadened the educational horizon of subjects and encouraged life projects as a result of its philosophical basis and its anastasian-dominican educational proposal.

**Keywords:** Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Arraias. Education. History and Memories. School culture.

## RÉSUMÉ

Cette enquête, affiliée à la ligne de recherche Éducation, société et culture, du Programme de troisième cycle en éducation de l'Université pontificale catholique de Goiás, compose la thèse de doctorat en éducation, qui est une recherche historique, en tant que contribution aux enquêtes en histoire de l'éducation et pour le domaine de l'Histoire des Institutions Scolaires. L'objet de la thèse est l'Institut Nossa Senhora de Lourdes, une institution scolaire fondée à Arraias, anciennement au nord de Goiás, état actuel du Tocantins, par la Congrégation des Sœurs Dominicaines de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, sur la base des efforts de la politique et la puissance publique locale et l'Eglise catholique. La chronologie élucide la période de fonctionnement de l'institution scolaire confessionnelle catholique Anastasia-Dominicaine entre février 1958 et juin 1982. À la lumière des hypothèses théoriques et méthodologiques de l'histoire culturelle, la thèse vise à comprendre la trajectoire historique de l'Instituto Nossa Senhora de Lourdes, son émergence et sa consolidation à partir des mémoires de ses agents, sa culture scolaire et son insertion dans la communauté locale et régionale. Certains problèmes de recherche liés à une ville, Arraias, une congrégation religieuse catholique, les Sœurs dominicaines de Notre-Dame du Rosaire de Monteils, une école, l'Instituto Nossa Senhora de Lourdes, une philosophie de l'éducation, l'éducation Anastasia-Dominicaine ont été choisis. , à un mosaïque d'expériences et de souvenirs d'étudiants diplômés, d'enseignants et de religieuses et aux éléments formateurs de la culture scolaire produits par l'institution. Il s'agit d'une recherche qualitative, dont le corpus écrit repose sur le recensement, la collecte et l'organisation d'un ensemble diversifié de documents issus d'archives institutionnelles et privées liées à l'objet et à la période délimitée dans la recherche. Pour l'écriture du récit historique, en plus des sources documentaires cataloguées, un corpus oral généré par la méthodologie de l'histoire orale a été constitué, qui a fourni des sources orales qui ont été sélectionnées en enquêtant sur les sujets impliqués dans l'histoire de l'institution et qui ont partagé leurs souvenirs. Les études et l'analyse des sources ont permis de comprendre que l'Institut Nossa Senhora de Lourdes a provoqué des situations transformatrices dans la ville et la région, dans les domaines éducatif, socioculturel et religieux, à partir de la culture scolaire produite : espaces et temps scolaires, dimensions et les connaissances, les programmes, la religiosité, les événements et les fêtes et les pratiques sociales et culturelles. L'Institut Nossa Senhora de Lourdes était un centre éducatif qui permettait de nouvelles visions du monde, provoquait des idéalizations chez ses étudiants, élargissait l'horizon éducatif des matières et encourageait des projets de vie basés sur sa base philosophique et sa proposition éducative Anastasia-Dominicaine.

**Mots-clés:** Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Les raies pastenagues. Éducation. Histoire et mémoires. Culture scolaire.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Madre Anastasie. ....	56
FIGURA 2 - Mapa: casas da Congregação em abril de 1878, quando do falecimento de Madre Anastasie.....	57
FIGURA 3 - Viagem das primeiras religiosas anastasianas-dominicanas para o Brasil.....	72
FIGURA 4 - Instituições escolares anastasianas-dominicanas nas regiões do Cerrado e da Amazônia.....	81
FIGURA 5 - Expansão das instituições escolares anastasianas-dominicanas pelo Brasil. ....	88
FIGURA 6 - Painel artístico na praça da Matriz em Arraias-TO (lado A). ....	92
FIGURA 7- Painel artístico na praça da Matriz em Arraias-TO (lado B).....	92
FIGURA 8 - Detalhe do painel artístico na Praça da Matriz de Arraias-TO.....	100
FIGURA 9 - Lei de criação do Grupo Escolar em Arraias, 1935. ....	102
FIGURA 10 - Dom Alano Maria Du Noday e normalistas, entre elas algumas arraianas, no pátio interno do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, em 1941.....	104
FIGURA 11 - Ata de fundação da Lida de Amparo Nossa Senhora dos Remédios, 1950. ...	108
FIGURA 12 - Escolha do local para a construção do futuro Instituto Nossa Senhora de Lourdes. ....	109
FIGURA 13 - Irmãs da Congregação Missionárias de Nossa Senhora das Dores em Arraias .....	112
FIGURA 14 - Irmãs da Congregação Missionárias de Nossa Senhora das Dores em Arraias .....	112
FIGURA 15 - Recepção às Irmãs anastasianas-dominicanas em Arraias, no dia 22 de janeiro de 1958. ....	120
FIGURA 16 - Planta baixa do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1970) – Arraias – GO. ....	127
FIGURA 17- Livro Ordinário da Missa que ficava na Capela do INSL para acompanhar o ritual. ....	131
FIGURA 18 - Dom Alano Maria Du Noday e as Irmãs do Instituto Nossa Senhora de Lourdes após a reforma da capela. ....	132
FIGURA 19 - Pátio e jardim em frente ao novo pavilhão de salas de aula.....	134
FIGURA 20 - Pátio e jardim no pavilhão U.....	135
FIGURA 21 - Fachada do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.....	136
FIGURA 22 - Quadra de esportes do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. ....	137

FIGURA 23 - A comunidade arraiana aguarda a inauguração do parque infantil (08.11.1969). .....	138
FIGURA 24 - Bênção do parque infantil (08.11.1969).....	139
FIGURA 25 - Ir. Laetitia junto ao acervo da Biblioteca do INSL. ....	140
FIGURA 26 - Madre Bertha - fundadora e 1ª diretora do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. .....	142
FIGURA 27 - Madre Gabriela da Imaculada, 3ª diretora do INSL.....	146
FIGURA 28 - Irmã Maria Lucília do Sagrado Coração, 4ª diretora do INSL.....	149
FIGURA 29 - Irmã Ana Rita Lopes de Souza, 5ª diretora do INSL. ....	152
FIGURA 30 - Irmã Noêmia Ferreira Camelo, diretora do INSL em 1976 e 1977.....	154
FIGURA 31 - Irmã Natividade, diretora nos anos de 1978 e 1979, na biblioteca do INLS com grupo de professoras. ....	155
FIGURA 32 - Lei (vetada) que cria o Curso Normal Regional em Arraias em 1955. ....	158
FIGURA 33 - Formandos da 1ª turma do Curso Normal Regional do INSL em 1961.....	164
FIGURA 34 - Histórico escolar do curso ginásial de Ivany Rodrigues da Costa. ....	167
FIGURA 35 - Capa do livro “Programa de Admissão” para os exames e cursos de Admissão. .....	169
FIGURA 36 - Uniforme escolar para educação física das meninas do INSL. ....	185
FIGURA 37 - Uniforme escolar feminino do INSL, década de 1960. ....	186
FIGURA 38 - Uniforme escolar INSL, década de 1970. ....	186
FIGURA 39 - Uniforme de gala em desfile cívico.....	187
FIGURA 40 - Uniforme de gala em desfile cívico II. ....	187
FIGURA 41 - Cerimônia de Formatura, sem data. Irmã Ana Rita (diretora) entrega cumprimenta e entrega o “canudo” à formanda. ....	192
FIGURA 42 - Formandos do Curso Normal Regional de 1965 com a diretora Madre Odete após o almoço festivo na casa de uma das formandas. ....	193
FIGURA 43 - Primeira edição de junho de 1967 e edição de maio/junho de 1978 do “Dominicano”.....	201
FIGURA 44 - A Virgem de Lourdes nos jardins do Instituto, foto de 1969. ....	206
FIGURA 45 - A Imagem de Nossa Senhora de Lourdes, atualmente, foto de 2021.....	207
FIGURA 46 - Alto-falantes da antiga Rádio São Domingos que ainda compõe o prédio escolar. .....	210
FIGURA 47- Lei 8.152 de 17 de agosto de 1976 que autoriza recursos públicos para o INSL. .....	211

FIGURA 48 - Capa do folheto da missa de ação de graças e capa do folder das comemorações do 1º encontro dos ex-alunos do INSL em julho de 1996. ....	223
FIGURA 49 - Turma de formandos do Curso Normal Regional do INSL do ano de 1968 no I encontro dos ex-alunos em julho de 1996. ....	223

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Arquivos e acervos pesquisados.....	43
QUADRO 2 - Pessoas entrevistadas que participaram da história do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias.....	45
QUADRO 3 - Turmas e alunos na abertura do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em 1958. .....	123
QUADRO 4 - Currículo do Curso Normal Regional do INSL entre os anos de 1958 e 1967. .....	162
QUADRO 5 - Currículo do curso Técnico em Magistério INSL.....	176
QUADRO 6 - Instituições escolares anastasianas-dominicanas que encerraram suas atividades entre 1979-1985.....	213

## LISTA DE SIGLAS

<b>PUC Goiás</b>	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
<b>PPGE</b>	Programa de Pós-graduação em Educação
<b>INSL</b>	Instituto Nossa Senhora de Lourdes
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisas e Documentações
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>ABHO</b>	Associação Brasileira de História Oral
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>UFT</b>	Universidade Federal do Tocantins
<b>UNITINS</b>	Universidade do Tocantins
<b>CSA</b>	Clube Social Arraiano
<b>USA</b>	United States American
<b>MG</b>	Minas Gerais
<b>MHCA</b>	Museu Histórico e Cultural de Arraias
<b>O.P.</b>	Ordem dos Pregadores

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS: DA FRANÇA PARA O BRASIL .....	49
1.1 Madre Anastasie e a fundação da congregação .....	49
1.2 Educação anastasiana-dominicana: a história de um conceito .....	58
1.3 Cartografia das instituições escolares anastasianas-dominicanas no Brasil .....	68
2 ARRAIAS: CONTEXTOS, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO .....	89
2.1 Arraias: um pouco de sua história.....	90
2.2 História da Educação de Arraias.....	100
2.3 O Instituto Nossa Senhora de Lourdes: uma realidade .....	113
3 ELEMENTOS FORMATIVOS DA CULTURA ESCOLAR NO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES .....	124
3.1 Espaços escolares.....	125
3.2 Tempos escolares .....	141
3.3 O estabelecimento escolar: dimensões e saberes .....	157
3.2.1 O Curso Normal Regional e o Curso Ginásial .....	157
3.2.2 O exame/curso de Admissão .....	165
3.3.3 O Curso Primário .....	169
3.3.4 A lei 5.692/71 e o ensino de primeiro e segundo grau .....	170
3.3.4 Escola noturna e a educação para adultos .....	179
3.5 Educação Infantil .....	181
3.6 Uniformes Escolares .....	183
3.7 Festas e eventos Escolares .....	188
4 INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES: EDUCAÇÃO ANASTASIANA-DOMINICANA EM ARRAIAS .....	196
4.1 O “Colégio das Freiras”: marco educacional, religioso e sociocultural em Arraias.....	197
4.2 O processo de fechamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes .....	212

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	217
REFERÊNCIAS .....	225
APÊNDICES E ANEXOS .....	247
APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	247
APÊNDICE 2 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.....	250
.....	251
APÊNDICE 3 – Trabalho de pesquisas e obras produzidas sobre Arraias. ....	253
APÊNDICE 4 - Relação das religiosas anastasianas-dominicanas que trabalharam no Instituto Nossa Senhora de Lourdes entre os anos de 1958 a 1982.....	255
ANEXO 1 - Ata de Inauguração do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, assinada pelo Deputado João d'Abreu e pelo bispo diocesano de Porto Nacional Dom Alano Maria Du Noday. ....	257
ANEXO 2 - Reportagem do Jornal de Notícias, de 02 de março de 1958, sobre a inauguração do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias. ....	260

## INTRODUÇÃO

*Caminante son tus huellas el camino y nada más;  
Caminante, no hay camino se hace camino al andar*<sup>1</sup> (MACHADO, 1969, p. 138).

Quando fui aprovado no certame para o Doutorado em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), no final de 2017, uma senhora que muito considero me interrogou: “Para que você vai fazer doutorado?”. Confesso que até hoje esse questionamento me interpela. Entre as tantas reflexões surgidas dessa pergunta, que pautaram este percurso de quase quatro anos, deparei-me com algumas respostas e muitas outras indagações. Confesso que tem sido uma tarefa difícil encontrar resposta que cale a inquirição. A explicação que mais me convenceu até então, mas que gerou outras tantas dúvidas, foi a de que o doutoramento em educação é para me tornar um sujeito melhor. Espero que isso possa acontecer. Parece-me que no percurso do tempo destinado a essa qualificação, as situações de *stress*, sofrimentos, angústias, desencontros e frustrações me levam a pensar que em nada estou melhorando, pelo contrário!

No entanto, tenho entendido que para ser uma pessoa melhor é preciso o conflito interno que me desequilibra, que me afeta e impacta para aprender e tornar-me melhor. Não há possibilidade de ser uma pessoa melhor sem estar o tempo todo em conflito. No conflito não há certo ou errado, não há culpabilização, há responsabilidade de estar implicado, comprometido consigo e com o outro. Tenho entendido que ser melhor é uma política e uma ação de ser no mundo. Penso que isso é relevante: aprender a ser melhor! De nada vale o título, o conhecimento, a produção, a escrita e tantos saberes, se o que vivenciei e acumulei não me fizer um sujeito melhor, para mim mesmo, para os mais próximos, para os outros, para a profissão, para o mundo.

Esta trajetória precisa ser uma experiência que me leve a uma aprendizagem constante. Para me reconhecer como alguém melhor e para cumprir, portanto, meu papel no mundo, de aprender e aprender todos os dias, como expressou Platão (1973), “a primeira e melhor vitória é conquistar a si mesmo”. Heidegger (1987, p. 143) me ajudou a entender isso, quando disse que

---

<sup>1</sup> Caminheiro, seus passos são a estrada e nada mais; Caminheiro, não há caminho, o caminho é feito caminhando (tradução livre).

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece; que se apodera de nós, que *nos tomba e nos transforma*. Quando falamos em “fazer” uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, “fazer” significa aqui: *sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, à medida que nos submetemos a algo*. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, *deixar-nos abandonar em nós próprios pelo que nos interpela*, entrando e submetendo-nos a isso. Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo (HEIDEGGER *apud* LORROSA, 2015, p. 27, grifos meus).

De fato, tenho sido tombado, revirado. Tenho sofrido e padecido, pois me submeti a este caminho. Espero que o transcurso do tempo me ajude, a partir desta perspectiva, ser melhor! Mas o que me conduziu à pós-graduação? Na verdade, não foi tal prerrogativa: ser melhor. Como narrado, essa surgiu no percurso. Confesso que existe certo interesse financeiro, mas não é o único e nem o mais importante. O trabalho intelectual, a pesquisa e a produção acadêmica foram elementos que se incorporaram à minha trajetória. Iniciou na graduação em História (2000-2003), durante as aulas de Introdução aos Estudos Históricos e Técnicas de Pesquisa em História, ministradas pela professora Dra. Paulete Cunha que, após as leituras e orientações, solicitou a elaboração de um tema-problema de investigação. Escolhi desenhar um projeto sobre o trabalho educativo das Irmãs Dominicanas de Monteils em Porto Nacional. Um pensamento do poeta Ferreira Gullar, à época, motivou-me, pois estava encantado com a proposta da Nova História Cultural que havia sido apresentada nas aulas de Teoria da História:

A história humana não se desenvolve apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre as plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquina. Disso eu quis fazer minha poesia. Dessa maneira humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, por que o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz (KHOURY *et al.*, 1991, p. 13).

Ao concluir o projeto e apresentá-lo – não tinha trabalho de conclusão de curso na estrutura curricular que estudei – lembro-me que a professora escreveu na última página do texto: “você iniciou bem seu caminho de historiador”. Recordo esse fato, pois nossas convergências com o tema, com o objeto de estudo, com as perspectivas teórico-metodológicas que adotamos na pesquisa, têm profunda relação com nossas experiências enquanto seres no mundo. Em minha trajetória foi assim!

O interesse pela temática proposta para a pesquisa, que originou esta Tese, nasceu na graduação, passou pelo mestrado em Educação (2005-2007) – “Os caminhos do ensino de História numa escola dominicana” –, pelo mestrado em História (2013-2015) – “A Ordem Dominicana pelos sertões do antigo norte de Goiás” –, pela atuação profissional – professor, coordenador (2004-2010) e gestor (2015-2017) numa escola anastasiana-dominicana – e pelas

práticas religiosas – missionário católico numa comunidade dominicana (1996-1999). Tais experiências me afetaram e me moldaram.

Na perspectiva de Lorrosa (2015, p. 10), as experiências constituem-se em

algo que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão, e que às vezes, algumas vezes, quando cai em mãos de alguém capaz de dar forma a esse tremor, então, somente então, se converte em canto. E esse canto atravessa o tempo e o espaço. E ressoa em outras experiências e em outros tremores e em outros cantos.

Sem dúvidas, mesmo com tremor, vibração, sofrimento e gozos com esta proposta, o canto espremido ecoa num hino com mais questionamentos e dúvidas, com outros tremores e sofrimentos, que quiçá, possibilitarão continuidades e proporcionarão outros cantos.

A presente Tese desenvolve uma investigação histórica acerca do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Uma instituição escolar fundada e dirigida pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils entre os anos de 1958 e 1982, na cidade de Arraias, estado do Tocantins, antigo norte do estado de Goiás.

A Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils foi fundada por Madre Anastasie, em 1850, no lugarejo chamado Bor, no sul da França. Foi afiliada à Ordem dos Pregadores (O.P.), ou Dominicana, em 1875. O carisma motivador dessa congregação religiosa foi o serviço educacional e o serviço à saúde. Da Congregação, denominada anastasiana em razão de sua fundadora, e da sua incorporação à Ordem Dominicana, surgiu o termo anastasiana-dominicana, diretamente relacionado aos baluartes fundadores, Madre Anastasie e São Domingos de Gusmão.

As religiosas francesas anastasianas instalaram-se no Brasil no final do século XIX e espalharam-se por várias regiões imbuídas da missão educativa e do carisma congregacional. O primeiro colégio anastasio-dominicano fundado no país foi em Uberaba, em 1885. A Congregação de Bor foi pioneira quanto à implantação de colégios na região do Triângulo Mineiro e em todo o estado de Goiás (LOPES, 1986), onde expandiram suas instituições com abertura de internatos e externatos.

Ao longo do século XX, até a década de 1960, as religiosas anastasianas-dominicanas ampliaram sua rede de colégios para outros estados brasileiros como Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília. Algumas dessas instituições escolares continuam em pleno funcionamento até o momento presente e outras encerraram suas atividades por motivos diversos.

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes começou a funcionar em Arraias em fevereiro de 1958. Foram fundadoras as Irmãs Madre Berta (Madre Superiora), Maria das Graças e Maria

Reginalda. Esta instituição escolar funcionou em Arraias até meados de 1982, quando foi incorporada pelo poder público e recebeu o nome de Colégio Estadual Joana Batista Cordeiro da Rede Oficial de Ensino do Estado de Goiás e, posteriormente, do Estado do Tocantins (COSTA, 2004).

O título escolhido “O Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias (1958-1982): trajetória, memórias e cultura escolar” remete ao objeto da pesquisa – uma instituição educativa confessional católica anastasiana-dominicana – e ao recorte temporal e espacial. Em meio ao objeto e temática escolhidos para o estudo, surgiram problemas que a pesquisa histórica, em busca de vestígios para tecer sua narrativa, tenta dar explicações.

A temática que questiona, contrapõe, duvida, critica, pondera e produz, faz movimentar o passado. Uma cidade: Arraias. Uma congregação religiosa católica: Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Uma escola: o Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Uma filosofia educativa: educação anastasiana-dominicana. Um período: entre 1958 e 1982. Um mosaico de vivências de alunos, professores, religiosas, familiares, políticas, culturas, aprendizagens, experiências, festividades, silêncios, sociabilidades na tentativa de aproximar à compreensão de tantas interrogações, que problematizam a pesquisa, tais como:

Qual o conceito de educação anastasiana-dominicana? Quais instituições escolares anastasianas-dominicanas antecederam, no Brasil, a criação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias? Qual o cenário histórico, social, político, econômico e educacional de Arraias, de seus primórdios ao final da década de 1950, quando se efetivou a criação da escola secundária (o Instituto Nossa Senhora de Lourdes) em Arraias? Quais foram as motivações locais e da Congregação para a criação e fundação de uma escola secundária confessional católica em Arraias em 1958? Qual a razão do título de Nossa Senhora de Lourdes à instituição escolar? Quais as propostas e finalidades educativas da Congregação para com o Instituto Nossa Senhora de Lourdes? Houve transgressão/evolução/adequação da proposta educativa da Congregação no funcionamento do Instituto em virtude da realidade do lugar e da época? Quais as modalidades de regime e de ensino inseridos no Instituto Nossa Senhora de Lourdes em sua trajetória? O Instituto foi sinal de segregação ou de quebra de paradigmas na sociedade? Quem eram os alunos do Instituto? Existia escola pública na cidade? Onde a maioria estudava? Havia os que estudavam sem pagar (bolsistas)? Como eram selecionados? Como eram tratados? Houve ajuda/convênio/subsídio público para manutenção da instituição? E quanto à proposta pedagógica e às práticas pedagógicas, o currículo, os conteúdos, atividades extracurriculares, como eram e como funcionavam? Quais espaços ocupou o Instituto Nossa Senhora de Lourdes

em Arraias? Como foram construídos estes espaços? Quais expansões foram realizadas ao longo do tempo? Os espaços de poder, de aprendizagem e de convivência foram delimitados?

Houve mudanças no ‘modo de viver’ da sociedade local por influência desta instituição educativa? O que ela proporcionou para a comunidade escolar, suas famílias e a sociedade em geral? Qual foi a inserção social do Instituto Nossa Senhora de Lourdes no cenário arraiano no período de seu funcionamento? Qual a contribuição do Instituto para o desenvolvimento local e regional? Qual foi a influência do Instituto Nossa Senhora de Lourdes na prática religiosa da população local? Existia catequese, defesa da fé católica, da moral, propagação de devoções religiosas e práticas caritativas? As Irmãs Dominicanas tinham outro apostolado fora a atividade escolar? Enfim, qual foi a cultura escolar produzida pela instituição educativa? O que existe na memória dos egressos, ex-professores e religiosas, que acessadas, podem contribuir na compreensão de suas trajetórias? Quais motivos levaram ao fechamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias?

São essas indagações que nortearam a investigação e propuseram aclarar e entender a existência e o funcionamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, como instituição escolar em Arraias,

sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, e por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1998, p. 6).

A escolha do objeto está vinculada a uma experiência. Quando residi em Arraias, entre os anos de 2010 e 2013, em atividade no campus local da Universidade Federal do Tocantins, deparei-me com um certo espírito de ‘saudosismo’ dos tempos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias. Como minha trajetória de vida e acadêmica tem forte ligação à família dominicana, como já exposto, isso me chamou a atenção, despertou meu olhar de pesquisador e o interesse em compreender por que esta instituição escolar, depois de tanto tempo, ainda flutua nas memórias arraianas. A partir do que afirmou Halbwachs (2004, p. 78-79), “[...] nossa memória não se apoia na história apreendida, mas na história vivida [...]”, comecei a compreender a intensidade das vivências *intra* e *extra* desta escola anastasiana-dominicana em Arraias.

Este trabalho está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPGE – PUC Goiás), nível de doutoramento, à linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura e pertence ao rol de pesquisas desenvolvidas pelo Diretório/Grupo de Pesquisa “Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços

sociais-HISTEDBR”. Pretendeu-se nesta Tese, que ora apresento, compreender a trajetória histórica do Instituto Nossa Senhora de Lourdes na cidade de Arraias desde sua fundação (1958) até o encerramento de suas atividades (1982) como um contributo à História da Educação brasileira, regional e local.

Sabe-se que produzir História da Educação é um grande desafio, pois

[...] um feixe de implicações se apresenta. [...] descrever uma escola, suas práticas, e as gentes que a levantaram do chão, tornaram real, vivenciaram e recordam. Recolocá-la em seu tempo e lugar, fazer vibrar outra vez o concerto de vozes que lhe deram vida – e analisar. Explicar porque foi assim, para quem, contra quem, apesar de quem. O vivido, uma visão, uma versão (CARDOSO FILHO, 2009, p. 10).

Assim, ao revisitar essa instituição de ensino, destacando alguns de seus traços, a partir do filtro de uma pesquisa acadêmica, foi possível realizar um trabalho com vestígios (fontes), com lembranças (memórias) e explicações (texto) que estão colocadas na tessitura da narrativa histórica que se apresenta. Além do mais, foi o olhar do pesquisador – o meu olhar – que se desdobrou sobre o conjunto de fontes. Não um olhar qualquer, mas um olhar capaz de dirigir-se para o verdadeiro, na busca de superar o espaço das aparências, do meramente verossímil (RACHID, 2008), um olhar que dialogou, contestou e argumentou.

Desta forma, defendo a relevância e a pertinência do tema e do objeto escolhido para a investigação proposta e que agora compartilho nesta Tese. No entanto, como esta é uma pesquisa histórica, faz-se necessário situá-la em qual domínio da ciência histórica ela se insere. Sabe-se que a pesquisa histórica tem passado por profundas transformações. De uma História positivista, factual e produzida a partir dos vencedores, dos grandes acontecimentos e dos documentos oficiais, passamos à prática de uma historiografia da longa duração em que as estruturas permanentes eram o que mais interessava. Os sujeitos não tinham vez e nem voz. No entanto, aos poucos, a História foi recolocada numa posição de contribuição produtiva no âmbito das ciências humanas. O olhar de Clio desanuviou-se e multiplicou-se.

O entendimento da História, que seus críticos diziam imóvel, não mais respondia aos questionamentos e inquietações vigentes nos meios acadêmicos. Os olhares de Clio afluíram-se. Isso gerou mudanças: os objetos de pesquisa ora intocados passaram a ser vistos, tocados e analisados. A narrativa retornou como forma de apresentar a História, os sujeitos e suas singularidades passaram a ser valorizados junto aos acontecimentos e recortes temporais de menor duração ganharam maior atenção. Ampliaram-se as possibilidades de estudos e de pesquisa do historiador. “O olhar de Clio mudou-se e voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas” (PESAVENTO, 2008, p. 15).

Dessarte, a História Cultural foi se estabelecendo como um novo paradigma, que diante de conflitos teóricos e metodológicos dentro da própria área de conhecimento da História e por parte dos próprios historiadores, foi se constituindo na perspectiva da obra de Thomas Khun sobre as estruturas das revoluções científicas, como bem pontua Peter Burke (2008). Assim, no limiar do século XXI, e ao longo dessas quase duas décadas que se decorrem, um dos campos que mais tem se consolidado na pesquisa histórica e na historiografia é o da História Cultural, que propõe, nas palavras de Pesavento (2008, p. 59), que:

Escrever a história, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado.

Desta forma, a abordagem teórica que norteia esta Tese ancora-se nos pressupostos que tem como referência as contribuições da História Cultural, domínio que analisaremos, posteriormente. Assim, justifica-se a temática e o objeto desta Tese por inserir-se no campo de interesse da pesquisa historiográfica – a partir do que propõe a História Cultural – como uma contribuição à História da Educação e, por sua vez, à História das Instituições Escolares, um ramo de pesquisa que tem crescido consideravelmente e lançado conjecturas diversas para o desenvolvimento de investigações nessa abordagem.

O objeto desta Tese de doutorado em educação, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias, não recebeu olhares significativos da pesquisa acadêmica, até então. O trabalho de levantamento do estado da arte, no princípio da investigação, revelou a inexistência de pesquisas a nível de pós-graduação que abordem este objeto, gerando seu ineditismo e originalidade.

Do mais, são relevantes: a provável importância da instituição para a cidade e para a região – o que busca evidenciar a pesquisa –, no contexto de seu funcionamento, tendo em vista as dificuldades que afligiam o antigo norte de Goiás, conhecido como corredor da miséria; a inserção do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em tempo e lugar próprios – a tessitura da Tese –, o que tem permitido perceber as práticas e vivências da sociedade que abrigou e fez uso da escola; a inserção social do Instituto – o além dos muros da escola – que demandava a aquisição de códigos de conduta, modos de expressão e domínio de determinadas categorias de conteúdos culturais, inclusive aqueles ligados às práticas religiosas devido ao caráter confessional da instituição.

Desde a construção do pré-projeto a viabilidade desta pesquisa foi certa. Apesar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (INSL) ter finalizado suas atividades em 1982, estava ciente da existência de acervos junto à Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils com materiais referentes à instituição escolar. Com o fechamento do INSL era de esperar, conforme a legislação, que a documentação da instituição estivesse nos departamentos da Regional de Ensino ou mesmo no arquivo da Escola Estadual Joana Batista Cordeiro, que passou a funcionar no prédio do Instituto.

No processo da pesquisa, o acesso a este arquivo, de posse da Diretoria Regional de Arraias, não foi possível em razão do seu estado de conservação que poderia colocar em risco minha saúde. Além disso, os arquivos da Ordem Dominicana no Brasil, localizados em Belo Horizonte-MG e o arquivo das Dominicanas de Monteils em Brasília-DF constituíram-se em celeiros de fontes. Sem falar dos arquivos da Câmara Municipal de Arraias que foram acessados e, infelizmente, por questão de tempo não foi possível acessar o arquivo da Prefeitura Municipal e do museu da cidade que poderia dispensar alguma variedade de documentos e registros acerca do objeto de pesquisa.

Outra viabilidade para a pesquisa foi o trabalho com a História Oral que possibilitou entrevistas com ex-alunos e ex-professores/as residentes ou não em Arraias, pais, pessoas da comunidade e com religiosas que trabalharam no Instituto. A História Oral oportuniza que o passado não fique esquecido. Ela se reveste de uma função política e social para democratizar a própria História, retirando do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou (TREBITSCH, 1994).

No entanto, no meio do caminho houve uma pandemia! A pandemia do coronavírus trouxe para o mundo, em 2020, cenários distintos de crise em toda a humanidade nesta era da liquidez (BAUMAN, 2001) do século XXI. Como bem pontuou o filósofo Edgar Morin “um pequeno vírus em uma cidade ignorada da China, provocou a perturbação de um mundo” (MORIN, 2020, s/p). A doença globalizou-se. A aldeia mundial foi surpreendida não pelas consequências positivas do desenvolvimento tecnológico e da agilidade da informação, mas por um vírus, que em um breve espaço de tempo desmantelou o que parecia estar em ordem, inclusive esta pesquisa.

Todavia, “é o modo moderno de organização do pensamento, da produção e dos estilos de vida que está em crise” (ROCHA, 2008, p. 226) e que foi afetado por um invisível parasita que se potencializou. A sociedade moderna vive há tempos “uma crise profunda de transformação social e econômica com raízes no passado” (BAUMAN, 2016, p. 80). Esta crise reflete estágios de uma sociedade em que tudo o que é sólido, derrete, “o momento da

modernidade fluida” (BAUMAN, 2001, p. 12). Assim, os momentos de crise ocasionados pela pandemia da Covid-19 intensificaram o processo de liquidez da sociedade do século XXI e fez com que o grande mal-estar (BAUMAN, 1998) do mundo pós-moderno se proliferasse.

A crise iniciada na saúde pelo coronavírus desencadeou uma megacrise que se estendeu do político ao econômico, do escolar-acadêmico ao religioso, do individual ao mundial. Muitos dogmas foram abalados, entre eles os econômicos, que mexeu profundamente com todas as estruturas “que governam a economia e ameaça agravar-se em caos e escassez em nosso futuro” (MORIN, 2020, s/p.).

Desencadeou-se uma crise nacional que “revela as carências de uma política que favorece o capital em detrimento do trabalho, sacrificando a prevenção e a precaução para aumentar a lucratividade e a competitividade” o que gerou uma enorme crise social, em que as desigualdades emergiram, e reluziu o que sempre existiu “aqueles que vivem em pequenas habitações povoadas de crianças e pais e aqueles que foram capazes de fugir para sua segunda residência verde” (MORIN, 2020, s/p.).

A civilização do século XXI viu-se mergulhada numa crise de deficiência de solidariedade, intoxicada pelo consumismo desenvolvido por ela mesma e que gera processos contraditórios, pois ao mesmo tempo quer sair disso e criar soluções plausíveis, mas sem perder absolutamente nada (MORIN, 2020).

E a crise intelectual? Na perspectiva de Edgar Morin (2020, s/p), ela nos revela “o enorme buraco negro em nossa inteligência, que torna as complexidades óbvias da realidade invisíveis para nós”. A mega crise, também, atingiu o existencial. Fomos levados “a questionar nosso modo de vida, nossas reais necessidades, nossas verdadeiras aspirações mascaradas nas alienações da vida cotidiana” (MORIN, 2020, s/p.).

Isso revelou que temos vida interior, mas que muitas vezes não a valorizamos. Os momentos proporcionados pela leitura que há tempo não era feita, pela música que gostamos, pelas fotos que estavam guardadas sem serem manuseadas nos fizeram reencontrar conosco mesmos e com nosso verdadeiro destino humano.

Assim, a crise provocada pelo novo coronavírus exigiu e exige o desconfinamento de mentes e o redimensionamento de muitos conceitos.

[...] E sobretudo, que esta crise sirva para abrir as nossas mentes — há tanto tempo confinadas no imediato, no secundário e no frívolo — para o essencial: o amor e a amizade, pelo nosso desabrochar individual, a comunidade e a solidariedade dos nossos “eu” em “nós”, o destino da Humanidade, da qual cada um de nós é uma partícula (MORIN, 2020, s/p).

Mas e a pesquisa? A pesquisa em História da Educação, como toda e qualquer pesquisa, apresenta suas doçuras e amarguras. O caminho da pesquisa e do(a) pesquisador(a) não é um traçado fácil, retilíneo e totalmente ajardinado. Nele existem ladeiras, sinuosidade, cascalhos, falta de luz, algumas erosões e espinhos. A pesquisa em andamento foi aguilhoadada, pois a pandemia não permitiu o acesso aos acervos no tempo projetado: escolas fechadas, instituições e arquivos cerrados, centros de documentação sem funcionar. As entrevistas presenciais foram canceladas, pois o distanciamento social foi prerrogativa durante a pandemia.

Com tudo isso nasceu a angústia: os arquivos não estão digitalizados, muitas pessoas não quiseram conceder entrevistas pelas plataformas digitais, visto que a grande maioria não sabia utilizar-se das mesmas. Tudo parecia estar na curva de uma ladeira. Foi preciso dar tempo. Apesar de não ter contraído o vírus, o distanciamento social e a situação em que a pesquisa chegou, levou-me a um desmoronamento emocional: crise de ansiedade e síndrome do pânico.

A desistência parecia ser o escape para sobreviver. O ano de 2020 foi uma *via crucis*, mas a prerrogativa de me tornar um sujeito melhor não se calou em mim. Destarte, como já ouvi inúmeras vezes, “é no andar das carroças que se ajeitam as abóboras”. Busquei ajuda médica e terapêutica, mudei a rotina, dei tempo ao tempo.

Por outro lado, a cruel pedagogia do vírus (SANTOS, 2020; 2021) lançou-me à leitura, ao estudo e a outras produções – que funcionaram como atividades terapêuticas – enquanto esperava o regresso à normalidade para lançar-me à pesquisa novamente. Mesmo em meio ao medo e à insegurança, por ainda não existir vacina contra o coronavírus, comecei, no final de 2020, a visitar alguns arquivos que aceitaram me receber e a entrevistar pessoas que concordaram com o uso das plataformas digitais.

Aos poucos a pesquisa retornou e com ela uma série de conflitos e aflições. Nasceu outro desafio: o *cronos!* Não foi possível desenvolver a pesquisa conforme o planejamento inicial. Mesmo com uma entrega sem igual à produção, sabe-se que a escrita requer tempo, paradas, inspiração e muita transpiração e como o programa de pós-graduação tem prazos, replanejar foi necessário.

A Tese tem como objetivo compreender a trajetória histórica do Instituto Nossa Senhora de Lourdes na cidade de Arraias, no antigo norte de Goiás, no período de 1958 (sua fundação) a 1982 (encerramento de suas atividades), sua cultura escolar e sua inserção social na comunidade local e regional, a partir de fontes documentais e orais.

Paralelo a esse se pretendeu alcançar outros objetivos, ligados à problematização da pesquisa: conhecer os primórdios e a expansão da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, bem como aspectos da vida de sua fundadora, além da

filosofia, das propostas, das finalidades e o conceito de educação anastasiana-dominicana proposta pela Congregação; entender o processo expansionista-missionário das seguidoras de Madre Anastasie e suas instituições educativas no Brasil; contextualizar o cenário histórico, social, político, econômico e educacional de Arraias, de seus primórdios ao final da década de 1950, à época da fundação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes e compreender as motivações locais e da Congregação Dominicana para a fundação de um instituto educativo na cidade; historiar a trajetória do Instituto Nossa Senhora de Lourdes a partir de sua cultura escolar (espaço/arquitetura/tempo, dimensões e saberes, práticas, componentes curriculares (conteúdos/disciplinas), modalidades/estrutura organizacional, hábitos, festas, eventos e movimentos); abordar o impacto e as ressonâncias do Instituto Nossa Senhora de Lourdes a partir de sua inserção em Arraias e as contribuições da instituição escolar para o desenvolvimento socioeconômico, religioso, cultural e educacional da cidade e da região, além de entender o processo de fechamento da escola.

A Tese, “O Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1958-1982): trajetória, memórias e cultura escolar”, evidencia a instituição escolar anastasiana-dominicana de Arraias como um divisor de águas na cidade e na região, no campo educacional, sociocultural e religioso, a partir da cultura escolar produzida. Foi um centro educacional que trouxe possibilidades, alargou a visão de mundo, provocou idealizações em seus estudantes, ampliou o horizonte educacional dos sujeitos, incentivou projetos de vida a partir de sua base filosófica, de sua proposta educativa e da atuação das religiosas anastasianas-dominicanas.

Sabe-se que o embasamento teórico é essencial para a produção historiográfica atinente à educação que se liga a grandes questionamentos e se coloca no seio da própria História, ciência ou disciplina, que ao longo do século XX passou por significativas transformações. Como já elucidado, a abordagem teórica que norteia esta Tese está inscrita na perspectiva que tem como referência as contribuições da História Cultural.

Os marcos teóricos-metodológicos da História Cultural, como campo de investigação e tendência historiográfica, são “plurais em suas possibilidades de investigação, muito têm contribuído para o avanço da historiografia e seus percursos e dilemas, [...] abriram caminhos para a reflexão acerca do fazer do historiador, diante das novidades temáticas e metodológicas que se apresentaram [...]” (FONSECA, 2008, p. 71-72).

Como enfatizou Roger Chartier, um de seus maiores representantes, a História Cultural nasce “da emergência de novos objetos no seio das questões históricas” (CHARTIER, 1990, p. 14). Em seu ponto de vista, a natureza da História Cultural:

[...] trata-se de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, [sendo necessário] considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções próprias de cada grupo ou meio como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social (CHARTIER, 1990, p. 25).

Assim, a configuração da História Cultural como campo de pesquisa abriu novos horizontes, ampliou as abordagens dos historiadores, pois os acontecimentos do presente e da vida cotidiana, bem como personalidades antes esquecidas pelas análises históricas, começaram a ser estudadas. Na visão de Lynn Hunt (2001, p. 13), os novos olhares de Clio revelados pela História Cultural, que inovaram os domínios da História, não significaram, por parte dos historiadores, “simplesmente um novo conjunto de temas para investigação, mas um questionamento de métodos, fontes, abordagens e conceitos”. Isso impulsionou os historiadores a “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 15) e a notar que as relações culturais são tão importantes quanto as sociais e econômicas, e que estas não determinam os aspectos referentes à cultura.

A História Cultural passou a valorizar as ações e concepções de mundo das classes populares em seu contexto espaço-temporal, os recortes passaram a apreciar sujeitos, famílias, grupos e comunidades que sofrem os condicionamentos dos processos históricos mais amplos, levando em conta as várias práticas culturais e a variedade dos fatos e das fontes.

O ângulo do olhar do historiador sobre o passado transformou-se. A História Cultural assinala uma reinvenção do passado que se constrói na contemporaneidade (PESAVENTO, 2008), em que o historiador pode ler sua diversidade de fontes não só amparado pela sua empiria, mas também por uma gama de saberes interdisciplinares, no conjunto das ciências humanas e sociais, que possibilitam, “[...] através dos traços que foram deixados e dos vestígios não apagados” (SANTOS, 2019, p. 161), a re-construção dos fatos, a re-leitura dos acontecimentos, a compreensão dos pensamentos que não estão presentes somente nos documentos escritos, pois como bem enfatizou Febvre (1985, p. 249), um dos pioneiros da Escola dos *Annales*:

[...] A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais? Com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de boi. Com exames de pedras por geólogos e análises de espada de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem [...].

Como a História Cultural tem sido uma das áreas de pesquisa que se tem mostrado mais fértil em produção historiográfica (GATTI JUNIOR; INÁCIO FILHO, 2005), ela pode contribuir, e contribuiu, para acessar o sentido das experiências humanas do passado, como as que possibilitaram ao Instituto Nossa Senhora de Lourdes seu funcionamento em Arraias. Sandra Jatahí Pesavento auxilia nesta compreensão quando afirmou que há possibilidades de “decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 42).

De acordo com Pesavento (2008), essas representações são visualizadas pelo historiador por meio das mais variadas fontes, sejam escritas, orais, visuais e várias outras que, por sua vez, trazem um ínfimo de informações daquilo que um dia de fato aconteceu. Leva-se em conta que nem todas as experiências humanas são registradas pelos que vivenciaram determinado fato em determinada época.

Desta forma, para responder aos questionamentos, às inquietações e acessar as experiências do passado, buscou-se o levantamento dos indícios, dos chamados ‘cacos da história’ (GAGNEBIN, 1993), que contribuíram e permitiram a construção da narrativa histórica aqui proposta. Não foram estabelecidas certezas, mas regimes de verdade, conforme a proposta da História Cultural, pois “tudo o que foi um dia poderá vir ser contado de outra forma, cabendo ao historiador elaborar uma versão plausível, verossímil, de como foi” (PESAVENTO, 2008, p. 51).

A História da Educação, como parte integrante da cultura de um povo, insere-se na perspectiva da História Cultural e, como a transmissão da cultura de forma organizada tem sido confiada ao longo dos últimos séculos a instituições educacionais, a relação entre História da Educação e História Cultural constitui-se muito mais do que um marco metodológico, mas, uma realidade, pois a “história da Educação não tem fronteiras a definir com a História Cultural. Antes utiliza seus procedimentos metodológicos, conceitos e referenciais teóricos, bem como muitos de seus objetos de investigação” (FONSECA, 2003, p. 59).

Tal ampliação destes objetos de investigação é salientado por Cardoso quando explica que

o aporte teórico-metodológico da História Cultural traz, portanto, a perspectiva de ampliação dos objetos de pesquisa, das abordagens, das fontes a serem consultadas, bem como do tratamento dessas fontes, oferecendo aos/às pesquisadores/as a possibilidade de olhares múltiplos sobre os diversos aspectos constituintes das práticas educativas, revelando dimensões antes pouco exploradas, possibilitando dar voz aos seus atores, explicitando sua dinâmica e sua complexidade (CARDOSO, 2011, p. 289).

Sabemos que “as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação e interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira” (GATTI JUNIOR, 2002, p. 4). A História da Educação que tem uma grande variedade de temas, abordagens e objetos como a história das disciplinas escolares, a história como disciplina escolar, a história das instituições escolares, a história da profissão docente, a história do ensino de história, a história da leitura, a história dos processos de escolarização, a história da alfabetização que acompanham as tendências da historiografia “em relação aos temas de investigação, ao tratamento de fontes, às categorias de análise e interpretação” (CARDOSO, 2011, p. 289).

Desta forma, trabalhar com esta pluralidade de temas na História da Educação ampliado pelo aporte teórico-metodológico da História Cultural requer maior rigor científico e alarga, consideravelmente, o rol de fontes a serem pesquisadas, pois

além das tradicionais fontes para o estudo da História da Educação – documentos oficiais, relatórios de instrução pública, resoluções e leis, fontes escritas de natureza oficial em geral – novas fontes são utilizadas pelos historiadores da educação, como as revistas pedagógicas, os manuais escolares, revistas, jornais, peças publicitárias, obras artísticas, programas de rádio e televisão, os materiais produzidos e utilizados no cotidiano escolar – cadernos e trabalhos de alunos, fotografias, desenhos, cartazes, programação de comemorações cívicas, provas etc – e, também, fontes que não apresentam relação direta com a educação como literatura e as autobiografias. Pode-se contar também, para os períodos mais recentes, com o trabalho com fontes orais (CARDOSO, 2011, p. 289).

Assim, este trabalho de pesquisa em História da Educação, a partir dos pressupostos da História Cultural, soma a luta contínua do historiador que é contra o esquecimento, pois tal pesquisa “revela que a educação é uma construção social, o que renova o sentido da ação cotidiana de educadores e educadoras” (NÓVOA, 2005, p. 15).

A pesquisa sobre História das Instituições Escolares é relevante dentro da História da Educação e tem ganhado corpo nos últimos anos. Ela objetiva interpretar o itinerário histórico da instituição, à luz do próprio modelo educacional que se constrói ao longo de seu percurso de consolidação e dos olhares lançados sobre ela por parte de seus atores diretos e seus beneficiados indiretamente.

De acordo com Justino Magalhães,

uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, em que se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s) (pessoais) através de expectativas institucionais. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla, o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever o itinerário de vida

na sua multidimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico (MAGALHÃES, 1999, p. 21).

Dessa forma, a investigação sobre as Instituições Escolares pode implicar desde um estudo sobre seus espaços físicos e da própria arquitetura dos edifícios a uma abordagem das suas grandes áreas de organização, ou seja, a pedagógico-didática e a de direção/gestão. Mas não é só porque estas instituições têm também uma estrutura social, ou melhor, sociocultural, que, submetida a uma hermenêutica, pode se constituir na “via fundamental para a construção da identidade histórica das instituições educativas” (MAGALHÃES, 1999, p. 69), sem esquecer a importância do papel dos diferentes atores envolvidos nesta estrutura e que se faz imprescindível neste processo.

Assim, em um de seus vieses,

a história das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem (GATTI JUNIOR, 2000. p. 145).

No entanto, podemos dizer que a História das Instituições Escolares também acontece quando investigamos o processo de criação, instalação e evolução dessas instituições sejam locais ou regionais reconhecendo a dinâmica da ação educativa do homem e sua relação com a diversidade de elementos históricos enraizados na sociedade.

Dessa forma,

a história de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexificação crescente, pelo que, à triangulação entre *os históricos anteriores, a memória e ao arquivo*, se haverá de contrapor uma *representação sintética, orgânica e funcional da instituição* – o seu modelo pedagógico. São múltiplas as virtualidades deste esforço de síntese, desta construção orgânica, compreensiva e explicativa, que permite reavaliar a análise historiográfica anterior, incluindo o seu sentido hermenêutico, e preparar, de forma estruturada, a síntese final – *a história da instituição educativa* (MAGALHÃES, 1999, p. 70, grifos nosso).

Esta triangulação proposta por Justino Magalhães na investigação de instituições escolares desenrolou-se ao longo desta Tese: a partir da proposta de pesquisa e dos dados e informações coletadas – os históricos anteriores – buscou-se acessar as memórias – *corpus* oral desta pesquisa – e o arquivo – o *corpus* documental desta investigação. Dessa triangulação foi possível cotejar fontes e compreender a trajetória, a organização e o modelo pedagógico proposto, vivido e absorvido.

Um trabalho acerca da História das Instituições Escolares, como o apresentado, colabora para uma maior valorização das especificidades educacionais regionais e locais, neste caso, o antigo norte de Goiás, o atual estado do Tocantins, a cidade de Arraias. No entanto, esta tarefa é desafiadora, pois as instituições escolares são dotadas de grande complexidade por causa dos atores que nelas atuam e a fatores intrínsecos e extrínsecos, como, por exemplo, sua proposta, política e práticas pedagógicas, seus espaços e tempos e a situação econômica e social em que está inserida, respectivamente.

O objetivo fundamental das investigações que se referem às Instituições Escolares é contribuir para a (re)criação das escolas, ressignificando-as enquanto espaço de formação sociocultural, possibilitando a apreensão, entendimento e explicação dos processos históricos. Assim,

historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluradimensionalidade, não significa descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Da mesma forma, implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e reescrever seu ciclo de vida em um quadro abrangente, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores (GATTI JÚNIOR, 2002b, p. 74).

Ao historiar o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, instituição escolar em funcionamento por quase vinte e cinco anos em Arraias, como contributo às pesquisas em História da Educação (nacional, regional e local) e ancorado nos pressupostos da História Cultural, tomou-se a cultura escolar como uma categoria de análise que se constituiu baliza para a construção desta pesquisa e de sua narrativa.

Como sugeriu Dominique Julia (2001, p. 17), de que o pesquisador historiador “sabe fazer flechas com qualquer madeira”, referindo-se ao silêncio dos arquivos escolares, tomamos o feixe de gravetos e alguns pedaços de madeira de lei encontrados – elementos formativos da cultura escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes – e tentamos fazer não só as flechas, mas o arco e o alvo.

Entre os significados para os estudos sobre cultura escolar, como exposto por Faria Filho e Vidal (2004), nesta pesquisa nos pautamos nas análises de Julia (2001), mas sem desprezar as concepções de Viñao Frago (1996) e de outros pesquisadores que embasam as investigações que tomam a cultura escolar como categoria de análise.

Assim, na perspectiva de Dominique Julia, cultura escolar pode ser descrita

como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades

que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Em sua concepção, o estudo de cultura escolar decorre de um processo histórico abrangente em que relações culturais diversas – o currículo, as normas, os rituais, a religiosidade – se estabelecem em espaços e tempos escolares e que, dentro do universo escolar, são apropriadas, sejam o que é prescrito ou o que é praticado. Existe um movimento de mudança dentro da escola que faz coexistir antigas e novas práticas. Para Julia (2021, p. 23), é “no momento em que uma nova diretriz redefine as finalidades atribuídas ao esforço coletivo, os antigos valores não são, no entanto, eliminados como que por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas”.

Julia propõe analisar “as transferências culturais que foram operadas da escola em direção a outros setores da sociedade em termos de formas e de conteúdos e, inversamente, as transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção à escola” (2001, p. 37). Os elementos formativos da cultura escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, analisados nesta Tese, provocaram ressonâncias e inserções sociais consideráveis na comunidade local. E quando Julia (2001, p. 37) pergunta “o que sobra da escola após a escola?”, as memórias acessadas – outra categoria de análise nesta Tese – levaram-nos a compreender que, no caso em questão, após a escola fica a escola: “a gente vivia envolvido e respirava mesmo o que era proposto pelo Instituto Nossa Senhora de Lourdes” (ALVES, 2021, entrevista).

A partir da proposta de Dominique Julia (2021, p. 13, 27), a categoria de cultura escolar que guia esta investigação, pauta-se na metáfora aeronáutica da “caixa preta da escola”: a partir das fontes encontradas e produzidas, situações que ainda estavam guardadas, bem fechadas, nos arquivos e nas memórias foram reveladas e outras ficam incompreendidas

Antônio Viñao Frago contribuiu para a compreensão da cultura escolar em evidência nesta Tese. Ele a analisa como um conjunto de teorias, princípios e critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo no seio das instituições educativas, integrando-se à vida cotidiana dessas instituições (VIÑAO FRAGO, 1996), ou seja, um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola enquanto organização. Este conceito, na visão de Souza (2000, p. 4), “põe em relevo o conjunto das características do modo de ser e viver tipicamente escolares envolvendo a dimensão do cotidiano, a materialidade das práticas e os significados simbólicos do universo escolar”.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, o trabalho com fontes orais foi fundamental. Assim, a categoria Memória constitui outro arcabouço indispensável para a pesquisa. Ela é um aporte de registros, impressões, pontos de vista e de vida dinâmica (individual e coletiva) e uma

das pedras angulares deste trabalho. Refletir sobre o conceito de Memória e sua importância para este é fundamental. Sabe-se que “a necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 7). Elas não são sinônimas, ao contrário, uma se opõe à outra. A memória é livre, é vida, é atual e ligada ao presente que parece nunca se acabar, é afetiva, mágica e absoluta. Diferente da história que é reconstrução, operação intelectual, ligada a temporalidade, é relativa (NORA, 1993).

A memória para se tornar história precisa necessariamente passar pelo processo de teorização e metodização (DIEHL, 2002). Sem memória não existe passado. Mas este passado só é produzido como história, quando pensado, ou seja, teorizado e quando metodizado, ou seja, colocado dentro das regras da pesquisa histórica (DIEHL, 2002). Assim, “é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24).

Memórias dadas pelos depoimentos de pessoas que viveram e tiveram suas vidas marcadas por diversos acontecimentos trazem à tona contribuições significativas para a reconstrução de fatos e acontecimentos que, muitas vezes, o documento escrito não consegue responder, especialmente quando essas memórias não são tidas como oficiais e possibilitam outra interpretação do acontecido.

As instituições escolares são 'celeiros' de memória. Lembrar da escola é lembrar do entorno, do trajeto de casa à escola, percurso de descoberta e manipulação, de aventuras e perigos, de brincadeiras e desafios. É uma memória que se enraíza nos gestos de um local concreto e que se torna emblemática quando é conferida à instituição que lhe dá suporte a transmissão dos valores da nação. Remete a um tempo preciso que a lembrança nostálgica muitas vezes esgarça. É o sinal de reconhecimento e pertença a um grupo social e a uma determinada geração. Assim, as instituições escolares são lugares de memória (NORA, 1993, p. 21-22).

A categoria memória que referencia grande parte do constructo desta pesquisa está embasada nas questões sobre memória e história; memória e instituições escolares; memória e história da educação. Para isso, alguns autores foram utilizados como referências. Entre eles, Walter Benjamin (1994), em sua obra “Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura”, produzida no ano de 1933, especificamente nos capítulos “Experiência e Pobreza” e “O Narrador”.

Na concepção benjaminiana, a memória é a faculdade épica por excelência e por ela se acessa “uma nova beleza ao que está desaparecendo” (BENJAMIN, 1994, p. 210, 201). Desta forma, as memórias que vieram à baila nesta pesquisa, possibilitaram compreender a trajetória

de uma instituição escolar que ficou no passado, formou gerações e que, por descuido e falta de provocação aos narradores, poderia ficar à margem do esquecimento.

Hannah Arendt, em uma de suas magníficas obras, “Homens em tempos sombrios” (2008), faz alusão à necessidade de extrairmos do passado suas riquezas. Através de sua metafórica reflexão, referindo-se a Walter Benjamim, ela acena para a necessidade de reunirmos ‘fragmentos do pensamento’ e ajuntarmos memórias como “um pescador de pérolas que desce ao fundo do mar, não para escavá-lo e trazer à luz, mas para extrair o rico e o estranho, as pérolas e o coral das profundezas, e trazê-los à superfície” (ARENDR, 2008, p. 222).

O pensamento de Arendt dá pistas para a pesquisa e estímulo para o pesquisador. O trabalho com Memórias nos torna um ‘pescador de pérolas’, fazer um achado, mergulhar no passado em busca de pistas e propostas para o constructo da história de uma instituição escolar. Trazer à superfície ‘pérolas e corais’ de memórias que quase se esvaneceram e foram à ruína com o tempo é proporcionar redescobertas e saberes.

Paul Ricoeur (2007), em seu texto “A história, a memória e o esquecimento”, faz alusão à importância da memória e ao problema do esquecimento, que é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica, assim como Paolo Rossi (2010), em sua obra “O Passado, a Memória e o Esquecimento: seis ensaios da história das ideias”, incita a reflexão sobre a história do século XX, os “apagamentos” produzidos no nosso tempo, as censuras e subtrações que existiram com o objetivo de impedir as lembranças.

Maurice Halbwachs (2004) que, em sua densa obra “Memória Coletiva”, ancora-se na relação existente entre a sociedade e a memória. Para ele, o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido em um grupo de referência. Por isso, “não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança”, para Halbwachs, é necessário que esta reconstrução aconteça na coletividade, onde se pode “compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (HALBWACHS, 2004, p. 33).

As ponderações de Halbwachs provocam reflexões que remetem à construção da memória como elemento que só tem sentido se for na relação com o outro. Durante a pesquisa, uma das entrevistadas referiu-se à necessidade de reunir-se com suas amigas, daquela época, para que as lembranças não fossem refeitas erroneamente, “conversando com algumas colegas lembramos dos livros de matemática que era de Osvaldo Cruz, de História era de Joaquim Silva. Nossa geografia era Geografia do Brasil e Introdução da Geografia Geral” (DOURADO, 2021).

Ecleia Bosi (1994) que, a partir da obra “Memória, lembrança de velhos”, enfatiza a importância e o lugar das lembranças dos velhos que têm uma memória social atual mais

contextualizada e definida, pois são espectadores de um quadro já finalizado e bem delineado no tempo. Para Bosi (1994, p. 55), “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”.

E Pierre Nora (1993) que, em seu texto “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, ajudou a pensar a instituição escolar como um lugar de memória, revestidos de simbolismos que (re)criam espaços e dão sentido às identidades, às vivências, territorializando-as, como os espaços diversos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Para a construção desta Tese, que é uma pesquisa histórica (FENELON, 2000) e que tem um enfoque qualitativo (TRIVIÑOS, 1987; MARTINS, 2000), os procedimentos metodológicos adotados se organizaram da seguinte forma: um *corpus* escrito de duas naturezas: a literatura específica que se utiliza de livros, teses, dissertações, artigos científicos diversos, periódicos, revistas, sites especializados; a documental, que se utiliza de documentos oficiais, institucionais e privados dos diversos arquivos que foram pesquisados; e, um *corpus* oral de entrevistas abertas e semiestruturadas que foram gravadas e transcritas a partir da catalogação e sistematização de fontes orais.

Quanto às fontes pesquisadas, sabe-se que a “recuperação do passado se faz com documentos e o pesquisador vai ao passado com questões levantadas no presente” (PEREIRA, 2007, p. 87). Desta forma,

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao Historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2013, p. 495).

Sabe-se que o arquivo da instituição escolar, de suas mantenedoras, arquivos privados e de outras instituições relacionadas ao objeto da pesquisa é um lugar riquíssimo para esta pesquisa, pois armazena uma complexa rede de documentos fundamentais de sua história.

são documentos que registram os passos da sua vida diária, os atos ditos oficiais das instituições; documentos administrativos comprobatórios, como matrícula, atas de exames, boletins de frequência e de avaliações, diários de classe, livro de assinaturas de ponto, currículos, atos disciplinares, mapas estatísticos, material simbólico. E outros eventos que também fazem parte do seu cotidiano, como festas, competições esportivas, concursos literários, exposições etc. (PEREIRA, 2007, p. 87).

Desta forma, são inúmeras as fontes de informações sobre uma Instituição Escolar (MOGARRO, 2005, p. 110). E o *corpus* oral? Aqui, a História Oral foi utilizada como procedimento metodológico que buscou fontes para a reconstrução da memória, ampliando os

significados dos documentos escritos, tornando-se assim, um "documento importante para aprofundar a discussão e suas diferentes versões, interpretações e representações [...] sobre seu passado, suas experiências [...]" (ALMEIDA, 2009, p. 33).

A História Oral está cada vez mais presente nas pesquisas em História da Educação bem como nas diversas outras áreas dos estudos educacionais. Por enaltecer a vida e as obras de indivíduos ocultos ou não, por favorecer uma “outra história”, “uma contra história” ou uma “história vista de baixo” e por “colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da sociedade” (MEIHY, 1996, p. 14) é que a História Oral ganha espaço como categoria que vem adquirindo sentido no rol das pesquisas, registros e estudos.

Numerosos trabalhos de pesquisa, dissertações e teses são produzidos utilizando a História Oral como instrumento, técnica, metodologia ou forma específica da produção de conhecimento (MEIHY, 2003). Nas universidades ou fora delas, a História Oral colocou-se como alternativa para a construção de saberes. Pode ser determinada como um processo de trabalho que privilegia o diálogo e a colaboração de sujeitos, considerando suas vivências, experiências, memórias, identidades e subjetividades, para a produção do conhecimento. Neste processo em que acontecem intervenções e mediações, dá-se a construção de narrativas e de estudos referentes à experiência de pessoas, de grupos e de instituições (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

O uso da história oral não é recente. Ao recordarmos os antigos historiadores gregos, Heródoto e Tucídides, notamos que para a redação de seus textos se valiam de testemunhas orais dos acontecimentos. Ao lembrarmos do povo da Bíblia, observamos que os Hebreus nunca menosprezaram a tradição oral. Para eles, a oralidade era a fonte da revelação divina. Para o catolicismo, a base de sua doutrina e ensinamentos pautam-se em três fontes: o texto sagrado, o magistério e a tradição oral. Esta última compreende todo um legado que ainda não foi decodificado por completo e é conservado ao longo dos séculos como norma e conduta de fé, de maneira especial nas práticas da religiosidade católica popular (HANSEN, 2000).

No entanto, quando caminhamos para a cientificidade, na perspectiva de Meihy (1996), no século XIX, a palavra grafada era o grande apoio das ciências e da literatura. Na grafia centrava-se a credibilidade científica. Uma espécie de ditadura da palavra escrita se impôs e contrasta-se, até os dias de hoje, com a fragilidade da palavra oral. Na visão de Alberti (2005), a História Oral apresentou-se com potencialidade para as pesquisas e estudos dos fatos e da sociedade apenas na metade do século XX. Desde então tem conquistado espaço ora como método, ora como técnica de pesquisa, ora como fonte.

A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados (ALBERTI, 2005, p. 17).

A riqueza da História Oral está “evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais” (ALBERTI, 2008, p. 166). Rica, mas complexa, seu uso requer uma decisão metodológica. “Utilizada como técnica, a História Oral é subsidiária de outra fonte. Comporta-se, no entanto, como recurso importante para completar falhas ou lacunas constantes de outra documentação” (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 194). Como método, “tem o seu lugar como fonte principal da investigação e envolve um conjunto de entrevistas, que funciona como amostragem significativa, expressiva, pela qual, elementos essenciais do universo em análise devem estar presentes [...] configura-se, então, como o fundamento da pesquisa” (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 195) que segue rigorosamente procedimentos metodológicos reconhecidamente científicos.

No Brasil, o pioneirismo do trabalho científico com História Oral foi o do CPDOC (Centro de Pesquisas e Documentações) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), na década de 1970. Conforme a fundadora do Centro de Pesquisas, Aspásia Camargo,

a diversidade, a flexibilidade e a liberdade que caracterizaram o uso da História Oral nos anos 70 foram algo muito constrangedor. Havia um mal-estar permanente quando da discussão do método dentro da universidade. Éramos vistos, no mínimo, como imaturos e a História Oral como uma espécie de extravagância importada<sup>2</sup>, que ninguém sabia exatamente para que servia (CAMARGO, 1993, p. 76).

Esse mal-estar era provocado, também, pelo contexto político da época. Era o tempo da ditadura militar no Brasil, os anos de chumbo, em que a ideologia política vigente se caracterizou pela censura. Fazer História Oral possibilitava o emergir de vozes silenciadas num tempo em que as vozes eram subjugadas, subordinadas e excluídas do poder em nome da ordem e do progresso e de uma sociedade de bem. Por isso afirma Aspásia Camargo

[...] quando começamos, estávamos desbravando uma área proibida, estávamos fazendo realmente uma coisa muito esquisita: estávamos entrevistando políticos da década de 1930. Nada parecia mais extravagante do que isso naqueles anos de 75, nos quais o Brasil começava a sentir que se abria uma pequena brecha de ar puro no

---

<sup>2</sup> A História Oral tal como a conhecemos hoje ganhou visibilidade acadêmica na Universidade de Chicago na década de 1920. Na Inglaterra floresceu pelos idos da década de 1960 com características militantes e politicamente engajada. Aos poucos ganhou a Itália e a Alemanha. Teve resistências na França onde consolidou-se somente na década de 1980. Na América do Sul houve significativa abertura para a História Oral, apesar das resistências, a partir de 1970.

sistema autoritário, e que a democracia talvez estivesse ao nosso alcance (CAMARGO, 1993, p. 86).

Somente nos anos de 1990 é que a História Oral ganhou expressividade no meio acadêmico, especialmente com as atividades do grupo de pesquisadores da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) da Universidade de São Paulo que continua em atuação incentivando e arregimentando pesquisas diversas em História Oral<sup>3</sup>. A História Oral ocupa um campo multidisciplinar e interdisciplinar (CAMARGO, 1993) em que diferentes linhas de trabalho e diversas modalidades de pesquisa podem dialogar.

Na visão de José Carlos Sebe Bomtempo Meihy, considerado o papa da História Oral no Brasil, “ela é sempre uma história do tempo presente, tendo de responder a um sentido de utilidade prática e imediata” (MEIHY, 1996, p. 13) e atua “em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais” (MEIHY, 1996, p. 10).

Nos trabalhos de Alberti (2008), ela considera a História Oral como um campo fascinante de descobertas em que

repetições e detalhes que funcionam como divisões infinitesimais em uma entrevista podem ser parte do esforço obstinado e ao mesmo tempo impotente de refazer o percurso do vivido. Por momentos podemos ter a impressão de que é possível abolir as discontinuidades com o passado. Ao mesmo tempo, sabemos que o passado só “retorna” através de trabalhos de síntese da memória: só é possível recuperar o vivido pelo viés do concebido (ALBERTI, 2008, p. 17).

Diversas vezes o vivido é esquecido, excluído ou até mesmo derrotado (JOUTARD, 2000). Isso se aplica às realidades educacionais. Quantas práticas, experiências e trajetórias podem ser recompostas dando voz aos diferentes agentes educativos que se tornam atores da história. Por isso, a História Oral, “que é uma história construída em torno de pessoas” (THOMPSON, 2002, p. 44), favorece as pesquisas de história da formação docente, das diversas práticas de ensino, do currículo, das instituições escolares, da educação no campo, da alfabetização, dos recreios escolares, dos comportamentos de estudantes, da cultura escolar, das práticas e representações, das vivências discentes e de inúmeras temáticas vinculadas ao campo vasto de possibilidades de investigação em História da Educação. Desta forma, “a história oral se tornou uma ferramenta imprescindível ao historiador da educação” (FERNANDES, 2011, p. 2).

---

<sup>3</sup> A Associação Brasileira de História Oral reúne pesquisadores e estudiosos de diversas disciplinas da área das ciências humanas de todo o país que fazem uso da História Oral em suas investigações. A cada dois anos realiza encontros nacionais e regionais de História Oral como momento de socialização das pesquisas desenvolvidas. Mantém a Revista de História Oral com publicações semestrais.

A História Oral é de grande valia para estudos que tentam recuperar a trajetória de Instituições Escolares, não somente quando estas não tiveram seus arquivos conservados, pois ela vislumbra a possibilidade de enriquecimento e completude da história nos aspectos expressos na riqueza das experiências relatadas pelos sujeitos históricos que vivenciaram e/ou que vivenciam a pesquisa. Na Tese utiliza-se a História Oral Temática embasada na perspectiva dos trabalhos de Thompson (1992), Bom Meihy (1996, 2005, 2011), Amado; Ferreira (2001), Montenegro (2001, 2010), Alberti (2004), Portelli (2010).

A História Cultural possibilitou a mudança de ângulo do olhar do historiador sobre o passado. Ela assinala uma reinvenção do passado que se constrói na contemporaneidade (PESAVENTO, 2008), em que o historiador pode ler sua diversidade de fontes não só amparado pela sua empiria, mas também por uma gama de saberes interdisciplinares, no conjunto das ciências humanas e sociais, que possibilitam, “[...] através dos traços que foram deixados e dos vestígios não apagados” (SANTOS, 2019, p. 161), a re-construção dos fatos, a re-leitura dos acontecimentos, a compreensão dos pensamentos.

Para isso, o trabalho com as fontes é fundamental, pois as “fontes históricas constituem o cerne da operação historiográfica” (BARROS, 2020, p. 7). Elas constituem “um pedaço do passado não apenas porque fala sobre o passado a partir de uma determinada perspectiva, mas também porque é um objeto material ou imaterial oriundo do passado e que permaneceu no presente” (BARROS, 2020, p. 7, grifos nossos).

Assim, a constituição e adequação do *corpus* documental foi imprescindível para que a pesquisa se concretizasse e se legitimasse como uma investigação histórica, que é

o conjunto de fontes que serão submetidas à análise do historiador (ou de qualquer outro pesquisador) com vistas a lhe fornecer evidências, informações, discursos e materiais passíveis de interpretação historiográfica. Sua constituição não é aleatória: implica escolhas e seleções que deverão atender regras e critérios (BARROS, 2020, p. 25).

Para a constituição do *corpus* documental desta pesquisa pautou-se nos pressupostos propostos por Barros (2020), tecendo diálogo com outros historiadores e pesquisadores (CARDOSO; VAINFAS, 1997; PINSKY, 2008; VIEIRA, 2015). Em primeira mão, buscou-se fazer o levantamento dos arquivos e acervos em que a pesquisa seria desenvolvida em busca de fontes acerca do objeto em questão. No quadro abaixo, apresenta-se a síntese desses acervos e arquivos, localidade e datas em que as visitas e pesquisas foram realizadas.

QUADRO 1 - Arquivos e acervos pesquisados

ARQUIVO/ACERVO	LOCALIDADE	PERÍODO DE PESQUISA
Arquivo da Câmara Municipal de Arraias	Arraias – TO	28 a 30 de janeiro 2020
Arquivo da Escola Estadual Joana Batista Cordeiro	Arraias – TO	28 a 30 de janeiro 2020
Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios	Arraias – TO	31 de janeiro de 2020
Arquivo e acervo da Província Nossa Senhora do Rosário das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils – Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário	Brasília - DF	08 a 13 de fevereiro de 2021
Arquivo e acervo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas no Brasil	Belo Horizonte -MG	23 a 28 de novembro de 2020
Arquivo e acervo da Província Nossa Senhora do Rosário das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils – Externato São José	Goiânia – GO	23 a 25 de fevereiro de 2021 29 de março a 01 de abril de 2021
Acervo pessoal de Joaquim Francisco Batista Rezende	Brasília – DF Arraias – TO	Acesso <i>online</i> . Parte do acervo fotográfico e documental foi disponibilizada via e-mail e redes sociais.
Acervo pessoal de Vera Carrico	Brasília – DF Arraias – TO	Acesso <i>online</i> . O acervo fotográfico e documental foi disponibilizado via e-mail e redes sociais.
Arquivo do Colégio Sagrado Coração de Jesus	Porto Nacional – TO	Setembro e outubro de 2020

Fonte: Elaboração do autor (2021).

No trabalho com esses arquivos alguns cuidados, como aponta Barros (2020), foram meticulosamente observados. Primeiramente, em relação à pertinência das fontes, ou seja, o universo documental selecionado nestes arquivos tem que ser adequado ao objetivo da análise. Como bem salientou Marc Bloch (2001, p. 80), “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego”, ou seja, para um problema de pesquisa, muitas fontes podem ser pertinentes.

Outra questão é em relação à suficiência: “a documentação deve estar apta a cobrir todos os lados do problema” (BARROS, 2020, p. 26). Foi preciso indagar sobre o que buscar nas fontes para ajudar de fato a trabalhar o problema proposto: muitas perguntas foram lançadas sobre as fontes encontradas. Muitas fontes foram encontradas, nem todas sintonizam com o problema de investigação, no entanto, não foram descartadas, mas sim compiladas, pois em algum momento poderão contribuir para pesquisa ou outras investigações.

Neste processo foram constituídos diferentes “setores do *corpus* documental” com características próprias, pois “não é de modo nenhum necessário que uma pesquisa histórica explore apenas um tipo de fonte” (BARROS, 2020, p. 29). Desta forma, as fontes documentais encontradas foram divididas em 10 (dez) setores, sendo: 1- documentos da Ordem Dominicana; 2- documentos da Congregação-Governo Geral; 3- documentos da Congregação-Provinciais; 4- documentos eclesiais; 5- cartas; 6- relatórios; 7- documentos escolares; 8- cadernos/trabalhos/provas escolares; 9- fotografias; 10- diversos/outros. Essas fontes possibilitaram-nos extrair riquezas do passado, fragmentos de pensamentos que compuseram a tessitura desta Tese, aqui apresentada.

O uso das fontes orais foi primordial. Foram selecionadas a partir do levantamento dos personagens envolvidos com a história da instituição e que se propuseram a dar seus depoimentos. O projeto de História Oral foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas foram realizadas em duas modalidades: presencial ou por meio das plataformas digitais do *Google Meet* e do *WhatsApp*. As perspectivas de Thompson (2002) contribuíram para o delineamento das fontes orais, pois, propõe que a História Oral

[...] lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (THOMPSON, 2002, p. 44).

As fontes orais produzidas pela História Oral servem como um alicerce pelo qual sujeitos invisíveis sejam visibilizados e tenham suas vozes apreciadas e apresentadas à sociedade. As entrevistas foram realizadas após verificação de informações para a preparação dos roteiros, ou seja, sobre o que e quais elementos perguntar para conhecer os sujeitos e suas experiências sobre determinado momento histórico (THOMPSON, 2002) e, neste caso, sobre a trajetória do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

A partir de fontes documentais encontradas<sup>4</sup> e de entrevistas exploratórias<sup>5</sup> foi possível fazer o levantamento, a identificação e a escolha dos sujeitos para participar da pesquisa a partir das relações com o objeto pesquisado. Conforme Paul Thompson,

---

<sup>4</sup> Livro de registros de empregados do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (ARQUIVO DA PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, BRASÍLIA, 2021) e Relação dos Ex-alunos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (ARQUIVO PESSOAL DE VERA CARRICO, 2021).

<sup>5</sup> “Entrevistas exploratórias devem ajudar a constituir a problemática de investigação” (QUIVY, 1998, p.69). Através delas foi possível elencar os possíveis entrevistados na pesquisa. Contribuíram na pesquisa exploratória Diran Batista Cordeiro Moura, Jesi de Moura, Magda Suely Pereira Costa, Joaquim Francisco Batista Resende e

a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (THOMPSON, 1992, p. 44).

O Quadro 2, a seguir, relaciona as entrevistas realizadas com pessoas que possuem estreitos laços com o objeto que, de maneira voluntária e satisfatoriamente<sup>6</sup>, participaram da pesquisa e que compõem o *corpus* oral desta Tese.

**QUADRO 2** - Pessoas entrevistadas que participaram da história do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias

(continua)

Nº	Nome	Posição que ocupou	Cidade onde vive atualmente	Tempo vivido no INSL
1	Alanita Costa Ramos	Ex-aluna	Campos Belos-GO	1976
2	Ana Rita Lopes de Souza	Religiosa Dominicana	Goiânia-GO	1970-1976
3	Anita José dos Santos	Ex-aluna interna	Divinópolis-GO	1965-1968
4	Berenice da Silva dos Santos	Ex-religiosa dominicana	Goiás-GO	1979-1982
5	Diran Batista Cordeiro Moura	Ex-aluna e ex-professora	Arraias-TO	1958-1961 1969-1981
6	Ivany Rodrigues da Costa Magalhães	Ex-aluna Ex-funcionária	Arraias-TO	1966-1971 1974
7	Jesi José de Moura	Ex-professor	Arraias-TO	1958 1968
8	Joaquim Cardoso Costa	Ex-aluno	Brasília-DF	1971-1979
9	Joaquim Correia	Ex-aluno	Arraias-TO	1968-1972
10	Joaquim Francisco Batista Resende	Ex-aluno	Brasília-DF	1974-1982
11	Leonor dos Santos Rodrigues	Ex-aluna Ex-professora	Arraias-TO	1974-1982
12	Magda Sueli Pereira Costa	Ex-aluna Ex-professora	Arraias-TO	1970-1976 1982

Vera Carrico.

<sup>6</sup> As entrevistas exploratórias e alguns documentos possibilitaram o levantamento dos sujeitos a serem entrevistados. Para as entrevistas foram feitos contatos por telefone, WhatsApp ou e-mail cedidos pelos colaboradores nas pesquisas exploratórias ou pelas indicações de familiares, amigos ou local de trabalho feitas por eles. Todos os entrevistados do Quadro 2 foram solícitos em atender o pesquisador, colaboraram alegremente e colocaram-se à disposição após as entrevistas.

(continuação)

13	Maria Auxiliadora Pereira Moraes	Ex-aluna	Arraias-TO	1976-1982
14	Maria de Jesus Santos Martins	Ex-aluna martinha	Arraias-TO	1966-1971
15	Maria do Carmo Xavier Gomes de Almeida	Ex-professora	Brasília-DF e Arraias-TO	1968-1982
16	Maria do Rosário Silveira	Religiosa Dominicana	Uberaba -MG	1958-1962 1965-1968
17	Maria Ivatônia Barbosa dos Santos	Ex-aluna	Brasília-DF	1973-1979
18	Maria Lenice Moreno	Ex-professora Ex-coordenadora	Porto Nacional -TO	1979-1982
19	Maria Nunes Bernardes	Ex-aluna interna	Goiânia-GO	1958-1965
20	Maria Rosa Amélia Figueiredo	Religiosa Dominicana	Brasília-DF	1981-1982
21	Marilene Costa	Ex-aluna interna	Teresina-GO	1959-1960
22	Marisa Marques Alves	Ex-aluna	Arraias-TO	1965-1968
23	Rosângela Maria Pinto de Assis	Religiosa Dominicana	Brasília-DF	1958-1982
24	Solange da Eucaristia Xavier Dourado Parreira	Ex-aluna	Goiânia-GO	1961-1965
25	Tereza Antonio dos Santos	Ex-aluna Ex-funcionária	Arraias-TO	1976-1982
26	Valéria Moutinho	Religiosa Dominicana/Superiora Provincial	Goiânia-GO	1979-1982
27	Vera Maria Cavalcante Alves Carrico	Ex-aluna	Brasília-DF	1968-1971

Fonte: O autor (2021).

Para cada entrevista foram delimitados princípios específicos de acordo com a relação ou atuação do(a) entrevistado(a) na instituição escolar: (aluno(a), professor(a), religiosa etc. Foram adotados, para todos os participantes, alguns critérios como a anuência voluntária de participação e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>7</sup> a partir da aprovação do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Goiás<sup>8</sup>. As entrevistas foram realizadas e transcritas conforme as orientações de Meihy (1996), Thompson (2002) e Alberti (2004). Foram realizadas vinte e sete entrevistas que somaram mais de quarenta horas

<sup>7</sup> Ver Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

<sup>8</sup> Ver Apêndice 2 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.

de gravação e mais de quatrocentas laudas de transcrição que se transformaram em fonte para esta pesquisa.

A Tese está compilada em quatro seções (capítulos). A primeira seção é intitulada “A Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils: da França para o Brasil”. Em sua tessitura, buscou-se entender a historicidade da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils desde sua fundação em 1850 por Madre Anastasie, no sul da França, compreender a sua base fundante, o processo de sua filiação à Ordem Dominicana e sua expansão missionária-educacional para terras brasileiras, a partir de 1885. A partir dos pressupostos da História dos Conceitos, com olhares para as mudanças e permanências, diferenças e semelhanças, pesquisou-se o conceito de educação anastasiana-dominicana – termo que agrega a pedagogia da Congregação de Madre Anastasie e a filosofia educacional da Ordem de São Domingos –, seu crescimento e consolidação às modificações impetradas pelo “espírito da História”. A seção perfaz, em seu último tópico, a cartografia da educação anastasiana-dominicana no Brasil a partir das instituições escolares fundadas, em funcionamento ou não, que integram e caracterizam o campo educacional da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils no país.

Na segunda seção, “Arraias: contextos, histórias e educação”, a narrativa histórica voltou o olhar para a cidade de Arraias – espaço do objeto analisado. Objetiva-se compreender a cidade, seus contextos e histórias, a partir de suas trajetórias até a fundação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em 1958. Os primórdios de Arraias fincam-se em séculos passados. Conhecer os processos e alguns fatos que marcaram sua história, de maneira especial alguns fragmentos de sua História da Educação, tornam-se imprescindíveis para entender as motivações e os pressupostos locais e da Congregação de Monteils para a fundação de uma escola secundária confessional católica numa região sertaneja reconhecida como ‘corredor da miséria’.

A terceira seção, “Elementos formativos da Cultura Escolar no Instituto Nossa Senhora de Lourdes”, é o coração da tese. Nesta seção adentra-se a *caixa preta* do Instituto Nossa Senhora de Lourdes e, a partir das categorias de análise *cultura escolar e memória*, num diálogo entre as fontes catalogadas e produzidas, os referenciais teóricos e a metodologia, emergiram elementos formativos desta cultura escolar produzidos pelo educandário: seus espaços e tempos, a escolarização oferecida, os saberes ensinados e aprendidos, o cotidiano do internato e do externato, as festas e eventos, a materialidade a partir do uniforme escolar e os movimentos do colégio em torno de seus alunos, professores e religiosas, com destaque para a religiosidade católica e a educação anastasiana-dominicana transversa nesses componentes.

Na quarta seção intitulada “Instituto Nossa Senhora de Lourdes: educação anastasiona-dominicana em Arraias”, compilou-se alguns traços da atuação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, referentes à sua inserção em Arraias, a partir de ações desenvolvidas em seu interior, mas que suplantaram os muros escolares e o aprendizado regular, ora como resposta a carecimentos da comunidade, no campo sociocultural e religioso, ora como atividades pedagógicas extracurriculares. A cultura escolar produzida pelo “Colégio de Arraias”, uma escola de espírito anastasiono-dominicano, extrapolou seus jardins e muros, seu *ethos* influenciou a sociedade. Em alguns momentos a trouxe para dentro da escola e em outros levou a escola – sua filosofia e seus valores – para as famílias, para a Igreja e para a sociedade. As fontes catalogadas e produzidas, o *corpus* documental e o *corpus* oral, assim como nas outras seções, embasaram a tessitura da seção que finaliza a Tese com alguns apontamentos sobre o encerramento das atividades do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em junho de 1982, num processo em que questionamentos, produzidos por alguns estranhamentos, ainda não foram respondidos.

Espera-se, de alguma forma, que este trabalho de pesquisa, ao focar uma instituição escolar confessional católica em Arraias, antigo norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, fundada e encerrada pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils (anastasionas), traga contribuições para o campo da História da Educação regional e local, singularmente às investigações sobre instituições escolares, sobretudo à propagação da missão educacional católica no antigo norte de Goiás, especificamente na Diocese de Porto Nacional – território eclesiástico em que Arraias se insere desde 1915. Ressalta-se o ineditismo da pesquisa que não foi construída isoladamente, – mas numa rede que se construiu a partir do *corpus* aqui desenhado, tanto documental como oral: religiosas, egressos, ex-professores e pessoas que se prontificaram a contribuir –, e que não poderá continuar isolada, mas divulgada para os sujeitos desta rede e para que outros tenham acesso a ela.

A parte final da Tese apresenta reflexões sobre a pesquisa, os anseios, as dificuldades, o que ficou do caminho percorrido e os sentimentos em relação ao trabalho desenvolvido, as metas alcançadas e os objetivos inacabados. Apresentam-se, também, além das referências utilizadas ao longo do texto, outros elementos relacionados à pesquisa.

# 1 A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS: DA FRANÇA PARA O BRASIL

Toda Congregação religiosa nasce para uma missão, e esta se situa sempre no sentido de testemunhar e anunciar a fé, a partir de um serviço que atenda às necessidades de um determinado tempo histórico. Espera-se que, por esse anúncio e presença, o número de fiéis aumente e, para os outros, a fé não perca. É nessa perspectiva que a Igreja parte para a Educação. Seus colégios seriam grandes redomas a proteger a infância e a juventude do mal do mundo, projeção do espírito “*fuga mundi*” da vida religiosa de outrora: onde também iriam crescer, na fé e no amor à Igreja, os grupos decisórios do país (ALVES, 1991, p. 155).

Objetiva-se neste capítulo perseguir a historicidade da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils desde sua fundação em 1850 por Madre Anastasie, no sul da França, assim como compreender a sua base fundante e o processo de sua expansão em terras brasileiras a partir de suas instituições escolares.

Numa análise ao mesmo tempo global e micro, esta seção também tem o intuito de compreender a proposta educacional da Congregação e, a partir do que propõe a História dos Conceitos, pensar o conceito de educação anastasiana-dominicana. Da pequenez de Bor à robustez do processo de expansão e consolidação da Congregação, desenvolve-se ainda, nesta parte, a cartografia das instituições de educação anastasiana-dominicana no Brasil. Dentre elas, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias, objeto desta Tese.

## 1.1 Madre Anastasie e a fundação da congregação

Na Europa do século XIX, de maneira especial na França, floresceram inúmeras Congregações religiosas católicas femininas que se dedicaram à educação e à saúde. Conforme Colombo (2013), essas novas congregações apareceram na França entre 1800 e 1880. O historiador francês Claude Langlois produziu a obra “*Le catholicisme au féminin. Les congrégations françaises à supérieure générale au XIXe siècle*”, publicada em 1984. Ao longo de suas densas 776 páginas, ele se interroga constantemente: “Como, com efeito, pode-se concordar unanimemente sobre a importante feminização do Catolicismo no século XIX e não

tentar verificar suas manifestações, procurar suas causas e medir seus efeitos?” (LANGLOIS, 1984, p. 13). Nessa obra, o especialista em história do catolicismo da era moderna, apresenta e analisa, qualitativa e quantitativamente, a feminilização do catolicismo a partir da cartografia de novas Congregações religiosas que emergem no século XIX francês e o ingresso avultoso de mulheres a elas, a partir de um modelo em que a figura da superiora geral espelhava a hierarquia católica masculina.

A obra de Langlois (1984), na análise de Paula Leonardi, retrata que

o sucesso congreganista foi dado pela conjuntura política, mas também pela estrutura religiosa. Além disso, também se deve levar em conta a feminização da prática e da piedade (dos objetos de devoção) que, por sua vez, também ofereciam espaços de recrutamento para seus quadros: à medida que as congregações cresciam, cada vez mais a educação ficava a seu encargo, o que garantia sua retroalimentação (LEONARDI, 2008, p. 156).

Entre as mais de quatrocentas Congregações religiosas fundadas na França do século XIX, a maioria visando como meios práticos e próprios à educação e à saúde, e o acesso de mais de duzentas mil mulheres a elas<sup>10</sup>, nos reportaremos a um pequeno instituto religioso na aldeia de Bor, nas montanhas do Aveyron, no sul da França. A gênese deste foi com a jovem Maria Alexandrina Conduché (1833-1878), filha de um artesão sapateiro, José Conduché e da dona de casa Maria Joana Artières, que viviam em Compeyre, na região do Aveyron.

A pequena Conduché estudou na escola de sua cidade e na escola das Irmãs da União, na vizinha cidade de Aguessac. Foi destaque entre as estudantes e concluiu o ensino primário em “1846 com capacidade de transmitir seus conhecimentos a suas companheiras” (PADIN, 1989). Apesar de ter ficado um ano fora da escola, em virtude da doença de sua mãe, que a levou a assumir as atividades domésticas foi sempre “dócil, bôa para com todos, prompta a fazer tudo o que se lhe mandava, sem deixar transparecer jamais a menor repugnância” (BERNARDOT, 1935, p. 17, *sic*).

Aos 14 anos, em junho de 1847, o seu tio, irmão de sua mãe, Padre João Calixto Artières, que era pároco em Tizac, ofereceu-se para cuidar de Alexandrina. O lugarejo não tinha escola e Padre Artières sonhava em remediar a situação de analfabetismo que assolava seus paroquianos. Anexada à paróquia, criou uma escola e incumbiu Alexandrina de dar as aulas,

---

<sup>9</sup> «Comment, en effet, peut-on tout à la fois s'accorder unanimement sur l'importante féminisation du catholicisme au XIXe siècle et ne point tenter d'en vérifier les manifestations, d'en rechercher les causes, d'en mesurer les effets?»

<sup>10</sup> “Este fenômeno de reorientação da vida religiosa consagrada dentro da Igreja, causou de certo modo estagnação dos mosteiros femininos - que até o século XVIII foi o espaço florescente e disseminador do modelo religioso feminino em todo o velho mundo” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2007, p. 847-848).

alfabetizando as crianças. Foi nesse lugar que ela fez grandes progressos na vida espiritual e intelectual, pois soube aproveitar a biblioteca paroquial e a assistência religiosa de seu tio Padre Artières (PADIN, 1989).

Além do aprimoramento docente e espiritual, despertou-se para a vocação religiosa: desejou ser freira. Tizac não era mais suficiente para a menina Alexandrina. O padre Artières tinha um tio-padre na aldeia de Bor que trazia consigo o sonho de fundar um instituto religioso que levasse em frente um projeto educativo que tinha criado há alguns anos, mas que as intempéries da vida o fizeram retroceder. Ao partilhar com Padre João Pedro Gavalda<sup>11</sup>, o vigário de Bor, sobre Alexandrina, este “ficou então encantado de poder associar Alexandrina à sua sobrinha, Virgínia Gavalda, que ele já conquistara para seu projeto” (MOUNIER, 1992, p. 11).

De Bor, Alexandrina Conduché e Virgínia Gavalda foram enviadas por padre Gavalda, em 1849, ao noviciado do Convento das Irmãs de Notre Dame na região de Massip, em São Julião d’Empare. No dia 8 de abril foram admitidas à tomada do hábito. Alexandrina recebeu o nome de Irmã Anastasie e Virgínia de Irmã São José (LEUJENIE, 1993). Permaneceram em estágio de formação para a vida religiosa até dezembro de 1849.

A França vivia um tempo de grande turbulência social causada pela miséria, desemprego, dificuldades no tratamento de saúde e com o analfabetismo. Padre Gavalda estava preocupado com o elevado quadro de analfabetos de sua paróquia e da urgente necessidade de transmitir às crianças e aos jovens a inteligência e os princípios da fé cristã através da escola. No contexto francês do início da segunda metade do século XIX era preocupante a crise no campo educacional: poucas escolas e a maioria destinada ao sexo masculino, alto índice de analfabetismo entre as crianças: 40% dos meninos e 50% das meninas não sabiam ler nem escrever. Esta realidade piorava nas regiões rurais onde localizava-se Bor (MOUNIER, 1992).

Assim, o sonho do Padre Gavalda, de fundar uma Congregação de Religiosas Educadoras, concretizou-se em Anastasie e Saint Joseph. Com a autorização do Bispo de Rodez, em 1º de janeiro de 1850, teve início a fundação religiosa com a finalidade de “educar

---

<sup>11</sup> Desde o século XII havia se estabelecido na França um movimento de Igreja Católica nacionalista conhecido como jansenismo. Este movimento, também conhecido como galicanismo, dividiu os membros do clero a favor do rei e de uma Igreja Católica subordinada integralmente à Coroa e em membros ultramontanos, a favor do Papa, em Roma. Os primeiros, considerados alto clero, eram em sua maioria provenientes da classe burguesa dominante. O segundo grupo, originário das classes trabalhadoras e camponeses, formavam o baixo clero. Tanto Padre Artières como Padre Gavalda pertenciam ao baixo clero francês, dado a condição econômica em que viviam, o que seria incongruente com a proposta de fundação de uma congregação que, desde o início, colocou-se ao lado dos que mais precisavam de educação e saúde (cf. COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, nº 123, dez. 2007).

a juventude e cuidar dos pobres doentes da paróquia” (PADIN, 1989, p. 8). Logo, outras moças se juntaram a elas como postulantes do nascente instituto religioso.

Paula Leonardi, em seus estudos e pesquisas sobre duas Congregações religiosas francesas do século XIX, afirmou que “[...] as Congregações femininas nascentes no século XIX tinham sempre um homem à sua frente. Fosse ele posteriormente considerado fundador ou retirado dessa função e considerado somente diretor espiritual, elas não eram de todo independentes” (LEONARDI, 2010, p. 137).

De fato, a embrionária Congregação com o objetivo de fazer o apostolado católico de evangelização e de contribuir com a educação de crianças e jovens da aldeia de Bor, tinha como fundador e líder o padre João Pedro Gavalda, ilustre e renomado sacerdote de reputação ilibada e de testemunho favorável às exigências eclesiais da época. Infelizmente, ainda eram insignificantes os espaços de autonomia e de liderança concedidos às mulheres na sociedade e, particularmente, na Igreja Católica, de arraigada tradição patriarcal.

Apesar do Padre Gavalda estar à frente da nascente Congregação, Irmã Saint Joseph foi nomeada superiora, pois era a mais velha. Irmã Anastasie, com apenas 17 anos, ficou incumbida de dirigir a escola – algo que já havia feito em Tizac – e, a partir de 1851, foi nomeada canonicamente Mestra de Noviças (MOUNIER, 1992).

No entanto, Anastasie

[...] sempre foi a alma e o alicerce desta fundação. Mesmo durante o período de grande provação porque passou o instituto quando sua superiora, a Irmã de São José doentia e sem aptidão para a vida religiosa, pôs em risco o equilíbrio da jovem comunidade, *Souer Ste Anastasie* soube manter a unidade das Irmãs, com seu zelo e fervor religioso, animando a todas a seguir no seguimento de Jesus Cristo. Não só a mantiveram, com a afluência de novos membros, como também garantiram a expansão do instituto através de novas fundações [...] (PADIN, 1989, p. 8).

Em 1859, o padre Gavalda faleceu e, em 1862, a Irmã Saint Joseph demitiu-se da congregação, pois se apaixonou por um pintor viajante de Toulouse que andou por Bor. Irmã Anastasie, que já era chamada de Madre em razão do cargo de mestre de noviças, tornou-se efetivamente líder da Congregação, quando, em 16 de outubro de 1862, foi realizado o primeiro capítulo geral eletivo da Congregação, e foi eleita superiora geral do instituto (LEUJENIE, 1993; PADIN, 1989). Em outubro de 1863, Madre Anastasie fez seus votos perpétuos junto com outras oito irmãs. “A Congregação do Santo Rosário estava fundada” (LEUJENIE, 1993, p. 41), efetivamente. Não era mais a Congregação do padre Gavalda, nem de Irmã Saint Joseph, era a Congregação de Madre Anastasie que começava a se propagar.

Anastasie tornou-se a autoridade máxima na Congregação. Ela quem tomava as decisões. Às demais caberia o respeito e o acato das decisões e ordenações. O poder de Madre

Anastásie “se estende ao controle total do que acontece no interior do convento e no interior de cada uma das irmãs” (GROSSI, 1990, p. 57). Tal poder se manifestava diante da necessidade de defender os interesses da Congregação, além dela ser o modelo de vida e o comportamento a ser seguido pelas demais irmãs. Era respeitada e incontestável.

Deixando de lado as relações hierárquicas da Congregação, cópia da hierarquia católica enrijecida, a figura da mulher Anastásie destaca-se no contexto da segunda metade do século XIX. Ela foi protagonista, juntamente com sua Congregação e contribuiu para promover o papel da mulher na sociedade. Era o “gênio feminino” (CABRA, 2004) sendo valorizado, mesmo que para isso fosse preciso mudar o nome e trocar de roupa<sup>12</sup>. Assim,

no final do século XIX, as freiras já se encarregavam de inúmeras tarefas necessárias à sociedade, particularmente no campo da educação, da saúde e da assistência social... as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando ainda a maioria da população feminina era do “lar” (NUNES, 2009, p. 483).

O decreto episcopal do Bispo de Rodez, datado de 30 de março de 1850, que autorizou o funcionamento do instituto religioso de Padre Gavalda, rezou no artigo 1º que: “autorizamos a fundação de uma Casa de Irmãs não enclausuradas da terceira ordem de São Domingos, em Bor de Bar” (MESQUITA, 2010, p. 40). De fato, “a autoridade diocesana decidira que as irmãs de Bor fossem dominicanas, mas nada se fizera para que este título fosse concretizado” (MOUNIER, 1992, p. 14). Isto inquietou Madre Anastásie, pois a seu ver, o fato de estarem vinculadas à Ordem de São Domingos deveria exigir muito mais do que o uso do hábito dominicano e de algumas de suas regras. Desde 1862, quando eleita Priora Geral, trabalhou para que a pequena congregação de Bor vivesse os pressupostos do carisma dominicano.

Em setembro de 1875, Padre Cormier, provincial dos frades dominicanos de Toulouse, aceitou o convite de Madre Anastásie para pregar o retiro à Congregação do Santíssimo Rosário de Bor. Pela primeira vez, as irmãs tiveram contato com alguém que fosse interlocutor das mensagens e da proposta do movimento de Domingos de Gusmão. Isso fez com que Madre Anastásie confirmasse a filiação total da Congregação à Ordem Dominicana. Solicitou ao “padre Cormier que iniciasse suas filhas às observâncias dominicanas e lhe confiou a redação das constituições definitivas, de acordo o espírito e as tradições de sua Ordem” (BERNARDOT, 1935, p. 63, *sic*).

Frei Jacintho Maria Cormier trabalhou com afinco junto à Ordem para a concretização da filiação da Congregação do Santíssimo Rosário de Bor ao movimento secular de Domingos

---

<sup>12</sup> As mulheres ao ingressarem na vida religiosa recebiam um novo nome e passavam a usar o hábito específico.

de Gusmão. Oficialmente, em 27 de dezembro de 1875, o instituto religioso de Bor passou a se chamar Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário e, em 20 de setembro de 1877, foram aprovadas as novas constituições, a regra, o cerimonial e o costumário conforme a filosofia, o carisma e a espiritualidade dominicana, pela autoridade episcopal. Madre Anastasie queria “que sua Congregação fosse em tudo dominicana: em seu fim, em seu espírito e em sua prática” (BERNARDOT, 1935, p. 64). Madre Anastasie realizou o que de fato faz dela fundadora da Congregação: a afiliação definitiva da congregação à Ordem Dominicana e a intensificação do aprofundamento dominicano em todas as práticas compatíveis com o trabalho das irmãs (BERNARDON, 2017).

Podemos inferir que a afiliação da Congregação de Madre Anastasie à Ordem Dominicana aconteceu a partir de um processo de apropriação do capital cultural desta Ordem religiosa. Para Bourdieu (2007, p. 67), capital cultural é um

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

A afiliação da Congregação de Anastasie à Ordem Dominicana “possibilitou compartilhar uma experiência religiosa de séculos” (REMENCHE; GULIN, 2017, p. 32). Este processo de apropriação, na perspectiva de Pierre Bourdieu (2007, p. 74-75),

exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor. [...] O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*.

De fato, apesar de viver pouco tempo depois da afiliação à Ordem Dominicana, Madre Anastasie dedicou-se e cuidou pessoalmente para que cada uma das irmãs de sua Congregação incorporasse o objetivo, o espírito, a filosofia e a prática dominicana a partir da vivência da tradição religiosa, das constituições, do cerimoniário, da ordem cotidiana, das celebrações litúrgicas e do carisma (REMENCHE; GULIN, 2017, p. 32), o que formou o *habitus* da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils.

Ao aprofundar a vida e a obra de Domingos de Gusmão (século XIII) e Madre Anastasie (século XIX), nota-se que havia “entre a alma da ruerguense de Anastasie e a do castelhano Domingos uma curiosa afinidade, estas duas almas se uniam em uma mesma forma de santidade” (MOUNIER, 1992, p. 14) e em propostas que se consolidaram: a busca da verdade, a percepção da necessidade real e a resposta a esta necessidade com um espírito de compaixão

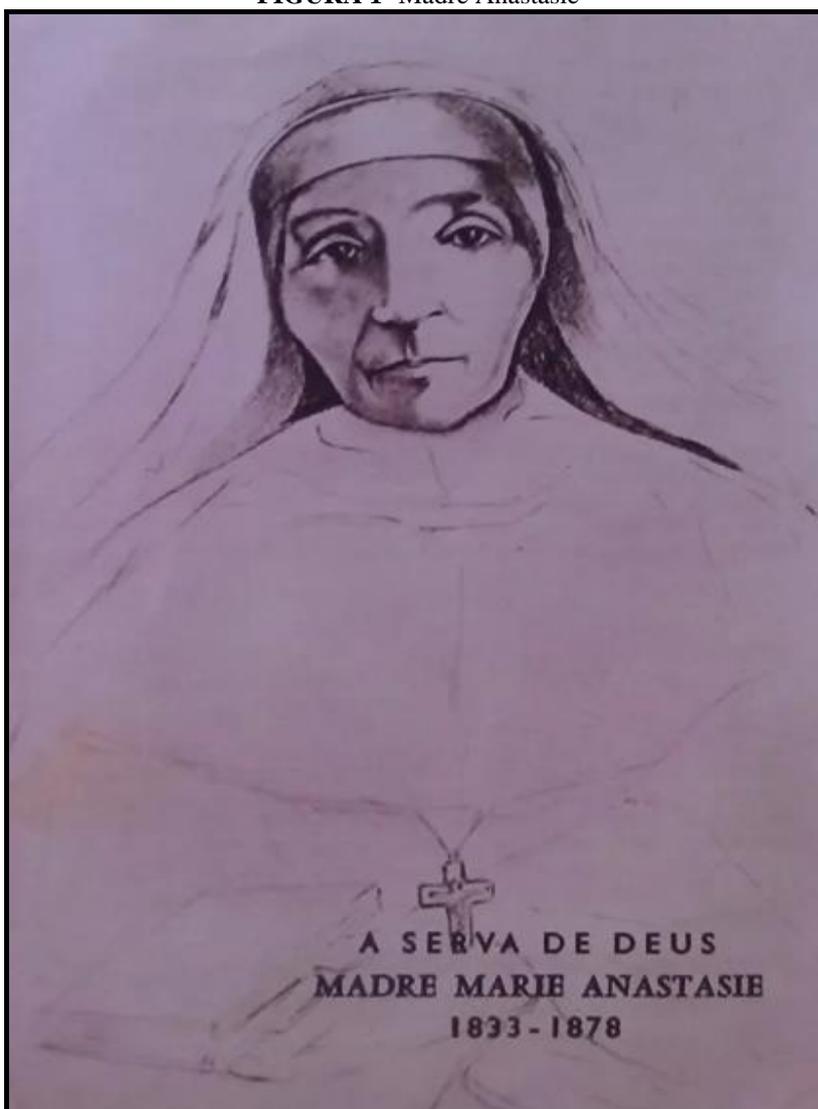
e misericórdia, que se estende a todos, e se concretiza através do estudo e da transmissão do que se estuda, na perspectiva de contribuir para a formação dos sujeitos em suas diversas faculdades.

A apropriação do capital cultural secular da Ordem Dominicana pela Congregação de Madre Anastasie fez com que esta se expandisse. Em 1878 contava com 91 religiosas professoras, 14 jovens noviças, 12 postulantes e 25 escolas funcionando em distintos lugares da França (PADIN, 1989), conforme a imagem 2.

Os últimos anos da vida de Madre Anastasie foram intensos e difíceis. De um lado, a preocupação com a Congregação e suas filhas; por outro, sua frágil saúde. Acometida pela tuberculose, Madre Anastasie precisou de cuidados. Foi à gruta de Lourdes em agosto de 1875 para suplicar a cura de sua enfermidade. Apesar da melhora por mais de dois anos, a doença provocou debilidades significativas logo após a aprovação dos documentos regulamentadores de sua Congregação que se tornou, de fato, dominicana. A tuberculose retomou seu curso e a fez viver num recolhimento intenso a partir de março de 1878. Acamada e cheia de sofrimentos, faleceu no dia 21 de abril de 1878, um domingo de Páscoa, aos 45 anos de idade, com 27 anos de vida religiosa e no 16º ano como superiora da congregação.

Foram poucos os registros sobre Madre Anastasie. Quem a conheceu dizia ser ela de estatura mediana, magra, ligeiramente encurvada para a direita, devido à doença de Pott que prejudicava seu esqueleto já raquítico desde a infância (LAJEUNIE, 1993). O abade premonstratense Norbert Calmels é quem relatou algo mais sobre Madre Anastasie:

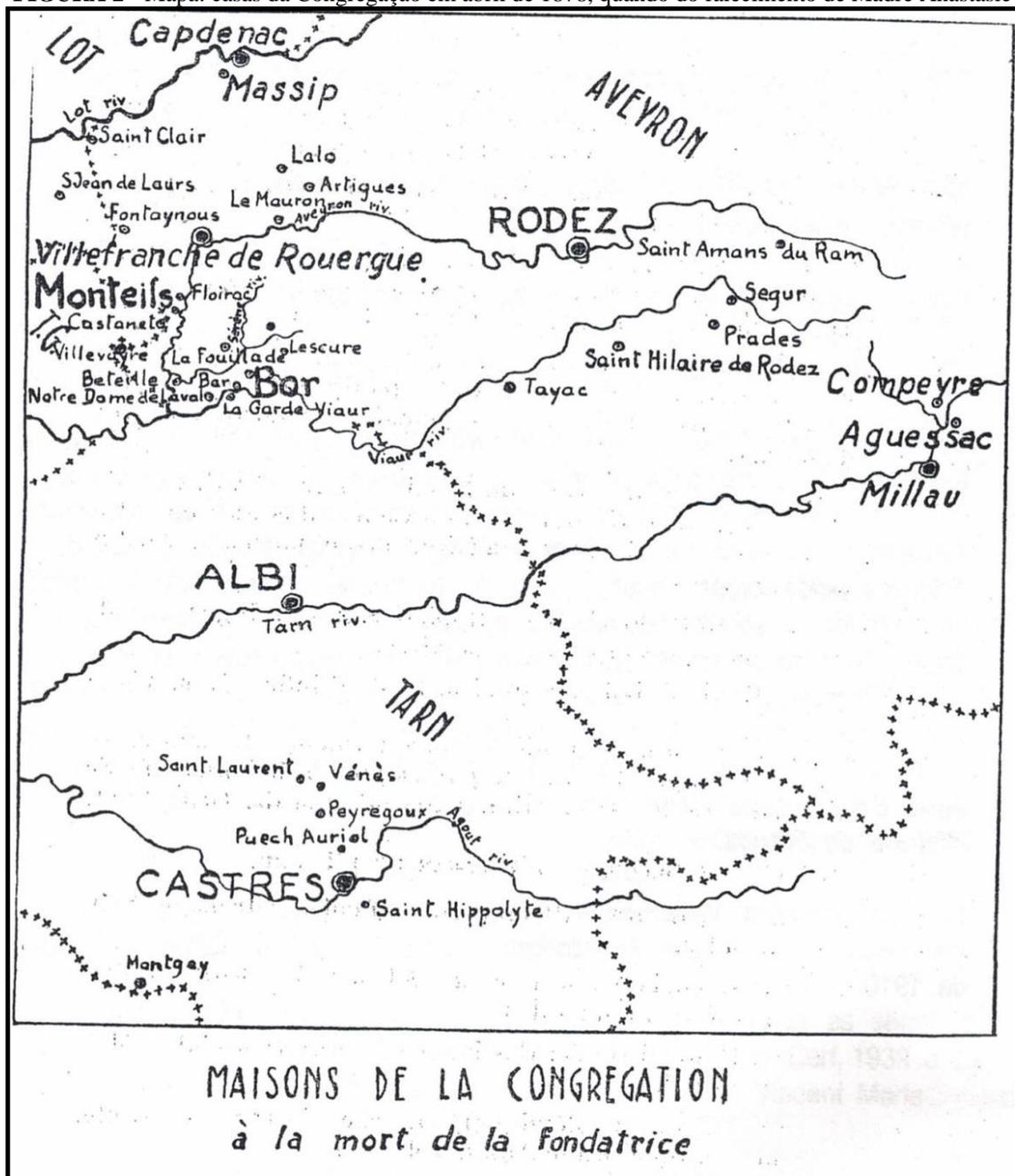
A Priora de Bor não fazia volume, mas era de grande peso. O sr. Bispo de Rodez que medira a largueza de sua generosidade, avaliou com precisão a profundidade de seu bom senso. As dominicanas de Monteils não possuem de sua fundadora senão um retrato de agonizante, executado às pressas. Ele retrata, contudo, os traços marcantes de seu semblante - chamam nossa atenção seus grandes olhos. Parecem distantes, voltados para seu interior, para a profundidade de sua alma. Era, contudo, difícil encarar seu olhar. Mas sob essa sobriedade está prestes a fluir uma reserva de bom humor e alegria. O conjunto do semblante reflete paz e bondade, digamos ser ela mais bondosa que bela. “A beleza da filha do Rei está no interior (MOUTINHO; JOUGLA; PADIN, 2004, p. 10).

**FIGURA 1-** Madre Anastasie

**Fonte:** Santinho de 1957. Arquivo da Província Nossa Senhora do Rosário, Brasília, 2021.

Com o falecimento de Madre Anastasie, suas seguidoras, as religiosas e educadoras anastasianas-dominicanas, continuaram o apostolado e a obra educacional. A Congregação, na busca da vivência dos princípios fundamentais da Ordem Dominicana, desempenhou com competência seu carisma educativo, o atendimento aos enfermos e o cuidado com as famílias, num espírito de acolhida a todos.

FIGURA 2 - Mapa: casas da Congregação em abril de 1878, quando do falecimento de Madre Anastasie



Fonte: Coleção Memória Dominicana, 2007, s/p.

A sucessora de Madre Anastasie à frente da Congregação foi Madre Maria Dosithée, que teve seu generalato entre os anos de 1878 e 1902. Neste período, as fundações multiplicaram-se, transpuseram os limites do Aveyron e chegaram a diversas regiões da França, da Europa e ao Brasil. Em 1891, o Papa Leão XIII expediu um Decreto Laudatório reconhecendo o espírito religioso da Congregação e confirmando-a na missão de “dar às jovens uma educação sólida, formando-as nos costumes cristãos e a se dedicar ao serviço dos doentes”

(PADIN, 1989). E, em 18 de dezembro de 1897, decretou a aprovação definitiva da Congregação elevando-a a uma Congregação de Direito Pontifício.

De Bor, primícias da fundação anastasiana, a Congregação mudou sua sede para Monteils. O pequeno lugarejo, com características rurais, tornou-se pequeno para conter a afluência das novas vocações. Monteils era a cidade melhor e mais estruturada da região. Era favorecida pela estrada férrea que facilitaria a comunicação entre a casa mãe e as demais fundações na França e além da fronteira francesa. Assim, na festa de São Domingos de 1889, instalou-se em Monteils o noviciado e a casa superior. A Congregação passou a ser reconhecida como das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils (PADIN, 1989; MOUNIER, 1992).

Madre Anastasie e suas sucessoras preocupavam-se com as religiosas para que estudassem, se habilitassem para lecionar e se comprometessem com a verdade na ação educativa. O estudo é basilar na Ordem Dominicana, pois, além de ser útil faz “exercitar-se no amor à verdade” e abrir-se para “a graça de compreender seu tempo”, que é uma virtude, “forma uma dimensão essencial da atividade humana, situada no caminho que nos leva à bondade benfazeja” (VERGAUWEN, 2015, p. 97-99). Desta forma, desde o início da Congregação Anastasiana, as jovens religiosas dedicavam-se com afinco não só aos estudos eclesiásticos e teológicos, mas buscavam licenças e títulos em renomadas universidades francesas nas áreas de música, ciências, educação, exatas, humanidades ou mesmo na área da saúde (LAJEUNIE, 1993).

Diante disso, quais foram os princípios norteadores da ação educativa da Congregação de Madre Anastasie? Pode-se falar de uma educação anastasiana-dominicana disseminada nas instituições escolares dirigidas pela Congregação, de maneira especial no Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias entre os anos de 1958 e 1982?

## 1.2 Educação anastasiana-dominicana: a história de um conceito

Na pesquisa histórica,

[...] não importa a que enfoque o historiador se dedique ou esteja mais habituado, dificilmente ele poderá alcançar um sucesso pleno no seu ofício se não conhecer todos os outros enfoques possíveis – talvez para conectá-los em determinadas oportunidades, talvez para compor com alguns deles o seu próprio campo complexo de subespecialidades, ou talvez simplesmente para perceber que a história é sempre múltipla, mesmo que haja a possibilidade de examiná-la de perspectivas específicas (BARROS, 2004, p. 15).

Sendo esta Tese ancorada nos pressupostos da História Cultural, apoiei-me nas reflexões de José d'Assunção Barros sobre 'O campo da História' para utilizar das conjecturas do campo da História dos Conceitos e suas contribuições como fio conector para compreender o conceito de educação anastasiona-dominicana, a partir da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils.

A História dos Conceitos constitui-se um dos domínios da pesquisa em História, conectada ao ramo da História Social e como vertente do campo intelectual da História das Ideias. Tendo em vista que a História dos Conceitos tem contribuído, consideravelmente, com a pesquisa em Educação, especialmente com a História da Educação, pois

[...] à História da Educação caberia, do nosso ponto de vista, pensar as mudanças a partir do exame crítico de sua escrita, as consequências constantes de sua experiência acumulada em seu passado presente e o caráter plural das temporalidades que instituem relações multifacetadas entre as camadas de significados vários internos aos conceitos. Conceitos esses com os quais representa a realidade, sobre ela atua e a modifica, bem como a materializa a partir de sua escrita. A história conceitual, nesse sentido, inverte a natureza tradicional da ideia de conceito. Enquanto do ponto de vista clássico, o papel do investigador é agrupar a experiência percebida em um conceito que seja sólido e imutável, e transmitido a gerações futuras de forma homogênea, essa modalidade nos convida a ver a transitoriedade, dinamicidade e a impureza, mas também a repetição e permanência interna, as diversas camadas de significados constituintes de um conceito (COSTA, 2017, p. 6522-6523).

Desta forma, partindo desta abordagem epistemológica, que tem se consolidado no campo do fazer historiográfico e tem muito a proporcionar aos estudiosos da História como um método de crítica às fontes escritas e, que propõe uma análise de conceitos a partir de contextos sociais, culturais ou políticos e suas ressignificações na evolução histórica, propõe-se aqui historiar o conceito de educação anastasiona-dominicana, a partir dos princípios norteadores da ação educativa da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils.

Debruçar-se sobre a história deste conceito justifica-se em razão do que se propõe nesta Tese, que tem por objeto de investigação e estudo o Instituto Nossa Senhora de Lourdes na cidade de Arraias, entre os anos de 1958 e 1982. Compreender o conceito de educação anastasiona-dominicana é primordial para o desenvolvimento desta pesquisa, dado que a instituição em foco pertenceu à Congregação de Monteils que tem por princípios filosóficos, carisma, organização de vida e observâncias, os pressupostos constitucionais e carismáticos da Ordem Dominicana e a vivência do legado de sua fundadora, Madre Anastasie.

Ao perscrutar o conceito de educação anastasiona-dominicana, buscou-se compreender sua configuração desde os primórdios da Congregação e, no Brasil, desde o final do século XIX e ao longo do "breve século XX" (HOBSBAWM, 1995). Nesta investigação se verificou as

permanências e as alterações no tempo e no espaço, uma vez que “a precisão metodológica da história dos conceitos foi uma decorrência direta da possibilidade de se tratar conjuntamente espaço e tempo, com a perspectiva sincrônica de análise” (KOSELLECK, 2006, p. 104).

Para o desenvolvimento deste tópico, fez-se o aprofundamento acerca das abordagens que se referem à teoria da história dos conceitos a partir das leituras de Koselleck (2006), Jasmim e Feres Junior (2006), Jasmim (2005), entre outros, bem como os constructos referentes à educação anastasiana-dominicana como os de Lopes (1986), Padin (1989), Melo (2002), Camargo (2014), Pic (2014), Kelly; Saunders (2015) e Manna (2020).

A abordagem da História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*) proliferou na academia alemã “como um modo particular de história reflexiva da filosofia e do pensamento político e social” (JASMIM, 2006, p. 22). Ela surgiu como área de pesquisa e proposta de teoria no final dos anos 1960 com os historiadores Otto Brunner (1898-1982) e Werner Conze (1910-1986). No entanto, foi o projeto e a prática historiográfica de Reinhart Koselleck<sup>13</sup>, discípulo de ambos os historiadores, que produziu uma pesquisa intensa e fundamentada, tornou-se referência e assumiu a liderança do movimento, destacando-se e sendo reconhecido como um dos principais teóricos e pesquisadores para os estudos da História dos Conceitos, chamada também de História Conceitual.

A História dos Conceitos proposta por Reinhart Koselleck contribuiu para uma mudança significativa no campo da tradicional História das Ideias, um dos mais antigos da historiografia que remonta ao século XVIII, e que atualmente encontra-se dividida em dois enfoques, a collingwoodiana da Escola de Cambrige<sup>14</sup> e a koselleckiana da Escola de Bielefeld (BENTIVOGLIO, 2010).

Na proposta de Koselleck, os conceitos não estão e não são sozinhos. Eles não podem ser analisados de maneira autônoma, mas precisam estar relacionados a uma determinada realidade social, pois “[...] o conceito é antes de tudo uma interação com as múltiplas temporalidades vivenciadas por atores sociais. A elaboração conceitual tem como pressuposto

---

<sup>13</sup> Historiador alemão. Nasceu em Gorkitz em 1923. Doutorou-se em 1954 com a tese “Crítica e Crise”, dedicada a investigar a Teoria da História e alguns aspectos da história moderna e contemporânea. Lecionou nas universidades de Bochum, Heidelberg e Bielefeld. Participou da elaboração dos nove volumes de um dicionário histórico de conceitos político-sociais fundamentais da língua alemã entre 1972 e 1997 que, a partir da apreensão conceitual, buscou conhecer o fim do mundo antigo e a aurora do moderno (KOSELLECK, 2006).

<sup>14</sup> A abordagem da Escola de Cambrige tem dois importantes expoentes: os historiadores Quentin Skinner e John Pocock que propuseram e promoveram “[...] uma total revisão das abordagens mais influentes do estudo da história do pensamento político que [...] incorrem no erro frequente de projetar expectativas do presente sobre o estudo dos autores do passado, produzindo interpretações que não correspondem ao que esses autores de fato pretenderam comunicar através de seus escritos. Skinner chama essas variantes [...] de mitologias da história do pensamento (JASMIM, 2005, p. 15).

linguístico/filológico/exegético dar significado às experiências dos sujeitos históricos” (PROTO, 2011, p. 76).

Para o historiador alemão,

a história dos conceitos trabalha, portanto, sob a premissa teórica da obrigatoriedade de confrontar e medir **permanência e alteração**, tendo esta como referência daquele [...] Uma vez cunhado, um conceito passa a conter em si, do ponto de vista exclusivamente linguístico, a possibilidade de ser empregado de maneira generalizante, de construir tipos ou permitir ângulos de vista para comparação (KOSELLECK, 2006, p. 115, grifo nosso).

Na visão de Jasmim (2005), a questão de continuidades e de mudanças conceituais tornam-se temas centrais para a história conceitual koselleckiana. Para Bentivoglio (2010), os conceitos, que não são inalteráveis, precisam ser entendidos levando em consideração a temporalidade e a linguagem. Por isso, podemos chamar e fazer *Begriffsgeschichte* a partir do registro de como os usos de determinado conceito foram subsequentemente mantidos, alterados, transformados, esquecidos ou inovados<sup>15</sup>.

A história dos conceitos de Koselleck tem uma grande contribuição para a história e para a teoria da história. Compartilhando da visão de Kirschner (2007), a história dos conceitos objetiva analisar o uso dos conceitos, seus significados e ressignificações na trajetória histórica e suas bases epistemológicas inserem-se na perspectiva da interpretação histórica, pois “os conceitos exigem certo nível de teorização e seu entendimento é, portanto, reflexivo. **A diversidade de significados e temporalidades que um conceito pode conter é o que dá sentido à História dos Conceitos concebida por Koselleck**” (KIRSCHNER, 2007, p. 50, grifo nosso).

Desta forma, conforme propõe Koselleck (2006, p. 104, grifos do autor),

ao longo da investigação da história de um conceito, tornou-se possível investigar também o **espaço da experiência** e o **horizonte de expectativa** associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a atuação política e social desse mesmo conceito.

Assim, a história dos conceitos, ou a investigação da história de um conceito, configura-se em dois cenários que se entrelaçam: o passado e o futuro. Koselleck (2006, p. 10) afirmou que “todo conceito, parece, é portador de muitas camadas temporais”. Todo conceito traz em si uma gama de ‘experiências acumuladas ao longo do tempo’ – espaço de experiência – que pode

---

<sup>15</sup> Utiliza-se o termo inovação no sentido que realiza “algo novo”, ou “algo de que nunca tinha sido feito antes”, a partir das premissas do dicionário *online* de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/innovador>. Acesso em: 03 jun. 2021.

receber ressignificações e sofrer mudanças projetando-se para o futuro – horizonte de expectativa.

Deste modo, ‘espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’ são duas categorias históricas essenciais na teoria da história de Koselleck, enfaticamente nos embasamentos da história dos conceitos. Suas reflexões acerca dessas duas temporalidades e da tensão existente entre elas “entrelaçam passado e futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 308). Para explicar o que cada categoria emerge, nada melhor que a definição do próprio historiador. Para ele, a experiência,

[...] é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

O ‘horizonte de expectativa’ corresponde ao futuro, ao que há de vir, aos sonhos e anseios, à sensibilidade racional em relação ao que se aproxima. A expectativa é tudo aquilo que, vivido num determinado presente, que pode se chamar de hoje, visa o futuro. No pensamento de Koselleck o

[...] horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Para Reinhart Koselleck o tempo histórico é ditado, de forma sempre diferente, pela tensão entre expectativas e experiências. Para ele, o que “estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 313) e isso pode acontecer de diversos modos a partir da relação que se estabelece entre as duas categorias, sempre mediado pelo presente.

Mas o que é um conceito na concepção koselleckiana? Primeiramente, o historiador difere ‘palavra e conceito’, afirmando que

o sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à uma palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela (KOSELLECK, 2006, p. 109).

Koselleck ensina que nos conceitos se concentram uma multiplicidade de significados carregados de realidade e de experiência histórica que vai se agregando e produzindo plurissignificações e ressignificações de uma mesma palavra. Desta forma, “uma palavra contém possibilidades de significados, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido” (KOSELLECK, 2006, p. 109).

Para Koselleck, o conceito está conexo àquilo que se deseja saber, conhecer: o seu contexto: daí a relevância de entender o conceito no seu contexto, único e particular. Um conceito descontextualizado produz significados que inviabilizam a pesquisa histórica, gera anacronismos e torna o conhecimento histórico deficitário.

Na epistemologia de Koselleck, o historiador reconhece que a história dos conceitos deve ser “lida com o uso de linguagem específica em situações específicas, nas quais os conceitos são elaborados e usados por falantes específicos” (2006, p. 62). Na historicização do conceito de educação anastasiana-dominicana as categorias koselleckianas de “espaço de experiência” e de “horizonte de expectativas”, bem como as de “permanência” e de “alteração” são importantes pois esta concepção foi ganhando alguns aspectos e perdendo outros.

Madre Anastasie, uma mulher de seu tempo, prática e sensível ao mundo à sua volta, como fundamento e priora geral a partir de 1862, implementou à congregação as características de um verdadeiro convento – oração, silêncio, sacrifício e estudo –, mas trabalhou para que o espírito de unidade e a vocação docente e cuidadora se estabelecesse em suas seguidoras. Aprimorou a escola de Bor e as demais já existentes na redondeza, como casas de ensino que pudessem “remediar a ignorância de seus filhos” e associou o trabalho social para com os doentes “que só podia ser feito às quintas ou domingos, ou em caso de urgência, após as aulas” (MOUNIER, 1992, p. 13).

Ainda que a filiação definitiva da Congregação à Ordem Dominicana aconteceu somente em 1875, desde os primórdios ela foi “uma casa de Irmãs não enclausuradas da terceira Ordem de São Domingos” (MESQUITA, 2010, p. 40). Desta forma, o conceito de educação anastasiana-dominicana nasceu como uma proposta educativa de responder ao problema social do analfabetismo numa região do sul da França. Apesar do propósito com a educação de meninas, a Congregação de Madre Anastasie “abriu escolas a todos num espírito tão largo que poderiam se adaptar às mutações sociais muito rápidas do século XIX. Fundando escolas nas cidades e nas aldeias sempre próximas das condições de vida dos seus alunos, fazendo-se todas a todos” (MOUNIER, 1992, p. 56).

O conceito embrionário de educação anastasiana-dominicana está vinculado ao processo de inculturação no meio em que as religiosas estavam. Madre Anastasie valorizava

“uma pastoral de contato [...] sem distinção de classe social e econômica [...] sempre prontas a adaptação e a renovação” (MOUTINHO, JOUGLA; PADIN, 2004, p. 17), ou seja, uma educação que exigia apreensão da realidade (FREIRE, 2002).

O funcionamento de escolas mistas que pudessem oferecer os rudimentos do ensino primário e as verdades da fé católica era o objetivo da educação proposta por Madre Anastasie. “O ensino era o instrumental das religiosas para abrir os corações à Palavra de Deus. Madre Anastasie pedia que as Irmãs estudassem, fossem bem educadas e capazes de formar a juventude” (MOUTINHO, JOUGLA; PADIN, 2004, p. 15). De fato, era costume de Madre Anastasie dispensar da oração as religiosas que se dedicavam às aulas, incentivar a cultura e o estudo como forma de viver a vocação pelo magistério (MOUNIER, 1992). Para Madre Anastasie,

competência, bom senso, capacidade de relacionamento não bastam para fazer uma professora e, com mais razão ainda, um bom educador. É preciso para isto esta paixão imperiosa, feita necessidade de uma mensagem a anunciar, de uma experiência a transmitir (MOUNIER, 1992, p. 42).

A recomendação da fundadora às religiosas professoras, que se espalharam ligeiramente por várias regiões da França, era para que fossem exemplo e caminho de edificação para seus alunos, que a vida de cada uma possibilitasse o desenvolvimento dos alunos. Dizia Madre Anastasie, “que seu zelo santifique os alunos e vocês mesmas. O que mais examinarão nas Irmãs é a união fraterna, a harmonia em tudo” (MOUTINHO, JOUGLA; PADIN, 2004, p. 16).

Com a liderança de Anastasie, a Congregação tornou-se vigorosa. Era uma líder-fundadora preocupada com o crescimento do instituto, mas também com o crescimento e a formação de seus membros, suas filhas espirituais.

Mère Anastasie era exigente em relação aos estudos necessários para a obtenção do diploma, apesar de não ser ainda um requisito legal para o ensino. Contudo ele assegurava às Irmãs além de maior competência, um tratamento diferenciado nas prefeituras e inspetorias de ensino (PADIN, 1989, p. 37).

Existia um gosto pelo trabalho bem-feito em Madre Anastasie e isso ela queria que fosse algo presente em suas irmãs. Como as realizações da Congregação cresciam em número de escolas que eram abertas, pois as religiosas-educadoras de Bor tinham uma sólida reputação, Madre Anastasie acompanhava os pormenores de cada professora orientando presencialmente, ensinando métodos de ensino da época ou escrevendo correspondências repletas de conselhos pedagógicos (MOUNIER, 1992).

Em uma das cartas redigidas por Madre Anastasie (de Bor) à Ir. Charles (em Monteils) no dia 25 de novembro de 1865 encontramos o seguinte conselho:

[...] seja boa professora, mas também, um pouco mãe. Não se esqueça que seus alunos são ainda bem jovens e que sua inteligência não pode se desenvolver em um dia [...] entregue-se com muita calma e abandono a Deus, os pequenos momentos que você tiver não se inquiete com o sucesso de seu trabalho; se você o faz por Deus, ele o abençoará [...] (MESQUITA, 2010, p. 179).

Tais diretivas de como as religiosas professoras deveriam exercer a docência remete à prática de uma educação em que o cuidado, o zelo e o amor – aproximado com o de mãe – estivessem presentes nas escolas da Congregação. Madre Anastasie sugeriu em diversas outras cartas, como na transcrita acima, o olhar atento das professoras ao tempo de aprendizagem dos alunos. Parece que Madre Anastasie orientava que ensinar não era só transferir conhecimento, “mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p. 52).

A afiliação definitiva da Congregação à Ordem Dominicana e a apropriação dos elementos constitutivos desta para a prática e vivência das seguidoras de Anastasie fez com que o conceito de educação anastasiona-dominicana se expandisse. De acordo com Tomás de Aquino, a comunidade religiosa dominicana devia ser um lugar de estudo e ensino, “uma comunidade organizada para a atividade de ensinar e aprender” (VERGAUWEN, 2015, p. 101). Estudar e ensinar são pilares para a Ordem Dominicana que tem como cerne de seu carisma e espiritualidade o pensamento de Tomás de Aquino “*contemplari et contemplata aliis tradere*”, ou seja, “contemplar e transmitir aos outros os frutos da contemplação” (VERGAUWEN, 2015, p. 98). Frutos que se preocupam com a unidade do ser humano, pois “a educação é abarcada não só pela mente, mas também pela pessoa como um todo [...] uma filosofia educacional dirigida ao ser integral” (SMITH, 2015, p. 30). A partir disso, o conceito anastasiono-dominicano de educação passou a preocupar-se com formação integral do ser, em todas as suas faculdades, valorizando os diversos ramos do conhecimento que enriquece o intelecto – consequentemente, a vida – e encarnada nas realidades sociais.

Para a Ordem Dominicana, aprender e ensinar estão na base de seu carisma e de sua organização. Domingos de Gusmão não deixou nada escrito e nem elaborou princípios, filosofia ou finalidades de uma proposta educativa, mas lançou nas bases de sua fundação um serviço em prol da verdade que liberta, na prática da simplicidade que rompe com toda e qualquer forma de luxo e riqueza, na compaixão e na misericórdia para com o outro, no poder em forma de serviço, no estudo sério, dedicado e profundo na pregação e ensinamentos virtuosos que proporcionam transformações (KELLY; SAUNDERS, 2015).

No âmbito do ‘espaço de experiência’ vivenciada pelo espírito da tradição dominicana e de sua filosofia educacional desde o século XIII, projeta-se, a partir da premissa de Koselleck

(2006), um ‘horizonte de expectativas’, que se desvenda na possibilidade de uma educação que proporcione uma experiência transformadora aos que entram em contato com ela. Em síntese, parafrazeando Smith (2015, p. 35), a filosofia educacional da Ordem Dominicana revela-se pela excelência acadêmica associada à vivência de valores religiosos, pelos *insights* da razão à influência da fé, pelo desenvolvimento intelectual ao crescimento espiritual, pela maturidade psicológica à responsabilidade moral, pelo cuidado com os outros, especialmente, os menos afortunados.

Assim, essas concepções inerentes à Ordem passaram a ser da Congregação das Irmãs Dominicanas. O conceito de educação anastasiana-dominicana ampliou seu “espaço de experiência” e projetou novos “horizontes de expectativas”, principalmente com a expansão para o Brasil a partir de 1885, levando em consideração o movimento migratório de religiosas-mulheres-educadoras que produziu ressonâncias dentro da Congregação e provocou mudanças no conceito de educação anastasiana-dominicana.

Este conceito, do final do século XIX e ao longo do século XX, sempre procurou “acompanhar os acontecimentos de cada época, refletindo sobre eles as luzes de uma proposta educativa transformadora, indicadora de novas perspectivas, proponente de novos rumos para a consolidação dos valores humanos, cristãos” (SCARPELLINI, 1999, p. 8), em particular por causa das trocas culturais e confrontos que existiram na nova realidade brasileira.

No Brasil, a educação de meninas foi o baluarte da educação anastasiana-dominicana, onde “educavam-se as jovens em escolas chamadas “internatos”, a fim de fazer delas esposas fiéis, boas mães de família, e, sobretudo, perfeitas donas de casa” (MOUNIER, 1992, p. 49), mas os colégios abriram-se, também, como escolas mistas, cada um a seu tempo. Apesar da educação anastasiana-dominicana passar a ter um caráter privado com as fundações no Brasil, a acolhida às meninas carentes, como martinhas<sup>16</sup>, depois aos rapazes como bolsistas e a abertura de escolas de caráter totalmente filantrópico caracterizou a permanência do atendimento aos pobres.

Do final do século XIX e ao longo do século XX, o conceito de educação anastasiana-dominicana sofreu alterações, no entanto, manifestou extrema preocupação em não se distanciar

---

<sup>16</sup> O nome Martinha faz referência a uma personagem bíblica, Marta, que em uma das passagens do evangelho destaca-se pela dedicação ao serviço de casa. Conforme Camargo (2014, p. 112), em entrevista à ex-aluna do Colégio Sant’Anna, “as martinhas eram as alunas pobres que estudavam no Colégio e, como não tinham como pagar os estudos, cuidavam da limpeza do prédio. Tínhamos aulas de manhã no período vespertino que era destinado aos estudos, fazer tarefa e aulas de reforço, nesse horário, as Martinhas cuidavam da limpeza do Colégio, elas não participavam dessas aulas, mas lembro que eram boas, excelentes alunas”.

de suas origens e das orientações de Madre Anastasie. Assim, o realismo, a abertura, a sensibilidade, o dinamismo, a ousadia, a inculturação, o intelectualismo e a busca da verdade pela pregação do Evangelho são exemplos de permanências nas escolas da Congregação (MOUTINHO; JOUGLA; PADIN, 2004).

Além disso, o rigor, a disciplina e a obediência são elementos indispensáveis no conceito de educação anastasiana-dominicana. A obediência, a vida austera, a humildade confundida com humilhação, a negação do corpo e da sexualidade, a anulação de si, deixando que alguém pense e fale em seu lugar (no caso a madre superiora), pois, perguntar, questionar, duvidar era pecado, foram elementos que, além de serem constitutivos da Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils, eram vivenciados nas instituições escolares por ela dirigida.

O típico ‘colégio de freiras’, em que a disciplina e a educação religiosa prevaleciam, foi característica marcante da educação anastasiana-dominicana no Brasil, com peculiaridades em cada uma das instituições escolares. Ressalta-se que, a maioria das instituições escolares da Congregação tinham como professores as próprias irmãs. Em uma ou outra escola existiam padres e bispos professores. O ensino e a gestão eram desempenhados quase exclusivamente pelas religiosas. Tais características da educação anastasiana-dominicana permaneceu até a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965).

O Concílio Vaticano II trouxe mudanças em todas as estruturas da Igreja Católica, conseqüentemente, às Congregações e Institutos Religiosos. Com a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils não foi diferente. Por consequência, o conceito de educação anastasiana-dominicana sofreu alterações. O Capítulo de *Aggiornamento* da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, realizado entre os anos de 1968 e 1970, com o intuito de proceder à atualização necessária da Congregação conforme solicitado pelo Concílio Vaticano II (OLIVEIRA; AZEVEDO; LEITE, 1997), foi o elemento propulsor de transformações que renovaram a vida religiosa anastasiana-dominicana e o conceito de sua educação.

A partir de então, a Congregação teceu novas visões, novas relações, novas construções sociais e culturais e conceber uma proposta educativa que associará ao conceito de educação anastasiana-dominicana novos elementos que buscaram “promover a integração do homem consigo mesmo, com o outro, com a natureza e com Deus, para que possa alcançar sua realização como pessoa, consolidando os valores humanos e cristãos, como a verdade, a justiça e a solidariedade” (SCARPELLINI, 1999, p. 11).

O conceito de educação anastasiana-dominicana alargou-se. O objetivo principal não era mais o combate ao analfabetismo como nas origens em Bor, muito menos uma educação

privada e elitista como os primeiros colégios no Brasil. Ideais nascidos no seio da Congregação atenta às mudanças internas da Igreja Católica e às mudanças de época, em uma época de mudanças, ancorados no legado de Madre Anastasie e nos pressupostos da Ordem Dominicana, fizeram emergir horizontes de expectativas a partir de espaços de experiências vivenciados. Assim, o conceito de educação anastasiana-dominicana pode ser definido como uma educação que valoriza

o respeito à vida, a compreensão do outro em suas diferenças individuais, a adequação da ação educativa às etapas do desenvolvimento do ser e do conhecimento, a promoção da aprendizagem significativas, críticas e criativas, a participação consciente e responsável a serviço da comunidade, o desenvolvimento da personalidade, visando à capacidade de autonomia, de discernimento e responsabilidade pessoal e a formação integral da pessoa (SCARPELLINI, 1999, p. 12).

Tal conceito tem como mola propulsora e transversalidade a educação religiosa e a identidade cristã católica, em que a religião é abordada como um ato educativo na sua globalidade e “na busca da realização como seres humanos, numa missão que dá sentido à vida: ser feliz e fazer o outro feliz” (DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA, 2005, p. 19), em que a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils exerce seu apostolado missionário e evangelizador.

A tentativa de historiar um conceito de educação anastasiana-dominicana não se esgota. O conceito posto conta com as peculiaridades de cada instituição escolar criada e mantida pela Congregação com a atuação de suas religiosas, seus professores e colaboradores em espaços e tempos diferentes. Nesta Tese, o objeto de pesquisa evidencia-se numa fagulha da educação anastasiana-dominicana no Brasil, num recorte temporal de apenas incompletos vinte e cinco anos, a partir da trajetória, das memórias e da cultura escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias, antigo norte de Goiás.

No entanto, projetou-se o esboço de uma cartografia da educação anastasiana-dominicana no Brasil, assunto do próximo tópico, como forma de expressar a riqueza e diversidade deste conceito, os espaços de experiências e horizontes de expectativas diversos que podem ser construídos a partir das singularidades de cada instituição escolar, como se fez nesta pesquisa, a partir do objeto historiografado.

### 1.3 Cartografia das instituições escolares anastasianas-dominicanas no Brasil

Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, ao assumir o episcopado na Diocese de Goiás no ano de 1881, ciente das benesses de que esta circunscrição eclesiástica necessitava e

alinhado ao projeto romanizador<sup>17</sup> católico do final do século XIX, planejou o pedido de uma missão religiosa para sua imensa, longínqua e desprovida diocese<sup>18</sup>. Conhecedor da Ordem Dominicana e do projeto da província de Toulouse em instalar-se no Brasil anos antes, não titubeou em escrever à província do sul da França solicitando missionários dominicanos para sua Diocese.

O provincial de Toulouse, à época, era o Frei Jacinto Cormier que, em 27 de agosto de 1881, comunicou a Dom Cláudio a decisão positiva de enviar para o Brasil, especificamente para a Diocese de Goiás, três religiosos dominicanos para a missão sertaneja. Neste mesmo ano, em 31 de outubro, chegaram em Uberaba, após dias navegando pelo Oceano, alguns outros dias no trem até a Casa Branca e, no lombo de cavalos, ao longo de algumas semanas.

Em relação à rápida aceitação da Província de Toulouse em atender ao pedido de Dom Cláudio, o que gerou estranheza entre o clero e o episcopado brasileiro, existem algumas considerações a fazer: primeiro, a Ordem Dominicana havia sido obrigada a se retirar da França em razão da perseguição religiosa iniciada pelo governo; segundo, os Dominicanos de Toulouse, refugiados em outros conventos como de Salamanca, vislumbravam um novo campo de missão em que poderiam exercer o seu apostolado de pregação (BRESSANIN, 2017) e, terceiro, o fascínio que existia entre os frades franceses pela evangelização entre os indígenas não-catequizados (SANTOS, 1996), de que a Diocese de Goiás estava repleta.

Instalados em Uberaba, os frades dominicanos franceses logo receberam reforços, para que o trabalho de catequese, de missões populares e de desobrigas continuasse na cidade e na região. Em 1882 outros seis frades chegaram a Uberaba e, do nascente núcleo missionário dominicano, irradiou-se, pela Diocese de Goiás e por outras localidades do Brasil, o projeto missionário e educacional dominicano (SANTOS, 1996).

---

<sup>17</sup> O conceito de “romanização” consiste em: 1) a afirmação de uma autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica (episcopal), estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo folk; 2) o levante reformista, em meados do século XIX, por parte dos bispos, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3) a dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros (europeus) principalmente ordens e das congregações missionárias, para realizar “a transição do catolicismo tradicional e colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral”; 4) a busca destes objetivos, independentemente ou mesmo contra os interesses políticos locais. A essas dimensões do processo de “romanização”, importa acrescentar um quinto item: 5) a integração sistemática da Igreja brasileira, no plano quer institucional quer ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica Romana, dirigida de Roma (AQUINO, 2011, p. 4).

<sup>18</sup> A extensão territorial da Diocese de Goiás, desde sua criação, em 1745, até 1907, quando dela desmembrou-se a Diocese de Uberaba, era composta de todo o atual estado de Goiás, do atual estado do Tocantins e do Triângulo Mineiro.

Em 1883, a pedido de Dom Cláudio, os frades dominicanos instalaram-se na capital da província e sede da Diocese de Goiás, que “se encontrava numa região mais próxima aos Índios que viviam ao longo dos rios Araguaia e Tocantins. De fato, o objetivo primeiro da missão tolosana era a evangelização dos Índios” (FORALOSSO, 2018, p. 381-382).

Com os frades dominicanos da Província de Toulouse instalados no Brasil, Dom Cláudio Gonçalves Ponce de Leão, alinhado ao projeto romanizador e às ideias ultramontanas, necessitava de mais gente empenhada na implantação de seu empreendimento evangelizador em sua vasta Diocese. Foi quando, em parceria com os frades dominicanos de sua diocese, encaminhou para a superiora geral da Congregação de Madre Anastasie, às Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, no ano de 1884, uma carta pedindo à Madre Dosithée “algumas irmãs destacadas para a diocese” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 859). Os religiosos dominicanos também ansiavam pela vinda das irmãs para o Brasil para que o trabalho missionário se completasse.

Fortes e muito vivos eram os laços fraternais que ligavam os frades de Tolosa com a emergente Congregação de Monteils, desde os tempos de Madre Anastasie, cujos laços se prendiam pelo aconselhamento espiritual às religiosas e orientações jurídicas dos cânones da Igreja, na fundamentação das Constituições e regras de vida da Congregação (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 859).

Com o empenho dos frades que estavam no Brasil e com a influência do Frei Jacinto Cormier, provincial dos Dominicanos de Toulouse na França, Madre Dosithée e seu conselho provincial, conscientes “de que havia na Congregação, religiosas de boa formação, desejosas de se tornarem missionárias [...] acolheram o apelo da Igreja e da Ordem” (MANNA, 2020, p. 24), tomaram a decisão positiva de “espalhar o trigo”<sup>19</sup> para além-Atlântico, no planalto central brasileiro. Teve início uma saga missionária educacional no Brasil que perdura por 136 anos.

A aceitação de abrir uma frente missionária educativa no Brasil, por parte da Congregação de Monteils fundamenta-se, também, no contexto político vivido pela França do final do século XIX: a onda anticlerical que já havia motivado os frades dominicanos de Toulouse a virem para o Brasil, a perseguição às diversas congregações religiosas dedicadas à educação e a reforma do ensino empreendida por Jules Ferry durante a Terceira República Francesa (1870-1940), especificamente a partir de 1879, que “[...] defendia que um Estado laico não pode aceitar que a igreja conduza uma parte da educação das meninas e moças, ao considerar a escola como um suporte para a afirmação durável do espírito republicano laico e

---

<sup>19</sup> Referência a um pensamento de São Domingos de Gusmão “O grão amontoado apodrece; espalhado, frutifica”.

também como um meio para a promoção social [...]” (GARCIA, 2008, p. 2). Tais reformas impuseram à Congregação a necessidade de obter autorização do Ministério de Cultos e Ensino francês para funcionamento de suas escolas, além da obrigatoriedade e da laicidade na educação primária (LEONARDI, 2010).

O primeiro grupo de religiosas anastasianas-dominicanas francesas destacado para a fundação da missão brasileira era composto de seis irmãs: Maria José Aubeleau, Maria Otávia Panis, Maria Reginaldo Rech, Maria Eleonor Cazes, Maria Hildegarda Gaillard e Maria Juliana Mailhes. Foram conduzidas pela superiora, Madre Dosithée, até o porto de Bordeaux, passando por Toulouse, onde pediram a benção do provincial dominicano, e por Lourdes, para confiar a longa e temida viagem, bem como a missão brasileira à Virgem Maria (MANNA, 2020). De Bordeaux “rumaram para Portugal, Benfíca, arredores de Lisboa, permanecendo três meses hospedadas com as dominicanas de Santa Catarina de Sena a fim de aprenderem, possivelmente, a língua portuguesa” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 860).

Aprendido o português razoavelmente, no dia 5 de maio de 1885, as seis religiosas embarcaram para o Brasil, a bordo do vapor Congo, numa viagem que durou 23 dias. Podemos imaginar o quão distante, desconhecido e misterioso era tudo isso para aquelas mulheres, de fato, corajosas. A jornada começou em Lisboa, fez-se escala em Dakar e chegou ao Rio de Janeiro em 28 de maio.

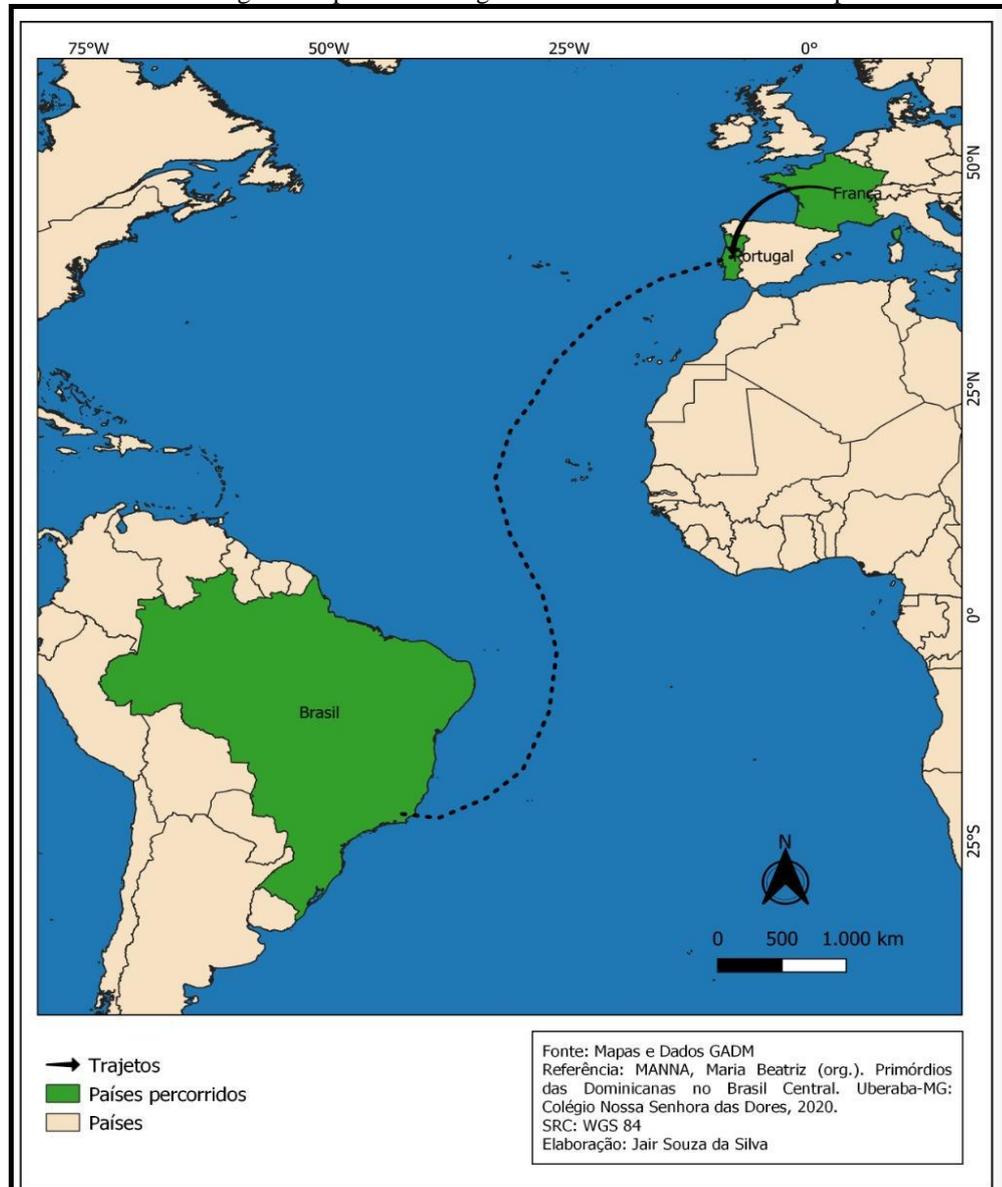
Na capital do Império foram acolhidas pelas irmãs de São Vicente de Paula, que lhes proporcionaram alguns dias de repouso e de conhecimento dos costumes brasileiros. Na manhã do dia 1º de junho, dirigiram-se para São Paulo pela estrada de ferro. Na capital paulista foram recebidas pelas Irmãs de São José. Dali, partiram pela ferrovia, por dois longos dias, até Ribeirão Preto, onde as esperava o Frei Lacoste, o companheiro da viagem até Uberaba, onde se instalaram (MANNA, 2020).

Para evitar que viajassem a cavalo, o Padre Lacoste conseguiu uma velha ambulância (“carro de boi”) recuperada da Guerra do Paraguai, puxada por cinco pares de bois. O padre as seguiu, a cavalo... Era a missão se expandindo para terras estrangeiras. Daí em diante, até Uberaba, era o sertão mesmo. Viajaram durante oito dias, naquele carro/ambulância, guiados por homens fortes e experientes e uma senhora que servia como intérprete. Enfrentaram calor, poeira e, sobretudo, a falta de conforto [...] As Irmãs se encantavam com a beleza da natureza, o verde da mata, as flores (MANNA, 2020, p. 33).

De certo, uma viagem que ficou marcada na vida destas seis religiosas. Oito dias pelo sertão, vivenciando grandes faltas, como a do pão, tão comum na França, de uma cama à hora de dormir ou de um clima europeu, diferente do tropical brasileiro. No entanto, fazendo novas

experiências com a farinha de mandioca, o feijão, o arroz e a carne seca, com a rede do sertanejo e com o calor extenuante.

**FIGURA 3 - Viagem das primeiras religiosas anastasianas-dominicanas para o Brasil**



**Fonte:** Mapas e Dados GADM, 2021.

As primeiras educadoras anastasianas-dominicanas, sob a coordenação da Madre Maria José, empossada no cargo de superiora ainda na França, chegaram em Uberaba no dia 15 de junho de 1885. Foram recebidas com “banda de música, foguetes e discursos”. Estavam à espera da comitiva, o bispo Dom Cláudio, os padres dominicanos e uma multidão que se aglomeravam para ver as freiras francesas professoras (MANNA, 2020).

Destinadas a sertanejar juntamente com os frades dominicanos, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils foi um sustentáculo para a Missão Dominicana no Brasil. Esteve lado a lado com os frades, quer na missão junto aos

índios, quer na missão entre os sertanejos do norte brasileiro. Fundaram suas comunidades religiosas nos mesmos lugares que seus irmãos dominicanos.

O historiador eclesiástico Cônego Trindade afirmou que “[...] onde ia o escapulário do padre dominicano, logo em seguida, em se completando, lá vinha o hábito da irmã religiosa dominicana” (SILVA, 2006, p. 420). Riolando Azzi afirmou que a chegada e a instalação dos religiosos dominicanos no Brasil abriram caminhos “para a vinda das Irmãs Dominicanas do SS. Rosário, cuja atividade principal foi a educação da juventude” (AZZI, 1996, p. 24).

Seguindo o itinerário dos padres dominicanos, a causa e o sentido das fundações da Congregação era a educação, que se concretizou na criação de um colégio em Uberaba, em meio a tempos de “incertezas, hesitações e provações” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 862). Foram diversas as instituições educativas criadas e lideradas pelas religiosas ao longo dos 136 anos de existência em terras brasileiras. O primeiro campo de atuação foi o sertão, no território da vasta Diocese de Goiás.

Seguindo a tradição da congregação, as primeiras instituições educativas anastasianas no Brasil configuraram-se como internatos e externatos para o sexo feminino. Diante da precariedade da educação para meninas no Brasil do final do século XIX, a educação anastasiana-dominicana tornou-se uma expressiva alternativa para as famílias católicas e abastadas – das cidades que tiveram os colégios implantados – que projetavam uma formação mais arrojada para suas filhas.

Apesar do internato não ser gratuito encontram-se registros de que “as freiras aceitavam quaisquer bens que fossem úteis no internato como, por exemplo, gêneros alimentícios” (OLIVEIRA, 2010, p. 75), o que facilitava para as meninas mais carentes estudarem. Outra modalidade que propiciava as meninas pobres a matricularem-se nos colégios dominicanos era a das “martinhas” que estudavam num período e no outro dedicavam-se à limpeza do prédio, a ajudar na cozinha ou a lavar roupas. Elas não desfrutavam de todo o currículo oferecido pela educação anastasiana-dominicana de então, mas tinham a oportunidade de estudarem apesar de viverem numa sociedade em que a rígida hierarquia social existente preconizava a escola para os ricos (MELO, 2002; DOURADO 2010; CAMARGO, 2014).

Seria uma inversão dos objetivos nascentes da Congregação a fundação de escolas particulares em que a maioria dos alunos era originária das elites das cidades em que fundavam escolas? Este foi um questionamento em que algumas hipóteses se colocaram, entre elas, a necessidade de manutenção das religiosas e de sua Congregação. No entanto, as fontes consultadas não propiciaram respostas favoráveis até a conclusão deste trabalho.

A educação anastasiana-dominicana, a partir de suas instituições escolares, formou

muitas gerações no Brasil. Podemos inferir que ela também atendia às expectativas de um projeto civilizador<sup>20</sup> inserido no espírito ultramontano e reformador da missão católica no Brasil no contexto do final do século XIX e início do século XX.

Esta ideia de uma educação civilizatória permeou a prática da educação anastasiona-dominicana no Brasil não só na perspectiva da educação dos indígenas, como no caso dos colégios em Conceição do Araguaia (PA) e Porto Nacional (TO), mas estava presente no cotidiano de suas escolas, especialmente as fundadas em regiões interioranas e sertanejas, em que a ação educativa das religiosas ultrapassava o currículo básico e diversificado e alcançava a introdução de novos hábitos por meio de aulas de etiqueta ‘à francesa’ e inserção de costumes, como os alimentares de consumir verduras, o de se vestir e de falar (OLIVEIRA, 2010). Coloca-se aqui um elemento diferente agregado ao conceito de educação anastasiona-dominicana.

Este caráter civilizador evidenciava-se nos grandes propósitos educativos e de moral para toda a sociedade brasileira em que a educação anastasiona-dominicana se inseriu, especialmente na formação feminina que se destinava ao constructo de um paradigma de mulher educada, polida e cristã convicta. Sabe-se que a sociedade patriarcal do final do século XIX e dos primórdios republicanos, de uma maneira geral, almejava um tipo de ensino como o oferecido.

Muitas moças foram formadas nas escolas anastasionas para as diversas ocupações na sociedade, entre elas, para o exercício do magistério como professoras normalistas, pois os colégios anastasionos-dominicanos foram equiparados à Escola Normal. Um exemplo foi o colégio Sagrado Coração de Jesus em Porto Nacional que acolheu meninas do antigo norte de Goiás, do oeste da Bahia, do sul do Maranhão, do Pará e do Piauí para ali se formarem professoras e retornarem para suas localidades como normalistas (DOURADO, 2010).

A educação anastasiona-dominicana em seus primórdios no Brasil preparou mulheres cultas para os diversos setores da sociedade, com bons princípios e boa formação, que apesar de viverem sob a tutela do espírito da submissão, eram preparadas para se fazerem sábias, na condição de futuras donas de casa, mães de família ou no exercício de alguma profissão que a elas a sociedade patriarcal lhe permitia, como o ofício do magistério.

De tal modo, no contexto do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, no Brasil, o conceito de educação anastasiona-dominicana no Brasil era de uma educação de

---

<sup>20</sup> A ideia de projeto civilizador está em consonância com o pensamento do sociólogo Norbert Elias que vislumbra em sua obra que o processo civilizador constitui uma mudança em longo prazo na conduta e nos sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica (ELIAS, 1994).

excelência, voltada para a realidade em que estava inserida, pautada no estudar e no ensinar (contemplar e transmitir o fruto da contemplação), com um currículo diversificado<sup>21</sup> e preocupada com a formação integral das moças, de maneira especial, com a questão da civilidade, da moral e da formação religiosa católica.

A inserção da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils e suas instituições educacionais no Brasil, primeiramente no território sertanejo da Diocese de Goiás, contribuiu, a partir do ano de 1900, para colocar em prática as prerrogativas do Concílio Plenário Latino Americano, realizado em 1899, assumidas pelo episcopado brasileiro em guiar e conduzir a mocidade a partir das escolas católicas, conseqüentemente, a manutenção da autoridade sobre os fiéis (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016).

Como um ato de missão, as religiosas anastasianas-dominicanas ensinavam o previsto no currículo conforme ordenava a legislação educacional brasileira, implementavam a filosofia educacional da Congregação de Anastasie pautada na educação integral e modificadora de realidades e buscavam defender e disseminar a doutrina, a moral, os princípios e os dogmas católicos em seus colégios e, a partir do ensino religioso, nas instituições públicas onde atuavam como professoras.

O Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba (MG) foi a primeira instituição escolar criada pelas Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils no Brasil. Suas atividades começaram bem tímidas, em 1885, assim que as irmãs chegaram na cidade. No princípio eram seis religiosas educadoras e seis alunas, duas internas e quatro externas. “A Congregação das Irmãs Dominicanas foi pioneira quanto à implantação de colégios no interior do triângulo mineiro” (MELO, 2002, p. 45).

Ano após ano, o número de alunas foi crescendo. Logo no primeiro ano, o Colégio atraiu mais de uma centena de alunas e chegou ao número de quase 250 em 1895 (LOPES, 1986). A oferta de uma educação feminina assumida pela congregação no Colégio Nossa Senhora das Dores era permeada de “práticas e processos nos quais a sociedade pôde cumprir seus anseios, moldando, dentro dos padrões conservadores, a formação de uma mulher preparada para as doçuras do lar e da maternidade” (MELO, 2002, p. 79), conforme os padrões sociais vigentes

---

<sup>21</sup> “[...] o trabalho pedagógico desenvolvido pelas religiosas francesas visava uma educação centrada nos princípios morais, na disciplina, na formação religiosa, social e intelectual das [...]. Um dos aspectos relevantes da pedagogia dominicana foi a ênfase na cultura, principalmente, nas artes manuais, no desenho, na culinária, na música, no estudo de línguas, em relevo o domínio do francês e no desenvolvimento da linguagem verbal” (DOURADO, 2010, p. 135).

na época. A educação somente para meninas perdurou no Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba até meados da década de 1950.

O Colégio Nossa Senhora das Dores cresceu e mantém-se em funcionamento até os dias atuais com diferentes modalidades de ensino desde meados do século XX. É tido como um “centro de radiação e referência” para toda a Congregação de Monteils e para a educação dominicana-anastásiana no Brasil (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, 2016, p. 36).

De Uberaba, alinhadas ao espírito reformista de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1891), bispo de Goiás, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils ampliou suas ações educacionais e passaram a atuar na capital de Goiás.

Havia quatro anos que estava funcionando o Colégio Nossa Senhora das Dores, em via de muita prosperidade, quando o bispo Dom Claudio desejando ver a sede de seu bispado dotada de um estabelecimento dessa ordem, convidou as irmãs para abrirem na capital goiana um colégio; e o mesmo bispo providenciou e facilitou todos os meios que abreviassem a desejada realização, de modo que a 5 de setembro de 1889 chegava lá a primeira turma de missionárias, dando-se logo à atividade dos preparativos de primeira necessidade para a inauguração do Colégio Santana. Acolhidas pelo bispo e pelo povo que lhes fizeram festiva recepção e lhes proporcionaram solícitamente todos os recursos possíveis e de emergência, puderam as religiosas, sem maiores delongas, montar a sua residência e abrir as suas escolas para as meninas e jovens da sociedade goiana, como também coube, na possibilidade das circunstâncias de matricular na seção competente um bom número de meninas pobres. À medida que se desenvolvia o incipiente educandário, instalado a princípio na própria residência episcopal, cedida generosamente pelo apostólico bispo diocesano, vinham vindo novas turmas de irmãs professoras para assumirem os postos de ocupações que progressivamente se multiplicavam (AZZI, 1996, p. 18-19).

Sete religiosas fundaram o Colégio Sant’Anna em Goiás. Irmã Otávia, designada superiora da missão, Irmã Estefânea, Irmã Catarina, Irmã Antonieta, Irmã Isabel, Irmã Verônica e Irmã Rosa Santana que, contando com ajuda de algumas senhoras da sociedade goiana, levantaram fundos para o início das atividades escolares e acolhimento das primeiras meninas que trilharam o itinerário da educação anastásiana-dominicana na antiga capital goiana (BRETAS, 1991).

De sua fundação em 1889 até o ano de 2014, quando deu-se o encerramento definitivo das atividades escolares do Colégio Sant’Anna, a instituição escolar sempre dirigida pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, coordenada num primeiro momento somente por religiosas francesas e, posteriormente, por religiosas brasileiras, ofereceu diferentes modalidades de ensino. Apesar de começar a ganhar fama e reconhecimento em toda a região somente em 1893, as pesquisas realizadas ressaltam que

o ensino confessional católico oferecido pela Congregação das Irmãs Dominicanas, em Goiás, abriu caminhos e deixou suas marcas que mostraram a direção para uma educação que contribuiu, decisivamente, para a educação feminina do Estado de Goiás e demais localidades onde se instalaram. O Colégio Sant'Anna, desde sua fundação, merece destaque, por ter se tornado, ao longo dos anos, em um importante espaço para a difusão da educação, e ao educar suas alunas, formar moças dentro dos moldes requisitados pela Igreja e pela família (CAMARGO, 2014, p. 59-60).

Após 126 anos de funcionamento, o Colégio Sant'Anna fechou suas portas em 2014 em razão das dificuldades econômicas e das adversidades que se acarretaram ao longo dos anos, principalmente, a vertiginosa queda no número de alunos, que causou danos irreversíveis, inviabilizando a continuidade dos trabalhos educacionais da instituição, o que tem afetado inúmeras escolas católicas por todo o país, como mostra o censo educacional de 2018 (BRASIL, 2018).

O Colégio Sant'Anna foi germen de novas fundações educacionais por todo o sertão do cerrado goiano. Do Sant'Anna, partiram missionárias religiosas dominicanas em 1902 para fundar o Colégio Santa Catarina de Sena em Bela Vista de Goiás, de duração efêmera, pois funcionou até 1911. Neste mesmo ano aventuraram-se para as margens do Rio Araguaia, no sul do Pará, partindo do Colégio Sant'Anna.

Em 1904, viajaram por longos quase 30 dias do Sant'Anna até Porto Nacional, às margens do rio Tocantins, no antigo norte de Goiás, para a abertura do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em funcionamento até então. Em 1910, partiram do Sant'Anna em direção a Formosa (GO) e ali inauguraram uma escola para meninas, o Colégio São José, que funcionou até 1942, quando foi repassado para outra Congregação religiosa.

Na cidade de Goiás, em parceria com a Diocese, fundaram no ano de 1923 o Lar São José, para cuidarem da “educação moral religiosa, e doméstica de Orfãos pobres” (PAZ, 2005, p. 16). Em 1948, a nova capital de Goiás, Goiânia, recebeu as educadoras anastasianas-dominicanas que abriram o Externato São José, em pleno funcionamento, expansão e divulgação da filosofia, dos valores e das práticas educativas da Congregação.

Desde o século XVI, Ordens e Congregações religiosas católicas como Capuchinhos, Franciscanos de Santo Antônio, Carmelitas, Mercedários, Jesuítas, Franciscanos da Beira, Minho e da Conceição, instalaram-se na região amazônica para o trabalho de evangelização. Este projeto missionário atrelado ao projeto colonizar objetivava “tornar o indígena um trabalhador a partir dos padrões europeus. É necessário destacar que a presença da Igreja estava sujeita ao Padroado, o que condicionou em parte sua missão” (DA MATA, 2007, p. 22).

Na perspectiva de Oscar Beozzo (1989), os missionários que entraram na Amazônia até o século XVIII tinham como objetivo principal catequizar e fazer a todos cristãos. Nesta primeira fase da evangelização na região não se pensava em inculturação, em escutar a religião do outro ou respeitar a cultura dos povos encontrados. As primeiras experiências pedagógicas nascem dos religiosos missionários numa atuação que foi mais instrumento de catequese do que propriamente ramo profissional de ensino (LEITE, 1943).

No entanto, foi com o projeto romanizador, a partir da segunda metade do século XIX, que um novo cenário de Igreja na Amazônia começou a ser esboçado (DA MATTA, 2007). A partir de uma nova perspectiva, congregações religiosas femininas se estabeleceram na Amazônia, no espírito do ultramontanismo, para auxiliar o episcopado da região no projeto renovador da Igreja. Nos cuidados e atuação junto a hospitais, leprosários, orfanatos, missões indígenas, colégios e escolas. Foi nesse cenário que a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils lançou as bases da educação anastasiona-dominicana na Amazônia, com a fundação do Colégio Santa Rosa de Lima, de Conceição do Araguaia, sul do Pará, no ano de 1902.

A presença do Colégio Santa Rosa de Lima colaborou com o desenvolvimento da pequena Conceição do Araguaia e de toda a região amazônica do sul do Pará. A contribuição do colégio e das irmãs para com a obra de evangelização dos indígenas dirigida pelos frades dominicanos desde 1897 se intensificou. A presença das religiosas educadoras significou uma grande força para a manutenção do trabalho não só de catequização e educação, mas de contato, zelo e defesa dos povos indígenas da região do Araguaia.

Além de se dedicarem à educação escolar e à evangelização católica, as Irmãs Dominicanas abriram o Ambulatório São Lucas que se transformou em Hospital e Pronto-Socorro ao longo dos anos de 1910-1920 (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, 2016). Este hospital foi de grande valia por ocasião da gripe que atingiu a região e matou milhares de ribeirinhos e de Kayapó em 1923 (ROBERTO, 1983).

As irmãs do Colégio Santa Rosa de Lima assumiram, também, a escola pública estadual e municipal de Conceição do Araguaia por não haver professores e pessoas preparadas para isso (AUDRIN, 2007). Ao longo de mais de sete décadas, a filosofia educacional anastasiona-dominicana do Colégio Santa Rosa de Lima espalhou-se por toda a Amazônia do sul paraense e teve repercussões na formação escolar e na irradiação cultural que o colégio proporcionou à

população do Araguaia “até o primeiro semestre de 1979, quando as dominicanas encerram suas atividades na cidade de Conceição do Araguaia”<sup>22</sup> (LOPES, 1986, p. 88).

Nesta região, no ano de 1949, a Congregação fundou o Colégio Santa Teresinha na cidade de Marabá que pertencia à circunscrição eclesiástica de Conceição do Araguaia. A trajetória desta instituição escolar anastasiona-dominicana foi fértil e, como outros colégios da Congregação, deixou marcas indeléveis na sociedade marabaense.

A presença, a atuação e o envolvimento das dominicanas de Monteils na cidade e na região, em outras áreas além da educação, criou um grande entrosamento entre a missão das religiosas e o serviço à comunidade local. Visitas aos doentes e às famílias dos alunos, assistência às famílias carentes, o clube de mães, as atividades junto à paróquia nos cursos bíblicos e na pastoral, a Escola da Fé e o envolvimento com a formação política da comunidade foram serviços valiosos prestados pelas educadoras à sociedade local (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, 1995).

No entanto, no início de sua maturidade, no começo dos anos de 1990 uma forte crise econômica atingiu o colégio. Passou a contar com o apoio de convênios dos governos estaduais e municipais e atendendo às crianças e jovens com a educação infantil, primeiro e segundo graus. Em 1999, com 50 anos de fundação, as Irmãs Dominicanas venderam o Colégio Santa Terezinha.

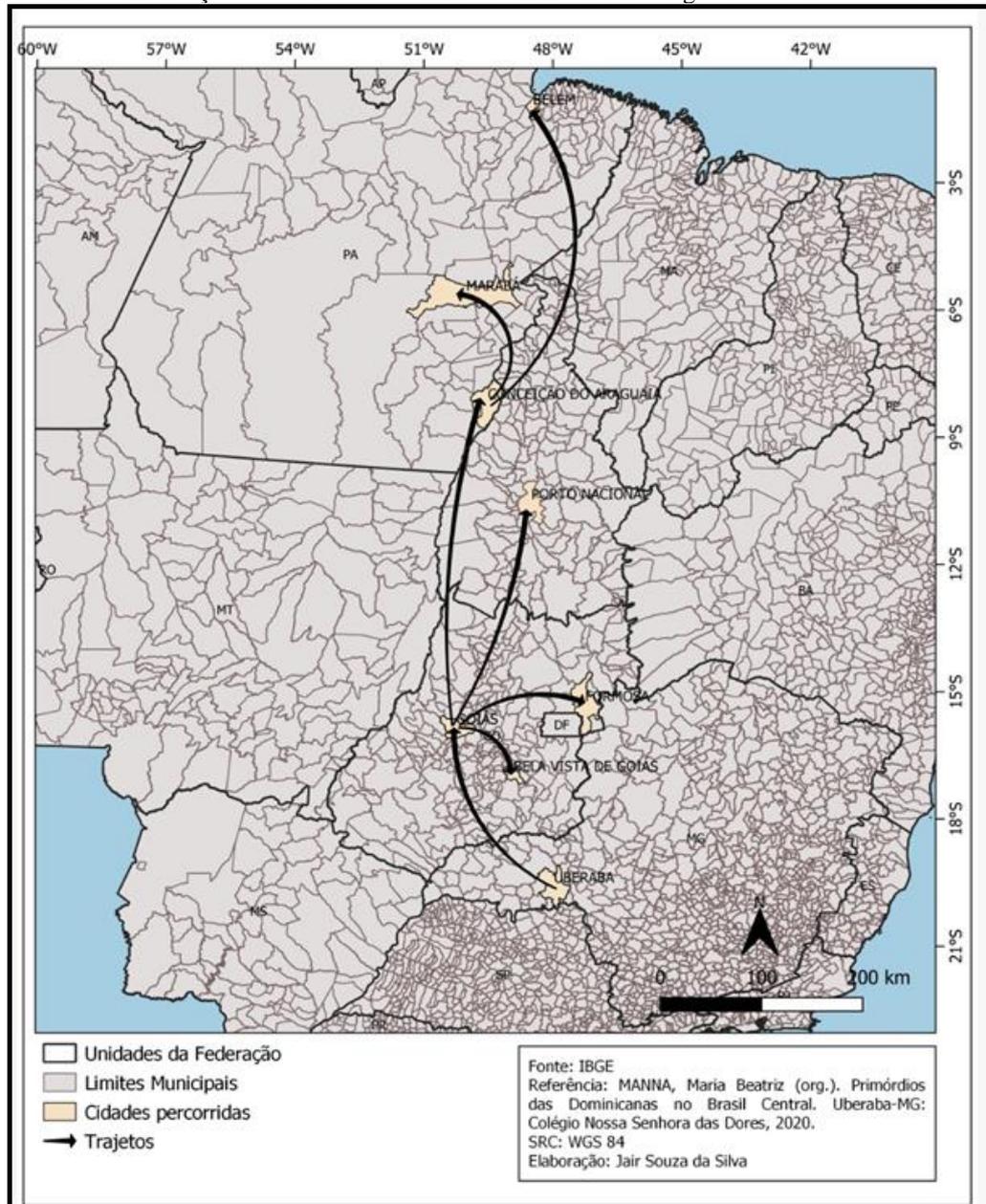
Em 1952, um grupo de religiosas anastasionas-dominicanas instalaram-se na capital do estado do Pará e inauguraram, no dia 02 de março do mesmo ano, “às proximidades da Travessa Mundurucus, o Colégio Santa Maria de Belém” (BELTRÃO, 2016). Durante sua pouca existência, o Colégio Santa Maria de Belém funcionou como internato e externato atendendo a juventude de Belém e do interior do Pará (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, 1995).

Apesar de chegar a um número significativo de alunos em pouco tempo, em virtude do dinamismo e da proposta educacional das religiosas educadoras – registram-se quase 400 matrículas em 1956 – e do empreendimento da construção de um prédio próprio com dois blocos de três andares, as anastasionas-dominicanas, no final da década de 1970, “venderam o Colégio Santa Maria de Belém a uma equipe de educadores leigos [...]” (LOPES, 1986, p. 163).

---

<sup>22</sup> O acervo sobre o Educandário Santa Rosa de Lima presente nos arquivos da Congregação de Nossa Senhora do Rosário de Monteils é vasto para a pesquisa.

**FIGURA 4 - Instituições escolares anastasianas-dominicanas nas regiões do Cerrado e da Amazônia**



Fonte: IBGE, 2021.

O processo de expansão das instituições escolares anastasianas-dominicanas no Brasil ganhou maiores proporções a partir da década de 1920. Do interior do Brasil, especificamente dos sertões de Goiás e da Amazônia paraense, as religiosas educadoras ampliaram sua rede de atuação e espalharam sua filosofia educacional para outras partes do país.

O Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba funcionava como centro de toda a missão evangelizadora e educacional da Congregação de Monteils no Brasil. Era como

[...] o polo sustentador e mantenedor do internamento em que se achavam confinadas, onde viviam e se doavam. De Uberaba partiam, da parte de Monteils e do colégio, toda atenção e preocupações com a saúde das irmãs, os trabalhos desenvolvidos em Goiás, Porto Nacional, Formosa, Conceição do Araguaia. Em compensação, era do

norte que provinha boa parte das vocações, enchendo o Colégio de juventude e encantamentos “nortistas”, onde, desde 22 de agosto de 1903, funcionava o noviciado da Congregação no Brasil. A Missão ao norte para sobreviver, dependia, pois do sul, o “sul maravilha” da geografia do sertanejo nortista, que se resumia, para eles toda a extensão geográfica abaixo da cidade de Goiás (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 888).

O contexto brasileiro, pós-primeira guerra mundial, passou por transformações. Novos critérios, um novo tipo de sociedade, novas ideias e um surto de desenvolvimento científico e tecnológico soprou sobre a sociedade brasileira. O êxodo rural, o crescimento e urbanização das cidades, a disseminação do cinema e do rádio, a crescente industrialização e número de operários a partir da década de 1920, ao mesmo tempo, impulsionou e provocou crises socioeconômicas no Brasil, especialmente na região sudeste (MONTEIRO, 1990; MENDONÇA, 1990).

Politicamente, uma crise de hegemonia política assolou no Brasil desdobrada em dois momentos: o primeiro “abarcando os anos 20, teve como sentido último a contestação à preponderância da burguesia cafeeira, culminando com a conhecida “revolução” de 30” e o segundo “estendeu-se pelo período de 1930 a 1937, assinalando como aponta Aureliano, uma crise de hegemonia em sentido estrito, na medida em que nenhuma classe ou fração de classe lograra o controle incontestado do aparelho de Estado” (MENDONÇA, 1990, p. 319).

No campo eclesiástico católico, a Igreja estava em franco desenvolvimento, preocupada em garantir territórios eclesiásticos, novas frentes de evangelização e aberturas para as questões humanas contemporâneas. Criação de inúmeras dioceses e prelazias, processo de paróquialização, abertura de seminários e melhor formação do clero, incentivo aos movimentos leigos de cunho romanizador, fomento à pastoral das cidades em crescimento, incentivo ao laicato feminino, as obras de assistencialismo e ao catolicismo militante compunham a nova realidade eclesial e os novos caminhos de apostolado ainda pautados no ensino do catecismo e na fundação de escolas católicas (VIEIRA, 2016).

Assim, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils passou a vislumbrar um processo de desinteriorização. Para as educadoras anastasianas-dominicanas, abrir comunidades e escolas na região sudeste e sul do Brasil não era questão prioritária de apostolado, mas de sobrevivência da Congregação. Apesar dos colégios no sertão goiano e em Conceição do Araguaia renderem inúmeras vocações, era preciso atrair vocações religiosas mais escolarizadas, “capacitadas intelectualmente e menos onerosas na formação” orientando-se para uma “camada de sociedade brasileira

intelectualizada” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 883), especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Neste cenário, Madre Maria Boaventura, Priora Geral da Congregação, em sua terceira visita às comunidades de Monteils no Brasil no ano de 1925, decidida do processo de expansão do carisma e da filosofia anastásiana para os grandes centros, incentivada pelos frades de Toulouse no Brasil que estavam decidindo-se pelo mesmo caminho e acolhida pelo Cardeal do Rio de Janeiro Dom Arcoverde e seu bispo auxiliar, Dom Leme, lançou as bases de uma comunidade *ad experimentum* na capital federal (LOPES, 1986).

Em 17 de fevereiro de 1926, chegaram no Rio de Janeiro as primeiras religiosas anastásianas-dominicanas para trabalhar nas obras assistenciais da Arquidiocese do Rio de Janeiro, às quais se dedicaram até 1935, quando alugaram uma casa no Bairro do Botafogo e abriram um atelier de corte e costura para as jovens da localidade.

Deste trabalho e o contato com as pessoas da região, nasceu, no dia 1º de agosto de 1935, o Jardim de Infância Santa Rosa de Lima com uma única criança matriculada. No ano seguinte, as matrículas chegaram ao número de 30 e, logo foi preciso expandir o espaço improvisado para uma escolinha. “Em maio de 1936, Madre Alexandra, a Superiora Geral, consentiu a compra de uma nova casa, maior, com jardim amplo para acolher o número crescente de alunos, à Rua Voluntários da Pátria, 110 [...]” (MANNA, 2020, p. 165).

O Colégio Santa Rosa de Lima expressou a presença da educação anastásiana-dominicana que se consolidou no Rio de Janeiro ao longo de oitenta anos como uma escola tradicional carioca, acolhedora tanto dos filhos e filhas de integrantes da alta sociedade do Rio de Janeiro, bem como para meninos e meninas do Morro Santa Marta de Botafogo (MANNA, 2020). Encerrou suas atividades no ano de 2016 em razão da crise econômica que assolou inúmeras instituições de ensino particular.

No espírito educacional missionário de Madre Maria Boaventura, em 1926, as Dominicanas de Monteils voltaram os olhares para o interior de Minas Gerais e da Diocese de Uberaba. A pedido de Dom Antônio Lustosa, algumas religiosas da Congregação se instalaram na cidade de Araxá para cuidar da Santa Casa de Misericórdia daquele lugar. Destaca-se que, as Dominicanas de Monteils sempre tiveram como base de seu carisma a educação e o cuidado com os doentes. Após dois anos, um outro grupo de religiosas educadoras foi destacado para a cidade com uma nova missão: a fundação do Colégio São Domingos em março de 1928 com os cursos primário e secundário e com mais ou menos 50 alunas (LOPES, 1986).

A proposta de educação anastásiana-dominicana desenvolvida pelo Colégio São Domingos de Araxá, ao longo de mais de noventa anos, revela o carisma de uma pedagogia

pautada no cuidado, na acolhida, na formação eclética e integral, na ação social responsável que revela inspirações marcantes na trajetória de uma proposta educativa que busca manter um carisma aceso ainda em 1850 (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, 2016).

O eixo principal das escolas anastasianas-dominicanas no Brasil não é mais o sertão goiano. O planejamento de expansão para outros centros tem encontrado apoio. Uberaba havia se tornado uma próspera cidade, Araxá destacava-se com suas águas minerais e a estrada de ferro Belo Horizonte-Uberaba fazia nela uma estação e o Rio de Janeiro era a capital federal. O sentido missionário e educacional deixou o eixo ‘grandes sertões e veredas’, sem descaracterizá-lo, e buscou outra dimensão, o eixo de uma inserção nas metrópoles. De fato, “as irmãs dominicanas são testemunho de uma consciência missionária sempre desperta e que se traduz numa ação apostólica multiforme e diferenciada, conforme a evolução dos tempos, as opções e o chamado da Igreja” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 891).

Apesar de manter os colégios e comunidades do norte como pupilas dos olhos da congregação, o eixo Uberaba-Goiás passou para o eixo Uberaba-Rio de Janeiro, pois era o sudeste e sul do Brasil que abriria caminhos novos para a Congregação dar respostas aos novos apelos da sociedade e da Igreja. Assim, a partir da década de 1940, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils cresceu incontestavelmente (MOUTINHO; JOUGLA; PADIN, 2004) e inúmeras foram as fundações que se seguiram.

No ano de 1941, imbuídas do espírito missionário de expansão de suas instituições de ensino, as primeiras religiosas da Congregação de Anastasie chegaram em São Paulo, adquiriram um casarão na Vila Mariana, à altura do nº 2 da rua Altino Arantes, e ali iniciaram em fevereiro de 1943 o curso Nossa Senhora do Rosário, com 15 alunas (LOPES, 1986). Aos poucos tornou-se o Colégio Nossa Senhora do Rosário. Ganhou prédio próprio em 1957, capela moderna, cursos diferenciados, como o Normal e turmas mistas. Não demorou para que o número de alunos chegasse à casa das 1.140 matrículas, em 1961 (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, 2016).

Em pleno funcionamento, o Colégio Nossa Senhora do Rosário destaca-se entre as inúmeras instituições escolares da Vila Mariana, uma das regiões mais desenvolvidas da capital paulista. Desde seus primórdios, o Colégio Rosário como é conhecido, a partir dos pressupostos da filosofia educacional anastasiana-dominicana, contribuiu para a escolarização da elite da classe média paulista (ALMEIDA; NOGUEIRA, 2002) e mantém ações socioreligiosas que motivam a prática altruísta de seu corpo docente e discente (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, 2016).

A década de 1940 marcou a consolidação da instituição mãe da educação anastasiana-dominicana no Brasil, o Colégio Nossa Senhora das Dores, em Uberaba. Num espírito da “Pedagogia do Cuidado” (ANTUNES; GARRAUX, 2014), imbuídas da filosofia anastasiana e “preocupadas com a disseminação da doutrina espírita na cidade, principalmente devido à debandada de algumas crianças assistidas por elas para outras obras patrocinadas por seguidores dessa religião” (SOUZA, 2018, p. 269) e com intuito de atender “[...] uma certa quantidade de crianças pobres ou abandonadas a título de órfãos.

Diante disso sentimos a necessidade de estabelecer uma separação completa entre elas e os alunos do internato [...]” (SOUZA, 2018, p. 270). Desta forma, as freiras educadoras, com o incentivo do bispo diocesano Dom Eduardo Duarte da Silva, fundaram em 1920, o Orfanato Santo Eduardo e por 22 anos atenderam 130 meninas órfãs.

Em 1948, a Pedagogia do Cuidado (VILLA, 2008) manifestou-se na fundação de duas instituições educativas e de extensão do carisma anastasio em Uberaba: a primeira foi a Escola de Enfermagem Frei Eugênio que ofertou

curso de Graduação: de 1948 a 1966 - formou 16 turmas de enfermeiras - num total de 100 (cem) concluintes. Curso de Auxiliar de Enfermagem: de 1955 a 1970 formou 14 turmas de Auxiliares de Enfermagem - num total de 157 concluintes. Curso Técnico de Enfermagem: de 19709 a 1980 formou 9 turmas de Técnicos de Enfermagem - num total de 171 concluintes (LOPES, 1986, p. 168-169).

A segunda foi o Externato São José, “fruto do trabalho missionário das Irmãs, oferecia gratuidade para as crianças empobrecidas e filhos dos funcionários do Colégio Nossa Senhora das Dores” (MANNA, 2020, p. 208) que funcionou até o ano de 1983.

Apesar de oferecerem qualidade acadêmica e a mesma formação humanística da educação anastasiana-dominicana, “[...] existiam duas escolas diferentes, com classes sociais opostas” (MANNA, 2020, p. 208). Isso contribuiu para a construção das desigualdades sociais e educativas (ALMEIDA; NOGUEIRA, 2020) que tanto ferem a educação brasileira em sua trajetória histórica<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Durante a escrita desta tese o mundo sofre com a pandemia da Covid-19. A educação escolar experimenta o maltrato da desigualdade gritante entre escola privada e escola pública, ou entre as distintas realidades da escola pública brasileira. Já não bastasse o Brasil ser “um dos piores países do mundo em matéria de desigualdade de renda. Mais de 16 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza” (Relatório OXFAM), em se tratando de realidade escolar “grande parte dos alunos de escola particular permanece com as aulas, ainda que de forma não presencial (com aulas *on-line*/videoaulas), com os privilégios inerentes à classe e à circunstância, a maioria dos alunos de escolas públicas no Brasil encontra-se sem qualquer possibilidade de ter esse atendimento” (CARTA CAPITAL, 25 de maio de 2020).

Entre tantas histórias e memórias da missão de educar evangelizando e ministrando um ensino libertador à luz dos valores evangélicos, no espírito de São Domingos e da prática educativa Madre Anastasie, o estado de Goiás volta a constituir-se uma terra fértil para a educação anastasiana-dominicana. Em 1933 erigiu-se a nova capital sertaneja do cerrado brasileiro, a cidade de Goiânia, “como ponto de partida de um novo período na história [...] de Goiás” (PALACIN, 1979, p. 92). No entanto, a educação anastasiana-dominicana chegou à recém-inaugurada capital em 1948. No dia 07 de janeiro de 1948, vindas de Uberaba e de Goiás, fundaram em Goiânia o Externato São José com turmas mistas (MELO, 2013).

Até então, a educação anastasiana-dominicana estava envolvida na fundação de colégios para a educação dos filhos das elites e voltada para uma educação feminina de acordo com as propostas ultramontanas e romanizadoras da Igreja Católica.

No contexto do final da década de 1940, as educadoras religiosas souberam adaptar-se às exigências do tempo e do espaço. Prestaram atenção ao que era real, ao que estava presente, às questões em disputa, aos desafios que a nova realidade acenava, mas sem esquecer-se dos princípios e das finalidades de sua identidade e de sua proposta educativa desde sempre: valorizar o indivíduo e enxergar o potencial de cada um (MC VEY, 2015, p. 114).

De fato, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils foi pioneira da educação confessional católica no estado de Goiás. A educação anastasiana-dominicana foi a primeira a instalar-se em pleno sertão do cerrado brasileiro. Num tempo difícil em que as distâncias, a pobreza, as dificuldades e o isolamento marcavam o cotidiano da população goiana e que o Estado pouco se preocupava, financiava ou estruturava o ensino, os colégios, escolas e institutos desta Congregação ganharam destaque no campo educacional.

Do cerrado para o sul. O plano de expansão continuou e chegaram a Cambará do Sul (RS), no dia 18 de fevereiro de 1954 (LOPES, 1986). No dia 15 de março daquele ano iniciavam as aulas com 115 alunas. Oficialmente fora chamado de Curso Imaculada Conceição e passou por denominações sucessivas de Ginásio em 1959 e, finalmente, Escola em 1979. Durante 26 anos, a educação anastasiana-dominicana esteve presente em Cambará do Sul com a direção e coordenação da Escola Imaculada Conceição sob a responsabilidade das religiosas. Em 1981 encerram as atividades educativas, mas permaneceram na cidade, envolvidas com o trabalho pastoral (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008).

De Cambará do Sul, as seguidoras de Anastasie assumiram em 1955, na mesma diocese de Caxias do Sul e a pedido do bispo local, Dom Benedito Zorzi, o trabalho no hospital Nossa Senhora dos Navegantes e no Ginásio São Domingos, na cidade de Torres, litoral gaúcho. Como

enfermeiras, cuidaram do hospital até 1968, mas como educadoras contribuíram com a história da educação de Torres. O Ginásio São Domingos havia sido edificado em 1954 por líderes da cidade com o incentivo da Igreja, no entanto, sem recursos humanos capacitados para levar em frente a instituição escolar, a situação de precariedade instalou-se. A chegada das irmãs logo transformou a realidade e três anos depois, em 09 de março de 1958, o novo e oficial prédio do Ginásio São Domingos foi inaugurado (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1995).

Em Torres (RS), a educação anastasiona-dominicana foi frutífera. Dos diversos cursos e níveis de ensino ofertados destaca-se o Curso Normal entre os anos de 1962 e 1982 que “diplomou 19 turmas, num total de 485 professores” (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1995, p. 66), contribuindo para efetivação da educação primária no interior do Rio Grande do Sul. De Ginásio passou a chamar-se Centro Educacional São Domingos e, até o ano de 2005, esteve sob a direção e orientação da proposta pedagógica da Congregação de Monteils, quando as Irmãs Dominicanas, após um tempo de transição, passaram a instituição para outra congregação religiosa, das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus.

Mas a missão evangelizadora e o apostolado educacional das anastasionas também cresceram pelo interior do Brasil. No ano de 1956, a Congregação foi convidada a abrir um instituto educacional em Volta Grande, interior de Minas Gerais. Durante 25 anos funcionou nesta cidade o Instituto Nossa Senhora do Rosário, que parece ter contribuído na formação da infância e da juventude da cidade e região a partir das finalidades educativas de anastasionas-dominicanas (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, 1995).

Os grandes centros estão na rota expansiva do semear educacional anastasiono. Nos anos de 1957 e 1959, a Congregação alcançou duas importantes capitais: Curitiba, no Paraná e a nascente nova capital federal, Brasília.

Em Curitiba, no dia 1º de agosto de 1957, “iniciaram os trabalhos educacionais em uma pequena casa de madeira, que recebeu o nome de Instituto Nossa Senhora do Rosário e atendia às séries iniciais do primário” (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, 2016, p. 67). Ao longo de mais de 60 anos de funcionamento, o Colégio Nossa Senhora do Rosário de Curitiba

sempre contou com o espírito empreendedor das Irmãs Dominicanas e com a busca pela excelência educacional. Por isso o Colégio não pode ser mensurado apenas em sua estrutura, mas principalmente pelas pessoas que nele trabalham e estudam. Esse é o segredo do Rosário: valorizar cada pessoa que fez e faz parte dessa história e sempre olhar para frente. Inovando constantemente, a fim de promover seres humanos melhores (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, 2016, p. 69).

No Planalto Central, as educadoras anastasianas-dominicanas instalaram-se junto com a nova capital federal. Foram incentivadas pelo próprio presidente Juscelino Kubitschek e iniciaram “modestamente num barraco simples que abrigou as primeiras dominicanas: Madre Bernardete, Solange, Inês e Maria do Divino Coração, que principiaram um dos mais importantes centros de ensino da capital federal, o Centro Educacional N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 899).

O Colégio Rosário, como era popularmente e carinhosamente conhecido, educou gerações em Brasília ao longo dos anos de 1960 e 2015. Filhos de ministros, senadores, deputados e de funcionários públicos de alto escalão estudaram na instituição que serviu, à maneira anastasiana-dominicana de ser, a escolarização da elite, que buscava um ensino inovador, progressista e de formação humanista-cristã (ALMEIDA, 2020). Em 2016, o Colégio Rosário fechou suas portas, alocando seu prédio para outra rede de educação básica. A Congregação permaneceu em Brasília onde mantém a sede da província anexa ao prédio do antigo Rosário.

Entre a fundação de Curitiba e de Brasília, a educação anastasiana-dominicana chegou a Arraias, sertão do antigo norte de Goiás, atualmente estado do Tocantins. Em 1958, foi inaugurado o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, objeto de pesquisa desta Tese, que terá os próximos capítulos dedicados à análise de sua trajetória, de suas memórias e de sua cultura escolar.

As fontes encontradas, catalogadas e analisadas nesta pesquisa revelaram que, com o estabelecimento do Colégio Rosário de Brasília, findou a fase das fundações das instituições escolares da congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils no Brasil. Somente em 1985, a Congregação fundou em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, a creche Maria de Nazaré, em Frutal, Minas Gerais, a Creche Mãe da Esperança, dedicadas à educação infantil. Em Uberaba, fundaram o Centro de Educação Infantil Marta Carneiro, em 1986.

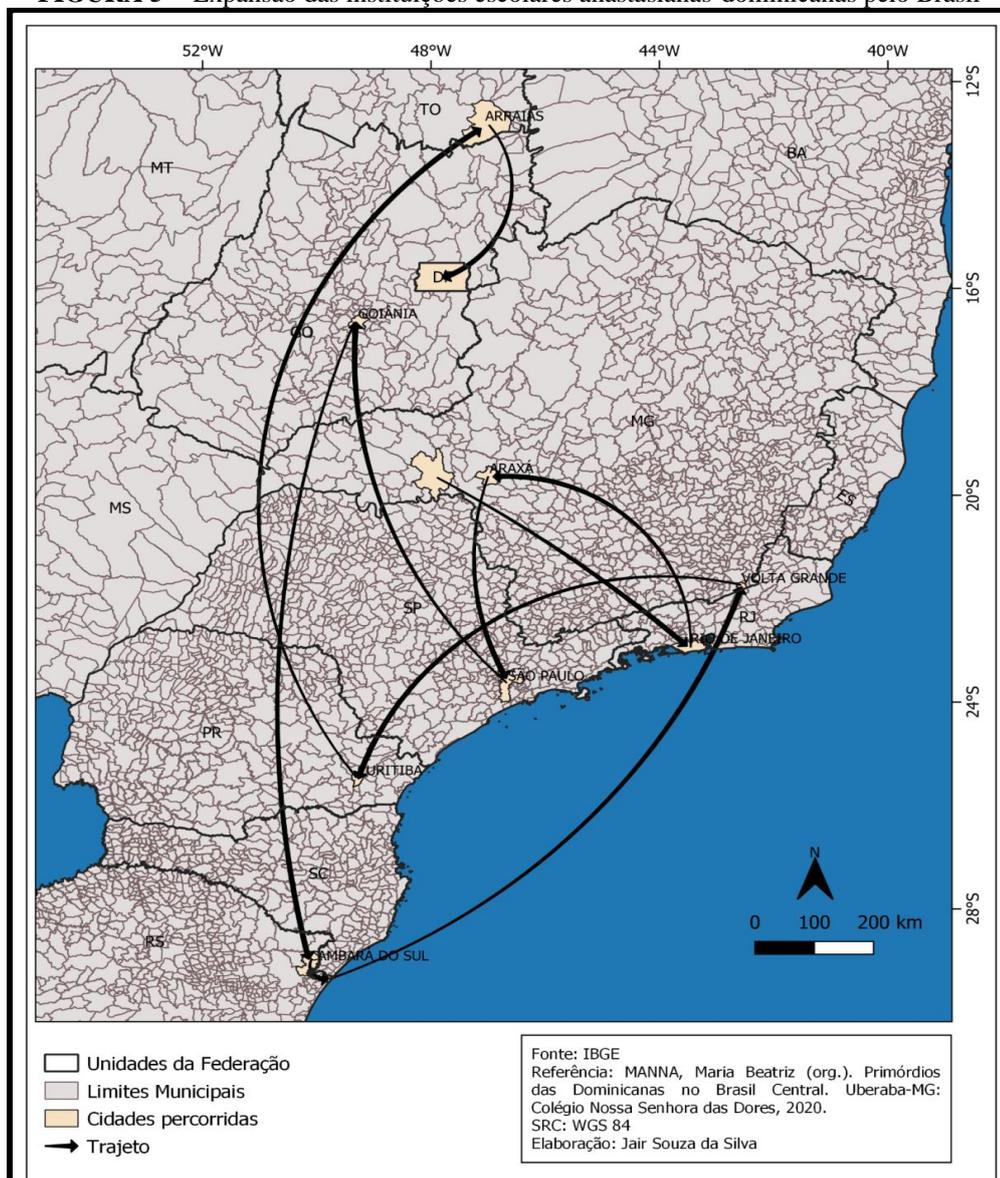
Na cartografia dessas instituições educativas, evidencia-se o pioneirismo da educação anastasiana-dominicana no triângulo mineiro manifestada, também, no ensino superior confessional da região, quando em 1949, numa parceria com o bispo diocesano de Uberaba, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral e com os Irmãos Maristas, a Congregação fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA).

A Instituição de Ensino Superior funcionou até o ano de 1980, quando foi absorvida “pela Universidade de Uberaba, sem que os alunos tivessem clareza das razões econômicas e políticas desse acontecimento” (SANTOS, 2006, p. 14). A FISTA foi

[...] um marco referencial na história da educação brasileira. Sua gênese e consolidação como centro de irradiação da cultura foi fundamentada na ética cristã. As concepções de homem, de sociedade, de mundo e de educação eram evidenciadas na ação evangelizadora e no currículo em que o estudo reflexivo e a prática já se colocavam como princípios fundamentais (MANNA, 2020, p. 223).

O esboço da cartografia das instituições escolares anastasianas-dominicanas integra e caracteriza o campo educacional da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils no país.

**FIGURA 5 - Expansão das instituições escolares anastasianas-dominicanas pelo Brasil**



Fonte: IBGE, 2021.

## 2 ARRAIAS: CONTEXTOS, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

Arraias minha altaneira, Idílio de amor em teu luar!  
Nobre, feliz alvissareira, Hei de rever-te, te abraçar.  
És do Tocantins a joia rara. Teu sol luzente no arrebol  
Refulge em pedraria cara. O ouro fulvo do teu sol.  
Arraias, és bela e sedutora, Poema de gozo em solidão.  
És simples, nobre, encantadora, És grande de alma e coração!  
Tua água, ó biquinha, benfazeja. Teu gosto é milagroso ao paladar.  
Aquele que te prova só deseja. A Arraias, feliz, sempre voltar!  
Arraias minha! Arraias bela! Terra de afeto e dilação  
Tu tens do jovem, da donzela, Todo o encanto e sedução.  
Sussurra a brisa bem fadada Na mais doce vibração  
Tu és uma terra encantada. De um povo hospitaleiro e irmão.  
Arraias, ninguém te esquece. Tua graça, teu viço sem igual  
Relembra a velha serra que parece. Um guardião a cuidar-te, paternal.  
Tuas noites tão formosas celebradas. Em rodas, bacondês, ó, dias meus!  
Nas noites arraianas encantadas. Nossa alma se recolhe e sobe a Deus.  
Igrejinha do Rosário, ainda te vejo. Na lembrança, com saudade e ternura.  
Pra mim há sempre o ensejo. De voltar à minha infância de candura.  
Córrego Rico, em cujas águas tão lendárias. A lembrança do escravo se debruça,  
Acalentando a velha rua solitária, Onde a alma do passado ainda soluça.  
(Hino de Arraias. Letra: Ir. Zoé da Eucaristia Dourado e Ir. Maria Augusta. Música:  
Luciana Bezerra S. Oliveira Carrilo)

Arraias (TO) foi objeto de estudo e de investigação de vários pesquisadores em distintas áreas do conhecimento. A presença de uma universidade pública na cidade, desde a década de 1990, como Universidade do Tocantins (UNITINS) até 2002, e como Universidade Federal do Tocantins (UFT), a partir de 2003, viabilizaram pesquisas por parte de professores e de estudantes, que optaram como objeto de seus trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, o olhar sobre Arraias<sup>24</sup>.

Apesar de um considerável número de investigações e produções sobre Arraias, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes não constituiu objeto de análise de nenhuma das pesquisas elencadas a partir do levantamento do estado da arte realizado. Citações, menções, parágrafos ou no máximo algumas páginas foram os maiores resultados sobre essa instituição escolar anastasiona-dominicana em Arraias, objeto deste estudo.

Neste capítulo objetiva-se explorar um pouco a história de Arraias e contextualizá-la no tempo a partir de suas trajetórias até a criação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em 1958.

---

<sup>24</sup> Destaca-se a tese de doutoramento de Mireya Suárez pela Cornell University (USA), em 1989, sobre o processo produtivo no planalto central brasileiro intitulado “*Everlasting golden sertões*” em que a pesquisadora evidencia a região de Arraias, o cerrado e caatinga e o território de potencial produção. Verificar o Apêndice 3 - Trabalhos de pesquisas e obras produzidas sobre Arraias.

Os primórdios de Arraias fincam-se em séculos passados. Conhecer os processos e alguns fatos que marcaram sua história, de maneira especial alguns fragmentos de sua História da Educação, tornam-se imprescindíveis para compreender as motivações locais e da Congregação de Monteils para a fundação de uma escola secundária confessional católica numa região sertaneja reconhecida como ‘corredor da miséria’.

## 2.1 Arraias: um pouco de sua história

Do que é feita uma cidade? O que a constitui? Mais do que pedra, aço, ferro, vidro, barro, equipamento, traçado, as cidades são feitas “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do seu passado” (CALVINO, 1990, p. 14).

Ao propor pensar Arraias, suas origens e trajetórias, mais do que seu espaço, acontecimentos e seu passado, a pequena *urbe* do sudeste do Tocantins foi constituída de pessoas, de grupos sociais, etnias e de famílias que, desde muito tempo esbarraram por seu território, às margens de seus rios, no sopé ou nos altos de suas colinas. O objetivo aqui não é fazer um estudo profundo sobre a História de Arraias, mas contextualizar a cidade em que se estabeleceu o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, objeto desta Tese.

Uma das formas de pensar as cidades é pela imagem e, também, pela arte. Melhor ainda quando a imagem se faz arte. As imagens de uma cidade, nas premissas da História Cultural e, de acordo com Sandra Jatahá Pesavento

[...] são representações, factíveis ou não, baseadas em cidades existentes, e elas descortinam para o historiador um panorama fascinante de rastros do passado. Elas são, todas elas, marcas de uma cidade sensível que um dia se impôs ao olhar, à técnica e às emoções daqueles que as traduziram em imagem (PESAVENTO, 2007, p. 22).

Por isso, a imagem de uma obra de arte colocada na praça principal de Arraias é o ponto de partida escolhido para contextualizar sua história. O painel, pintado em azulejo, de autoria da artista plástica Maria Guilhermina Gonçalves Fernandes<sup>25</sup>, no ano de 1969, retrata alguns

---

<sup>25</sup> Nasceu em Conquista-MG, em 1931. Desde a infância a arte chamou sua atenção. Cresceu junto às olarias de seu pai português, às margens do Rio Meia Ponte, à época da construção de Goiânia. Aprendeu de sua mãe italiana os princípios da modelagem. Encantou-se pela exposição do pintor alemão, Udo Horst Knoff, em 1952 em Goiânia, que chegou a ser sua aluna particular. Foi uma das primeiras e mais dedicadas alunas da Escola de Belas Artes da Universidade Católica de Goiás entre 1956 e 1959. Conquistou seu primeiro prêmio e medalha de ouro no Salão Nacional Universitário de Arte de Belo Horizonte em 1959, na conclusão de seu curso superior. Batalhou pela implantação da faculdade de Belas Artes que se originou no curso de Artes, sob a tutela do Governo do Estado de Goiás, em 1962. Este curso foi encampado pela Universidade Federal de Goiás em 1963 dando prosseguimento ao ensino de nível superior de Belas Artes do qual Maria Guilhermina foi coordenadora, co-fundadora e professora durante 33 anos. Fez mestrado em Ciências das Artes - Escultura na L'Université de Paris VIII e doutorado

momentos da trajetória da cidade: a descoberta do ouro no século XVIII; a pecuária e a agricultura como forma de subsistência local ao longo do século XIX e seu desenvolvimento no século XX; a implantação da energia elétrica na década de 1940 e a chegada das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils no final da década de 1950 para conduzirem um instituto de educação (AIRES, 1989; COSTA, 2008; FARIAS, 2013; FERNANDES, 2016).

**FIGURA 6** - Painel artístico na praça da Matriz em Arraias-TO (lado A)



**Fonte:** Foto de Yanka Silva Oliveira (2021).

---

"Ciências das Artes - Escultura", na L'Université de Paris I - Panthéon - Sorbonne. Sua arte ganhou o mundo. Suas esculturas em pau-brasil e esteatita lhe renderam muitos prêmios. Suas exposições ganharam elogios da crítica local, regional, nacional e mundial (MENEZES, 1998). Arraias conta com relevante obra de arte de Maria Guilhermina.

**FIGURA 7-** Painel artístico na praça da Matriz em Arraias-TO (lado B)



**Fonte:** Foto de Yanka Silva Oliveira (2021).

Apesar de que cada “cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção, e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa” (PESAVENTO, 2007, p. 17), é a partir deste obelisco, como arte que se tornou pública, que buscaremos contribuir para o mosaico da história de Arraias, reunindo fragmentos dos diversos olhares que já foram lançados sobre ela.

Palacin (1979), Parente (2007) e Apolinário (2007) situaram os primórdios de Arraias no século XVIII. A descoberta de minas auríferas no antigo norte da província de Goiás fez com que muitos se apressassem para a região em busca de prosperidade. Pontal, Carmo, Natividade, Cavalcante, entre outras, foram localidades povoadas pela mineração.

No entanto, os antecedentes do povoado de Arraias estão fincados ainda no século XVII, quando missionários jesuítas vindos do Maranhão, fundaram uma missão na região do Duro, hoje Dianópolis e “um aldeamento com o nome de Boqueirão dos Tapuios” (RESENDE, 2016, p. 73) nas proximidades do lugar onde se ergueria a Chapada dos Negros, depois Arraias. Povos indígenas pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, como os Akroá, Xakriabá, Xavante, Xerente, Krahô, Apinayé, Javaé, Xambioá e Karajá (APOLINÁRIO, 2007) habitavam a região.

Pelos idos de 1733, conforme Palacin (2008), no alto da serra, formou-se uma primitiva povoação “de negros aquilombados” (APOLINÁRIO, 2007, p. 57), provindos de quilombos

destruídos de outras partes do Brasil, escapando do cruel massacre do trabalho escravo “nas proximidades dessa aldeia, no lugar que tomou o nome de Chapada dos Negros” (MARTINELLI, 1983, p. 147).

Com a descoberta dos filões auríferos na Chapada dos Negros e aos seus arredores, audazes aventureiros ávidos de lucro (FERNANDES, 2016) inflaram a localidade, pois o ouro pululava o imaginário daqueles que andavam atrás de garimpos (APOLINÁRIO, 2007). As Terras Novas das Minas dos Goyazes do Anhanguera ressoavam pela capitania de São Paulo e eriçaram os maranhenses que requeriam a posse das terras. Entre disputas por solo tão rico, a coroa lusitana confirmou o território aos paulistas, fechou passagem aos maranhenses e iniciou a articulação para a criação da Capitania de Goyaz, em 1749, necessária diante da riqueza do minério e dos povoados que surgiam (PALACIN, 2008).

Em 1740, o governador da Província de São Paulo, Dom Luiz de Mascarenhas, ao viajar para as Minas de Goyazes com o objetivo de tomar posse dos veios auríferos do Norte, chegou em Arraias e ordenou “a transferência da população que vivia na Chapada dos Negros para uma outra área um pouco mais distante das minas” (APOLINÁRIO, 2007, p. 77). Lugar aprazível, rodeado de colinas e com ricos mananciais de água, da qual a Chapada dos Negros<sup>26</sup> era empobrecida.

Foi neste local que a pequenina cidade de Arraias<sup>27</sup> fincou suas raízes. Deslocou-se do alto da serra “e fixou-se num sítio acidentado próximo ao local das minas de ouro, em 1740” (FERNANDES, 2016, p. 16). Palacin (1979, p. 83) afirmou que “a primeira característica – e a mais original – do povoamento da mineração é seu caráter urbano – ou quase urbano”. Assim, com a construção de suas casas, na modelagem de suas ruas tortuosas que acompanharam a

---

<sup>26</sup> “Chapada dos Negros, um lugar de valor inestimável ficou esquecida em razão do descaso, da pouca visibilidade, da ausência de uma política de conservação do patrimônio material e imaterial acumulada ao longo dos séculos e até hoje alvo da sanha de curiosos e depredadores” (MOURA, 2012, p. 63). Algumas atividades têm sido realizadas para a conservação e reconhecimento da Chapada dos Negros, de maneira especial com a implantação do curso de Turismo patrimonial e socioambiental no campus da Universidade Federal do Tocantins em Arraias, desde 2016. O Museu Histórico e Cultural de Arraias (MHCA), coordenado pela Universidade Federal do Tocantins, realiza ações de preservação das memórias e artefatos da cidade, em especial da Chapada dos Negros. No entanto, as políticas públicas de preservação deste espaço ainda são ínfimas. As pesquisas de mestrado de Gualberto (2017) e a de doutorado de Nolasco (2018) “Ruínas da Chapada dos Negros: memórias e identidades” são trabalhos que abordam a temática da Chapada dos Negros sob a perspectiva da urgência na valorização deste patrimônio.

<sup>27</sup> Pesavento (2007, p. 16) nos aponta que o “processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma”, juntando suas lendas e mitos, elegendo seus heróis fundadores e tecendo sua narrativa. À origem do nome Arraias relaciona-se o mito narrado por Cordeiro (1989, p. 13): “Na fundação do arraial de Palma, hoje Paranã, o Ouvidor Teotônio Segurado, remeteu, por ironia, a seu adversário político, Capitão Antonio Cardoso, algumas arraias, como se fossem espécie estranha e rara no rio Paranã e como sugestão ao nome do arraial que se fundava nas imediações da Chapada dos Negros”. Apesar da dúvida que paira sobre ser esta a origem de Arraias, o mito povoa o imaginário local.

topografia local, na construção de suas igrejas dedicadas à São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora dos Remédios<sup>28</sup> e na convivência de seus cidadãos mineradores, comerciantes, criadores de gado, escravos, forros, faiscaidores e alguns indígenas (APOLINÁRIO, 2007; FERNANDES, 2016), sob a tutela do Capitão Felipe Antônio Cardoso (CORDEIRO, 1989), que Arraias se desenvolveu.

Arraias foi um povoado próspero no século XVIII. Os filões de ouro da Chapada dos Negros, dos córregos, do solo e das colinas do arraial proporcionaram, como narrou Cunha Matos (1979), a extração de “arrobas e arrobas de ouro”, circunstância que provocou não só o temor, mas a efetivação do contrabando, e resultou num arrocho fiscal intenso, não só em Arraias, mas nos demais povoados do norte de Goiás (PARENTE, 2007).

Destaca-se deste período o contingente de escravos negros. De acordo com a historiadora Temis Parente,

nos anos de 1739 e 1740, o total das matrículas foi de 7.346 e 5.415, respectivamente. Novos dados vão aparecer somente a partir de 1741, perfazendo um total de 15.321 cativos- a intendência do sul contava com 8.324 matrículas. As demais estavam assim distribuídas nos julgados do Norte: São José do Tocantins, 2.666, São Félix, 432; Natividade, 730 e **Arraias, com a maior quantidade, 3.169 escravos – por suas minas terem sido recentemente descobertas e ainda se acharem em fase de grande produtividade** (PARENTE, 2007, p. 75-76, grifos nossos).

Por essa razão, a sociedade escravista instituída em Arraias teve um papel relevante na constituição social da cidade (APOLINÁRIO, 2007), apesar de que há certo negacionismo da intensa presença da mão de obra escrava nos garimpos e um ocultamento dos conflitos deste

---

<sup>28</sup> São poucos os registros sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. De fato, elas existiram pois estão na memória e escritos de muitos arraianos, como de Anita Ramalho: “por várias vezes nos reuníamos debaixo daquele pé de tamboril, em frente à antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, como um bando de andorinhas à espera do toque do sino [...] Ficávamos ali naquela sombra mais um pouquinho olhando a Igreja Nossa Senhora do Rosário, já em ruínas se desfazendo ao passar do tempo, e o nosso coração ficava partido por observar aquele templo sagrado, tão bonito e majestoso, sendo destruído e ruído pelos anos, servindo agora como morada de morcegos e uma insana senhora, a Tiadorinha [...] (RAMALHO, 2012, p. 59). Rosolinda Batista Abreu Cordeiro pintou em 1958 um quadro desta Igreja que se encontra em sua obra sobre Arraias (CORDEIRO, 1989, p. 39). Sobre a Igreja de São Benedito encontramos pequenos fragmentos como os da tese de Magda Suely Pereira Costa: “Dizem que escravos recém-chegados construíram as igrejas de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, buscando nelas a mediação divina para aplacar seu cotidiano de penúrias e servidão. [...] a Igreja de São Benedito foi a primeira do município, sendo construída ainda no século XVIII pelos negros escravos que nele moravam. Mas a Igreja não sobreviveu [...] lembram-se de ver os restos do alicerce situados na rua São Benedito, como era chamada na época. Mas nem o nome do santo durou: a rua hoje se chama Antonio da Conceição (COSTA, 2008, p. 144). Conforme Cordeiro (1989, p. 16), “Arraias povoou-se rapidamente. De suas antigas construções conservam-se ainda hoje, paredões da Matriz, sobre os quais se ergueu a atual igreja, com nova arquitetura” (CORDEIRO, 1989, p. 16). As questões de conservação patrimonial em Arraias são gritantes. A cidade “perdeu muito do seu patrimônio, praticamente quase 100%. Eu ainda me lembro dessas ruas todas calçadas em pedra e aí foram tirando, foram tirando [...]. Depois derrubaram as casas históricas que tinha, conservando-se uma ou outra, perdeu-se todo um patrimônio. Foram construindo casas mais modernas e perdeu-se todo um patrimônio arquitetônico, toda uma história [...] (PEDREIRA *et al.*, 2012, p. 100).

período que resultaram em quilombos<sup>29</sup> e ações de resistência praticadas por negros escravos, conforme defende Valadão (2018). Parece que, ao longo da história, grupos sociais hegemônicos, formado por uma minoria branca, em seus discursos e problematizações, propuseram “outra perspectiva interpretativa da história” (VALADÃO, 2018, p. 64) de Arraias, como aconteceu em quase todo o Brasil.

De fato, conforme as premissas de Valadão (2018), tentar compreender Arraias com quase 300 anos de existência é ter a sua frente um imenso rol de possibilidades de interpretação dos fatos ocorridos ao longo deste tempo, registrados nas memórias coletivas, que muitas vezes invisibilizam sujeitos que tiveram papel relevante na sociedade, neste caso, os negros. É necessário “tomar com cuidado e discernimento os poucos registros documentados, desconfiando e investigando as condições dos registros” (VALADÃO, 2018, p. 64) e com o que foi construído pela classe hegemônica enquanto discurso, papel preponderante na pesquisa histórica.

Entretanto, historicamente, povos indígenas e populações afrodescendentes edificaram a sociedade colonial. Este contexto não foi diferente em Arraias, apesar de que, na cidade e na região, estudos têm demonstrado que a consciência da sua diversidade, enquanto base fundante de uma identidade a partir desses povos, ainda requer muito caminho a percorrer, longe de ser consolidada (VALADÃO, 2018).

Ao analisar o primeiro cenário da obra de arte de Maria Guilhermina Gonçalves Fernandes – o ouro e a escravidão negra – que mostra rastros para compreender as origens e trajetórias de Arraias, surgem questões problematizadoras de desigualdade social e racismo, reflexos deste período e que se arrastou por anos a fio, com resquícios manifestos na sociedade atual.

Durante esta investigação, o olhar de pesquisador pousou em uma instituição da cidade, o Clube Social Arraiano (CSA). Resende (2016) afirmou que “há em Arraias uma estratificação

---

<sup>29</sup> No território de Arraias existem duas comunidades remanescentes de quilombolas, a Lagoa da Pedra e Kalunga Mimoso do Tocantins, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, em 2004 e em 2005, respectivamente (TESKE, 2010; ROCHA-COELHO, 2009; FERNANDES, 2016). Conforme Apolinário (2007, p. 131), com o movimento de fuga de escravos “na busca de outra alternativa de vida longe do cativeiro, lá iam os escravos negros de Arraias embrenhando-se nas matas tentando ultrapassar as barreiras que os separavam da liberdade”. Apesar de não existir documentação específica sobre o destino destes negros, as evidências encontradas aproximam a Lagoa da Pedra e o Kalunga Mimoso do Tocantins como comunidades que se formaram neste período, com negros fugidos das minas auríferas arraianas. A vida cultural destas duas comunidades, com suas tradições e costumes, é intensa e tem sido objeto de diversas pesquisas. No entanto, os fenômenos da globalização e o crescente desenvolvimento econômico de alguns setores, como da mineração, das hidrelétricas e do agronegócio, tem causado severos impactos nestas comunidades quilombolas (ver OLIVEIRA, 2010; TESKE, 2018; CONAQ, 2018).

social bastante forte, com agudo distanciamento social, velada discriminação que denota um forte preconceito entre seus moradores”. O Clube Social Arraiano, desde sua fundação pelos idos de 1940 até pouco tempo, foi palco legitimador deste processo.

Costa (2008), Resende (2016) e Soares (2019) destacam em seus trabalhos o quanto este local foi ao mesmo tempo, marco evolutivo na vida social da cidade, mas também um espaço segregador em Arraias. Para frequentá-lo precisava adquirir o título patrimonial, ser associado ou pagar ingressos que a maior parte da população, preta e pobre, não tinha condições de fazer. Festas, carnavais, bailes, festivais e comensalidades eram frequentados pela elite “enquanto às outras classes eram destinados os botecos ou barracas de palhas armadas para o mesmo fim.

Houve, ainda, um movimento que terminou por erguer o Clube dos Operários que não subsistiu por muito tempo” (RESENDE, 2016, p. 125). De uma análise da página Memórias Fotográficas de Arraias, no *Facebook*, um comentário na foto de uma carteira de sócio-proprietário do Clube Social Arraiano chamou a atenção. “Fato importante na história social e cultural da cidade foi a quebra dos paradigmas quando a entrada foi facultada para toda a sociedade arraiana, indistintamente” (MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS DE ARRAIAS, 2020). Desigualdade, separação e racismo explícito em Arraias.

De fato, o arraial do norte de Goiás, desde suas origens, pauta-se numa sociedade escravista, primeiramente mineradora, depois de uma economia de subsistência, mas repleta de “estratégias que revelassem a criatividade dos escravos de resistirem de múltiplas formas ao sistema escravista instalado [...]. Universo este, em que o ouro, a escravidão e a resistência faziam parte de uma mesma conjuntura histórica” (APOLINÁRIO, 2007, p. 113).

Sem dúvida, o elemento de luta foi incorporado nesta sociedade, componentes contra-hegemônicos pautaram a sobrevivência da maioria dos grupos existentes. No entanto, o contexto sócio-histórico de Arraias foi desenhado sob o olhar do colonizador, do dominador, do branco europeu.

Conforme destacou Moura (2012), é possível contemplar os traços da cultura negra escravista nas diversas manifestações culturais e religiosas de Arraias, como a paçoca de carne de sol, o devocionismo religioso à Virgem Maria, as ruínas dos muros de pedra que circundam a cidade, a dança da *suça*, o reboar dos caixas e tambores, “o bolé, dança típica da Região do quilombo Kalunga Mimoso; e a roda de São Gonçalo, um jeito de dançar rezando ou rezar dançando, manifestação específica da comunidade quilombola Lagoa da Pedra” (MOURA, 2012, p. 82), entre outras práticas.

O segundo cenário do painel artístico da praça central de Arraias evidencia a pecuária e a agricultura como forma de subsistência local ao longo do século XIX e seu desenvolvimento

no século XX. A decadência da mineração trouxe para Arraias, ainda no final do século XVIII, grandes defasagens. A economia mineradora de alto teor comercial deu lugar à sociedade agropastoril “fechada, de subsistência, produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais, como o sal, ferramentas etc.” (PALACIN, 2008, p. 74).

De acordo com Parente (2007), a queda da mineração fez com que Arraias se tornasse um lugar de involução social, sinônimo de atraso, com um quadro agravado de pobreza e de exclusão, levando a cidade e a região a ser classificada como corredor da miséria. Foi na economia de subsistência que a população – brancos e negros – encontrou “mecanismos de resistência para que possa se integrar, mesmo que lentamente, a uma nova forma de atividade econômica baseada na produção agropecuária” (PARENTE, 2007, p. 99).

Esta economia de subsistência garantiu ao longo do século XIX e XX, “a sobrevivência dos camponeses, abandonados à própria sorte sem apoio de políticas públicas” (VALADÃO, 2018, p. 71). A agricultura e a pecuária ainda são as forças econômicas do município de Arraias até os dias atuais. Valadão (2018) pontua que

a concentração de terras nas mãos de algumas famílias, principalmente após a decadência do ciclo do ouro, resultaria na hegemonia política, mantida até os dias atuais. No entanto, com o processo de expansão da fronteira agrícola, muitos moradores tradicionais estão dispostos de suas terras, pois seus filhos não estão assumindo mais as atividades desenvolvidas pelos pais. Tem sido frequente no município de Arraias e das cidades da região a aquisição de terras por parte de fazendeiros de outras regiões do país e por empresas imobiliárias ligadas ao agronegócio. Estes desmatam, plantam capim e revendem as terras para criadores de gado de outras regiões, onde as terras são mais valorizadas e destinadas ao plantio de alimentos, principalmente milho e soja (VALADÃO, 2018, p. 71).

Neste ínterim, a trajetória de Arraias foi-se constituindo. No início do século XIX, o povoado foi elevado à condição de julgado por meio do ato governamental de 16 de agosto de 1807. Em meio ao movimento separatista do Tocantins em relação à Capitania de Goiás e à coroa lusitana, a partir da instalação da Junta Provisória do Norte de Goiás em 1821, sob a presidência de Teotônio Segurado, ouvidor da Comarca do Norte, Arraias foi capital da Província, nomeada pela Junta, em outubro de 1821 (CAVALCANTE, 2003). Na coordenação da Junta estava o arraiano, Capitão Felipe Antônio Cardoso, tido como um dos mentores e um dos mais brilhantes revolucionários goianos (RESENDE, 2016). Arraias foi força de resistência, seu povo e seus líderes desfraldaram a bandeira da autonomia do antigo norte de Goiás, ainda no século XIX, sonho e luta que se concretizou em 1988 com a criação do estado do Tocantins.

No dia 03 de fevereiro de 1834, Arraias foi reconhecida com a categoria de Vila, título que perdeu por alguns anos e passou a pertencer ao arraial de Santo Antonio do Morro do Chapéu, atual Monte Alegre de Goiás, sendo em 1861 restituído à Arraias (CORDEIRO, 1989). A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi elevada à categoria de freguesia colativa pela lei provincial nº 14 de 23 de julho de 1835, do então governador de Goiás José Rodrigues Jardim, e Arraias tornou-se paróquia (FESTA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS, 1983). Em 1º de agosto de 1914 Arraias foi emancipada e passou à categoria de cidade (CORDEIRO, 1989).

Assim, no decurso dos séculos XIX e XX, apesar de ser uma cidade-polo do nordeste goiano e sudeste tocantinense, Arraias viveu “um cotidiano de dificuldades e restrições impostas por sua economia frágil, baseada na pecuária extensiva e na agricultura familiar” (FERNANDES, 2016, p. 25). Como aponta Costa (2008, p. 30), este cenário refletia o poder das longas linhagens familiares que se perpetuaram nos costumes, autoridade e hegemonia “dos patriarcas, aos quais continuam vinculadas até pelo sobrenome, pelas terras herdadas e pela tradição política ou religiosa”. Atualmente,

a cidade de Arraias localiza-se na região sudeste do estado, distante 420 km da capital do estado, Palmas e limita-se ao norte com os municípios de Conceição do Tocantins, Taipas e Taguatinga; ao sul faz divisa com Campos Belos, no estado de Goiás; a oeste com o município de Paranã e a leste com as cidades de Novo Alegre, Combinado e Aurora do Tocantins. Seu clima tropical úmido possui as estações de seca e de chuva divididas ao longo do ano, seu relevo acidentado rendeu-lhe o codinome de “Cidade das Colinas”, por estar situada em meio a muitos morros [...] (FERNANDES, 2016, p. 15).

Pesavento (2007) pontuou que não há memória que se efetive sem o recurso às imagens mentais. Uma das imagens registradas artisticamente no painel da trajetória de Arraias, no caso a terceira fase, remete à implantação da energia elétrica na década de 1940. Memória que virou arte e faz referência a elemento significativo do desenvolvimento, a força e luz. Nos registros de Rosolinda Batista Abreu Cordeiro (1989) e Maria Cavalcante Martinelli (1983), a energia elétrica, apesar de muitos entraves, foi um ganho de proporções gigantescas para Arraias, visto que “foi a segunda hidrelétrica do norte goiano” (CORDEIRO, 1989, p. 39).

Um personagem relevante nesta conquista foi o então Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, filho de Arraias, João D’Abreu que, em parceria com o prefeito local, Manoel de Góes Moreira articulou junto ao governador Pedro Ludovico Teixeira, para a instalação da usina hidrelétrica (MARTINELLI, 1983; CORDEIRO, 1989). Entre muitos esforços, sem estradas e sem muitos recursos, transportou-se “de São Paulo para Arraias, em pequenos caminhões, no prazo de dois meses, todo o material necessário à instalação hidrelétrica”, que foi inaugurada

em 03 de novembro de 1940, “quando ligaram a chave e as luzes se acenderam” (CORDEIRO, 1989, p. 40).

O quarto e último cenário do painel arraiano trata-se da chegada das Irmãs Dominicanas de Monteils no final da década de 1950 e a instalação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes a qual esta Tese dedica-se, numa análise histórica, a compreender as trajetórias, as memórias e a cultura escolar desta instituição escolar, bem como seus contributos para o campo educacional, econômico, político e social para a cidade de Arraias.

**FIGURA 8** - Detalhe do painel artístico na Praça da Matriz de Arraias-TO



**Fonte:** Memórias Fotográficas de Arraias, 2020.

No entanto, o painel data de 1969. De lá para cá, a cidade de Arraias desenvolveu outros contextos, talvez impulsionado pelo Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Sua história, principalmente com a criação do estado do Tocantins, em 1988, ganhou outros contornos. Destaca-se a criação de um campus da Universidade do Tocantins em março de 1991, com os cursos de formação de professores (FARIAS, 2013). Desde então, a cidade tornou-se um centro universitário de referência para a região sudeste do Tocantins e nordeste de Goiás. A partir de 2003, o campus universitário de Arraias se federalizou. Toda a estrutura física, os cursos e

estudantes passaram a compor a Universidade Federal do Tocantins, que possibilitou um maior desenvolvimento econômico e incremento de possibilidades de emprego e mudanças nas relações de produção, além de qualificação para o trabalho e a insígnia de modernização e progresso (DOURADO, 2010).

Costa (2008) acentua que a instalação, consolidação e expansão da universidade em Arraias provocou mudanças no processo de conscientização da sociedade local, na postura de egressos diante da sociedade, ampliação do senso crítico e compromisso com a cidadania. Assinala que a educação básica ganhou destaque, pois grande parte dos professores que atuam na rede pública estadual e municipal da cidade são oriundos dos cursos de graduação da Universidade, “que é o orgulho da cidade” (COSTA, 2008, p. 121).

## 2.2 História da Educação de Arraias

Sem dúvida, a educação é um objeto da História. O trabalho em desvelo concentra-se no campo da História da Educação, que se apresenta cada vez mais consistente e crescente (VIDAL, FARIA FILHO, 2003; CAPEL, DIAS, 2016). Neste tópico, o objetivo não é abordar em completude a História da Educação de Arraias, o que é impossível fazer, pois os espaços educativos são diversos e ninguém escapa da educação (BRANDÃO, 1981), mas sim compreender os espaços escolares existentes em Arraias até 1958, marco temporal de análise nesta Tese, quando instalou-se o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

O acesso às muitas memórias que constitui um rico acervo para esta Tese permitiu-nos entender que cada depoimento não é um mero relato de fatos, mas, uma expressão de subjetividade, como assevera Marques (2013). Assim, o depoimento de Diran Batista Cordeiro Moura (2021a), não só corroborou com a historiografia regional quando afirmou que “a educação/ensino em Arraias, até 1958 era apenas o ensino primário, ou seja, da 1ª série até a 4ª série”, mas expressou a sensação de alívio que a chegada da nova instituição de ensino na cidade lhe trazia, pois “de 1958 a 1961 fui estudante”, ou seja, não necessitou sair de sua terra natal para continuar os estudos. De fato, apesar dos inúmeros espaços educativos existentes - igreja, família, roça, festas, cidade, amigos, oralidade - a escola em Arraias foi restrita e limitada, não diferente de outros rincões do sertão brasileiro (SANTOS, 2016; RIBEIRO, 2008).

A memorialista arraiana Rosolinda Batista de Abreu Cordeiro, em sua obra “Arraias, suas raízes e sua gente”, trouxe informações relevantes que ajudam a compor o cenário educacional de Arraias a partir de 1831, quando um decreto datado de 07 de junho deste ano, criou “uma escola de primeiras letras no lugar denominado “Sacco” do Julgado de Arraias, na

província de Goyaz” (CORDEIRO, 1989, p. 23), com provisão concedida à Antônio Ribeiro da Fonseca, datada de 20 de julho de 1832 e aberta oficialmente somente “no dia 04 de dezembro de 1832, um período equivalente a mais de um ano após a sua criação” (DOURADO, 2010, p. 50). As pesquisas de Dourado (2010) revelam que esta escola era destinada somente ao sexo masculino onde os próprios alunos auxiliavam o professor, assim o tempo para o aprendizado das primeiras letras era abreviado, as despesas reduzidas e a instrução necessária às classes inferiores da sociedade eram generalizadas (VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

O relato de Cordeiro (1989) sobre a passagem de George Gardner<sup>30</sup> por Arraias, entre os anos de 1835 e 1841, ressaltou que

em Arraias, conta ele, àquela época havia três escolas públicas. Uma para meninos, outra para meninas. Na terceira ensinava-se latim, somente. As escolas eram mantidas pelo governo, entretanto não havia interesse do povo na educação de seus filhos. Não havia gosto pela leitura. Os livros eram poucos. Na biblioteca dos padres havia algumas obras religiosas e clássicas, raro, porém achar aí uma Bíblia, que era substituída por meras abreviações (CORDEIRO, 1989, p. 23).

Dourado (2010) esboçou em sua tese que, entre as escolas de instrução primária existentes na região norte de Goiás, no ano de 1886, em Arraias existiam duas escolas de instrução primária, uma para o sexo masculino, que tinha como professor José Nunes de Araújo e outra para o sexo feminino, que tinha como professora Anna Rosa de Freitas, ambas sob a inspetoria de Felipe Furtado de Freitas.

No decorrer do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, instalaram-se em Arraias algumas aulas avulsas. “A escola pública de português e francês de Arraias, por sua vez, foi instalada no dia 07 de janeiro de 1904 [...] sob a responsabilidade de um juiz de direito, José Brasília da Silva Dourado<sup>31</sup>” (DOURADO, 2010, p. 117).

As análises de Dourado (2010) junto ao Arquivo Histórico de Goiás mostraram que as escolas primárias existentes no antigo norte de Goiás, entre elas, as de Arraias utilizam como livros didáticos “[...] Geografia – Lacerda e Abílio Cesar Borges - que se apresenta como autor de livro de leitura e de Geometria, de modo que, conjugados a estes, encontram-se a carta do ABC e a tabuada” (DOURADO, 2010, p. 108).

---

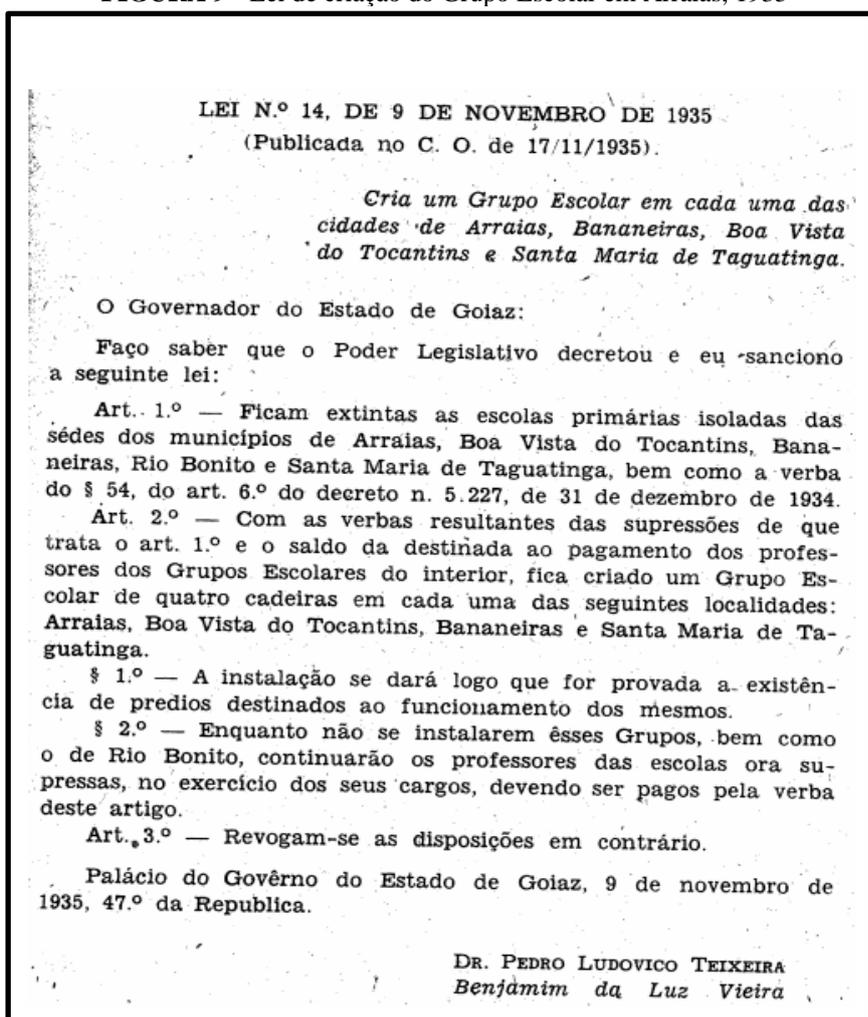
<sup>30</sup> Médico e botânico escocês que esteve no Brasil entre os anos de 1836 e 1841 e viajou principalmente pelas províncias do norte e pelos distritos do ouro e do diamante. Sua obra *Viagem ao interior do Brasil (1836-1841)*, originalmente em inglês e traduzida para o português pela primeira vez em 1942 permite acessar características importantes das cidades no antigo norte de Goiás, principalmente nos três capítulos intitulados “De Natividade à Arraias I, II e III” (GARDNER, 1975, p. 279-391).

<sup>31</sup> “nome que inspirou a História da Educação de Arraias e o nome do primeiro grupo escolar, hoje conhecida como Escola Estadual Silva Dourado” (COSTA, 2004, p. 25).

Em 1929, existiam duas escolas primárias públicas em Arraias, uma destinada ao sexo masculino, sob a condução da professora Dalila Dourado Baptista e outra destinada ao sexo feminino, sob a condução da professora Adelina Ribeiro de Magalhães (DOURADO, 2010). Por intermédio do então deputado estadual João D'Abreu foi criado o Grupo Escolar de Arraias em 1935. A proposta do deputado recebeu vários vetos. À época existiam grupos desfavoráveis a qualquer projeto de benefícios para o norte goiano.

Argumentos de que a “região não gerava rendas aos cofres públicos” (MARTINELLI, 1983, p. 125) eram utilizados para derrubar a solicitação de João d'Abreu que, além de Arraias, contemplava Taguatinga e Boa Vista com grupos escolares. No entanto, a duras penas e com argumentos de que “dos trinta grupos escolares existentes no Estado, ao norte cabe apenas dois, sendo que essa região é formada por 21 municípios, ou seja, quase a metade dos que constituem o nosso Estado” (MARTINELLI, 1983, p. 125), o projeto em prol da criação das escolas para o norte goiano foi aprovado pela Lei n. 14 de 09 de novembro de 1935.

**FIGURA 9** - Lei de criação do Grupo Escolar em Arraias, 1935



Fonte: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/8032>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Este grupo escolar recebeu o nome de Silva Dourado em homenagem ao Juiz de Direito Dr. José Brasília da Silva Dourado, homem de muita dedicação às causas da cidade, em especial à educação e foi o primeiro Juiz que Arraias recebeu (COSTA, 2004; CORDEIRO, 1989). O prédio deste grupo escolar foi inaugurado “em 1937, na Praça da Matriz, onde hoje, está o prédio do Banco do Brasil [...] sua construção foi obra de duras penas, com o material todo carregados no lombo do burro” (COSTA, 2004, p. 34).

A Revista de Educação e Saúde, órgão oficial da Secretaria de Estado de Educação e Saúde de Goiás, de publicação bimestral, em seu número 29-30 de agosto/setembro de 1946 trouxe num artigo intitulado “Campanhas de Alfabetização”, assinado por Pedro Viggiano, inspetor geral de ensino de 2º grau à época, estatísticas referentes ao número de crianças de 7 a 11 anos, não matriculados no ensino fundamental, em todo o estado de Goiás.

O artigo destacou que em Arraias, o quantitativo dessas crianças era de 1.389, ou seja, 78,03% da população arraiana nesta idade, estava fora da escola fundamental (VIGGIANO, 1946, p. 20). O anuário estatístico do Brasil de 1946 registrou que a população de Arraias, conforme os dados do Recenseamento Geral de 1940, era de 13.505 habitantes (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1947, p. 60).

De fato, o cenário educacional arraiano não era animador. Analfabetismo exacerbado - como em todo o Brasil, que alcançou em 1940 o patamar de 56% da população sem saber ler e escrever (RIBEIRO, 1998) – poucas escolas, reduzidas vagas, poucos professores, poucos recursos. De fato, como pontuou Amália Hermano Teixeira na Revista Educação e Saúde de 1946, em seu artigo “O problema do ensino no Norte do Estado”, as grandes distâncias, a falta de orientação pedagógica, a ausência completa de material para o ensino, a baixa remuneração e a desvalorização profissional docente (TEIXEIRA, 1946, p. 20-24) revelavam a dicotomia entre o discurso e a realidade.

Apesar de estudos revelarem a existência de aulas avulsas de instrução secundária em Arraias no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 (BRETAS, 1991; DOURADO, 2010) a pedido do prefeito da época, Emiliano Teixeira Rios, em emitir ofício ao presidente do estado em 12 de outubro de 1928, solicitando “um estabelecimento de instrução secundária que facilitasse o aperfeiçoamento intelectual da mocidade sertaneja, especialmente daqueles que não possuíam recursos suficientes para cursar uma das escolas secundárias na capital do estado” (DOURADO, 2010, p.143), os cursos particulares de português, história do Brasil, geografia e aritmética autorizados a funcionar não eram suficientes e nem atendiam a população mais carente.

Não só em Arraias, mas, “todo o Norte de Goiaz, conta apenas um estabelecimento de

formação de professores para o ensino primário. O de Porto Nacional, sob a eficiente direção das irmãs Dominicanas” (TEIXEIRA, 1946, p. 20). O ínfimo desenvolvimento da educação escolar em Arraias neste período foi possível em detrimento das escassas aulas avulsas e das muitas pessoas que saíram da cidade em busca de formação escolar/acadêmica. “Porto Nacional foi o berço da formação intelectual de Arraias por meio das irmãs dominicanas” (COSTA, 2004, p. 27).

Inúmeras moças arraianas estudaram no Colégio Sagrado Coração de Jesus em Porto Nacional, entre 1921 e 1958. Viajavam no lombo de burro, por até trinta dias, deixavam Arraias para retornarem formadas, após cinco anos e, como normalistas, assumirem as cadeiras das escolas primárias existentes, de maneira especial do Grupo Escolar Silva Dourado, a partir de 1938, e das escolas isoladas rurais, existentes no município (COSTA, 2004).

**FIGURA 10** - Dom Alano Maria Du Noday e normalistas, entre elas algumas arraianas, no pátio interno do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, em 1941



**Fonte:** Arquivo da Província Santo Tomás de Aquino, Belo Horizonte-MG.

Dentre essas jovens, das memórias de alguns entrevistados submergiram nomes como de Noemi Freire, Ednéia Cordeiro, Cassimira Xavier, Marilena de Sena Conceição, Zelina Nunes Azevedo, Maria de Lourdes Leal, Francisca Batista Cordeiro, Maria de Souza Batista Cordeiro (Pequena), Floraci de Abreu Teixeira, Messias Beduíno Santa Cruz, Zélia Magalhães Cavalcante, Ana Maria Nunes Cordeiro, Elisa Batista de Araújo, Hilda de Sena e Silva, Maria José Neri de Oliveira, Leocádia Santa Cruz Dourado (que tornou-se Ir. Maria Zoé da Eucaristia) e Elenita Magalhães Cavalcante (que se tornou a Ir. Maria Mercedes Magalhães Cavalcante) (MOURA, 2021a; MOURA, 2021b; DOURADO, 2021).

De fato, o curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Porto Nacional, trouxe benesses para a educação de todo o antigo norte de Goiás. As ex-alunas provenientes de outras cidades, como de Arraias, “[...] iam assumindo posições de liderança nas instituições públicas e privadas de educação, chegando, inclusive, a assumir papéis de destaque em outros setores de atividades em suas cidades de origem” (DOURADO, 2010, p. 185).

Além de buscarem estudos em Porto Nacional, muitas moças estudaram no Colégio São José de Formosa (GO), fundado e dirigido pelas Irmãs Dominicanas de Monteils até 1945 e, posteriormente, pelas Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores. Os rapazes eram enviados para Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia para cursarem o ensino secundário e superior, como o caso de João d’Abreu, de família arraiana, que “diplomou-se em Odontologia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da Praia Vermelha, em 1911 [...] e tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais” (CORDEIRO, *et al.*, 2017, p. 7-8), pela Faculdade de Direito de Goiás, em 1925.

As moças e rapazes que conseguiam pagar as aulas avulsas ou sair de Arraias para prosseguirem os estudos eram de famílias abastadas da elite agropecuarista local ou de famílias que, nem tão abastadas, tinham uma visão de futuro, não mediam esforços para que os filhos continuassem a seara da formação escolar (ALMEIDA; NOGUEIRA, 2002).

Este era o cenário educacional escolar arraiano nos anos de 1950: o Grupo Escolar Silva Dourado na zona urbana, com a oferta de ensino primário, algumas escolas isoladas na zona rural, que não alcançavam toda a população em idade escolar e a inexistência do ensino secundário, público ou privado.

No cenário nacional, até início da década de 1950, não existiu preocupação e investimentos por parte do poder público para com o ensino secundário. De fato, como destacou Teixeira *et al.* (2006), o ensino secundário tornou-se “secundário”, de menor importância, acessório, sem a atenção merecida dos governantes. A legislação vigente, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, arquitetada por Gustavo Capanema, não previa obrigatoriedade e

gratuidade nesta fase de ensino. Apesar do processo de expansão do ensino secundário no Brasil, na década de 1940, grande parte das instituições escolares secundaristas era de caráter privado e dirigidas por congregações religiosas católicas (DALLABRIDA, 2016; 2018).

“Embora ainda não de forma prioritária, o ensino secundário brasileiro passou a integrar a pauta da educação nacional no início da década de 1950 tanto no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) quanto na Diretoria do Ensino Secundário (DES)” (DALLABRIDA, 2018, p. 103), departamentos do Ministério da Educação e Cultura. A criação, por meio do decreto n. 34.638, de 17 de novembro de 1953, da Campanha Nacional de Difusão e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES) e a implementação de várias campanhas para superar a fragilidade do sistema nacional de ensino ao longo da década de 1950, articularam a implantação de escolas secundárias, de maneira especial nas capitais e grandes cidades. Destaca-se que, neste período, Anísio Teixeira estava na direção do Inep. Neste processo, muitos municípios do interior dos estados brasileiros se articularam em parcerias para a instalação da escola secundária (NUNES, 2000; DALLABRIDA, 2018).

No estado de Goiás, as instituições de ensino secundário público eram irrisórias. “Em 1958, o estado goiano só contava com onze (11) instituições nesta modalidade” (DOURADO, 2010, p. 204). Prevalciam as escolas secundárias privadas, em sua maioria dirigida pelas congregações religiosas católicas. Essas escolas secundárias atendiam um público seletivo, contemplavam a pedagogia cristã-católica, prescreviam o ensino tradicional, favoreciam o elitismo, possuíam um currículo literário-diversificado e tinham um caráter “segregador de gênero, que previa a divisão de colégios e de turmas para adolescentes homens e mulheres” (DALLABRIDA, 2018, p. 103).

O poder público goiano não cogitava interesse e muito menos subsídios para a edificação e manutenção de uma instituição deste nível em Arraias na década de 1950. A sociedade e a economia arraiana deste período “era totalmente pecuarista. As famílias viviam do gado e da lavoura. Não havia empregos, [...] os comerciantes recebiam pagamento do que era vendido em produções da lavoura. Comprava tecido e recebia bezerro [...]” (MOURA, 2021a). Neste contexto, o poder público municipal e a comunidade local começaram a estabelecer parcerias. Relevante personagem neste contexto da História da Educação arraiana foi João D’Abreu, merecedor de alguns parágrafos neste trabalho, não para ufanismos e exaltações, mas para falar de uma trajetória humana, de suas realizações e sentimentos, de seu contributo para a sociedade.

Sabe-se que “a biografia nunca esteve ausente das reflexões historiográficas ou das práticas profissionais dos historiadores, mas muitas vezes se fez acompanhar de um mal-estar

explícito ou implícito” (MALATIAN, 2008, p. 16). Entretanto, a historiografia com seus diversos retornos, abriu espaço para a biografia, mais descritiva e narrativa que analítica, enfocando o sujeito e sua relação com a sociedade (MALATIAN, 2008).

Desta forma, “a biografia será entendida como uma leitura do social no qual se estabelecem relações entre um indivíduo e o tempo sócio-histórico, articulando biografia e sociedade” (MALATIAN, 2008, p. 27), assim como propõe as análises de Bourdieu (1996) e Le Goff (1999).

João d’Abreu nasceu em Santa Maria da Taguatinga em 1888. Filho de Josino d’Abreu Caldeira, promotor público e de Ricarda d’Alcantara e Silva, esmerada professora, naturais de Arraias. Aos sete anos seus pais retornaram para Arraias. Ali viveu sua meninice. Estudou na aula avulsa de Silva Dourado onde completou o curso primário. Foi enviado para Goiás para cursar o secundário no tradicional Lyceu (CORDEIRO *et al.*, 2017; MARTINELLI, 1983).

No retorno para Arraias, sua mãe educadora o convenceu para os estudos superiores. Enviado para a capital federal, cursou Odontologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e concluiu em 1911. Retornou para Arraias onde exerceu sua profissão, mas logo adentrou a política local e foi eleito Intendente Municipal no mesmo ano. Com isso iniciou uma carreira política que somente deixou, em 1971, quando terminou o mandato de prefeito de Arraias (MARTINELLI, 1983).

A trajetória política de João d’Abreu foi intensa: vereador em Goiás, eleito deputado estadual exerceu a presidência da Assembleia legislativa goiana (1934-1937) manifestando-se favorável a mudança da capital para Goiânia, foi governador de Goiás de 9 de agosto de 1936 a 3 de setembro de 1937 e deputado federal por dois mandatos, entre 1946 e 1959, carreando “para Goiás dotações substanciais, beneficiando quase todos os municípios do norte [...] notadamente nos setores educacional e social” (CORDEIRO *et al.*, 2017, p. 59).

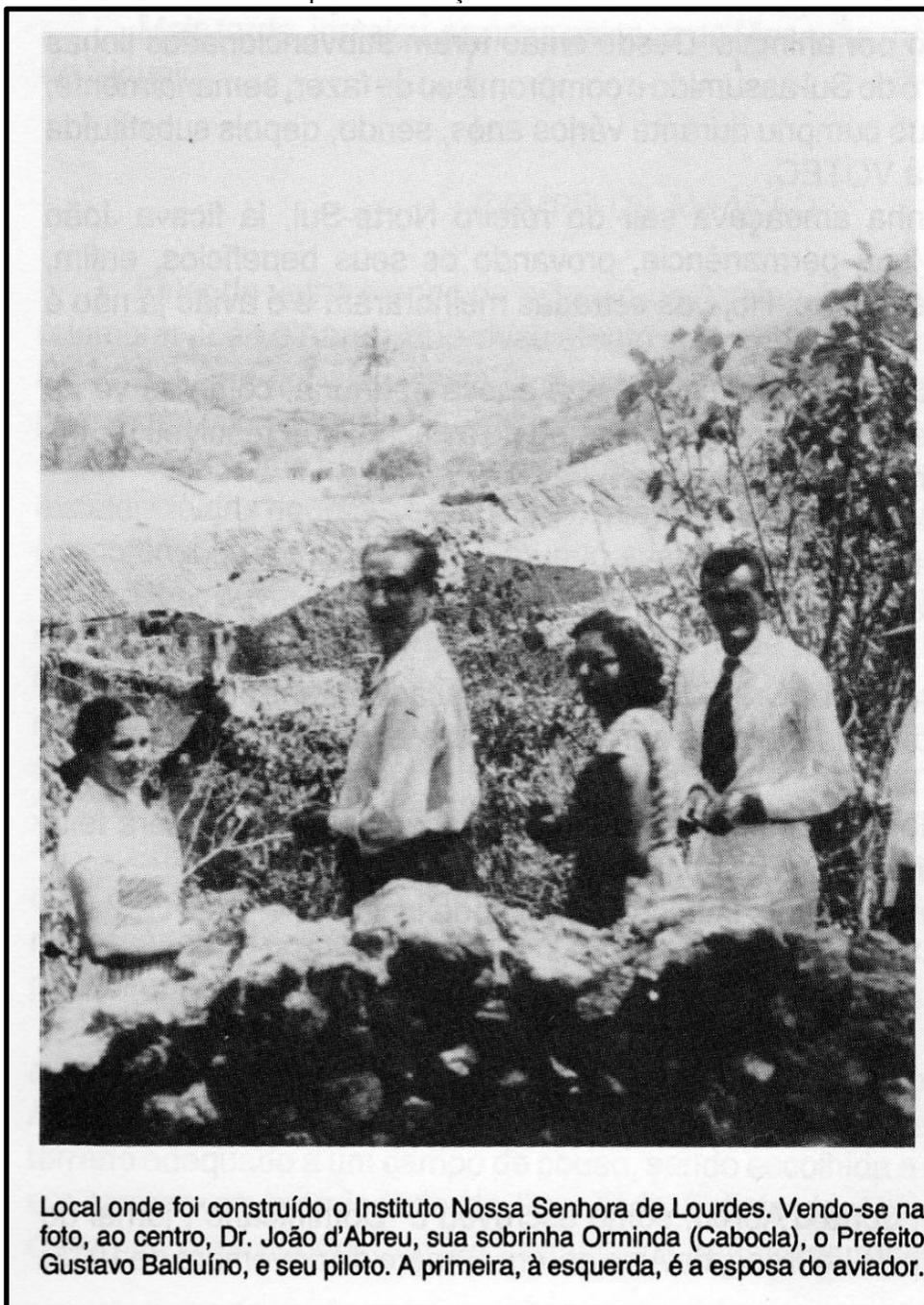
Em Goiás, integrou a equipe de fundação da Faculdade de Odontologia e Farmácia em Goiás, onde atuou como professor, além de catedrático de economia e política na Faculdade de Direito de Goiás, onde em 1925, concluiu o bacharelado nesta faculdade. Desempenhou a docência durante muitos anos, mesmo em meio às atividades políticas. Exerceu outros cargos públicos de relevância como procurador da Fazenda Pública de Goiás, secretário da junta comercial goiana, diretor do departamento de Economia do estado de Goiás, presidente do Conselho Penitenciário e do Conselho de Economia de Goiás, entre outros (MARTINELLI, 1983).

Na leitura de suas biografias, cartas e discursos, nota-se que a atuação política de João d’Abreu centrava-se na seara de proporcionar ao norte de Goiás o caminho do desenvolvimento.



Em 1952, João d'Abreu permaneceu em Arraias durante as férias do legislativo. Procurou articular o início da construção do futuro educandário com os membros da Lida e o apoio do prefeito municipal, Gustavo Balduino Santa Cruz, que assumiu em totalidade os trabalhos desta obra. Juntos, “subiram pelo outeiro da Igrejinha do Rosário. Não longe desta, num lugar de muitos buracos e pedras, como se vê na fotografia, disse o deputado Dr. João d'Abreu: “Aqui é o lugar escolhido para nossa obra” (CORDEIRO, 1989, p. 43).

**FIGURA 12** - Escolha do local para a construção do futuro Instituto Nossa Senhora de Lourdes



Fonte: CORDEIRO, 1989, p. 42.

No entanto, esta empreitada não foi fácil. “Madeira, alvenaria, saibro, areia e outros materiais de construção tinham que ser conduzidos em lombo de burro; operário especializado não existia, e mão de obra era escassa e incapacitada para a produção” (MARTINELLI, 1983, p. 141). Muitos da sociedade arraiana e de outros lugares não acreditavam na possibilidade de uma escola secundária em Arraias.

De fato, o caminho não foi tão fácil. Entre o recebimento de verbas públicas providas de recursos disponibilizados pelas pastas da Educação, da Justiça e da Saúde e do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, captadas pelo deputado federal, da doação de famílias arraianas, das campanhas da Lida de Amparo e dos recursos da prefeitura municipal, o prédio escolar, o maior da cidade até então, foi tomando forma (MARTINELLI, 1983; CORDEIRO, 1989, COSTA, 2004).

Entretanto, como ter uma escola deste porte sem água encanada? O projeto de uma escola secundária desencadeou outros projetos. Arraias tinha boas fontes de água, nascentes inesgotáveis que abasteciam a cidade. João d’Abreu entrou em cena junto com o prefeito Gustavo Balduino e conclamaram a todos para que, em mutirão, no trabalho com enxadas e pás desenvolvessem o serviço que possibilitasse a água encanada captada dos mananciais permanentes chamados de Maravilha e Biquinha.

Sob o olhar atento da inspeção do engenheiro do serviço especial de saúde pública (SESP), solicitado por João d’Abreu, o trabalho durou cerca de um mês e deixou caixas coletoras e canos espalhados pelas ruas com torneiras em vários lugares e caixa de reserva para o educandário com encanamento pronto (CORDEIRO, 1989).

Deste trabalho resultou um chafariz ao lado da Igreja Matriz. Lugar central onde toda a população fosse beneficiada e as carregadeiras de água, com maior facilidade, conduziriam seus potes e botijas. A água encanada foi um marco para Arraias. A inauguração do chafariz, um pouco antes do instituto de educação, em 1958, foi uma solenidade prestigiada por toda a população, pelo governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, por João d’Abreu e tantas outras autoridades locais e regionais, civis e eclesiásticas (MARTINELLI, 1983; CORDEIRO, 1989).

Quando a ideia da instituição secundária em Arraias começou a tornar-se realidade, tanto o prefeito Gustavo Balduino como João d’Abreu decidiram que o novo educandário seria administrado por freiras. Pudera: o estado e o município não tinham recursos para tamanha empreitada, não existiam professores preparados para isso, pois as que atuavam em Arraias eram as professoras normalistas. Assim, concomitante ao trabalho de edificação da obra, existia outro mais complexo: a busca de uma congregação religiosa para assumir a direção e a

condução daquele colégio em construção.

O anseio pela chegada de uma instituição secundária compunha o projeto da elite de Arraias. Esta elite era formada pelas famílias tradicionais da cidade, fazendeiros, pecuaristas, pequenos comerciantes e políticos (COSTA, 2008; MOURA, 2021b). Decidir entregar a escola para uma congregação religiosa católica significava o funcionamento de uma escola privada, com cobranças de anuidades/mensalidades, uniformes e livros que nem todos poderiam pagar, ou seja, um projeto de escolarização que continuaria não atendendo a maioria da população arraiana em idade escolar para o ensino secundário, em seu primeiro nível, o curso ginásial.

A escola confessional, sob a coordenação de freiras, seria a consolidação do projeto de escolarização da elite tradicional arraiana, principalmente das meninas, que seriam educadas a partir dos princípios e valores cristãos-católicos, patriarcais e exclusivistas. Neste contexto,

os Colégios católicos eram a garantia de que novas gerações crescessem em ambiente de fé cristã-católica, que fossem educados por professores que tivessem princípios cristãos, formando pessoas que fossem, mais tardes, escudeiros da religião cristã (MESCHIATTI, 2000, p. 30).

A missão de encontrar uma congregação que aceitasse instalar-se em Arraias foi desafiadora. Muitas foram sondadas, outras convidadas para uma visita, cartas foram trocadas entre o poder público municipal, o deputado João d'Abreu e as madres superiores. A primeira Congregação religiosa que se abriu para um processo de negociação foi a das religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores que, desde 1945, dirigiam o Colégio São José de Formosa-GO.

As religiosas vieram a Arraias para conhecer a construção em fase de acabamento, em 1957. Acompanhadas das alunas arraianas Andiará Sena, Hildeth Aires, Moreninha Cordeiro e Jacy Alves, internas no colégio de Formosa, vieram de avião pela antiga Cruzeiro do Sul, visto que em Arraias já havia um campo de aviação e, pelas benesses de João d'Abreu, nele havia escalas (CORDEIRO, 1989; COSTA, 2004).

**FIGURA 13 -** Irmãs da Congregação Missionárias de Nossa Senhora das Dores em Arraias<sup>32</sup>



Fonte: Arquivo particular de Vera Carrico (2021).

**FIGURA 14 -** Irmãs da Congregação Missionárias de Nossa Senhora das Dores em Arraias<sup>33</sup>



Fonte: Arquivo particular de Vera Carrico (2021).

<sup>32</sup> Na foto da esquerda para direita: João d'Abreu, alunas arraianas do Colégio São José de Formosa, prefeito Gustavo Balduino, cidadãos arraianos. Sentadas: Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores.

<sup>33</sup> A foto revela a movimentação da sociedade arraiana, especialmente sua elite, e a expectativa em torno das possíveis religiosas que cuidarão da obra educacional.

As religiosas passaram dois dias em Arraias, conheceram as instalações do educandário, estiveram com o povo e ouviram a comunidade. Retornaram para Formosa (GO) com o compromisso de enviarem uma resposta, que chegou para o prefeito e o deputado, negatizada. As razões continuam desconhecidas, mas o contexto nos faz pensar em algumas hipóteses lógicas: um lugar longínquo, sem estradas, com o mínimo de infraestrutura e a ideia de um colégio confessional católico privado constituía-se num desafio extremo e nem todas as congregações estavam dispostas a assumir.

João d’Abreu e Gustavo Balduino solicitaram ajuda ao bispo diocesano de Porto Nacional, Dom Alano Maria Du Noday, dominicano, para intermediar a vinda das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils para Arraias. Cartas, visitas e o envolvimento de famílias arraianas – pois existiam algumas moças da cidade que haviam ingressado na congregação – possibilitaram um diálogo profícuo junto à Madre Maria Inês de Jesus, Priora Geral da Congregação, durante todo o ano de 1957. “*Alea jacta est*”<sup>34</sup>! A decisão a ser tomada poderá ter consequências irreversíveis, não previsíveis, tanto para a Congregação como para Arraias.

### 2.3 O Instituto Nossa Senhora de Lourdes: uma realidade

Em 1957, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, pioneiras no ramo educacional em todo o estado de Goiás desde o final do século XIX, nos trâmites de negociação para fundarem na cidade das colinas uma instituição de ensino, visitaram Arraias.

O manuscrito “Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes<sup>35</sup>”, pérola preciosa encontrada no arquivo da Congregação Dominicana em Brasília, registrou a visita das superiores à Arraias, como primeiro capítulo de um histórico rico em detalhes.

Aos 18 dias do mês de Setembro de 1957, a Revma Madre Maria Inês de Jesus, Priora Geral de nossa Congregação, dirigia-se à Arraias, num avião da Cruzeiro do Sul, acompanhada de Madre Maria do Divino Coração, Superiora Regional, e do Deputado Dr. João de Abreu.

---

<sup>34</sup> A sorte está lançada. Termo atribuído a Júlio César quando a 10/11 de janeiro de 49 a.C., atravessou o Rubicão, rio da Romanha que marcava as fronteiras do norte da Itália e desencadeou uma guerra civil, dando-lhe a vitória sobre o seu rival Pompeu. No entanto, “*alea jacta est*” não exprime nenhuma decisão, mas antes a decisão para uma façanha (TOSI, 1996; PÖPPELMANN, 2010).

<sup>35</sup> A Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, desde suas origens, tem o costume de manter um histórico de suas fundações, instituições e conventos, em que se registra o cotidiano.

Nossa Madre Geral foi solicitada por este Deputado que tem se mostrado benfeitor de nossas Casas do Norte, a fundar um Colégio em Arraias, cidade que pertence a Diocese de Porto Nacional, dirigida por sua Excia. Revma. D. Alano Maria Du Noday. A visita de Madre Geral à Arraias não era uma aceitação a esta desejada fundação, mas tinha por fim ver as possibilidades da mesma.

De Goiânia a esta cidade a viagem durou 4 horas tendo sido feitas escalas em: Anápolis, Brasília, Formosa e São Domingos.

No aeroporto de Arraias muitas pessoas esperavam os visitantes que de geep, seguiram até a cidade sendo anunciada sua chegada por numerosos foguetes.

Sua Excia. D. Alano, o Sr. Prefeito Municipal, Sr. Gustavo Balduino, alunos do Grupo Escolar e numerosas famílias receberam as Madres e o Deputado, seguindo-se discursos e vivas.

O Revmo. Pe. Pedrocílio, por motivo de viagem, não estava presente.

Não longe do lugar onde nos prestaram essa manifestação, se encontra a Igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, Padroeira da Cidade e, para lá, todos se encaminharam.

Numa visita ao SSmo. Sacramento e na “Salve Rainha”, recitada pelo Snr. Bispo e acompanhada pelos presentes, imploramos a bênção de Deus e da SSma. Virgem, para todos os seus filhos.

As Madres se hospedaram em casa do Snr. Prefeito, e foram distinta e gentilmente tratadas por sua Família e pelas Famílias da cidade que vieram visitá-las mostrando-se entusiastas pela probabilidade de aqui se instalar um Colégio dirigido por Dominicanas.

Nossas ex-alunas de Porto Nacional, filhas desta terra, como se mostraram satisfeitas. Uma delas disse: “Quero para meus filhos as mesmas Mestras Dominicanas que eu tive”.

As ruas estavam engalanadas, viam-se arcos feitos com grandes folhas de palmeira com dizeres delicados, vivas e pedidos como êste: “Atendei, ó Madre, as súplicas dêste povo”.

Os protestantes, que já se acham em cidades vizinhas, tentam entrar em Arraias, e um dos motivos que aqui nos desejam é que isto lhes seja obstado.

Sua Excia. D. Alano, em conversa com nossa Madre Geral, lhe disse valer a pena o sacrifício de destacar irmãs para aqui virem se dedicar.

A tarde dêsse mesmo dia 18 de setembro, fomos visitar a cada ainda em construção e que se destina ao Colégio. Ficamos admiradas em ver como é grande e boa.

Compreendemos com quanto sacrifício deve ser sido construída, pois conhecemos como aqui são grandes as dificuldades na aquisição de material, seu transporte e mão de obra.

Essa consta de: Sala e saleta, 4 salas de aula, auditório, refeitório para Irmãs e meninas, copa, cozinha, dispensa, banheiros com boas instalações, 3 bons quartos, reservados às Irmãs, lavanderia e boa Capela.

O terreno a ser doado conta 100.000 m<sup>2</sup> mais ou menos, e nele se acha uma casa para depósito e morada de empregado e ainda um pequeno curral. O terreno, na sua maior parte, é plantado de capim jaraguá, já bem crescido.

Nossa Madre Geral tudo via e ouvia, mas não se pronunciava, pois precisava consultar seu Conselho e ver a possibilidade de providenciar Irmãs para esta nova fundação.

A casa e terreno serão doados à Congregação, assim como uma fazendinha com cabeças de gado.

O Deputado Dr. João de Abreu assegurará verbas no valor de um milhão setecentos setenta e dois mil cruzeiros, assim distribuídas: na Valorização da Amazônia Cr\$ 1.000.000,00, pelo M. Educação e Cultura-Ensino Médio; 200.000,00, pelo Ministério da Educação Ordinária; Cr.\$ 250.000,00, pelo Ministério da Justiça Ordinária; Cr.\$ 100.000,00, pelo Ministério da Saúde Ordinária, Cr.\$ 100.000,000, pela Legião da Creche, Cr\$ 122.000,00. Mas não é êsse lado que entusiasma nossa Madre Geral, bem que êle seja necessário e valioso, mas sim o bem espiritual que poderá ser feito a muitas almas e a possibilidade de novas vocações que em Arraias poderão surgir.

Na Congregação, já temos 2 arraianas: Ir. Maria Zoé da Eucaristia e Ir. Maria Mercedes, ambas ex-alunas do nosso Colégio de Porto Nacional. O padre dominicano, Revmo. Frei Guilherme, é também filho desta terra.

Aqui, numerosas são as crianças e dão impressão de serem vivas e inteligentes.

Apesar de muito desejado e visivelmente solicitado, o “sim” de nossa Madre Geral em relação a essa fundação não foi pronunciado.

No dia seguinte, 19 de setembro, regressavam as Madres para Goiânia, levando ótimas impressões desse bom povo.

Em Brasília pernoitaram e nossa Madre Geral pôde se dar conta da extensão do grande Planalto Central e do intenso e organizado trabalho que lá se realiza para a mudança da Capital da República.

No dia 20, chegavam em Goiânia e no 21 seguiam para São Paulo (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 1-6).

Ao tecer a problemática desta investigação muitas questões surgiram. Na verdade, “uma pesquisa só se realiza por meio da resposta a uma indagação” (GAMBOA, 2013, p. 97), neste caso, muitas perguntas, dentre elas: quais motivações e interesses levaram a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils a fundarem o Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias? Existiram outros interesses (políticos, econômicos, sociais, religiosos) motivadores da criação deste Instituto Confessional Católico?

Em tese, o primeiro relato deste histórico, acima transcrito, possibilita a aproximação de algumas respostas. Desde o tópico anterior, as iniciativas políticas, governamentais e da sociedade arraiana relatadas revelaram que o primordial interesse se concentrou em Arraias, em seus representantes políticos, religiosos e alguns cidadãos da elite.

Dos representantes políticos e cidadãos, a construção de um grande, espaçoso e moderno prédio, a doação de todo o espaço destinado ao educandário para a Congregação, além de uma ‘fazendinha com cabeças de gado’, verbas públicas para subsidiar a educação privada e o sonho de projetar a pequena, longínqua, velha e pobre Arraias no cenário do norte/nordeste goiano.

Dos cidadãos – claro que não da maioria hipossuficiente financeiramente, mas daqueles que, hipoteticamente, tinham condições de custear uma escola particular – o desejo de dar aos filhos o que receberam da educação dominicana, um clamor, quase apelativo para uma escola de freiras e o sentimento de dever cumprido diante da possibilidade de formação escolar aos filhos, netos e familiares, sem deixar a cidade natal.

A entrevista de Solange da Eucaristia Xavier Dourado, ex-aluna do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, entre os anos de 1961 e 1965, corrobora para esta compreensão:

A felicidade que a gente tem de ter estudado com dominicanas e em nossa cidade. Foi uma riqueza, uma bênção, é imensurável [...] Minha mãe, minha tia, minha prima Neirinha, Eneia Batista Cordeiro, D. Zelinda [...] estudaram com as dominicanas em Porto Nacional [...] Minha mãe queria a mesma formação para nós [...] (DOURADO, 2021).

Das autoridades religiosas, a consolidação do ideário católico através de uma escola de freiras, a visão da educação como missão e exercício de quase um sacerdócio por parte das

religiosas e a contenção do avanço do protestantismo na região e sua entrada em Arraias. Por parte da Congregação, que estava expandindo suas instituições escolares pelas capitais brasileiras, como exposto no primeiro capítulo, retornar para um interior sertanejo, à primeira vista, caracterizava retrocesso. Talvez seja esse o pensamento que desmotivou a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores instaladas em cidades de maior fluxo, como Formosa, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

No entanto, o relato acima explicita alguns interesses que concatenam com os concentrados em Arraias. Sem dúvida, apesar da narradora acenar negativamente, as propostas financeiras-econômicas foram um chamariz. Mas não teriam sido para a Congregação anterior? Infelizmente, não foi possível constatar se a mesma oferta financeira foi feita às Irmãs de Formosa.

Em todas as cidades em que a Congregação de Monteils havia se instalado, anteriormente, os prédios escolares foram construções projetadas e edificadas pelas próprias religiosas. Num primeiro momento a cessão de lugares públicos e privados para o início da empreitada educativa foi uma realidade, mas posterior a isso, majestosos edifícios se ergueram sobre a coordenação das religiosas. Sem dúvida, em todos os lugares contaram com a ajuda do poder público e da sociedade local.

Entretanto, encontrar uma escola pronta, num amplo terreno, mobiliada e com subsídios aportados para o funcionamento foi preponderante no processo decisório. Ficou explícito o interesse em novas vocações para a Congregação, visto que Arraias havia concedido duas vocacionadas que já eram freiras. A preocupação com o bem espiritual e a evangelização das pessoas transparecem no relato, bem como a preocupação com o avanço do protestantismo.

Parece que dentro da Congregação de Monteils, desde a fundação da Lida de Amparo Nossa Senhora dos Remédios, em Arraias, em 1950, já havia um burburinho sobre uma fundação educacional na cidade das colinas. Pelo visto, as religiosas anastasianas-dominicanas, filhas de Arraias, desejavam uma escola conduzida por elas em sua cidade natal. Em algumas cartas de Ir. Maria Zóe da Eucaristia para seus familiares e amigos arraianos, em particular numa carta de 16 de outubro de 1950, direcionada à Edineia Batista Cordeiro, ela orienta que se faça “reza forte para obter a graça do Colégio” (EUCARISTIA, 1950).

Se houve muita reza forte ou não, o certo é que poucos dias depois que as superiores geral e regional da Congregação Dominicana deixaram Arraias, a Madre Maria Inês escreveu para o bispo de Porto Nacional, aceitando a nova fundação. Cartas foram enviadas ao Deputado João d’Abreu e ao prefeito de Arraias. Dom Alano respondeu prontamente, comunicando uma nova vocação arraiana para a Congregação e dizendo:

Acuso recebimento de sua mui estimada comunicação referente à feliz fundação da casa de Arraias, notícia que me enche de alegria, sendo o prenúncio de um surto de vida cristã naquela região. Deus Nosso Senhor pague à Congregação êste sacrifício que será, de certo, recompensado ao cêntuplo pelo Divino Mestre (HISTÓRICO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 7).

Os acertos entre a Diocese de Porto Nacional, o Município de Arraias e a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, sob o olhar e a mediação atenciosa do deputado federal arraiano, para a instalação de uma escola secundária católica foi acertado. “Os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro foram de preparação. A vontade de Deus, manifestada pelas superiores, escolheu como fundadoras: Madre Berta Maria, como superiora e ainda Irmã Maria das Graças e Ir. Maria Reginalda do Rosário” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 9).

Para as religiosas anastasianas-dominicanas era o espírito missionário de educadoras que motivava a fundação, pois “[...] se tornariam guias de todo o corpo católico” (MANOEL, 2004, p. 57) naquela cidade, contribuindo para a disseminação da “verdade<sup>36</sup>”, tão preciosa à Ordem Dominicana. De fato, a presença de uma congregação educadora no controle de um sistema educacional levava a Igreja a

controlar o sistema de difusão de ideias. Se lhe era impossível controlar a produção do saber e circunscrever a ideias novas à sua doutrina, o controle do sistema educacional dava-lhe a oportunidade de ao menos, depurar a matéria de ensino, evitando, o quanto possível, a divulgação de ideias contrárias às suas teses e dogmas (MANOEL, 2004, p. 57).

De fato, a disputa de espaço e o confronto entre os defensores da escola pública, obrigatória, gratuita e laica, entendida como essencial no processo de democratização da educação brasileira, e a Igreja Católica, continuava acirrada na década de 1950. Para os católicos, pautados nas orientações da Encíclica *Divini Illius Magistri*, do Papa Pio XI, de 1929 e animados pela militância da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), fundada em 1945,

[...] a escola leiga preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo. Somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas como condição e base indispensável à reforma da sociedade (SAVIANI, 2008, p. 257).

---

<sup>36</sup> "Veritas", verdade é a bandeira que deve guiar todo o conhecimento, toda a vida, toda a atividade da Família Dominicana. Significa a verdade divina e a verdade em todos os campos do conhecimento e das atividades humanas. É a constante busca por uma verdadeira competência em todos os trabalhos de apostolado, de ensino, de ação social e cultural no mundo (FACHIN, 2020).

Os remanescentes do movimento escolanovista aliados a outros educadores e intelectuais da geração da década de 1950, permaneceram na defesa da escola pública, obrigatória, gratuita e laica. O “Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados”, de janeiro de 1959, expressou oposição à hegemonia da escola privada, dominada pelas escolas confessionais católicas, especialmente no ensino secundário.

A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal [...]; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, [...]. Fundada no espírito de liberdade e no respeito da pessoa humana [...] (TEIXEIRA *et al.*, 2006, p. 2015).

Os questionamentos propostos por Almeida (2009) sobre as tensões existentes na educação brasileira na década de 1950 são pertinentes para pensar o contexto educacional arraiano. O embate entre liberais e conservadores, que protelou por longos anos a aprovação de uma lei de diretrizes e bases no Brasil, num processo de mudanças econômicas e socioculturais, parecia não alcançar o sertão e ser realidade somente dos grandes centros.

Como essas discussões e essas mudanças foram (ou não) apreendidas ou mesmo “conhecidas” pelos professores de regiões longínquas do Brasil, como nos sertões de Goiás [...] Como (e se) ocorreram essas discussões no interior do País? Essas ideias e debates chegaram até os educadores ‘Brasil afora’? As teses de uma educação renovada, que privilegia a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem e da sociabilidade, seus interesses e motivações, estariam chegando até esses educadores? E se chegavam, alteravam de algum modo as suas práticas pedagógicas? Que princípios e práticas pedagógicas eram essas? (ALMEIDA, 2009, p. 25).

Nota-se que em Arraias, neste período, havia mesmo era o anseio por parte das famílias e moradores da cidade por uma escola secundária. Se as famílias e o pequeno professorado existente no Grupo Escolar da cidade estavam irrequietos com os acontecimentos que movimentavam o cenário educacional nacional, isso não apareceu nas fontes pesquisadas. A ideia de uma escola secundária parecia pautar-se mais numa ideia de desenvolvimento regional, preocupação local da aristocracia, do que em pautas de democratização do ensino ou princípios pedagógicos de autonomia.

Conforme a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, este estava organizado em dois ciclos. “O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico [...] O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário” (BRASIL, 1942). A escola secundária a ser implantada em Arraias correspondia ao curso ginásial. Conforme a mesma legislação, para acessar o ensino secundário, o estudante devia “ter onze anos completos ou por

completar até o dia 31 do mês de julho que se seguir à realização dos exames de admissão, ter recebido satisfatória educação primária e ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários” (BRASIL, 1942).

Para a sociedade arraiana, a implantação de uma escola secundária e a vinda das educadoras anastasianas-dominicanas foi uma notícia promissora. Os debates e embates entre católicos e defensores da escola pública estavam distantes daquelas plagas. O mais importante era a materialização da escola, as professoras freiras e a perspectiva de um futuro mais próspero e de esperança.

No imaginário local, a partir das memórias acessadas, constata-se a realidade que uma instituição escolar deste porte traria “nova perspectiva de vida para cada cidadão e com certeza abrindo portas para a chegada de coisas novas, como estradas, transportes, meios de comunicação, comércio, outros” (MOURA, 2021b).

Assim, no dia 22 de janeiro de 1958, as primeiras religiosas educadoras anastasianas-dominicanas chegaram em Arraias pelo avião da Cruzeiro do Sul. Trouxeram uma imensa bagagem composta de livros, cadernos, estátuas do Sagrado Coração de Jesus, de São Domingos e Santa Terezinha, além de alfaias e itens para a capela e organização da futura escola. Foram recepcionadas no campo de aviação pelo padre Pedrocílio, vigário da cidade e um grande grupo de pessoas, levadas pela amizade com as anastasiana-dominicanas arraianas, que estavam na comitiva, pela curiosidade ou pelo espírito motivador presente na cidade. O almoço foi servido no aeroporto. Dali seguiram para a Igreja Matriz da cidade.

As religiosas professoras Ir. Berta Maria<sup>37</sup>, Ir. Maria Reginalda do Rosário<sup>38</sup> e Irmã Maria das Graças<sup>39</sup> estavam acompanhadas pela Madre Maria do Divino Coração, superiora

<sup>37</sup> Nome civil de Atenália Borges dos Santos. Nasceu em 11 de janeiro de 1914 em Santa Maria de Taguatinga-GO. Filha de Antonio Borges dos Santos e Teodora do Carmo Lima. Ela veio à Arraias em 22 de janeiro de 1958 na fundação da casa. Considerada fundadora do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (INSL). Primeira superiora e diretora do INSL. Ela foi transferida para Porto Nacional em fevereiro de 1964 (LIVRO DAS ASSINATURAS, COMUNIDADE DE ARRAIAS, 1958).

<sup>38</sup> Nome civil de Maria do Rosário Silveira, nasceu em 31 de dezembro de 1933 em Sacramento-MG. Filha de Leopoldino Silveira Borges e Maria Merentina de Melo. Ela veio à Arraias em 22 de janeiro de 1958 na fundação da casa. Ela foi transferida para Belo Horizonte em 10 de dezembro de 1962. Ela retornou para Arraias em 21 de fevereiro de 1965. Foi transferida para Porto Nacional no dia 02 de janeiro de 1968 (LIVRO DAS ASSINATURAS, COMUNIDADE DE ARRAIAS, 1958). Irmã Maria Reginalda (Maria do Rosário) é a única das três fundadoras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes que está viva. Reside atualmente em Uberaba-MG, na comunidade Betânia, espaço destinado à irmãs idosas e doentes da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Infelizmente não foi possível visitá-la para uma entrevista em razão da pandemia da COVID-19. No dia 29 de setembro de 2021 conversei com ela por telefone, mas em razão dos problemas de auditivos, não foi possível estabelecer um diálogo muito longo.

<sup>39</sup> Nome civil de Efigênia Costa, nasceu em 03 de outubro de 1929 em Loretto-MA. Filha de Pedro Martins Costa e Efigênia Martins Costa. Ela veio à Arraias em 22 de janeiro de 1958 na fundação da casa. Foi transferida para Goiás em 06 de março de 1964 (LIVRO DAS ASSINATURAS, COMUNIDADE DE ARRAIAS, 1958).

regional, e pela Ir. Maria Zoé da Eucaristia, filha de Arraias. Foram acolhidas pelo padre João Magalhães, pelo deputado João d'Abreu, pelo prefeito municipal Gustavo Balduino e uma pequena multidão entre foguetes e vivas (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982).

Quase que uma apoteose para a pequena cidade sertaneja do setentrião de Goiás, repleto de um espírito laudatório e religioso, pois seguida à acolhida na porta do templo, adentrou-se ao santuário para orações, bençãos e louvores com discursos de boas-vindas e votos de sucesso na empreitada. “[...] e a chuva caía copiosa, qual avalanche das bençãos e graças de Deus” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 8).

**FIGURA 15** - Recepção às Irmãs anastasianas-dominicanas em Arraias, no dia 22 de janeiro de 1958<sup>40</sup>



**Fonte:** Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF.

A inauguração do educandário aconteceu no dia 22 de fevereiro de 1958. Neste ínterim, com a ajuda de algumas pessoas da comunidade, da Irmã Zóe e seus familiares, as irmãs organizaram toda a estrutura para o início das aulas, enquanto se concluía a edificação e a

<sup>40</sup> Na foto, da direita para a esquerda: prefeito municipal Gustavo Balduino, deputado Federal João d'Abreu, padre João Magalhães (arraiano), Madre Berta (superiora local), Madre Maria do Divino Coração (superiora regional), Irmã das Graças, Irmã Maria Reginalda do Rosário, padre Pedrocílio Guedes (vigário de Arraias), Maria de Lourdes Leal (discursando), não foi possível identificar a moça de uniforme. Nota-se que o hábito da Irmã Maria Reginalda do Rosário difere das demais irmãs. Ela era chamada de Irmã Conversa. Verificar o capítulo 1, tópico 1.4.

instalação da água encanada. A comunidade assistiu muito bem as religiosas educadoras nas primeiras semanas, presenteando-as com cestas e pratos das iguarias arraiana. O prefeito e o deputado federal visitavam o colégio todos os dias. Dom Alano Maria Du Noday veio de Porto Nacional para incentivar as irmãs, conviver com suas correligionárias de hábito e aguardar a inauguração do Instituto.

Foi Dom Alano quem “aventou a possibilidade de o novo Colégio chamar-se Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em homenagem ao centenário da aparição da Virgem Maria, em Lourdes, sul da França, em 1858” (COSTA, 2004, p. 34). Tanto as autoridades, como as irmãs e a comunidade acolheram prontamente a sugestão.

Eis que chega o almejado dia, na véspera, chegara de Goiânia em aviões especiais o Snr. Governador do Estado, o chefe do serviço do SESP em Goiás, o representante da Valorização da Amazônia, o Snr. Consultor jurídico do Estado D<sup>o</sup> Francisco Balduino e o Snr. Deputado José Freire. Os dois últimos filhos de Arraias. Deixamos de mencionar na lista o incansável D<sup>o</sup> João d’Abreu que desde o mês de janeiro acompanhava as obras da construção. Das cidades vizinhas também vieram caravanas de representantes, algumas chefiadas pelo próprio prefeito, como de Sta. Maria de Taguatinga, S. Domingos etc. A recepção de chegada tornou-se mais solene com a presença de S. Excia. D. Alano que aqui permanecera para a inauguração. As Digníssimas autoridades foram saudadas por uma senhora da cidade, ex-aluna dominicana. O Exmo. Snr. Governador falou agradecendo a concorrida assistência [...]

As cerimônias de inauguração foram iniciadas no dia seguinte,<sup>22</sup> aos pés do altar com o Sto. Sacrifício celebrado por S. Excia. D. Alano, auxiliado pelo Revmo. Pe. Pedrocílio, zeloso vigário da paróquia.

Durante a Sta. Missa o celebrante fez uma bela e profunda alocução sobre as diversas inaugurações do dia: um chafariz, o posto de saúde do SESP, parte nova do azilo e finalmente o nosso Instituto N. Snra. de Lourdes.

Às 17h realizou-se a cerimônia do rompimento da fita simbólica, precedida do canto do Hino Nacional. Em seguida as autoridades e o povo penetraram no pátio central do Estabelecimento onde houve a sessão solene, aberta pelo Snr. Prefeito que passou a presidência ao Snr. Governador do Estado. Em 1<sup>o</sup> lugar usou da palavra o Snr. prefeito, como chefe da cidade. Em seguida, falou o Snr. Deputado Federal, Dr. João de Abreu, alma de todo o movimento e realizações. A 1<sup>a</sup> Martinha recebida pelo Instituto: Ernestina [C. dos Santos] usou também da palavra, agradecendo ao bom Deus a sua Sma. Mãe N. Snra. dos Remédios e a todos que serviram de instrumento para amenizar um pouco os sacrifícios da vida do interior.

Em nome das Irmãs Dominicanas agradeceu a Srta Rosolinda Batista Cordeiro também nossa ex-aluna do Colégio Santana.

Terminada essa parte social iniciou-se um lauto banquete no salão de festas do Instituto<sup>41</sup> (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 13-14).

A cerimônia de inauguração do Instituto Nossa Senhora de Lourdes não teve muitos *flashes* ou cobertura jornalística, dada a inexistência de periódicos na região. Mas foi noticiada

---

<sup>41</sup> Verificar o Anexo 1 - Ata de Inauguração do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, assinada pelo Deputado João d’Abreu e pelo bispo diocesano de Porto Nacional Dom Alano Maria Du Noday.

em uma página inteira pelo Jornal de Notícias, de Goiânia-GO, no dia 02 de março de 1958 com a transcrição do discurso do Deputado João d'Abreu<sup>42</sup>. Como a maioria das inaugurações, contou com a presença de autoridades, como descrito, de certo, da elite da sociedade arraiana às primeiras filas e de populares. Discursos, homenagens e festas para alguns, decepções para outros.

Apesar do discurso de uma martinha na inauguração do Instituto, ele não seria uma escola para todos. O caráter privado afastou muitos da possibilidade do ensino secundário, apesar das subvenções e bolsas, insuficientes para atender a grande demanda, pelo menos em seus primeiros anos. Apesar de ser uma instituição privada e confessional, com o Instituto Nossa Senhora de Lourdes “nasceu uma grande esperança para Arraias” (RAMALHO, 2012, p. 55).

O movimento de alunos no Instituto Nossa Senhora de Lourdes iniciou no dia 03 de março de 1958. Aos poucos foram chegando as alunas internas de outras cidades, as matrículas iam acontecendo, o curso de admissão sendo ministrado pelos professores Diong Cordeiro Batista, estudante do curso científico em Goiânia e Gesi José de Moura, ex-seminarista em Porto Nacional.

O primeiro exame de admissão para a primeira série do curso Normal Regional realizou-se no dia 10 de março. “Eram em número de 31, entre os quais 9 da vizinha cidade de Paranã” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 16).

Os exames escritos foram feitos no Grupo Escolar [...] Os exames orais foram feitos no Colégio perante as seguintes bancas examinadoras: Português - Snr. Gesyl e Irmã Berta Maria. Matemática - Snr. Joarindo de Sena e Silva e Dion Batista. Geografia - Srta. Eulina Araújo. História do Brasil - irmã M. das Graças. Foram inspecionados pelo Snr. Miguel Souza Santos, agente de Estatística. Foram aprovados 15 alunos, sendo 12 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Recebemos ainda 4 alunas transferidas de outros estabelecimentos perfazendo o número total de 19 na 1ª série da E. Normal (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 16)

Efetivamente, as aulas iniciaram no dia 17 de março de 1958 com o seguinte quadro de turmas e alunos, em dois turnos, matutino e vespertino:

---

<sup>42</sup> Verificar o Anexo 2 – Reportagem do Jornal de Notícias sobre a inauguração do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias.

**QUADRO 3** - Turmas e alunos na abertura do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em 1958

SÉRIE	Nº DE ALUNOS
1ª série primário	27
2ª série primário	20
3ª série primário	8
4ª série primário	15
Curso de Admissão	32
1ª série Normal Regional	19

**Fonte:** HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 17.

O corpo docente do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em seu primeiro ano ficou assim organizado: “Diretora - Madre Berta Maria. Professores: Irmã Maria das Graças; Snr. Joarino de Sena e Silva, promotor de justiça; Srta. Eulina Araújo, normalista; Srta. Andyara de Sena, normalista; Srta. Enite Dourado Miranda; D. Eva Soares; Srta M. de Lourdes Leal” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 17)

Apesar de ser um colégio de freiras, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em seu primeiro ano, contou somente com três religiosas. Ao longo dos anos recebeu outras freiras que assumiram o papel de professoras<sup>43</sup>, como o trabalho evidenciará. Assim, para o bom funcionamento da instituição, as anastasianas-dominicanas precisaram da ajuda de professores locais, selecionados atenciosamente por elas: ex-alunas de seus colégios em Porto Nacional e Goiás e bacharel em Direito no exercício de cargo público.

*Et iam? Fabula non est super.* E agora? A história não terminou. Pelo contrário apenas iniciou. As questões que se colocam são inúmeras sobre esta instituição escolar. Os próximos capítulos são tentativas de respondê-las. Usando uma conhecida frase do historiador francês Georges Duby (1993), “a história continua”. *Ad fontes!*

---

<sup>43</sup> Verificar o Apêndice 4 - Relação das religiosas anastasianas-dominicanas que trabalharam no Instituto Nossa Senhora de Lourdes entre os anos de 1958 e 1982.

### 3 ELEMENTOS FORMATIVOS DA CULTURA ESCOLAR NO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES

“As coisas estão enterradas no fundo do rio da vida. Na maturidade, no acaso, elas se desprendem e sobem à tona, como bolhas no ar...”.  
Iberê Camargo

E a história continua. Nesta terceira seção volto o olhar para o interior e o cotidiano do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (INSL). A partir da documentação catalogada e das memórias acessadas, que participaram direta ou indiretamente da trajetória da instituição escolar, busquei desnovelar fios que por quase vinte e cinco anos compuseram a trama do estabelecimento escolar. A sistematização deste capítulo foi tecida a partir da categoria de análise *cultura escolar* num diálogo entre as fontes, os referenciais e a metodologia. A escolha de uma categoria de estudo surge a partir da percepção e do desejo do pesquisador em construir certa narrativa e não outra. Poderia ter sido outro caminho e outras categorias, mas optei por essa, em razão do significado das fontes e das minhas experiências.

Nesta seção adentro a *caixa preta* do Instituto Nossa Senhora de Lourdes e trago à baila elementos da cultura escolar produzidos pelo educandário: seus espaços e tempos, a escolarização oferecida, os saberes ensinados e aprendidos, o cotidiano do internato e do externato, as festas e eventos, a materialidade a partir do uniforme escolar, os movimentos do colégio em torno de seus alunos e professores, a religiosidade católica e a educação anastasiona-dominicana transversa nesses elementos.

Para isso, foi preciso catalogar as fontes, saber perguntar, questionar e dialogar com os documentos encontrados para avançar nesta produção. Foi preciso saber acessar as memórias das personagens que vivenciaram esta trajetória. Elas serviram “para produzir leituras do passado, do vivido, do sentido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo” (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 418). E, na “urdidura discursiva de ações encadeadas” (PESAVENTO, 2003, p. 33) foi possível a compreensão da ação humana no tempo (1958-1982) e no espaço (INSL, Arraias, estado de Goiás) a partir da análise, do estranhamento e da argumentação, ou seja, a tessitura da história de uma instituição escolar, composta por uma “estrutura física, uma estrutura administrativa, mas também uma estrutura social, ou melhor, sociocultural” (MAGALHÃES, 1999, p. 70-71).

### 3.1 Espaços escolares

O espaço e o tempo escolar são elementos essenciais para a compreensão da História da Educação. São estruturantes da cultura escolar, foco deste capítulo, o que acontece no interior de uma instituição escolar ocorre num espaço (pátio, sala de aula, biblioteca, quadra de esportes etc.) e num tempo (ano letivo, organização escolar, aulas, atividades diversas, calendário escolar, períodos de gestão etc.).

O prédio escolar que viria a ser o Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi edificado num lugar privilegiado. Antes de se tornar uma instituição escolar confessional católica anastasiona-dominicana, como apresentado no capítulo anterior, o espaço foi escolhido pelas autoridades e representantes da comunidade em meio ao cerrado nativo, no limite entre o urbano e o rural da cidade de Arraias. No alto de um morro, de onde se contemplava quase todo o espaço urbano arraiano e as longínquas paragens das colinas que se estendiam sertão adentro, foi arquitetada a escola.

Como centro de difusão de uma cultura não existente em toda a região até então – o ensino secundário ginásial – a edificação do espaço escolar do futuro Instituto Nossa Senhora de Lourdes no topo duma colina, contribuiu para a disseminação de ideias e referências da instituição escolar como um lugar separado, no alto, pouco afastado do meio urbano, distante do meio rural e projetava-se como templo de civilidade e formação de novas gerações, que “ao toque do sino, subiam correndo aquele morro, com aquele sol escaldante, a formar filas [...]” (RAMALHO, 2012, p. 59) para adentrar a escola. Apesar de sua simples arquitetura, foi construído para ser visto, admirado, reverenciado como casa do saber, modelador de hábitos, atitudes e sensibilidades (FARIA FILHO, 2014).

Por outro lado, a edificação deste espaço escolar sobre uma colina expressou a dicotomia entre aqueles que acessariam a casa do saber e o restante da sociedade, iletrada ou sem oportunidades de estudar em razão do caráter privado da instituição escolar projetada. “Só os alunos mais abastados que estudavam ali, pois era muito caro a estadia [...]” (RAMALHO, 2012, p. 56).

Ao instalar-se, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em seus primeiros anos, destacou-se como uma escola para as elites de Arraias e das cidades circunvizinhas, de maneira especial o regime de internato para moças. O novo prédio, a nova escola, a nova modalidade de ensino significou o surgimento de uma nova cultura escolar.

De fato, “como tantas outras instituições sociais, a escola produz e reproduz uma cultura particular, demarcada por um tempo e espaço específicos” (ERMEL, 2017, p. 46). Assim,

procuro conhecer e analisar essa cultura produzida e reproduzida pelo Instituto Nossa Senhora de Lourdes durante seu funcionamento. São olhares de aproximações sobre significados, representações, memórias e símbolos dos espaços e tempos apreendidos no percurso da pesquisa.

Como alerta Viñao Frago (1995, p. 69), “a dimensão espacial da atividade educativa não é um aspecto tangencial ou anedótico da mesma”, muito menos, “o espaço escolar é um “contenedor”, ou um “cenário”, mas sim uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores”, de práticas, de experiências, de conhecimentos, de sentimentos.

Isso se expressou em quase todos os ex-alunos entrevistados nesta pesquisa que relataram suas memórias sobre os espaços do Instituto Nossa Senhora de Lourdes como transmissor de conteúdos, de princípios, de estímulos e formador de disciplina. De fato, a “arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social” (ESCOLANO, 2001, p. 33).

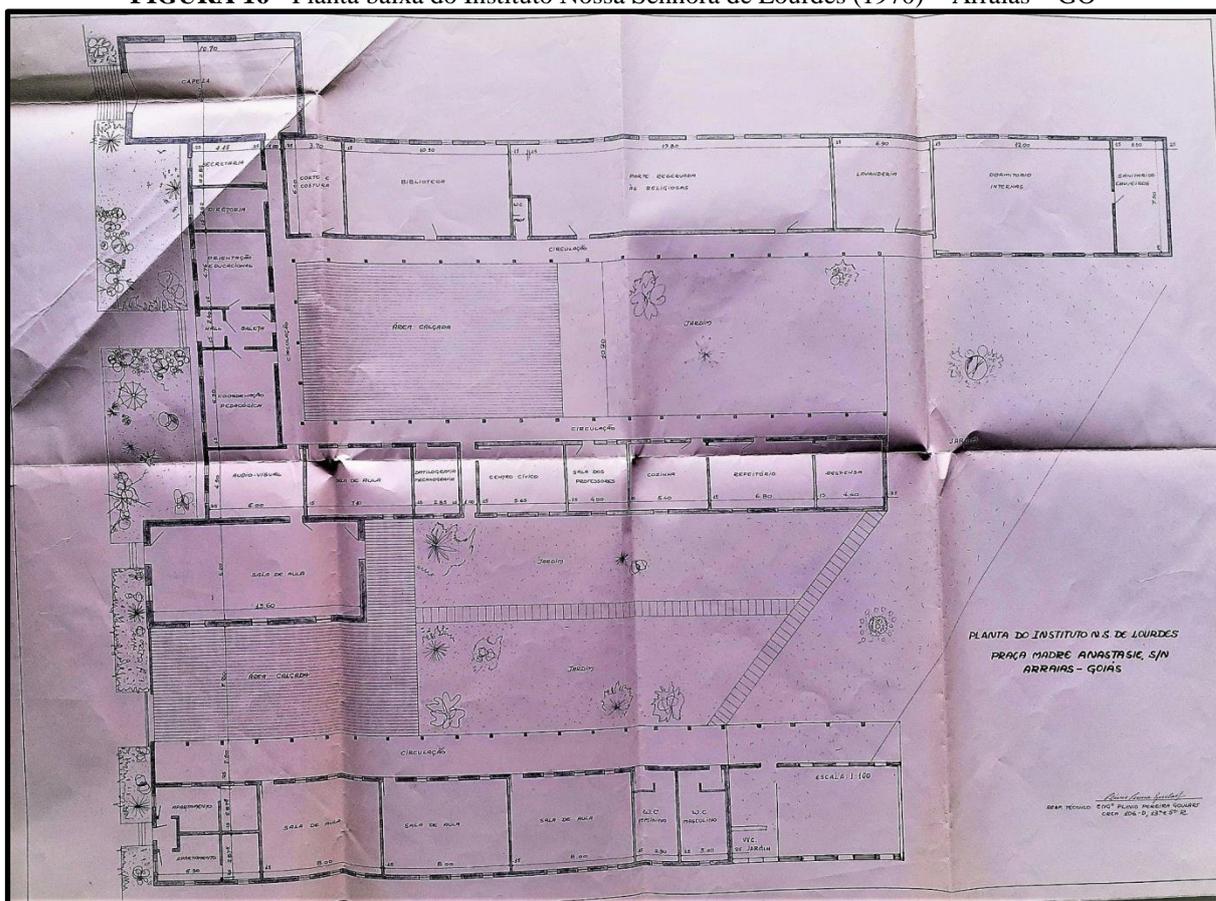
Esta Tese ancora-se nas renovações historiográficas propostas pela História Cultural, que reconfiguraram possibilidades de pesquisa, descortinam e ampliam fontes. Entre as pistas, as marcas, os documentos e os cacos reunidos para produzir esta História, encontrar a planta arquitetônica do Instituto Nossa Senhora de Lourdes configurou, no campo das pesquisas em História da Educação, uma fonte de destaque.

Datada de 1970, quando a escritura<sup>44</sup> da instituição escolar foi registrada no cartório de imóveis de Arraias, a planta expõe a dimensão espacial do educandário que vigorou de 1967 - data de sua ampliação - até o encerramento de suas atividades em 1982, conforme apontamentos de Anita José dos Santos (2021), interna entre os anos de 1965-1968, e de Maria Lenice Moreno (2021), coordenadora pedagógica à época de seu fechamento e primeira diretora do Colégio Joana Batista Cordeiro, da Rede Estadual de Ensino, entre julho de 1982 e julho de 1983.

---

<sup>44</sup> Infere-se que este documento foi elaborado para regulamentação da instituição escolar junto aos órgãos competentes, visto que não encontramos outra referência à planta ou a escrituração do Instituto.

**FIGURA 16 -** Planta baixa do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1970) – Arraias – GO



**Fonte:** Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF, 2021.

À época da inauguração do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em 1958, existia somente o espaço em formato de U, mas não na totalidade como apresenta a figura 16, visto que a área foi expandida. Na visão de Bencostta (2005, p. 111), o plano arquitetônico de uma escola em U indicava

a função de resguardar o pátio interno em torno do qual estão interligadas às dependências do edifício. Este jogo combinatório, que coloca um limite à liberdade visual e espacial do observador, é decorrente da antítese entre o espaço exterior e o interior, que tem, na sua fachada, a linha divisória que desperta a admiração daquele que a contempla ao mesmo tempo que produz ocultamento de seu interior.

A organização arquitetônica em U facilitava a vigilância constante dos alunos, em especial das internas, e marcava relações de poder e inspeção entre as religiosas, professores e alunos. Uma espécie de organização panóptica (FOUCAULT, 2002) do edifício escolar que favorecia o controle dos espaços internos, repletos de regras e de vigilância.

No cotejamento das fontes, outros documentos ajudaram a compreender que o espaço escolar do INSL passou por transformações. Apesar de sempre ocupar o mesmo terreno, desde sua fundação, o prédio do colégio expandiu-se ao longo do tempo e os espaços de poder, de

aprendizagem e de convivência sofreram alterações e foram delimitados conforme a necessidade.

No dia 02 de março, abriram-se as aulas deste ano letivo de 1959. As alunas afluíram numerosas, mas fomos obrigadas a suprimir o 1º ano primário por falta de local, e também a limitar o número de internas e de martinhas. A 2ª série conta 15 alunos, sendo dois do sexo masculino; a 1ª série está com 32 alunos sendo 8 o número dos meninos; o 5º ano tem, no momento, 29 alunos, sendo 10 meninos. As classes do curso primário ainda não se fincou matrícula. Contamos com quatro professoras leigas para nos ajudarem no magistério, estando uma delas ainda ausente, em tratamento de saúde. Entretanto, as aulas funcionam normalmente: três turmas - 1ª e 2ª série ginasiais e 2º ano primário no período da manhã, isto é das 7h.30' às 11h40' e outras três turmas - 5º, 4º e 3º primário no período da tarde, de 1 hora às 4h.30' (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 34, *sic*).

Diante desta situação, a diretoria do Instituto Nossa Senhora de Lourdes propôs uma pequena ampliação no edifício de formato U existente.

Em maio de 1959 foi atacado o trabalho de ampliação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, por pedreiros chamados da vizinha cidade de Taguatinga. Em continuação à lavanderia, foi construído um dormitório de 16 metros de comprimento por 7m30 de largura. Em face, continuação da antiga despensa, uma sala servirá de refeitório e sala de estudos para as martinhas. A futura despensa será bem mais ampla para comportar as provisões de gêneros alimentícios. O trabalho dos pedreiros importou em R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil cruzeiros), excluindo a despeza de operários. A cobertura ficou em R\$ 90.000,00, fora o material (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 36, *sic*).

A primeira transformação do espaço escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes deu-se em razão do internato para meninas e da organização do espaço conventual das religiosas. O internato destinava-se às alunas de outras cidades da região e foi uma modalidade que permaneceu até o final da década de 1970. Conforme as memórias da ex-aluna e interna Maria Nunes Bernardes (2021), “era um número grande de internas [...] no internato tinha meninas de Campos Belos, Monte Alegre, São Domingos, Cavalcante, Taguatinga, Galheiros, Paranã”. De fato, até o ano de 1976 o número de alunas internas foi significativo, tendo em vista que Arraias era a única cidade que oferecia o ensino secundário ginasial e a primeira a oferecer o ensino de 2º grau, a partir de 1974, na região nordeste do estado de Goiás.

O espaço do internato das meninas era destinado ao recolhimento e à instrução das moças, com forte caráter de uma funcionalidade ordenadora, regulamentadora e parecida com o espaço e com as regras de um convento, com rígida organização e vigilância constante por parte das Irmãs (ERMEL, 2017). O conjunto deste espaço era composto pelo dormitório com os banheiros e pelo refeitório. Tudo era muito simples, limpo e organizado, sem estímulos ou muitos objetos. No dormitório as camas ficavam enfileiradas dos dois lados. Não existiam armários, as roupas e demais objetos eram guardados em malas ou bruacas. “O dormitório era sempre vigiado por uma Irmã que até mesmo dormia conosco num lugar que chamava cela. Era

um quadrado, num canto, com uma cortina para que não víssemos a irmã, mas de lá tudo ela enxergava” (BERNARDES, 2021).

O espaço do internato era reservado, também, para as alunas “martinhas”. A narrativa da inauguração do INSL no capítulo anterior evidenciou o discurso da primeira martinha. Como já explanado, na primeira seção, as martinhas eram meninas pobres, sem condições de bancarem a escola privada, que “trabalhavam e recebiam o ensino [...] dormiam em outro dormitório, o uniforme delas era diferente [...] à tarde enquanto estudávamos, elas trabalhavam, faziam de tudo” (BERNARDES, 2021).

Apreendeu-se, nesta Tese, que as martinhas foram essenciais para a manutenção<sup>45</sup> do Instituto Nossa Senhora de Lourdes nos primeiros anos. Apesar de serem tratadas de maneira diferente, o que está na contramão dos princípios da educação anastasiana-dominicana, a existência destas alunas-domésticas refletia o espírito errôneo de caridade propagado no meio cristão católico (SILVA, 2006) e a divisão classista mantida pela própria Congregação, entre irmãs de coro e irmãs conversas<sup>46</sup>. Na trajetória do INSL houve modificações no tratamento com as alunas martinhas, como o trabalho desvelará.

O espaço e a arquitetura escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, reorganizados pelas Irmãs Dominicanas, enfatizaram a dialética dos distintos ambientes, como aqueles que eram abertos e coletivos (capela, biblioteca, salas de aula) e fechados ou restritos (parte reservada às religiosas, dormitório, despensa, cozinha, refeitório, diretoria), bem como o caráter confessional da escola, com destaque para a capela. Esses espaços proporcionaram infinitas possibilidades de relações humanas (ERMEL, 2017), como as amizades, que a cada ano surgiam e muitas que perduram por toda a vida, como narraram Marilene Costa (2021) e Maria Nunes Bernardes (2021), amigas inseparáveis no tempo do internato e há mais 60 anos.

Com o crescimento das matrículas, tanto para o internato como para o externato, houve a urgência da expansão do espaço escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. No final do mês de março de 1966, ao findar das chuvas, o terreno começou a sofrer modificações com as

---

<sup>45</sup> Os trabalhos desenvolvidos pelas alunas martinhas minimizava os custos com funcionários para a limpeza, a cozinha, a lavanderia, a jardinagem etc. e sem maiores custos para a instituição, pois o ensino já era ofertado e a alimentação e o vestuário eram as despesas maiores para com elas.

<sup>46</sup> Existia uma divisão classista dentro da congregação: irmãs de coro e irmãs conversas, em que o “hábito suas vestes, eram diferenciadas, assim como o lugar onde se sentavam para as orações, cantos, refeições e formação ao longo do noviciado” (SANTOS, 2020, p. 64). As irmãs de coro usavam hábito todo branco, dedicavam-se à educação (professoras, diretoras, secretárias), à saúde (enfermeiras), podiam exercer cargos administrativos, podiam votar e serem votadas, estudavam mais e, na maioria das vezes, vinham de famílias com um poder aquisitivo maior. As irmãs conversas usavam hábito com escapulário preto, dedicavam-se aos trabalhos domésticos, manuais e ao cuidado aos doentes (banho, alimentação), eram pobres e não apresentavam dote à congregação.

“poderosas máquinas do DERGO que começaram a derrubar o morro atrás e ao lado da casa, para se poder construir o pavilhão de aulas do colégio” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 88). Ainda em 1966, “a capela foi remodelada de acordo com as prescrições pós-concílio” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 86).

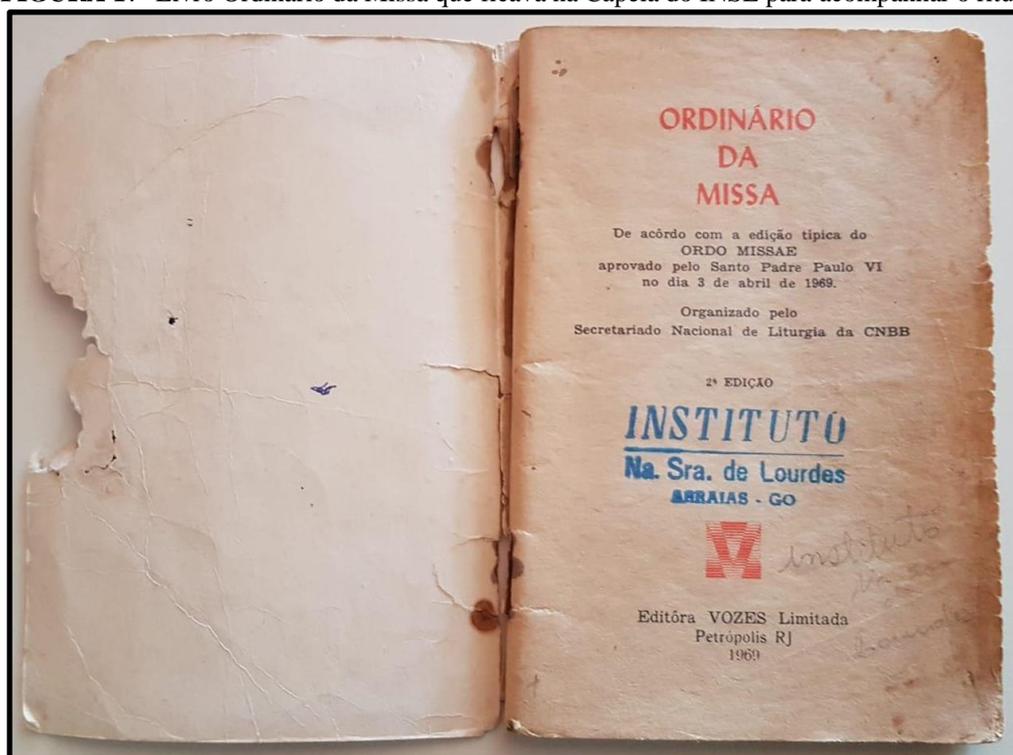
As egressas do INSL transpareceram, em suas falas, a importância da capela na vida escolar. As alunas internas participavam da missa todos os dias, antes da aula. Para isso, acordavam às cinco horas da manhã. “Antes das 6 horas [da tarde] a gente ia para a capela rezar o terço e depois íamos jantar” (BERNARDES, 2021). Para os alunos externos, semanalmente, havia um momento de oração na capela e, de vez em quando, a missa. Mas eram convidados a rezar o terço todos os dias às dezoito horas.

A partir de 1971, “conforme combinação feita com o padre Pedrocílio, nosso vigário, todas as 2as. feiras, temos, no fim do período escolar, uma missa da qual nossos alunos participam, dando assim, oportunidade as classes de se revezarem na preparação das mesmas” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 135). A prática da oração era constante no cotidiano escolar. Além das missas e da reza do terço “entre uma aula e outra, era só o prazo de um(a) professor(a) sair e entrar outro e antes de cada aula rezava o Pai Nosso e Ave Maria, todos em pé” (DOURADO, 2021)<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> O hábito da oração no ambiente escolar reforçou a identidade católica de muitos alunos. Durante as entrevistas, muitas egressas fizeram questão de mostrar os altares montados em suas residências, o terço e o livro de orações que utilizam cotidianamente para rezarem. De fato, “a proposta do Instituto era voltada mais para a formação religiosa e cívica” (MOURA, 2021a) e foi alcançada pelo trabalho educador missionário das religiosas.

**FIGURA 17-** Livro Ordinário da Missa que ficava na Capela do INSL para acompanhar o ritual



Fonte: Arquivo pessoal de Joaquim Francisco Resende (2021).

Com uma arquitetura simples, a capela foi remodelada em razão do Concílio Vaticano II, que encerrou em 1965. O documento conciliar “*Sacrossanctum Concilium*” refere que “a igreja deve ser, antes de tudo, uma construção funcional adequada às ações litúrgicas, possibilitando assim a participação ativa dos fiéis” (AMOREIRA, 2020, p. 47). Até então, as igrejas e capelas mantinham uma estrutura em que a liturgia era realizada somente na língua latina, sem a participação direta da assembleia. Diante das novas bases doutrinárias do Vaticano II, o espaço religioso teria de ser repensado e definido. Desta forma, “a comunidade cristã deixa, assim, de ser meramente espectadora, recuperando, ao fim de vários séculos, a sua importância e destaque, voltando a ser o centro da liturgia e participando ativamente e conscientemente em todas as ações litúrgicas” (AMOREIRA, 2020, p. 46). Como um colégio confessional católico, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes fez todas as adequações necessárias neste espaço educativo, considerado de excelência, agregador, evangelizador e de disciplina.

**FIGURA 18** - Dom Alano Maria Du Noday e as Irmãs do Instituto Nossa Senhora de Lourdes após a reforma da capela



**Fonte:** Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF, 2021.

Na imagem acima contemplamos a capela reformada do INSL. Compõe o cenário as Irmãs que atuavam no colégio e Dom Alano Maria du Noday, bispo da diocese de Porto Nacional, de presença ativa e participativa nas atividades do Instituto, desde o processo de procura de religiosas para conduzir o educandário. O Jornal “Dominicano” e o Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes relatam a presença do bispo francês e dominicano junto aos trabalhos do INSL seja celebrando missas, ministrando palestras, fazendo visitas, pregando retiros ou participando dos eventos. Existia entre Dom Alano e as Irmãs do INSL uma comunhão fraterna, tendo em vista que compartilhavam do mesmo carisma por pertencerem à Família Dominicana. No antigo norte de Goiás, território a qual correspondia à Diocese de Porto Nacional, Dom Alano destacou-se como o bispo da educação: fundou escolas paroquiais, implantou o ginásio público na sede da diocese e trouxe outras congregações religiosas para dedicarem-se à educação em cidades estratégicas de seu território eclesiástico.

No INSL, o espaço escolar da capela, um lugar de silêncio e oração, tão limpa que era possível para pentear os cabelos ao contemplar o piso (BERNARDES, 2021; SANTOS, 2021) evidencia a rotina, os ritos e os rituais da confessionalidade católica da escola, como as celebrações de primeira comunhão ali realizadas anualmente, em que grupos de quarenta ou mais crianças, recebiam pela primeira vez o sacramento da Eucaristia (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982). A egressa Maria Nunes Bernardes (2021) recordou-se que fez “a primeira comunhão no colégio [...] estudava no livrinho Meu Catecismo e era a Madre Bertha e Madre Odete quem me preparava”.

O ritual da primeira comunhão não era um evento meramente religioso e de caráter evangelizador. Apesar dos alunos aprenderem que irão “receber Cristo pela primeira vez”, “o respeito e a prática dos sacramentos cristãos [...] como imprescindível aos bons católicos” (SILVA, 2018, p. 179), a celebração do ritual era marcada por grande festa e participação da família e da sociedade. Constituía, também, uma ocasião singular para que o INSL demonstrasse, sem exibicionismo, a eficiência da educação católica ofertada, uma das finalidades do colégio.

Motivadas pelo espaço escolar da capela, a realização de Cruzadas de Oração e o incentivo às meninas para participarem do grupo Pia União das Filhas de Maria eram outras atividades sacras incentivadas pelas Irmãs educadoras, de maneira especial nos primeiros tempos do INSL. “Tornar-se uma Filha de Maria, além de símbolo de devoção cristã, no âmbito dos colégios católicos, era representação de distinção” (SILVA, 2018, p. 129) entre os estudantes e na sociedade.

Na expansão do espaço escolar do INSL, o novo bloco de salas de aulas, o que está fora do formato U da figura 16, foi inaugurado na abertura do ano letivo de 1967,

[...] com a benção do Pavilhão de aulas por nosso caríssimo Bispo Diocesano, D. Alano Maria du Noday, que no dia 07 de março aqui estava para tomar parte em nossa alegria. O povo todo da cidade subiu o morro para assistir à Missa cantada pelos alunos e operários. Madre Bernardete da Imaculada, nossa querida Regional, também veio para inaugurar conosco o pavilhão novo. Logo em seguida à Benção, os alunos entraram nas salas novas com mesinhas e cadeiras de fórmica [...] (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 96).

O novo pavilhão, com três amplas salas, demarcou o espaço exclusivo para as aulas nos três turnos existentes. Além de arejadas, bem iluminadas, as salas contavam com um novo mobiliário, diferente do utilizado até então, talvez nunca visto pelos alunos e nem mesmo na região. A ex-aluna Anita José dos Santos (2021) que estudou no INSL entre 1965 e 1968 e presenciou a inauguração relatou o quanto todos ficaram alvissareiros, “recordo-me da motivação e entusiasmo dos alunos, ao utilizar as novas instalações”. Além das salas de aula, o novo pavilhão ganhou banheiros masculino e feminino, um espaçoso jardim em sua frente e dois apartamentos mobiliados com banheiro reservado para acolher visitantes e transeuntes. Bispos, padres, as religiosas superiores, deputados, professores, chegantes em Arraias e governadores do estado de Goiás ficaram hospedados neste espaço que servia não só ao Instituto Nossa Senhora de Lourdes, mas a toda comunidade arraiana (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982).

Na perspectiva de Faria Filho (2014, p. 95), “a criação de novos espaços, [...] significa, também, a experiência de criação e vivência de novos tempos escolares”. O desnovelar das

fontes documentais e orais retrataram um importante processo evolutivo na vida escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes a partir de 1966. O registro das educadoras anastasianas-dominicanas evidenciou avanços, “grande progresso na mentalidade de nossos alunos” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 92) e muito envolvimento por parte das famílias e da comunidade.

A estruturação espacial da escola “dá materialidade e visibilidade às diferentes funções dos espaços escolares e, conseqüentemente, impõe formas legítimas ou não de sua apropriação e de sua utilização” (FARIA FILHO, 2014, p. 96). Um destes espaços são os pátios do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, muito presente nas memórias dos ex-alunos.

**FIGURA 19** - Pátio e jardim em frente ao novo pavilhão de salas de aula



**Fonte:** Arquivo da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF. Foto de 1969.

Para Faria Filho (2014), os pátios funcionam como espaços que potencializam a função educativa da escola e deixa bem mais claro a função da sala de aula: o ensino, a aprendizagem, a produção e a avaliação. Os pátios no INSL eram lugares de reunião de todos os alunos para ações coletivas como formar a fila para entrar nas aulas, entoar o hino nacional e hastear a bandeira, ensaio de apresentações diversas, lugar para as brincadeiras, para as sociabilidades, para jogar conversa fora. É um espaço intersticial, um lugar-comum de convívio e de encontro, de recreio e descontração. Ele “consiste no único lugar dentro da escola onde os corpos podem se movimentar com maior liberdade sem chocar com os móveis e com as fronteiras imediatas”

(SOUZA, 1998, p. 144). No entanto, mesmo nos pátios, os olhares vigilantes das educadoras anastasianas-dominicanas não pestanejavam.

Para Souza (1998, p. 148), “se a escola se define como um espaço de reclusão, ela se apresenta, ao mesmo tempo, como espaço de convívio e de encontro”. Para as estudantes do internato, conforme o depoimento de Maria Nunes Bernardes (2021), os pátios representavam espaços de descontração nos momentos em que a escola se tornava casa. Após o jantar, depois de todas as atividades acadêmicas cumpridas, a recreação era permitida. Jogo de bola, queimada, pula-corda, outras brincadeiras, uma boa história ou um longo bate-papo ocupavam o tempo das internas, longe de suas famílias durante todo o período letivo de cada semestre. Para os demais alunos, os externos, os pátios deixaram lembranças dos momentos de convivência com os colegas, de “quando juntava todo mundo no pátio para cantar o hino nacional, treinando para 7 de setembro, era muita gente, aquele pátio ficava cheio” (DOURADO, 2021).

**FIGURA 20** - Pátio e jardim no pavilhão U



**Fonte:** Arquivo da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF. Foto de 1969.

Na primeira década do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, a comunhão de recreio de meninos e meninas foi evitada. Enquanto as meninas permaneciam no pátio interno, os rapazes passavam o recreio do lado de fora, na frente da fachada principal do colégio. Fachada esta que, diferente de outras instituições escolares mantidas pela Congregação de Monteils, era muito simples e não sofreu alterações ao longo do tempo.

**FIGURA 21** - Fachada do Instituto Nossa Senhora de Lourdes

**Fonte:** Arquivo da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF. Foto de 1970.

Na composição do espaço do Instituto Nossa Senhora a quadra de esportes inaugurada no dia 03 de dezembro de 1967 modificou a paisagem da praça em frente à fachada do colégio. Foi a primeira quadra de esportes da cidade e sua estreia contou com a presença maciça de toda a comunidade escolar e arraiana (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982).

Conforme as memórias reconstituídas a partir das entrevistas realizadas, a construção da quadra de esportes foi possível em razão dos esforços da Madre Gabriela da Imaculada – diretora do INSL entre os anos de 1966 e 1968 – que era proveniente da família Guedes Coelho, uma abastada estirpe de engenheiros e empresários do estado de Goiás que administravam, à época, a Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, além de serem políticos influentes no governo de Goiás (CARRICO, 2021; COSTA, 2021; ALVES, 2021).

O orçamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, conforme um caderno de anotações sobre as verbas (ARQUIVO DA PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, BRASÍLIA-DF, 2021), era exíguo. Para executar melhorias no espaço escolar as Irmãs não contavam com as receitas das mensalidades, pois essas destinavam-se à manutenção cotidiana da instituição educativa. Como a prática de concessão de bolsas completas, meia bolsa ou descontos sempre fizeram parte da política de funcionamento do INSL, essa receita ficava reduzida.

Desta forma as melhorias do espaço eram realizadas com parcerias diversas firmadas com o poder público, com a iniciativa privada, com benfeitores da Congregação e com a mantenedora do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, a Sociedade Educadora da Infância e da Juventude. Um exemplo foram os refletores da quadra de esportes doados pela Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG) e inaugurados no dia 07 de janeiro de 1968, possibilitando o uso da quadra no período noturno (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982).

A quadra de esportes revolucionou a vida escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. As aulas de Educação Física, resumidas à ginástica, exercícios e alguns jogos passaram a contar com outros esportes. Conforme a ex-aluna e ex-professora do INSL, Magda Sueley, “Lá você jogava vôlei, futebol, tinha quadrinha de espiribol, handebol, ou seja, todas as modalidades de esporte que podiam ser” (COSTA, 2021a).

**FIGURA 22** - Quadra de esportes do Instituto Nossa Senhora de Lourdes



**Fonte:** Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF. Foto de 1969.

A quadra de esportes não revolucionou somente o espaço e a vida escolar, mas toda a cidade. Os entrevistados que compuseram o *corpus* oral desta pesquisa foram unânimes em afirmar que a quadra de esportes do INSL era o espaço mais desejado e disputado em Arraias. Havia uma preocupação das religiosas educadoras com a juventude e com a integração das famílias. A quadra era disponível para a comunidade no final das tardes e início da noite, após a rotina escolar, e aos finais de semana. Isso deu movimento ao internato, também. Apesar da

vigilância das irmãs para com as internas, eram dispensadas e acompanhadas para assistirem aos jogos.

Conforme a egressa Vera Carrico (2021), “todos os dias à noite, lá pelas 5, 6 horas da tarde, nós íamos treinar, então todo dia nós treinávamos, jovens, mulheres, todo dia nós treinávamos para acontecer os torneios nos finais de semana”. As memórias do egresso Joaquim Correia (2021) revelaram que “todo domingo não tinha coisa melhor que ir para o colégio [...] e essa parte esportiva influenciou muito a cidade”.

Em relação às alterações e novas inserções no espaço escolar da instituição educativa, inaugurou no final do ano de 1969 um parque infantil, conforme os registros fotográficos encontrados e as memórias de Magda Suely (2021). O Instituto Nossa Senhora de Lourdes tinha pretensões de expandir sua oferta escolar com a abertura do jardim de infância, modalidade de ensino que ainda não existia em Arraias. O parque infantil foi o primeiro passo para que isso se realizasse no ano de 1973, pois revitalizou a infância em Arraias proporcionando um espaço de educação e assistência “cuja finalidade é trazer ao conhecimento de crianças elementos de vida física, moral e intelectual, sob a forma exclusivamente recreativa” (MIRANDA, 1936, p. 96).

**FIGURA 23** - A comunidade arraiana aguarda a inauguração do parque infantil (08.11.1969)



**Fonte:** Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF. Foto de 1969.

A aglomeração da comunidade e de muitas crianças para a inauguração e a bênção do parque infantil elucida a inserção e articulação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes com a sociedade arraiana. Num tempo em que não existia televisão, os meios de comunicação eram

escassos e o tempo demorava a passar, os espaços propiciados pela instituição escolar eram as alternativas de lazer, socialização e entretenimento.

**FIGURA 24** - Benção do parque infantil (08.11.1969)



**Fonte:** Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF. Foto de 1969.

Na arquitetura dos espaços do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, destaca-se a biblioteca escolar conforme a planta baixa da figura 16. Um espaço indispensável que precisa funcionar bem, tanto para alunos como para professores. Conforme fontes documentais, iconográficas e orais, a biblioteca do Instituto Nossa Senhora de Lourdes passou por reformas e adequações a partir de 1968.

Em 1970, uma religiosa anastasiana-dominicana veio de Brasília para cuidar da organização deste espaço. “O tão esperado 14 de setembro chegou e com êle, Ir. Lucília que voltava da França, Irmã Laetitia que veio organizar nossa Biblioteca” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 126). Irmã Laetitia, neste período, residia em Brasília-DF, na Comunidade da Casa 04. Foi organizadora da biblioteca do Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário no Distrito Federal e sua experiência a levou ao Instituto Nossa Senhora de Lourdes para contribuir na organização de sua biblioteca, espaço muito valorizado pela proposta da educação anastasiana-dominicana. A figura 25 registra a Irmã Laetitia junto à parte do acervo da Biblioteca do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, organizado por ela no final do ano de 1970.

**FIGURA 25** - Ir. Laetitia junto ao acervo da Biblioteca do INSL



**Fonte:** Arquivo da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF.

Numa das visitas realizadas ao atual colégio Joana Batista Cordeiro, onde funcionou o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, vasculhando o espaço da biblioteca, acondicionada em lugar diferente do espaço ocupado na planta da imagem 18, encontramos um livro de registros das obras existentes na biblioteca no período de fevereiro de 1968 a junho de 1982. Foram registrados neste período 3.041 exemplares diversos entre obras de literatura brasileira, literatura estrangeira, enciclopédias, livros de História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa, Anatomia, Meio Ambiente, manuais didáticos das diversas disciplinas do currículo (OSP, EMC, ciências etc.), uma quantidade significativa de livros em francês e de literatura católica, entre outros.

As memórias de Maria Ivatônia Barbosa dos Santos (2021), estudante entre os anos de 1973 e 1979 em que cursou o 1º e 2º graus completos, revelaram a importância da Biblioteca não só no espaço escolar, mas no currículo e na formação proporcionada pelo INSL. Para ela, “a biblioteca do colégio, eu acho que li quase tudo, era um espetáculo, muito boa! A gente tinha aula de leitura. Toda semana tinha uma hora que a gente ia para a biblioteca e ficava lendo! Era a aula que eu mais gostava. Adorava a aula de leitura”.

Ivani Rodrigues Magalhães, aluna do 2º grau, curso técnico em magistério, no turno noturno entre os anos de 1974 e 1976 e bibliotecária durante todo o dia no mesmo período, relatou da seguinte forma sua função:

Eu tinha que ler muito para indicar para os meninos que vinham para as aulas livros que eu já havia lido. Porque tinha o processo da expressão oral. Terminava, 45

minutos vinha outra turma, aí eu tinha que estar lá de dentro do balcão arrumando os livros e se alguém chegasse sem noção do que ia ler, eu indicava: tem esse aqui de Machado de Assis, [...] foi um trabalho muito bom porque eu gostava demais de ler. [...] Depois das aulas tinha que arrumar aquilo tudo. [...] estudava a noite e o dia todo trabalhava na biblioteca [...] (MAGALHÃES, 2021).

O Jornalzinho “Dominicano”, órgão do grêmio estudantil do INSL em seu número 4 de agosto de 1971 trouxe uma série de resenhas, elaboradas pelos alunos, dos livros que existiam na Biblioteca. A análise de diversas edições do “Dominicano” mostrou que era praxe isso acontecer. A prática das aulas de Língua Portuguesa e de leitura exigiam produções, interpretações e até dramatizações. Esta seção de resenhas, intitulada “Falando de livros...” inicia da seguinte forma: “saber ler é muito importante para a vida, mas se soubermos escolher o que ler será melhor ainda” (DOMINICANO, 1971) e apresenta, entre outras, a resenha de “Menino de Engenho” pela aluna Vera Maria, da 4ª série ginásial, com pertinente reflexão crítica:

“Menino de Engenho”, obra de José Lins do Rêgo Cavalcanti, grande escritor nordestino que se tornou grande romancista devido suas obras serem de uma realidade profunda. Nada há nesta obra que não seja o espelho do que se passa na sociedade rural e nas cidades do Norte e do sul do Brasil. É um romance que está bem perto de nossa vida. É verdade que a escravidão, tema central do livro, já não existe. Mas não é o racismo uma forma de escravidão? (DOMINICANO, 19671, p. 3).

O espaço escolar é uma fonte de experiências e aprendizagens. Está repleto de signos, símbolos e marcas que educam. Por isso, sua produção, distribuição, posse e usos têm significativo papel pedagógico (RIBEIRO, 2004) como os distintos espaços do Instituto Nossa Senhora de Lourdes ao longo de sua trajetória.

### 3.2 Tempos escolares

A categoria de tempo escolar não é somente o marcado pelo calendário, pela carga horária total, pelo número de horas aulas diárias, pelos horários oficiais de funcionamento da instituição ou pelos tantos outros tempos limitados pelo relógio, mas o tempo dos momentos vivenciados, dos projetos e das experiências. A referência aqui é ao tempo subjetivo, experiencial, social, problematizado por Norbert Elias (1998), que pode até mesmo pautar-se em dias, meses, anos e horas, mas rompe com a padronização imposta pelo relógio e pelo calendário e estabelece uma rede de relações num processo de desenvolvimento. Faremos referência ao tempo assinalado pelas preferências e prioridades, pelas propostas de uma nova organização escolar ou pelas escolhas políticas e pedagógicas, conforme apontam Caccia e Sue (2005).

Os diferentes tempos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, como tempos de escola, de escolarização e na escola (PARENTE, 2010) são reflexões e ponderações feitas a partir do tempo subjetivo, marcado pelas experiências, relações e ações das religiosas anastasianas-dominicanas que assumiram a direção do colégio durante o período de seu funcionamento, entre os anos de 1958 e 1982.

As fontes, produzidas pela História Oral, clarificaram tempos distintos vividos pela instituição escolar a partir do perfil, das propostas e práticas de suas diretoras. Comparando e analisando tais fontes às demais foi possível delinear esses tempos, num processo de desenvolvimento intrínseco do colégio e que ultrapassou os muros escolares. Elementos próprios da educação anastasiana-dominicana como o realismo, a abertura, a sensibilidade, o dinamismo, a ousadia, a inculturação, o intelectualismo e a busca da verdade pela pregação do Evangelho e pela oração (MOUTINHO; JOUGLA; PADIN, 2004) estiveram presentes em proporções diferentes nos tempos escolares do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. A partir da subjetividade de cada religiosa-diretora foi possível refletir e determinar tempos escolares distintos na instituição escolar. O tempo das irmãs coaduna-se com as narrativas e documentos encontrados no percurso da pesquisa. ‘No tempo da Madre’ ou ‘no tempo da Irmã’ foram expressões utilizadas pelos agentes que contribuíram nesta investigação.

O primeiro tempo decorreu da fundação, em 1958, ao ano de 1963, período em que Madre Bertha Maria esteve como primeira diretora. Além de fundadora da instituição escolar, que trouxe para Arraias e região a renovação das esperanças em termos de educação, Madre Bertha foi a responsável pelos trâmites da instalação efetiva do colégio e atuou como professora por todo este tempo.

**FIGURA 25** - Madre Bertha - fundadora e 1ª diretora do Instituto Nossa Senhora de Lourdes



**Fonte:** Acervo pessoal de Vera Carrico (2021).

Em seus primórdios, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, como toda e qualquer fundação, passou por dificuldades. O depoimento de Irmã Maria do Rosário Silveira, de 87 anos, companheira de Madre Bertha nos primeiros anos do INSL, testemunhou que foi um “tempo apertado em que tudo era difícil [...] arroz era pisado no pilão [...] éramos 35 pessoas, entre internas, martinhas e as freiras [...], mas não faltava o essencial” (SILVEIRA, 2021).

O tempo de Madre Bertha caracterizou-se por uma escola de caráter civilizador, com a prática de aspectos pedagógicos tradicionais e um pouco afastada da comunidade (CARRICO, 2021). Ela enfrentou inúmeros desafios para manter o INSL, no entanto, não abriu mão da disciplina, da organização e da vivência de aspectos mais tradicionais da educação anastasiandominicana. Tudo foi administrado com a imposição de um rigor característico do colégio de freiras. Apesar de “caridosas e acolhedoras e administrarem com segurança e determinação a escola, serem muito organizadas, dedicadas e atentas a tudo” (MOURA, 2021a), não deixaram de existir conflitos entre Madre Bertha, alguns alunos e famílias, em razão do caráter disciplinador excessivo por parte da religiosa diretora e que causou estranhamentos (CARRICO, 2021).

Conforme os relatos, “a irmã Bertha era muito elitista. Foi uma escola muito elitista na época da Madre Bertha [...] quando vinha para o colégio, quando acabava o grupo Silva Dourado, afunilava muito, havia afunilamento nessa passagem para o colégio” (CARRICO, 2021). O Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em seu primeiro tempo, foi uma escola para poucos: para as filhas e filhos de uma pequena elite agropecuária e política, que tinha condições de pagar a anuidade, para as ‘martinhas’ e para os contemplados com bolsas concedidas pelas prefeituras de Arraias, da região ou pelos políticos da época. Para Maria Nunes Bernardes (2021), à época, filha do prefeito de Paranã, cidade localizada a 100 quilômetros de Arraias, interna e bolsista no INSL,

O colégio na época da Madre Bertha, por exemplo, no final da década de 50 e começo de 60, a educação era muito rígida, era oprimido, tudo era pecado, tudo era isso. Então a gente cresceu naquela convicção. Depois veio uma nova diretora, ela tinha uma cabeça mais aberta, não que a Madre Bertha fosse ruim, ela já era de idade, para época era aquilo que tínhamos (BERNARDES, 2021).

Conforme Carrico (2021), Madre Bertha foi designada como fundadora e primeira diretora do Instituto Nossa Senhora de Lourdes por ser filha da região. Era natural de Taguatinga e irmã do Padre Pedrocilio, vigário de Arraias. No entanto, a idade de Madre Bertha, como apontou Bernardes (2021) e “algumas limitações intelectuais e dificuldades de inserção, mesmo sendo filha da região” a fez enclausurar-se e “podar coisas da sociedade” (CARRICO,

2021) praticadas pelos estudantes do INSL, como a participação nas escolinhas, festas para dançar – as baladas da época – organizadas pelos alunos, muito comum em Arraias.

As memórias de Solange da Eucaristia (2021) confirmam o caráter austero e disciplinador dos primeiros tempos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

A Madre Bertha, ela achava de cuidar até da vida da gente lá fora. Eu tinha uma vida mais pacata, não era de muita coisa, mas ela zangava com as músicas que a gente cantava. Se você chegasse cantando uma música que ela achasse que não era boa, que era de festa, de bolero, bolero, Deus nos livre! Ela tinha esse rigor! Eu lembro que uma vez eu tive uma prova e um colega, que não foi até o fim, juntos com outras colegas, ficamos sentados encostados e conversando sobre a prova, o que acertou, o que não acertou. E a Madre Bertha saiu na porta, nos viu e me chamou lá para saber o que nós estávamos conversando. Madre de Deus estava falando sobre a prova, o que tinha acertado ou errado. A Madre Bertha era danada [...] a disciplina acima de tudo, o que em si depois auxiliou muito. Em todo lugar que vou e em tudo o que faço, acho que me disciplinei muito, viu [...] (DOURADO, 2021).

Conduzido por Madre Bertha, o INSL caracterizou-se pela valorização da hierarquia, da disciplina e da ordem pautadas no princípio de obediência e vigilância, no incentivo à religiosidade e à catequese. Concretizava-se o sonho do ginásio em Arraias com um ensino de excelência e desenvolvimento cultural. Mas “um dia chega a notícia: Madre Berta foi transferida. Houve aquele corre corre na cidade e os mais variados boatos se espalhavam: era o fim do Ginásio, diziam” (DOMINICANO, 1971, p. 3). A comunidade não conhecia o espírito de trabalho das religiosas, a rotatividade das irmãs nas diversas comunidades e instituições existentes.

O segundo tempo do Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi caracterizado pela presença da Madre Odete de São José como diretora nos anos de 1964 e 1965. Neste período, o colégio abriu-se para a sociedade arraiana e a Madre Odete tinha um espírito mais acolhedor e inseriu-se na comunidade. Iniciou o trabalho mais intenso com bolsistas, possibilitou que muitos estudassem no INSL, especialmente os de famílias carentes e pessoas negras. Ampliou o campo de ação do colégio e passou a ajudar o asilo dos idosos levando os alunos para cuidarem do espaço e dos que ali moravam, aos sábados (DOMINICANO, 1971). Foi pioneira do trabalho de valorização da Chapada dos Negros, como patrimônio cultural arraiano, fazendo passeios com alunos, familiares e pessoas da cidade ao alto da serra. Numa de suas incursões a este espaço feriu-se numa queda que a deixou acamada por longa data. Em razão de cuidados com sua saúde precisou deixar a direção do INSL e a cidade de Arraias (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982).

Os dois anos em que Madre Odete esteve à frente do colégio, como uma “abnegada e dedicada mestra e religiosa” (BATISTA, 2010, p. 149), foi um tempo de transição em que

alunos, professores e a sociedade arraiana vislumbraram maior dinamicidade. A figura da Madre Odete<sup>48</sup> como diretora foi elo, que ao mesmo tempo uniu escola-comunidade e dissipou impressões negativas da proposta educacional do INSL.

Tempo de mudanças numa mudança de época: isso caracterizou o tempo escolar liderado por Madre Gabriela da Imaculada, terceira diretora do INSL entre 1966 e 1968. Neste período, o INSL passou por mudanças pedagógicas significativas. Intensificaram-se os trabalhos sociais do colégio por meio dos alunos. Foi no tempo de Madre Gabriela que houve a construção das novas salas de aula, da quadra de esportes, do parque infantil e a implementação de atividades esportivas que envolveram a juventude e movimentou a cidade e a região. Ela “subia no trator. Ela era meio sabe tudo. Ela aplainou o terreno [...]” (ALVES, 2021). Foi um tempo de avanços e transformações para a instituição escolar e para Arraias. Na visão da egressa Marisa Alves (2021),

[...] a Madre Gabriela, que era diretora nossa, era uma pessoa por quem eu tinha uma admiração enorme. Muito culta e muito enérgica. Ela não tinha adulação com ninguém não, mas eu achava que essa postura dela deixava a gente mais disciplinado, até com medo. Então admirava ela demais. Mas gente! Como é que ela consegue ser tão dura e tão amável ao mesmo tempo! Eu tinha uma admiração muito grande pela irmã Gabriela, a Madre Gabriela.

Madre Gabriela da Imaculada, que tinha o nome civil de Maria de Lourdes Coelho Guedes, era filha de uma rica e influente família goiana. Seu pai, Hermógenes Ferreira Coelho, era um considerado comerciante e político atuante. Foi prefeito da cidade de Goiás, governador interino do estado de Goiás e deputado estadual em várias legislaturas. Sua família era sócia majoritária da empresa de força e luz de Goiás (CELG). Seus irmãos eram engenheiros e estiveram em importantes postos do serviço de eletricidade da região e até mesmo da Petrobrás. Por isso, Madre Gabriela, “conseguia tudo que ela queria. Ela tinha em mãos máquinas e isso trouxe benefícios demais para Arraias. Muito, muito mesmo” (ALVES, 2021).

---

<sup>48</sup> Madre Odete é a religiosa presente na fotografia de formatura da imagem 42.

**FIGURA 26** - Madre Gabriela da Imaculada, 3ª diretora do INSL



Fonte: Acervo pessoal de Vera Carrico

As memórias acessadas das egressas do INSL expressaram um espírito de gratidão à Madre Gabriela que soube, como ninguém, doar seus esforços e o calor de seu espírito profundamente humano em benefício dos mais pobres e da educação. Sua atuação foi responsável pela formação de um extraordinário patrimônio cultural, educacional e espiritual em Arraias. Era uma freira feliz que efetivou a tarefa a que se propôs, deixou sua marca como religiosa e educadora dominicana (MARISA ALVES, 2021; VERA CARRICO, 2021).

O ex-professor, capelão do INSL e ex-padre Celso Cavalcante Batista, que foi vigário em Arraias entre os anos de 1964 e 1968, registrou em seu livro de memórias “A lição dos dias” referências à Madre Gabriela como uma mulher revolucionária, que “deixou o Colégio como um verdadeiro brinco, [...] e deixou um marco de indelével valor social em toda a juventude e sociedade arraiana” (BATISTA, 2010, p. 155). Para ele, Madre Gabriela da Imaculada

[...] era exímia administradora e sabia aliar a franqueza com a delicadeza. Manifestava seu ponto de vista crítico de modo agradável, induzindo o interlocutor à lembrança da célebre expressão da filosofia escolástica que assim dispunha: *ridendo, castigat mores*, isto é, rindo, castiga os costumes (BATISTA, 2010, p. 149-150).

O espírito dinâmico de Madre Gabriela, similar ao de Madre Anastasie, impregnou ao Instituto Nossa Senhora de Lourdes a alegria da educação anastasiana-dominicana. A partir dela, a escola preocupou-se em acolher a todos, sem acepção. As matrículas aumentaram,

consequentemente, como já colocado, o espaço escolar precisou expandir. Madre Gabriela e as demais irmãs de seu período registraram ao final do ano de 1968 um hino de gratidão pela missão educacional realizada em Arraias em que enaltecem,

[...] a admirável mão da Providência de Deus sobre este Colégio e o carinho de Nossa Senhora para com sua casa. É um verdadeiro milagre o que se vê, o que se faz neste colégio, com os poucos recursos materiais que tem. Em tudo vemos a mão do Pai e o carinho providente da Mãe. Mais uma vez vamos encerrar o ano com a alma genuflecta diante de Deus e cantando fervorosamente o Magnificat (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1967-1982, p. 102).

Missão, evangelização e educação são indivisíveis nas escolas católicas. A missão educacional do INSL a partir dos pressupostos anastasianos-dominicanos só foi possível, em Arraias, por meio de parcerias. Desde seus primórdios, a ação pastoral educativa do INSL se faz em substituição à ação do Estado que não conseguiu dinamizar escolas públicas em todos os lugares. Somada à providência divina, como exaltam as professoras religiosas, somam-se convênios, doações e influência das Irmãs no meio político e empresarial. De acordo com Lustosa (1991), a Igreja (e suas congregações religiosas) sempre esteve em aliança implícita com o Estado e sempre cuidou em manter uma convivência pacífica para obter seu objetivo maior que é a “catolicização” dos brasileiros.

Entre os anos de 1968 e 1978, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes viveu tempos áureos. A gestão de Irmã Lucília do Sagrado Coração, entre os anos de 1969 e 1975, marcou o quarto período e toda a instituição escolar. Foi a “década da educação” em Arraias (DOMINICANO, 1971, p. 3). Crescimento do número de alunos. Reforma do ensino proposta pela Lei 5.692 de 1972. Ampliação da oferta de ensino com a escola de segundo grau. Projetos sociais importantes e intensificação da religiosidade. Processo de reestruturação pedagógica e formação de professores.

Toda escola é um conjunto sistemático e organizado de estruturas educacionais que buscam consolidar um projeto educativo integral levando em conta determinados níveis evolutivos do ser humano (HOY; MISKEL, 2015). Toda escola católica é aquela que assume uma intenção claramente evangelizadora sob as perspectivas das diretrizes e orientações eclesiais católicas. Desta forma, como demonstrado no primeiro capítulo, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils foi fortemente influenciada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) - *aggiornamento* e diálogo. O Instituto Nossa Senhora de Lourdes experimentou suas ressonâncias, bem como o influxo da Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM) de Medellín, de 1968.

Quais as diretrizes para a evangelização e a educação católica estão contidas nestes documentos? O Concílio Vaticano II a partir da declaração *Gravissimus Educationis* expressou em 1965, “que o apostolado educacional junto à juventude, por meio de escolas confessionais, permanece sendo de gravíssima importância e uma forma eficaz e atual de evangelizar” (ALMEIDA, 2013, p. 481-482). O exercício do diálogo, “abrindo-se aos desafios apresentados pela sociedade e assumindo uma postura de interação, e não de afastamento, com a Modernidade” (SOUZA; MARTINS, 2020, p. 889), é a orientação preponderante do documento. A concepção de educação nele presente “vai corroborar a ideia de universalidade da educação, reconhecendo-a direito inalienável de toda pessoa humana, independente de idade, raça ou condição social” (SOUZA; MARTINS, 2020, p. 896). A mudança significativa do Concílio Vaticano II é a ideia de educação integral como

desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais [...] além de se prepararem para tomar parte na vida social, que, devidamente munidos dos instrumentos necessários e oportunos, sejam capazes de inserir-se ativamente nos vários agrupamentos da comunidade humana, abram-se ao diálogo com os outros e se prontifiquem a trabalhar pelo bem comum (*GRAVISSIMUM EDUCATIONIS*, 1965, PROÊMIO...).

A II Conferência do Episcopado Latino-americano, realizada no ano de 1968 na cidade de Medellín (Colômbia) fez recepção às orientações do Vaticano II, “aplicando-o à realidade da América Latina”, e em termos de educação, as reflexões dos bispos apresentaram o conceito de “educação libertadora”. Educação que deve “conscientizar os povos latino-americanos de sua histórica situação de exploração, injustiça e opressão e, partir dela, trilhar caminhos de libertação, nos quais os indivíduos sejam sujeitos de sua própria história” (MARTINS, 2018, p. 51).

A opção preferencial pelos pobres foi a marca de Medellín e “constituiu-se um momento paradigmático para a Igreja latino-americana representando um forte momento eclesiológico” (BOAS; MARCHINI, 2018, p. 110). A partir desta conferência, a Igreja tomou consciência da necessidade de empenhar-se comprometidamente na “consolidação da justiça, [n]a promoção da paz, [n]a educação libertadora e [n]uma Igreja pobre em defesa dos pobres” (SOUZA, 2018, p. 39).

Tanto o Concílio Vaticano II como a Conferência de Medellín fortaleceram a identidade católica do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. A educação anastásiana-dominicana ratificou o conceito e a filosofia propostos por Madre Anastásia e incorporados à Ordem Dominicana. Uma educação integral e integralizadora foi a bandeira de Irmã Lucília.

**FIGURA 27** - Irmã Maria Lucília do Sagrado Coração, 4ª diretora do INSL



**Fonte:** Arquivo pessoal de Vera Carrico, 2021.

Em 1970 chegou ao Instituto Nossa Senhora de Lourdes a Irmã Ana Rita Lopes de Souza. Ela

[...] veio completar e enriquecer nossa comunidade. Recém-formada na Faculdade de Filosofia de Goiânia veio completar o quadro de professora do Instituto, responsabilizando-se pelo ensino de Português e Inglês, disciplinas nas quais se especializou. Além da competência profissional, nossa querida Irmã e portadora de grande zelo apostólico e missionário, ótimo elemento de comunidade: jovial, alegre, fez-se querer e é amiga de todos (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 120).

Irmã Lucília e Irmã Ana Rita, juntamente com as demais religiosas educadoras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes começaram a implementar renovações no colégio. Em consonância com a educação integral e libertadora do Vaticano II e de Medellín, re-organizaram o internato numa perspectiva diferente de até então. As ‘martinhas’ passariam a receber algo em troca de seu trabalho, além dos estudos e estadia.

[...] Ficou decidido que este ano [1970], a título de experiência, o internato teria uma organização diferente. As internas contribuintes são apenas 3. As domésticas passarão a receber \$ 100,00 mensais, dos quais serão descontados \$ 25,00 para o ensino e \$ 55,00 para a pensão. Os \$ 20,00 restantes serão pagos religiosamente, cada mês, quantia essa julgada suficiente para que cada um faça suas despesas pessoais (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 122).

Maria de Jesus Santos Martins (2021) estudou no INSL entre os anos de 1966 e 1971 como interna e martinha. Seu depoimento revelou as mudanças existentes em relação a esta categoria, especialmente com a Madre Gabriela, Irmã Lucília e Irmã Ana Rita. Não relatou nada a respeito de valores financeiros que recebia, mas contou que foi tratada com igualdade, “não havia distinção entre umas e outras, entre as internas pensionistas e as domésticas, a diferença era que a gente trabalhava [...] os dormitórios eram juntos, era uma inclusão [...] os uniformes eram iguais [...] foi um tempo muito bom [...]”. Continua Maria de Jesus,

Fazíamos todo o serviço da casa: lavava, passava. Eu não tinha condições de pagar a escola. Morava nas casas de pessoas e depois fui morar no Instituto. Estudei desde o quarto ano primário [...] era puxado! Cada mês a gente tinha uma função, um mês eu ficava na limpeza, outro na cozinha, outro na lavanderia [...] o bom era o mês que a gente ficava para os serviços fora da escola, ir no correio, levar um recado, era bom demais, pois a gente passeava e tudo mundo queria fazer isso (MARTINS, 2021).

As lembranças de Maria de Jesus sobre as irmãs que atuaram no INSL em seu tempo são interessantes. Ela narrou detalhes que revelaram o quanto a vida das Irmãs era dinâmica e intensa – com viagens, visitas de familiares, a presença de irmãs de outras casas, trabalhos na paróquia, visitas etc. – e preocupada com as crianças e jovens de Arraias fora da escola. “Elas ajudaram muita gente, como eu [...] muitas meninas de Arraias foram internas domésticas e puderam estudar [...]” (MARTINS, 2021).

Ivany Rodrigues Magalhães (2021) narrou que foi martinha, também. No entanto, não deu conta de permanecer. “Fiquei três meses nessa experiência. Fui para as férias e não voltei. Em agosto voltei e não queria ficar como martinha [...] não dei conta de ficar lá, não podia vir para a cidade [...] era muito bom, mas era fechadinho [...] fiquei estudando, mas não como interna martinha [...]” (MAGALHÃES, 2021).

Entre as mudanças implementadas, conforme as memórias da própria Irmã Ana Rita,

ninguém em Arraias ficou sem estudar, sem que fôssemos buscar na casa. Nós saíamos toda tarde passando de casa em casa. Nós encontramos uma menina triste, que mora em Uberlândia, Ituiutuba, Tereza Batista, muito inteligente, lá enfiada dentro de casa, não tinha nenhuma perspectiva, não via nenhum horizonte. E a gente foi arrebanhando todo mundo, todo mundo. Então o que a Irmã Lucília me ensinou nesse caso, nessa questão, era de não excluir ninguém. Ela não excluía. Ela era firme, por exemplo, era um colégio particular. Ela era firme com gente que podia pagar. Não abria mão de jeito nenhum. Quem não podia pagar - e era demais, tanto que o número de alunos aumentou - cortava lenha para nós, fazia jardim, fazia doce, fazia e ajudava na limpeza, na simplicidade. Hoje quando eu vejo esses meninos lá no início e a que altura eles chegaram. Assim, superinteligentes. Saíram, fizeram vestibular, passaram [...] Então a primeira coisa que a Irmã Lucília me ensinou foi isso de não fazer exclusão, de não excluir ninguém! Todo mundo teve oportunidade. [...] Você pode colaborar com 20 reais, você colabora, mas a anuidade é tanto, quanto você pode pagar é o tanto que você tem [...] (SOUZA, 2021).

Na visão de alguns egressos, Irmã Lucília foi “precursora da bolsa escola” (CORREIA, 2021; CARRICO, 2021), pois ela possibilitou que todos estudassem. O egresso Joaquim Cardoso Costa (2021b) contou que, ao concluir a quinta série ginásial no INSL em 1974 não tinha condições de continuar estudando, pois tinha que trabalhar para ajudar sua mãe, pois era de família pobre. Como era membro do Grêmio Estudantil e envolvido na parte artística do colégio como músico, Irmã Lucília falou a ele “você não vai parar de estudar, você vai estudar com bolsa do colégio, só que para isso, você terá que trabalhar duas horas no colégio todo dia e você só vai perder a bolsa se você repetir de ano”. “Foi a chance que eu precisava. Eu passei a trabalhar no colégio de 74 até 79, praticamente, duas horas por dia e nas atividades do colégio mesmo, lá tinha oficina mecânica para recuperar cadeiras, tinha pomar, tinha oficina de fazer doce, porque elas vendiam doce para a cidade” (COSTA, 2021b).

No rol dos egressos entrevistados nesta pesquisa, o caso de Joaquim Cardoso Costa não é único. Foram muitas as narrativas e depoimentos, com meticolosos detalhes, de como o espírito de governança, visão de futuro e administração de Irmã Lucília gerou oportunidades de estudos para os pobres.

Ir. Lucília exerceu grande liderança em Arraias. Em seu tempo escolar, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes extrapolou seus muros e houve um envolvimento muito grande de toda a comunidade. O exemplo, as palestras, o trabalho de evangelização, o espírito alegre e dinâmico e suas aulas fizeram dela referência para a cidade e a região. Tanto que alguns líderes políticos queriam que se candidatasse à prefeita de Arraias. Ivany Magalhães (2021) narrou que

uns senhores daqui foram até ela para convidá-la para ser candidata a prefeita. Juraildes de Sena Abreu, Rivalino, esse pessoal que era da ARENA antiga. E ela: se vocês não acharem nenhum homem, eu aceito. Porque ela era bem dinâmica, administrava a Fazenda Santo Estevão [em Monte Alegre], o sítio das freiras que era um reduto de passeio e de lazer. Mas depois disso eles apresentaram um candidato. Acharam um homem.

Em 1971, Irmã Lucília passou a direção do INSL para Irmã Ana Rita e continuou exercendo a docência de francês, música e OSPB como fazia desde quando chegou à Arraias. Irmã Lucília e Irmã Ana Rita eram parceiras. Na entrevista com a Irmã Ana Rita ficou evidente o espírito de fraternidade existente entre elas e as demais religiosas anastasianas-dominicanas assinadas em Arraias neste período.

Para Irmã Ana Rita, assumir a direção do INSL era possibilidade para aprender algo mais e só foi possível porque

Irmã Lucília me ajudou demais. Eu era tímida, fechadinha. Ela me ajudou, me ensinou, ela era dinâmica [...] e ajudou muita gente. Lá em Arraias se fala o nome de Irmã Lucília até hoje. Eles têm muita consideração. Todo mundo tem uma imagem do

que realmente ela era, a diretora. Eu era a professora de português e inglês [...] nasci com a vocação para ser educadora (SOUZA, 2021).

**FIGURA 28** - Irmã Ana Rita Lopes de Souza, diretora do INSL junto com Ir. Lucília



**Fonte:** Arquivo da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF, 2021.

O “Dominicano” registrou em sua primeira edição do ano de 1976 as transferências de Ir. Lucília e Ir. Ana Rita. Com tons laudatórios, o sentimento expresso pelo jornalzinho foi de gratidão e reconhecimento pelo trabalho educacional e evangelizador realizado no INSL e que projetaram Arraias como referência educacional. Neste registro, abaixo transcrito, constam elementos característicos da educação anastasiona-dominicana motivados pelo espírito reformador do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que impregnaram a prática educativa do INSL.

São rastros luminosos que oram deixam conosco. Com grandes ideias e belos ideais, puderam iluminar a região por onde palmilharam. Fazendo da vida uma epopeia de amor, assinalaram suas passagens por esta terra, deixando imagens de bondade e benquerença. Serenas amigas, indulgentes, sinceras, fieis caridosas, dedicaram-se devotamente aos pobres, aos jovens e aos necessitados. Abriram lado a lado as portas da casa Lourdes, para todos, todos acolheram com afeição. Incarnaram o Cristo em plenitude [...] sentimos que elas partiram felizes, porque aqui elas cumpriram a missão que lhes foi confiada, valorizando desde o mais tosco trabalho ao mais bonito e digno de elogio. [...] **fizeram muitos lares sorrirem, muitos complexados jogarem para longe sua utópica inferioridade e saírem para o meio dos outros, crescer com os outros, trabalhar e ser, entre os outros.** [...] Elas **promoveram aqui a pessoa humana** [...] (DOMINICANO, 1976, p. 3, *sic*, grifos nossos).

Consta nesta mesma edição uma entrevista com a Ir. Ana Rita e com a Ir. Lucília que revelaram suas percepções sobre seus tempos no INSL. Ir. Ana Rita considerou como foi gratificante trabalhar em Arraias e “contar com a colaboração dos professores que se sentiam corresponsáveis pela obra educativa [...] na linha da humanização, criar um ambiente para

todos”, onde todos se “sentissem responsáveis pela construção de uma Arraias melhor”. Para ela, os alunos do INSL se desenvolveram, consideravelmente, “no senso crítico, na criatividade, na iniciativa, na reflexão e no hábito da leitura” (DOMINICANO, 1976, p. 4). As respostas de Ir. Ana Rita e de Ir. Lucília para o editorial do jornalzinho corroboram uma pedagogia ancorada numa prática humanizadora e libertadora, pautada no espírito do cuidado, da acolhida, de semear frutos de bondade num processo integral de formação escolar. Para Ir. Lucília, quando chegou no INSL,

não delimitar objetivos, procurei continuar o trabalho já iniciado. Isso não me impediu, no entanto, que os raios de expansão se multiplicassem, colaborando na sintonia da filosofia de humanização e de libertação, ajudando a todos [...] A semente foi lançada. Pobres e ricos, os responsáveis pelo bem comum, todos foram tratados com o mesmo desvelo e a mesma atenção. Nosso maior empenho foi fazê-los compreender a importância da parcela de cada um, no bom andamento da comunidade inteira [...] (DOMINICANO, 1976, p. 5).

Nos tempos escolares posteriores ao tempo de Irmã Lucília e Irmã Ana Rita houve a continuidade de um projeto arrojado de educação ancorado nos pressupostos da educação anastásiana-dominicana, reafirmada pelo espírito do Concílio Vaticano II e por Medellín, liderado por Irmã Noêmia Ferreira Camelo entre os anos de 1976 e 1977. Ela já havia trabalhado no INSL entre os anos de 1962 e 1968, como professora de Língua Portuguesa, retornou em 1975 para a docência e, mesmo como diretora, continuou a atuar em sala de aula. Ela foi ícone do ensino da Língua Portuguesa no INSL, como atesta Marisa Alves (2021).

A irmã Noêmia, que faleceu há pouco, era a mestre do coração. Sabe, não tem aquela que você tem vontade de pôr no colo. Era a irmã Noêmia. Tanto que quando a gente fez o encontro de ex-alunos da minha turma, da turma de 68, ela foi convidada para vir e nos agraciou com a presença maravilhosa dela. O que eu sei de português hoje, eu que fiz Letras com especialização em Língua Portuguesa, eu não aprendi na faculdade, eu aprendi com a Irmã Noêmia, maravilhosa (MARISA ALVES, 2021).

O tempo escolar de Irmã Noêmia, o quinto período, foi marcado por uma educação na perspectiva libertadora, como de suas antecessoras. As ressonâncias do colégio na vida da comunidade se intensificaram, tanto que algumas egressas declararam que “Arraias respirava o Instituto Nossa Senhora de Lourdes” (RODRIGUES, 2021; DOS SANTOS, 2021; ALVES, 2021).

Um olhar atento desse tempo escolar foi aos projetos de formação para professores do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. De certo, nos outros tempos existiram estes momentos, mas destacamos os registros de reuniões com professores para a remodelação dos currículos e novas habilitações do segundo grau que eram implantadas.

[...] de 15 a 22 de fevereiro [de 1977], houve reuniões intensivas com os professores para a elaboração do Plano Curricular. Contou-se com a assessoria da Supervisora de Ensino. Irmã Zeny deu um curso sobre a Reforma do Ensino de 23 de fevereiro a 4 de março. Dele participaram professores das Escolas Estaduais da cidade. Esse curso trouxe um novo impulso para o Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Essa vida nova foi sentida durante o ano escolar. Seus frutos foram constatados pelo aproveitamento dos alunos no final do ano letivo, quando Irmã Zeny voltou para participar das reuniões de todos os Conselhos de Classe. Professores e alunos adquiriram um bom nível de pensamento crítico. Nesse tempo, Irmã Zeny, atendendo às solicitações da Diretoria do Colégio, dos professores e dos alunos, remodelou o currículo do II Grau. Foram criados o Técnico em Contabilidade e o 1º ano básico. No segundo semestre já estavam aprovados (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 200).

Os encontros de formação de professores, do início de 1977, resultaram na “necessidade de se fazer uma Educação mais inserida na realidade”. Desta forma, a diretora e professores do INSL resolveram convidar algumas pessoas da comunidade para conversarem sobre a temática. “A reunião contou com a presença de 14 pessoas mais atuantes na cidade. E chegaram à conclusão criando a Coordenação da Comunidade Educativa de Arraias” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 102).

**FIGURA 29** - Irmã Noêmia Ferreira Camelo, diretora do INSL em 1976 e 1977



**Fonte:** Arquivo pessoal de Vera Carrico (2021).

A Comunidade Educativa de Arraias teve suas reuniões no terceiro sábado de cada mês. Prefeito, vereadores, juiz de direito, promotor, médico, alunos, professores, religiosas, mães e pais, jovens, comerciantes, políticos se reuniam para pensar uma educação que ultrapasse as

paredes da escola. “Assim, todas as grandes atividades das Escolas e da sociedade arraiana foram planejadas de modo integrado e lideradas pela coordenação que distribuía tarefas aos grupos de ação” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 104).

A experiência da Comunidade Educativa de Arraias “mostra que está emergindo um certo senso de educação num sentido mais amplo. O supervisor da EMATER chegou a dizer numa reunião que cada adulto, na comunidade, deve assumir sua função de educador” (HISTÓRICO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 106). A experiência surgiu do fazer educativo do Instituto Nossa Senhora de Lourdes e funcionou como espaço de interação e de aprendizagem entre a sociedade arraiana.

O trabalho da Comunidade Educativa de Arraias, encabeçada pelo Instituto Nossa Senhora de Lourdes teve continuidade em outro tempo escolar, o sexto, marcado pela experiência da Irmã Maria da Natividade Moreno, diretora do INSL entre os anos de 1978 e 1979. Não havia espaço para retrocessos na trajetória do colégio. A proposta anastasiona-dominicana de uma educação para todos era a força da instituição escolar. Irmã Natividade, de espírito ousado, além de intensificar a proposta pedagógica e, como professora de matemática que era, enfatizar o seu ensino, tendo em vista os déficits existentes por falta de professores da área, levou a prática educativa do INSL para espaços mais distantes do colégio.

**FIGURA 30** - Irmã Natividade, diretora nos anos de 1978 e 1979, na biblioteca do INLS com grupo de professoras



Fonte: COSTA, 2004.

Havia em Arraias um bairro periférico conhecido por “Estrela” em que residiam muitas prostitutas. “Era aquele bairro que as mulheres do centro tinham ódio porque os maridos frequentavam” (SANTOS, 2021c). Além de sofrerem a exclusão da sociedade, serem acometidas de doenças sexualmente transmissíveis e passarem por necessidades vitais, essas mulheres eram vitimadas pelo tétano neonatal.

Diante deste quadro, Irmã Natividade com outras irmãs, alunas do INSL e mães iniciaram um trabalho de visitas, assistência e sensibilização destas mulheres em relação aos cuidados de higiene e vacinação. No dia 21 de abril de 1978, Irmã Natividade “fez uma reunião com as prostitutas do bairro e manifestaram o desejo de ter um local para reuniões e onde pudessem aprender a ler e a escrever e fazer trabalhos” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 222).

A partir do trabalho da Comunidade Educativa de Arraias foi possível a construção do Centro Comunitário Santa Filomena, encabeçado por Irmã Natividade, destinado a trabalhos diversos com as mulheres dos bairros periféricos (SANTOS, 2021c).

Com a transferência da Irmã Natividade em 1979 para o Rio de Janeiro, uma religiosa-enfermeira, a Irmã Berenice foi transferida para Arraias a fim de continuar o projeto iniciado. O trabalho de Irmã Beré, como ficou conhecida na cidade, foi de grande envergadura junto à saúde pública da cidade. Ao entrevistá-la, suas memórias revelaram que o Instituto Nossa Senhora de Lourdes e sua proposta educativa marcou os diversos setores da sociedade arraiana e não só a educação, e trouxeram à baila que

naquele tempo não tinha hospital em Arraias, o posto de saúde tinha só uma atendente, então eu fui trabalhar, a prefeitura me contratou para trabalhar no setor da saúde. Eu trabalhava num período, morava no Colégio, trabalhava meio período na prefeitura no posto de saúde e o restante do tempo eu dava assistência às pessoas, aos doentes e ao centro Santa Filomena que estava em construção. [...] a gente fazia os partos em casa [...] Arraias não tinha infraestrutura. Poucos períodos a gente teve um médico [...] (SANTOS, 2021c).

O sétimo tempo escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi gerido pela Irmã Francisca Saraiva de Souza Neto<sup>49</sup>, entre os anos de 1979 e 1982. Foi o último tempo do colégio, tendo em vista que ele encerrou suas atividades em junho de 1982. Neste tempo escolar houve a continuidade de um processo de desenvolvimento escolar, apesar das questões políticas conturbadas e disputas acirradas entre ARENA e MDB na cidade que, indiretamente afetaram a manutenção do INSL em Arraias e levou a Congregação a encerrar as atividades do colégio.

---

<sup>49</sup> Não encontramos foto de Irmã Francisca Saraiva de Souza Neto.

Numa Arraias marcada pelo isolamento geográfico, sem vias de locomoção, sem estruturas sanitárias e de saúde, pela vida sertaneja pacata, as religiosas educadoras anastasianas-dominicanas que sinalaram o tempo escolar do INSL foram mulheres protagonistas de mudanças, vigorosas como atletas, no sentido da disposição de caráter, da firmeza de princípios e da solidez da fé e repletas de bondade, seguindo os passos da fundadora Madre Anastasie que ensinou que “o essencial de nossa vida é que fique em algum lugar o fruto de nossa bondade” (O ELO, 2016, p. 1).

### 3.3 O estabelecimento escolar: dimensões e saberes

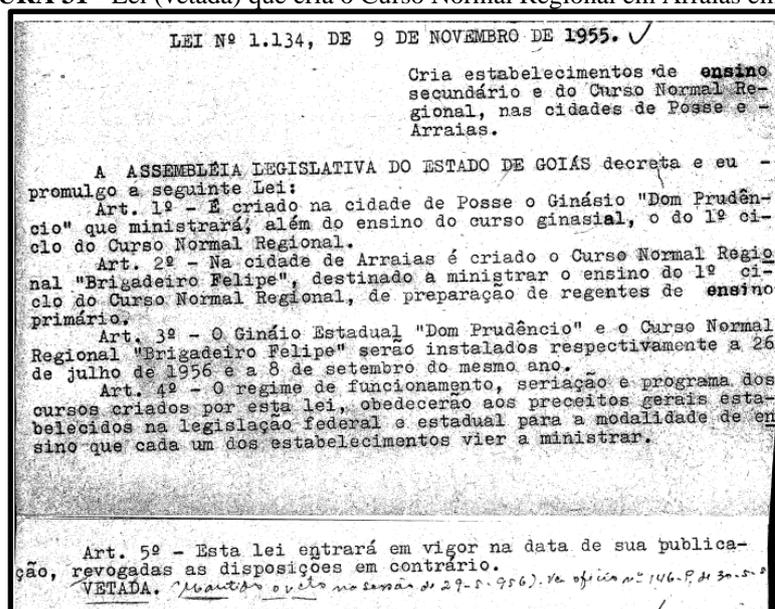
#### 3.2.1 O Curso Normal Regional e o Curso Ginásial

A instalação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias em 1958 coaduna com uma série de transformações e de movimentos que objetivavam o ressurgimento de Arraias no cenário regional e estadual. Um novo processo econômico e cultural, liderado por um grupo político e da elite social de Arraias, devotava ao colégio dirigido por freiras, o caráter redentor da educação, com possibilidades de ascensão social e maior controle sobre a juventude, que não precisava mais sair de perto da família para prosseguir os estudos.

Nesta perspectiva, o Curso Normal Regional foi o carro chefe do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em seus primeiros tempos. Conforme os registros das Irmãs, “como aqui em Arraias funciona em bom prédio um Grupo Escolar, foi-nos pedido para abrir uma Escola Normal Regional [...]” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 14-15).

Em 1955, houve a tentativa de criação do Curso Normal Regional em Arraias, no entanto, a Lei nº 1.134 de 9 de novembro de 1955 foi vetada e o veto permaneceu nos anos posteriores. Por que do veto? As circunstâncias indicam que a falta de recursos humanos, de professores habilitados e em número suficiente para atender tal demanda, bem como espaço para o ginásio em Arraias fez a lei sequer ser aprovada.

FIGURA 31 - Lei (vetada) que cria o Curso Normal Regional em Arraias em 1955.



Fonte: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/7586>.

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi autorizado a funcionar em Arraias pelo Decreto nº 5.4048/58 publicado em 31 de agosto de 1959, no entanto, não localizamos nos arquivos este decreto e nem a legislação pertinente à autorização e funcionamento do Curso Normal Regional. A partir dos manuscritos das religiosas, dos documentos da instituição escolar, dos arquivos pessoais e das memórias obtidas foi possível desnovelar os fios das dimensões e dos saberes, como cultura escolar, do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

A Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946) trouxe uma certa uniformidade na formação para o magistério. Não estabeleceu grandes inovações diante do que já era realizado no Brasil, ou seja, a formação de professores, a partir do ensino normal, dividido em dois ciclos: o curso normal de primeiro ciclo, com quatro séries, denominado de escola normal regional e correspondente ao curso ginásial e o segundo ciclo de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo.

Conforme esta legislação, a diferença entre os dois ciclos está no grau de ensino que cada um representa. O Curso Normal Regional “estará articulado com o curso primário”, ou seja, após o ensino elementar “o candidato à docência poderia fazer o primeiro ciclo do Ensino Normal (de 4 anos) e tornar-se professor regente” (VINCENTINI, 2009, p. 44) e o Curso Normal Secundário articulado à conclusão do primeiro ciclo ou do curso ginásial que “formava docentes para o magistério das quatro séries iniciais – hoje Ensino Fundamental – em três anos de estudos” (VINCENTINI, 2009, p. 44-45).

No texto “Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais”, Lourenço Filho (2001, p. 79) justifica que “dois níveis são julgados necessários na formação docente de grau primário, em virtude das diferenças de ordem econômica e cultural existentes entre as várias regiões do país, e, ainda, dentro dessas regiões, em zonas claramente determinada por essas condições”. Assim, o Curso Normal Regional, conforme a legislação e as inferências de Lourenço Filho apresentavam duas finalidades:

A primeira era atender a uma pedagogia rural, a qual buscava reforçar os valores rurais da civilização brasileira, para criar uma consciência agrícola e fixar as pessoas no campo. A segunda tratava de baratear e aligeirar a formação docente com o intuito de atingir as populações distanciadas da vida urbana, sendo que uma estava atrelada a outra. (SOARES, 2016, p. 60).

O Curso Normal Regional ofertado pelo Instituto Nossa Senhora de Lourdes atendeu, em parte, as duas finalidades. Foi como uma providência utilíssima, pois se configurou como alternativa para solucionar a oferta do curso ginásial, favorecer à juventude arraiana uma formação profissional, no caso, docente e atender à necessidade de professores para atuar nas escolas da região. Por outro lado, como escola confessional privada, na ausência da escola pública gratuita deste nível, o curso tinha custos altos, favorecendo os interesses da elite local e regional.

Para Saviani (2009):

[...] os cursos normais de primeiro ciclo, pela sua similitude com os ginásios, tinham um currículo centrado nas disciplinas de cultura geral, no estilo das velhas Escolas Normais, tão criticadas, os cursos de segundo ciclo contemplavam todos os fundamentos da educação introduzidos pelas reformas da década de 1930 (SAVIANI, 2009, p. 147).

Na carreira para compreender o Curso Normal Regional<sup>50</sup> do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, com entradas entre os anos de 1958 e 1967, como uma das dimensões e saberes deste educandário, infere-se que este foi irradiador de educação e cultura, disseminador de princípios da moral católica, dos bons costumes e do civismo e formador de professoras (a maioria dos que estudaram o Normal Regional foram mulheres<sup>51</sup>) “imbuídas da função social

---

<sup>50</sup> Os estudos sobre o Curso Normal Regional do Instituto Nossa Senhora de Lourdes viabilizam outra tese. Apesar da efêmera duração (1958 (entrada da primeira turma) a 1970 (formatura da última turma)), foram mais de 150 (número aproximado diante do levantamento realizado) estudantes formados nesta modalidade. Compreender as ressonâncias deste processo de formação de professores, desenvolvido ao longo do funcionamento deste curso, na educação de Arraias e região, principalmente nas escolas rurais multisseriadas existentes, pois constatou-se, preliminarmente, que em Arraias, cresceu o número de escolas isoladas rurais criadas neste mesmo período.

<sup>51</sup> Entre os anos de 1961 (formatura da primeira turma do Normal Regional do INSL) e 1969, dos 130 concluintes do Normal Regional, somente 26 eram do sexo masculino.

da mulher como esposa, mãe e professora responsável pelo bem estar da criança e do adulto, alegria da casa” (SOARES, 2016, p. 27).

Essa modalidade foi motivadora da carreira docente. Dos vinte e cinco egressos entrevistados nesta pesquisa, treze cursaram o Normal Regional e oito seguiram carreira docente: estudaram na Escola Normal (Formosa, Goiás e Goiânia), optaram por licenciaturas (Pedagogia, Letras, História e Matemática) no nível superior, sete aposentaram-se como professores da educação básica, e uma ainda está em atividade. Os doze demais egressos entrevistados cursaram o Técnico em Magistério, ao nível de segundo grau no INSL, entre 1974 e 1979, dez cursaram licenciaturas (Pedagogia, Matemática e Língua Portuguesa), seis aposentaram-se como professores da educação básica ou do ensino superior, uma continua em atividade docente e os outros três exerceram a docência por um tempo e, posteriormente, dedicaram-se a outras carreiras.

A formação de professores foi uma tônica no Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Primeiro com o Curso Normal Regional e, após a Lei 5.692 de 1971, com o Curso Técnico em Magistério. De acordo com Narcizo (2006, s/p) “na concepção católica de educação, o magistério é dotado de uma marca religiosa e o professor é elevado à condição de um dos principais agentes do processo de disseminação da doutrina católica nas escolas (laicas, mistas e católicas)”.

Desta forma, os egressos do curso Normal Regional do Instituto Nossa Senhora de Lourdes saíam formados sob um viés católico cristão, com particularidades da educação anastasiona-dominicana e preparados para tornarem-se multiplicadores dessa concepção. Isso confirmou-se durante as entrevistas realizadas: muitos egressos fizeram referência e outros deixaram transparecer, além de uma sólida formação intelectual, práticas e vivências católicas e as bases do carisma anastasiono-dominicano. “O Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi a fonte da sabedoria, a fonte da construção, da personalidade, não sei se da personalidade, mas de lapidar a personalidade, o jeito realmente de ser de cada um, nessa perspectiva cristã e acadêmica” (COSTA, 2021a). “[...] a minha formação eu devo às dominicanas. Tudo o que eu sou, sabe, devo parte às dominicanas. A responsabilidade, o compromisso, sabe, a formação religiosa, o respeito ao próximo, tudo isso a gente, marcou muito [...]” (BERNARDES, 2021).

Riolando Azzi (2008), ao referir-se aos colégios de freiras no Brasil, em seus estudos sobre congregações religiosas no país, destacou o currículo extenso e extraoficial trabalhado nestes colégios. Os estudos de Dourado (2010) enfatizam que as escolas da Congregação de Monteils, além de oferecer uma formação religiosa, social e moral, “um dos aspectos relevantes da pedagogia dominicana foi a ênfase na cultura, principalmente, nas artes manuais, no

desenho, na culinária, na música, no estudo de línguas, em relevo o domínio do francês e no desenvolvimento da linguagem verbal” (DOURADO, 2010, p. 135).

A Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946, determinava o currículo a ser seguido no curso Normal Regional. O artigo sétimo aborda que:

O curso de regentes de ensino primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo, as seguintes disciplinas: Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia geral. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e economia doméstica. 8) Educação física; Segunda série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia do Brasil. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física; Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) História geral. 4) Noções de anatomia e fisiologia humanas. 5) Desenho. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física, recreação e jogos; Quarta série: 1) Português. 2) História do Brasil. 3) Noções de Higiene. 4) Psicologia e pedagogia. 5. Didática e prática de ensino. 6) Desenho. 7) Canto orfeônico. 8) Educação física, recreação e jogos (BRASIL, 1946).

O currículo do curso Normal Regional do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, além de seguir o previsto na legislação, inseriu outros saberes, como o ensino de Latim, Francês, Inglês, História de Goiás e, como escola confessional, o ensino de Religião. “Para que o Curso Normal Regional tenha equivalência com o Ginásio daremos: francês e latim nesta 1ª série e o inglês será acrescido nas séries seguintes” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 13).

O acesso a alguns boletins e históricos da época possibilitou estruturar o currículo do curso. Destaca-se a existência de um currículo oculto – transversal a todos os tempos, dimensões e saberes do INSL – presente nas memórias dos entrevistados, como o ensino e a prática da horticultura, de bordados, corte e costura, produção de doces, arte declamatória, teatro, datilografia entre outros.

O ensino de francês foi ofertado em todas as séries do Normal Regional enquanto o curso existiu, como aponta o quadro 1. Como era um idioma falado pela maioria das religiosas – lembrando que a Congregação é de origem francesa – assim, não faltavam professores para ministrá-lo. Com a Reforma Capanema da Era Vargas, o francês tornou-se disciplina obrigatória ofertada tanto para o ginásio (atual ensino fundamental 2) como pelo colegial (atual ensino médio). Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, que alterou o ensino de línguas estrangeiras, “o latim, com raras exceções, foi retirado do currículo, o francês quando não retirado, teve sua carga semanal diminuída, e o inglês, de um modo geral, permaneceu sem grandes alterações” (LEFFA, 1999). Conforme Campos (1999, p. 37), “juntamente com a música, o domínio e o cultivo da língua francesa eram sinais de distinção

entre as pessoas de elegância e bom gosto” e caracterizou o refinamento cultural propiciado às normalistas regionais do INSL.

**QUADRO 4** - Currículo do Curso Normal Regional do INSL entre os anos de 1958 e 1967

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Geografia	Geografia	Geografia	-
-	História de Goiás	História Geral	História do Brasil
Ciências	Ciências	-	Higiene e Puericultura
Francês	Francês	Francês	Francês
Latim	Latim	-	-
-	Inglês	Inglês	Inglês
Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	-
Canto orfeônico	Canto Orfeônico	-	-
Trabalhos Manuais e Economia Doméstica	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica	-	-
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física
-	-	Didática e Prática de Ensino	Didática e Prática de Ensino
-	-	Psicologia e Pedagogia	Psicologia e Pedagogia
Religião	Religião	Religião	Religião

**Fonte:** Arquivo do Colégio Estadual Joana Batista Cordeiro, Arraias, 2021.

O encerramento do ano letivo de 1961 foi marcado pela formatura da primeira turma do Curso Normal Regional do INSL, um marco na História da Educação de Arraias, ancorado com a produção de um quadro fotográfico (Figura 33), como uma representação de um momento-monumento excepcional da história institucional que reafirma o seu projeto formativo com a conclusão do curso e a solenidade de formatura, além de ser uma preciosa relíquia que evoca memórias dos que vivenciaram este tempo. Foram diplomados os nove primeiros professores regionais que haviam concluído o ginásio nesta modalidade. Deste grupo, cinco eram filhos de Arraias (Diran Batista Cordeiro, Maronita Sena Conceição, Janira Barreto, Maria Cordeiro Araújo e Ari Pinto de Almeida), duas eram de Campos Belos (Ana Maria C. Madureira e

Goianira Muniz Curado), uma do povoado de Taipas (Enecy F. de Azevedo) e uma de São Domingos (Ivone C. de Oliveira).

Conforme Diran Cordeiro Batista Moura, aluna da primeira turma de formandos e entrevistada nesta pesquisa, quando iniciou a primeira turma de Normal Regional em 1958 “éramos 18 alunos na 1ª série. Chegamos à 4ª série ginásial com 9 alunos concluintes”. Ao interrogarmos sobre o motivo da metade da turma ter ficado para trás neste processo, com um sorriso entreaberto, afirmou: "reprovações ao longo da caminhada, acho que foi o único motivo. Era muito difícil. A gente tinha muita coisa pra decorar e na prova escrita e oral discorrer sobre o que eles pediram. Na prova oral os pontos eram sorteados em todas as disciplinas” (MOURA, 2021a).

O quadro da Figura 33 foi um presente do paraninfo da primeira turma ao INSL e aos formandos. Nele observamos, em destaque, a figura da diretora do INSL, Madre Bertha e do paraninfo, Dr. João d’Abreu, “alma da instituição”, como afirma o Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1957-1982). Compõem o quadro as fotografias das professoras religiosas, das professoras leigas e dos formandos, com destaque para a oradora da turma.

Para a pesquisadora Flávia Werle (2005, p. 10),

ter sua fotografia incluída num quadro de formatura reafirma o capital cultural adquirido, o processo de formação vinculado à esta instituição, e não a qualquer outra, e o alcance dos objetivos propostos. Não há como negar, se figurante de um quadro de formatura, a filiação institucional. Por outro lado, estar incluído num quadro de formatura e ter sua fotografia exposta nos corredores da escola é ter um **atestado de que foi e é aceito neste estabelecimento de ensino e por ele está amparado e protegido**. A identidade aluno/instituição é reforçada no quadro exposto nos corredores da escola. A notoriedade dos nomes dos alunos, do paraninfo e professores homenageados, a variedade de lugares de onde os alunos são naturais, confirmam a importância institucional e a abrangência de sua ação formativa, indicando em quantas cidades ela é conhecida. Assim os quadros de formatura favorecem a que pessoas de várias gerações e com diferentes papéis introjetem a importância da instituição (grifos nossos).

De fato, como primeira turma de formandos do INSL, tinham uma responsabilidade muito grande: responder à família, à comunidade e ao colégio que o capital cultural adquirido foi de excelência. Para Moura (2021a), “ao concluir o curso em Arraias, fui estudar o Normal em Goiás e lá os livros eram os mesmos já vistos e estudados no Instituto. Não tinha novidade de conteúdos, nem precisei estudar muito”. Seus colegas também seguiram seus estudos, alguns tornaram-se professores e outros seguiram carreiras diferentes. “Eu ao concluir o curso de Pedagogia, retornei à cidade e assumi a cadeira de professora de Português em todas as turmas, permanecendo por mais de 10 anos [...] Só Janira e eu assumimos o magistério no INSL” (MOURA, 2021a).

Compareceram à primeira solenidade de entrega de diplomas do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, “a convite, as autoridades locais como o Dr. Juiz de Direito, o Promotor Público etc... os Snrs pais e grande número de convivas” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 54), numa festiva celebração religiosa e cerimônia de formatura.

**FIGURA 32 - Formandos da 1ª turma do Curso Normal Regional do INSL em 1961**



Fonte: Arquivo pessoal de Diran Cordeiro Batista Moura (2021).

As fontes documentais encontradas e as fontes orais produzidas não permitiram delimitar, ao certo, a duração da oferta do Curso Normal Regional. Apesar dos históricos e boletins, até 1973, serem expedidos como Escola Normal Regional, houve considerável alteração do currículo, sendo retiradas as disciplinas pedagógicas. Deduzimos que o curso Normal Regional foi ofertado, com entrada de novas turmas, até o ano de 1967 e sua última turma a formar, em 1970. Tudo indica que, a partir de 1968, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes reduziu o Curso Normal Regional em curso ginásial seguindo as normativas da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942.

A impossibilidade de acesso ao arquivo do antigo Instituto Nossa Senhora de Lourdes (dossiês dos alunos, livros de matrículas e registros, históricos escolares e outros) de posse da Diretoria Regional de Ensino de Arraias (TO), não permitiu constatar a certeza das datas. No entanto, um fragmento do Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de 1968 ajudou-nos a chegar a esta conclusão: “neste ano [...] o ginásio funcionou com 107 alunos” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SNEHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 99).

Quais as razões para o encerramento da oferta do curso Normal Regional no INSL, mesmo com a permanência de sua oferta, como escola normal ginásial, amparada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961, Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961? A hipótese de que mais nos aproximamos refere-se à pequena demanda para um curso de formação de professores e o interesse maior pelo primeiro ciclo do ensino médio, o curso ginásial.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, em relação ao curso ginásial, assegurava um projeto de formação integral dos alunos dando, assim, continuidade à educação primária. Primava por desenvolver nos estudantes a consciência patriótica e humanística, assim como promover um ensino que o preparasse intelectualmente para continuidades dos estudos (BRASIL, 1942). A proposta educativa desenvolvida pelo Instituto Nossa Senhora de Lourdes estava em consonância com esta legislação, com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e, como pontuado, inseriu outros elementos indispensáveis numa escola confessional. Até a reforma do ensino com a Lei 5.691 de 1971 (a ser discutida no tópico 3.3.4), o curso ginásial com duração de quatro anos, como primeiro ciclo da educação de grau médio, foi ofertado pelo INSL conforme a legislação vigente.

A admissão, tanto para o Curso Normal Regional como para o curso ginásial, acontecia por meio do Exame ou curso de Admissão, tema a ser abordado no próximo tópico.

### 3.2.2 O exame/curso de Admissão

Os exames de Admissão foram instituídos em 1931, com o advento da Reforma “Francisco Campos”, pelo Decreto 19.890, de 18 de abril, que estabelecia em seu artigo 18 que, “o candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro”.

Tais exames sofreram muitas alterações quanto à forma, ao número de questões, ao cálculo da média do aluno, ao número e programas das disciplinas, à quantidade de corretores das provas, entre outras mudanças, por meio de leis e decretos, mas persistiram por quarenta anos como um processo seletivo, “como o fio da navalha para o ingresso no Ginásio, objeto de

desejo da classe média em ascensão até a década de 60” (PESSANHA; DANIEL, 2002, p. 8), “a linha divisória entre o ensino primário e a escola secundária [...] um verdadeiro rito de passagem no processo de seleção à continuidade dos estudos” (ABREU; MINHOTO, 2012, p. 112).

Esses exames operavam

uma seleção que refletia nitidamente a estratificação social da população [...] o tipo de exame de seleção adotado vinha favorecendo, sistematicamente, os que pertenciam ao nível mais elevado, dando ênfase aos valores desenvolvidos pelo estrato social ali representado. Por conseguinte, qualquer tentativa para modificar a composição social da escola teria que partir, primordialmente, da modificação do mecanismo de seleção até então adotado (BARROS, 1975, p. 42).

No Instituto Nossa Senhora de Lourdes, o exame de admissão foi uma realidade entre os anos de 1958 e 1971 para os que almejavam ingressar no curso ginásial. Realizado em duas fases, uma escrita e outra oral, contemplava resolução de questões e exames orais de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, conforme as resoluções em vigor.

Eram avaliações complexas e com alto nível de austeridade em sua aplicação, com normas e regras e sempre inspecionados por um agente externo à escola. “Era aquele terror, sair do Grupo para ir para o Colégio para fazer a admissão, era um terror”, recordou-se a egressa Ivany Rodrigues Magalhães (2021), que ao invés de fazer o exame de admissão, cursou o 5º ano, o curso de admissão no INSL durante o ano de 1969, em preparação para os exames. Ela disponibilizou seu histórico escolar do curso ginásial (Figura 34). Nele está especificada a média em cada um dos componentes exigidos no Exame de Admissão.

A regulamentação por lei desta média era 5,0 (cinco), desafio vencido com folga por Ivany. Encontramos na documentação analisada a oferta do Curso de Admissão no INSL, de 1958 até 1971, com um considerável número de alunos, o que comprova a dificuldade existente em continuar os estudos após o ensino primário.



primeira série do colégio, era eliminatório, você tinha que estudar o Admissão todinho para depois ir para frente, era puxado. Só que faltou uma besteirinha para eu poder passar direto, mas tem um detalhe, os melhores alunos que se destacavam nos grupos eram escolhidos para fazer a prova de Admissão sem precisar estudar o ano e eu fui um deles, mas chegou na prova de português, era cinco a nota para passar e eu tirei 48, em matemática eu passei [...] cursei o ano todinho [1968] de Admissão.

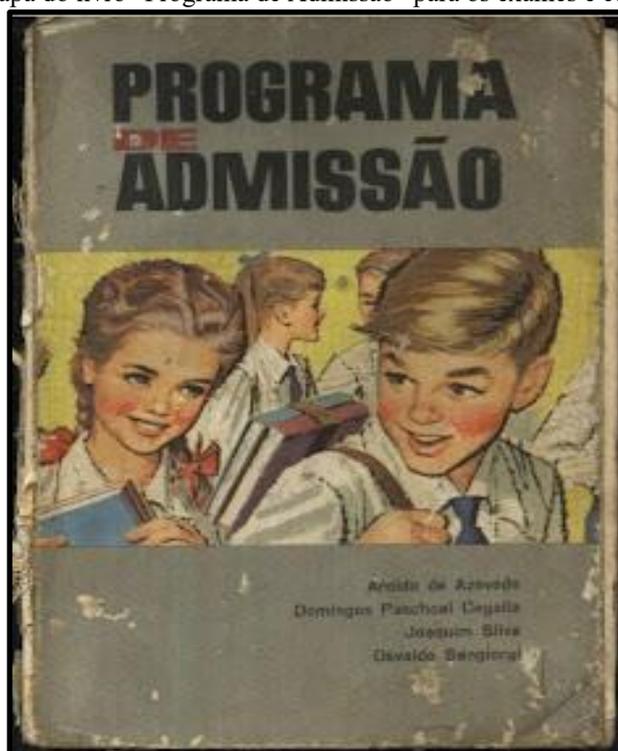
No trabalho de Silva (2015), intitulado “Narrativas digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: ego-documentos e cultura escrita na história do tempo presente”, a autora faz uma análise de *blogs* que trazem histórias escritas sobre os exames de admissão ao ginásio. Uma das análises é sobre as imagens e descrições do *Blog* Anos Dourados que destaca o livro Programa de Admissão, destinado a “preparar a “aterrorizada” e traumatizada garotada daqueles tempos para enfrentar o primeiro “vestibular” da vida (geralmente com 11 a 13 anos de idade!) [...] “Exame de Admissão””. Livro este que Correia (2021), Dourado (2021) e Magalhães (2021) fizeram alusão durante as entrevistas afirmando que estudavam nele o ano todo.

De fato, aproveitando a exigência dos exames de Admissão, algumas editoras lançaram no mercado livros de Programa de Admissão e Admissão ao Ginásio. Destacou-se o da Companhia Editora Nacional, com o texto organizado pelos professores Aroldo de Azevedo, Domingos Phascoal Cegalla, Joaquim Silva, Osvaldo Sangiorgi sob a coordenação do professor Damasco Penna que teve diversas edições e popularizou-se (SILVA, 2015).

O *blog* analisado por Silva (2015) complementa e corrobora a reprovação nos exames de admissão e a oferta dos Cursos de Admissão, protelando a entrada dos estudantes no curso ginasial, como apontaram os egressos em suas entrevistas.

A maior parte fazia o curso preparatório (chamado de "Curso de Admissão") concomitantemente ao último "ano" do Primário (o 4º). Os alunos que não faziam isso (ou que tivessem levado "bomba" no exame prestado anteriormente) frequentariam o cursinho durante todo o ano seguinte ao da formatura no Grupo Escolar (atrasando a "carreira" estudantil) para se submeter a nova seleção, que sempre ocorria no final de cada ano letivo).

**FIGURA 34** - Capa do livro “Programa de Admissão” para os exames e cursos de Admissão



**Fonte:** <https://www.anosdourados.blog.br/2012/01/imagens-escola-livro-escolar-programa.html>). Acesso em: 03 set. 2021.

### 3.3.3 O Curso Primário

Apesar do foco do Instituto Nossa Senhora de Lourdes ser o curso ginásial, desde sua abertura ele ofereceu o curso primário, suprimindo sua oferta em alguns anos em razão das limitações do espaço físico. A oferta do curso primário foi por insistência de alguns pais “cujos filhos, devido à idade não podiam continuar no Grupo e em benefício das martinhas” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 24).

Conforme registros, a média de alunos do INSL no curso primário, nos anos em que houve oferta integral ou parcial das séries, foi de 70 estudantes, em sua maioria, crianças das tradicionais famílias da elite arraiana ou beneficiários das bolsas distribuídas pelos políticos ou pelo Colégio. No final do ano de 1960, pela primeira vez, o INSL “fez a entrega solene do certificado primário para a um grupo de 9 alunos” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 47). Não foram encontradas maiores evidências sobre o Curso Primário no Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

### 3.3.4 A lei 5.692/71 e o ensino de primeiro e segundo grau

A existência e funcionamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1958-1982) em Arraias coaduna, em grande parte, com o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Como um estabelecimento escolar de caráter privado e confessional submeteu-se à legislação educacional vigente a cada tempo, mas sem abrir mão da aplicação de sua pedagogia anastasiânica-dominicana nas práticas escolares.

A Igreja Católica, suas lideranças e congregações religiosas se polarizaram diante do regime militar. De um lado, muitos apoiaram, abençoaram e estreitaram laços com as políticas conservadoras e ditatoriais dos militares. Por outro lado, a renovação vivenciada pela Igreja a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-americanas, já expostos aqui, a opção preferencial pelos pobres, a divulgação e inserção da teologia da libertação entre o clero, os religiosos e a liderança leiga católica, criaram tensões e embates internos e com o regime.

A Congregação de Monteils foi uma das imbuídas por este espírito, como já abordamos, o que fez com que o conceito de educação anastasiânica-dominicana sofresse alterações - ou podemos dizer retornasse à sua essência - em sua concepção. A Ordem Dominicana no Brasil foi à frente de religiosos católicos que se colocou veementemente contra a ditadura do regime militar.

A resistência contra o regime foi se alastrando, sobretudo nos setores mais conscientes da sociedade, nos ambientes estudantis e intelectuais, lá onde também os Dominicanos marcavam presença. Muitos frades, de maneira especial os jovens em formação, oriundos em sua maioria dos ambientes universitários, entraram em cheio nesta luta. O preço pago pelos Dominicanos do Brasil por causa desta sua atuação contra o regime militar foi muito alto: conventos invadidos, frades encarcerados, telefones grampeados, propaganda difamatória na mídia etc (FORALOSSO, 2018, p. 386).

Entre os frades presos, torturados e exilados, Frei Ivo, Frei Fernando, Frei Betto e Frei Tito de Alencar, que suicidou vítima das torturas, impostas pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, e que o levaram a desequilíbrios psicológicos (FORALOSSO, 2018). Algumas religiosas de Monteils sofreram retaliações e perseguições por parte da ditadura do regime militar no Rio de Janeiro e em Brasília, mas nada comparado ao que vivenciaram os frades dominicanos (MOUTINHO, 2021).

Numa das entrevistas, a egressa e ex-professora do INSL, Magda Suely Pereira Costa (2021a) fez a seguinte referência ao abordar os tempos áureos do colégio em Arraias, na década de 1970:

[...] olha que nós enfrentamos a Ditadura. Então isso me chama atenção porque elas tentavam costurar, dialogar de maneira, para atender o governo e seguir a missão como Dominicana, na perspectiva da humanidade para o acolhimento. Então para manter dentro da filosofia Dominicana e agregar o espírito de uma ditadura, não é fácil. Mas elas souberam costurar isso porque os políticos ficavam na mão delas, elas não abaixavam a cabeça.

Joaquim Cardoso Costa (2021b), outro egresso do INSL, quando questionado sobre a ditadura militar e a vida estudantil no Colégio, fez referências interessantes em relação ao trabalho do Grêmio Estudantil, incentivado pelas Irmãs até 1971, ano que entrou para o INSL, “os alunos lá no Grêmio às vezes abordavam esse aspecto, mas muito incipiente, porque Arraias tinha muitas lideranças políticas que foram cassadas na época”. E continuou dizendo que recordava que

em 74, o exército promovia ação cívico-social, porque eles viam que Arraias tinha muita liderança fora, em Goiânia, e a origem deles era Arraias, porque é um lugar muito ermo e o cara ia fugir da ditadura e fugia para lá. Eles embrenhavam naqueles sertões, o exército ficou sabendo disso e mandou um batalhão para ficar sediado em Arraias muito tempo em 74, eu andei furando pneu de caminhão porque eu sabia que eles iam entrar no mato para buscar pessoas [...] Mas essa abordagem política existia bem incipiente no Grêmio, a gente tinha essas informações e o embate político começava ali, então como a cidade era conservadora e a gente tinha as ideias mais avançadas, havia um embrião de liderança, então, esse embrião no Grêmio funcionava, porque a gente fazia na prática a liderança estudantil, no embate ali, você via o surgimento de pessoas que já tinham uma tendência [...] de pelo menos, um viés político [...] a interferência da Ditadura Militar lá no colégio eu não vivi, tinha umas irmãs lá que a gente via que eram progressistas mesmo, a irmã Lucília, principalmente, era uma pessoa que tinha uma visão mais social [...] a gente sabia que tinha professores mais avançados que ensinavam as coisas para a gente, nós tínhamos o doutor Magalhães que estudou em Salvador, era um cara esquerdista, dava livros para a gente ler, conversava sobre isso, então, todos nós fomos muito politizados [...] (COSTA, 2021b).

Arraias sempre foi uma cidade conservadora. Compreendemos que o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, sua atuação a partir do trabalho das educadoras-religiosas e demais professores em sala de aula e na comunidade local, rompeu com muitos desses paradigmas conservadoristas e reacionários. A educação anastásiana-dominicana trouxe para Arraias uma formação arrojada, o despertar para um espírito crítico-reflexivo, a prática e a vivência do humanitarismo.

Conforme Costa (2021a) e Costa (2021b), as Irmãs Dominicanas de Monteils souberam responder ao período do regime militar sem enfrentamentos políticos e pessoais, mas com um trabalho realizado nos bastidores do colégio, nos encontros bíblicos, nas promoções sociais e esportivas. A postura progressista de algumas Irmãs e professores provocaram politização em seus alunos e, conseqüentemente, nas famílias e na comunidade.

No entanto, o papel desempenhado pela ala conservadora da Igreja Católica junto ao regime militar foi significativo e favorável para os interesses privados da educação nos diversos níveis. “A Associação de Educação Católica (AEC) desempenhou um papel fundamental no perfil privatista da Lei n.º 4024/1961 e continuou a ser uma agência importante de organização dos interesses confessionais no ensino durante a ditadura militar” (LIRA, 2010, p. 104). O *lobby* católico junto ao Conselho Federal de Educação e na elaboração das teses que resultaram na Lei 5.692 de 1971, de maneira especial a ratificação do ensino de moral e cívica e o financiamento público para instituições privadas.

O advento da Lei 5.692 no ano de 1971 propôs uma reforma na educação brasileira, que foi elaborada em gabinete e aprovada em caráter de urgência pelo Congresso Nacional, sem a participação da sociedade civil, “que se encontrava desmobilizada e silenciada pelo regime autoritário” (SOUZA, 2008, p. 266). No entanto, na visão de Souza (2008), uma das modificações significativas instauradas por esta reforma educacional foi a ampliação da escolaridade obrigatória e a iniciativa em acabar com o dualismo do sistema educacional por meio da implantação de uma escola única de primeiro e segundo grau.

Pela nova lei, o ensino de primeiro grau passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos, com duração de oito anos. O ensino de 2º grau teria duração de três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação. Foram abolidos os exames de admissão, o que provocou aumento no número de matrículas para a 1ª série do antigo curso ginásial, 5ª série do 1º grau com a nova lei (FREITAS; BICAS, 2009).

Diante da reforma educacional, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes precisou adequar-se. Avançou com a abertura do segundo grau e possibilitou à comunidade arraiana e da região a continuidade dos estudos. A primeira articulação para a criação do 2º grau no INSL foi no dia 07 de setembro de 1972, dias após a publicação da Lei 5.692.

No Instituto houve uma reunião que congregou autoridades, professores e pais para tratar do estudo da possibilidade de criar o 2º grau em nosso Colégio. Entre os presentes encontravam-se entre outros: Dom Celso Pereira de Almeida, bispo auxiliar; Dr. Diomar dos Santos Freire, Prefeito Municipal; Dr. Felix Cavalcante, Juiz de direito; Dr. Jesi José de Moura, Promotor de Justiça; Padre Pedrocilio da Silva Guedes, vigário; Juarez Magalhães, deputado estadual; Ex-deputado Cordeiro; Ex-deputado Gustavo Balduino; Snr. Ranulfo Cordeiro Superintendente do ensino e outros, sem mencionar as Irmãs, Professores e a Equipe de Goiânia e Snr. Rivalino Teixeira futuro prefeito. O assunto foi bem discutido e todos foram unânimes em reconhecer o valor e a oportunidade do 2º Grau (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 156-157).

A partir de então, Irmã Lucília e Irmã Ana Rita, assessoradas pelas outras religiosas, pelos professores e por outros colégios da Congregação começaram o processo para a abertura

e funcionamento do 2º grau. Contaram com a ajuda de toda a comunidade, como o registro acima e ainda, “por iniciativa do Snr. Gustavo Balduino, foi aberta uma subscrição em prol da dita fundação e os 6 primeiros contribuintes já haviam atingido a cifra de Cr\$ 3.500,00” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 157) para custear as despesas com o processo. Conforme Ir. Ana Rita Lopes de Souza (2021), “a gente meteu a cara e criou o nível médio Nós começamos o nível médio”, com a primeira turma no ano de 1974, egressos da oitava série ginásial do ano de 1973.

Dia 2 [de agosto], com data de 19 de julho de 1974, e com os números de 033 e 034, respectivamente, recebíamos as portarias de APROVAÇÃO DO NOVO REGIMENTO DO INSTITUTO E DA CRIAÇÃO DO 2º grau em nosso Instituto. O 2º Grau começou a tomar corpo com a visita do Snr. Jesus Cândido da Silva, secretário executivo do 2º grau, no dia 19 de dezembro de 1973. Aos 2 de janeiro de 1974, o mesmo Snr. Jesus Cândido da Silva assinava a autorização de funcionamento do 2º grau. Agora está definitivamente criado e aprovado pela Portaria assinada por Mozart Barbosa Filho, diretor do Departamento do 2º Grau. Mais uma vitória da qual muito se deve à Irmã Colomba Domingues [diretora do externato São José em Goiânia]. No dia 06, os alunos do 2º Grau, irmanados com todos os alunos do Colégio e o povo em geral, fizeram pelas ruas da cidade uma passeata, em regozijo pela aprovação do 2º grau. Foi um momento nunca visto na cidade. Enquanto a juventude passava, cantando, soltando fogos, das portas de suas casas os mais idosos, também se mostravam satisfeitos, aplaudindo, ovacionando (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 157).

A implantação do segundo grau no Instituto Nossa Senhora de Lourdes consolidou seu percurso formativo e foi para Arraias, conforme o registro acima, um momento apoteótico e de renovação de esperanças, da mesma forma que em 1958, quando o INSL foi instalado e deu-se início ao curso ginásial. O jornalzinho Dominicano, na terceira edição de 1975, transcreveu o voto da conselheira do Conselho Estadual de Educação de Goiás, Maria Cavalcante Martinelli, filha de Arraias, por ocasião do reconhecimento do 2º grau no INSL.

Depois de tramitar pelas câmaras competentes e satisfeitas as exigências legais, recebeu o presente processo/parecer da ilustre Conselheira Maria Lucy Ferreira, favorável ao pedido de autorização condicional para o funcionamento de cursos de nível de 2ºG. Ao apor a minha homologação à referida peça, quero congratular-me com a Senhora Diretora do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, irmã Maria de Jesus Lopes (Ir. Ana Rita), pela escolha de seu corpo docente, constituído de pessoas altamente qualificadas para o Magistério e de reconhecidos méritos dedicados à causa do ensino, no longínquo nordeste goiano. Sabemos que não só Arraias, como as cidades circunvizinhas irão beneficiar-se muito com a abertura dos cursos de Magistério de 2º grau, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Escritório e Auxiliar de Biblioteca. Grande é nosso júbilo, como filha daquela tra, em podermos participar de causas tão justa, em homologando o presente processo, ato esse que irá concretizar a grande aspiração das abnegadas educadoras, IRMÃS DOMINICANAS, que terão seus esforços coroados de êxito com o funcionamento dos referidos cursos (DOMINICANO, 1975, p. 7).

Como a Lei n.º 5.692/1971 estabeleceu a profissionalização geral do 2º grau, a partir das prerrogativas do art. 5º, em que no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial que deve ter caráter de habilitação profissional, o INSL ofereceu as habilitações referidas no parecer, ao nível de 2º grau: Técnico em Magistério, Técnico em Contabilidade, Auxiliar de Escritório e Auxiliar de Biblioteca. Conforme Lira (2010, p. 280):

A profissionalização compulsória foi a solução encontrada pelos ideólogos do regime para o problema da formação e qualificação de força de trabalho, ao mesmo tempo em que procurava conter a procura pelo ensino superior. O argumento se baseava na concepção de que a profissionalização, associada à terminalidade, permitiria aos estudantes que concluíssem o ensino médio ingressar diretamente no mercado, assumindo ocupações técnicas.

Apesar da educação brasileira, conforme o ideário do regime militar e as prerrogativas da Lei 5.692, assumir uma perspectiva tecnicista, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes manteve sua proposta educacional humanista, crítica-reflexiva, católica e com inserção social na realidade local que transpareciam nas práticas escolares e em seu currículo extraclasse. A concepção pedagógica tecnicista imposta à educação brasileira, originária de teorias que regiam as ciências econômicas, tinha como pressupostos a

[...] neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico [...] a pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem por em risco a sua eficiência (SAVIANI, 2013, p. 381).

Impôs-se no sistema escolar brasileiro uma “orientação educacional e pedagógica voltada para um modelo operacional de ensino-aprendizagem. Não havia lugar para o pensar crítico, a discussão de ideias e uma práxis voltada para os problemas sociais do Brasil” (CHAVES; ANDRADE; LIMA NETO, 2014). A proposta da disciplina de OSPB (Organização Social e Política do Brasil), para onde convergia o ensino de História e Geografia, regulamentada pela resolução nº 8 de 1º de dezembro de 1971, tinha por objetivo “uma efetiva tomada de consciência da cultura brasileira nas suas manifestações mais dinâmicas, e do processo em marcha do desenvolvimento nacional” (AZEVEDO, 1979, p. 23), vazia do senso crítico-reflexivo e repleta de exaltações à ideologia do binômio Segurança e Desenvolvimento proposto pelo Estado militar.

Enquanto as escolas da rede pública estadual passaram a ter caráter exclusivamente profissionalizante em seus cursos de segundo grau,

a rede privada de ensino de 2º Grau continuava preparando seus alunos para a universidade, tendo em vista que os currículos oferecidos por estes estabelecimentos de ensino tinham caráter propedêutico, embora não fosse proibido a estas instituições privadas o oferecimento dos cursos de Habilitação para o Magistério ou qualquer outro curso técnico de nível médio (DANTAS, 2015, p. 100).

No Instituto Nossa Senhora de Lourdes essa experiência se concretizou: não havia escolas públicas de segundo grau na cidade e na região, tudo convergiu para a escola anastasiona-dominicana de Arraias. O currículo do curso Técnico em Magistério do INSL, por exemplo, entre os anos de 1974 e 1981, período em que formou a primeira turma do segundo grau com esta habilitação, era propedêutico e técnico: além de preparados para enfrentarem o vestibular fora de Arraias estavam habilitados à docência no Primeiro Grau. As narrativas de alguns egressos trouxeram à baila essa realidade. Em seus relatos, Maria Ivatônia - aluna do segundo grau, curso Técnico em Magistério entre os anos de 1977 e 1979 - atribuiu à formação escolar despendida pelo INSL, especialmente na área de ciências humanas e de Língua Portuguesa, de caráter excepcional.

Qualidade muito boa. Pelo que eu me lembro, todos os que estudaram no Instituto [...] A gente saía de Arraias, prestava vestibular e passava. A gente não tinha essa história de fazer cursinho [...] o preparo era muito bom, claro que mais na área de humanas do que na área de exatas [...] tirei nota máxima em Literatura, Português e Redação (SANTOS, 2021b).

O egresso Joaquim Correia (2021) assim expressou-se: “você pode perguntar para qualquer aluno, todos foram bem-sucedidos, passaram no vestibular”. Ivany Rodrigues Magalhães (2021) afirmou: “o pessoal saía daqui para fazer vestibular em Goiânia, ninguém fazia cursinho, porque tinha bagagem”. Joaquim Francisco Resende (2021) afirmou que, “por conta da estrutura pedagógica do INSL [...] de algumas transgressões digamos assim, ou algumas posturas inovadoras [...] a gente tinha um bom resultado nos vestibulares porque a gente acabava chegando com esse conhecimento, com boa base”.

Posturas inovadoras e transgressões intituladas por Resende (2021), mas presente nos depoimentos de muitos egressos entrevistados, foram as práticas adotadas pelas professoras religiosas, por outros professores e incentivadas pelo Instituto: teatro, dramatizações, apresentações e declamações de poesias, apresentações musicais, “tudo isso era muito incentivado, a desenvoltura da fala, a pessoa que era tímida colocava para apresentar” (COSTA, 2021a); “a gente tinha também inglês, conversação, apresentava peças de teatro feitas por nós exatamente para exercitar a questão do falar em inglês” (RESENDE, 2021); “eu lembro que eu apresentei “O garimpeiro”, de Bernardo Guimarães, e eu fiz o papel do garimpeiro, com chapuzão, foi tanto sucesso que nós apresentamos fora” (CORREIA, 2021).

Magda Suely Pereira Costa (2021a) também pontuou o caráter propedêutico e o elevado nível pedagógico do INSL que possibilitou a ela o ingresso na Universidade Federal de Goiás, logo após a conclusão do segundo grau:

Terminei o segundo grau em 76, fui da primeira turma que concluiu o segundo grau em Arraias [...] eu passei no vestibular em 77, para você ver o nível que era essa escola. Em 77 para entrar na Universidade Federal de Goiás não era qualquer um, eu não tinha feito nem cursinho, mas eu passei. Eu lembro que a Joaquina, a Joana Batista Cordeiro era minha madrinha de consideração, ela morava em Goiânia e ficou tão feliz quando eu passei na universidade, ela falava assim “você concorreu com 23 candidatos é muito para uma pessoa que saiu do sertão”, então, eu saí fiz, magistério... (COSTA, 2021a).

A partir da análise de alguns boletins e históricos escolares do curso Técnico em Magistério foi possível compilar os saberes acadêmicos (currículo) deste curso entre os anos de 1974 e 1981, com a oferta das seguintes disciplinas:

**QUADRO 5** - Currículo do curso Técnico em Magistério INSL.  
(continua)

DISCIPLINAS	Carga Horária
<b>1º ANO - 2º GRAU</b>	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	32h
História	59h
Geografia	59h
Matemática	59h
Ciências Físicas e Biológicas	118h
Educação Artística	32h
E.M.C.	32h
Programas de Saúde	59h
Redação e Expressão	59h
Inglês	59h
Estatística	59h
Matemática Aplicada	59h
Estatística Aplicada	59h
Formação Religiosa	32h
Educação Física	32h

(continuação)

<b>2º ANO - 2º GRAU</b>	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	59h
Matemática	59h
Ciências Físicas e Biológicas	90h
Redação e Expressão	59h
Psicologia	90h
Biologia Educacional	59h
Estrutura e Funcionamento do 1º grau	59h
Didática Geral	59h
Didática Específica	118h
Estágio Supervisionado	177h
Formação Religiosa	32h
Educação Física	32h
<b>3º ANO - 2º GRAU</b>	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	78h
O.S.P.B.	32h
Matemática	78h
Ciências	62h
Estudos Regionais	32h
Literatura Infantil	46h
Psicologia	62h
Sociologia	62h
História e Filosofia da Educação	32h
Administração Escolar	32h
Didática Especial - Comunicação e Expressão	32h
Estágio Supervisionado	202h
Educação Física	32h

(continuação)

Formação Religiosa	32h
Didática dos Estudos Sociais	32h
Didática da Matemática	32h
Didática das Ciências	32h

**Fonte:** Boletins e Históricos escolares de diversos egressos do INSL.

Em relação ao currículo do curso técnico de Magistério a nível de segundo grau (1974-1981), bem como do curso Normal Regional (1958-1967) e do curso ginásial (apesar de não ter sido contemplado aqui), como já indicado, prezava substancialmente pelas ciências humanas, pelas práticas de leitura e escrita, língua portuguesa e literatura.

O ensino da área de exatas, especialmente matemática, teve destaque com a Irmã Maria Estela (1968-1970), “eu nunca vi dar matemática com tanta facilidade eu comecei a gostar de matemática por causa dela” (CORREIA, 2021) e com a Irmã Natividade. Em outros períodos houve carência de profissionais desta área, como apontou Maria Ivatônia, “vimos de lá com certa defasagem na área de exatas e biológicas” (SANTOS, 2021b).

Em relação à formação de professores, especificamente, o conteúdo dos componentes curriculares pedagógicos estava à altura dos grandes centros brasileiros. As religiosas anastasianas-dominicanas eram formadoras de professores, por excelência. “A gente estudava didática, prática de ensino [...] estudávamos as matérias pedagógicas e fazíamos estágio no Grupo Escolar, estágio prático” (BERNARDES, 2021).

Quanto às habilitações de Técnico em Contabilidade, Auxiliar de Escritório e de Biblioteca não encontramos evidências durante a pesquisa. As fontes documentais catalogadas não revelaram nada acerca deste curso, algumas fontes orais citaram a existência dele, mas sem detalhes ou referências de alguém que tivesse cursado.

Outra habilitação no segundo grau do Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi o Técnico em Enfermagem. No dia 26 de setembro de 1975 “chegou-nos a auspiciosa notícia da aprovação do Técnico em Enfermagem junto ao 2º Grau do nosso Instituto. O regozijo foi geral” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 190), como narraram as Irmãs. Durante a pesquisa foi possível entrevistar uma egressa do curso de Enfermagem, que teve vida efêmera no INSL, somente uma turma concluiu esta habilitação.

Por volta do ano de 1976 estudei no Instituto Nossa Senhora de Lourdes, dirigido pelas irmãs o primeiro ano do curso Técnico de Enfermagem, em Arraias. Morava em Campos Belos e aqui não tinha o 2º grau. Íamos numa condução (Kombi), cedida pela prefeitura Municipal. Às vezes eu pensava que só ia chegar o motorista e o volante na cidade, pois era estrada de chão e era muito ruim. Foi um ano de muito aprendizado,

no curso de enfermagem. Bons professores. Boa direção entre os professores teve uma professora que se destaca, a Irmã Noêmia, que era temida pelos alunos nas suas aulas e provas, era bem severa, mas competente. Quem de fato queria estudar, aprendia. Teve outra irmã, que não me recordo o nome, muito amável e carinhosa [...] Enfim, não segui o curso, pois no ano seguinte o nosso prefeito não forneceu a condução para continuarmos os estudos. Mas afirmo que valeu a pena (RAMOS, 2021).

O curso de Enfermagem não prosperou no INSL. Inferimos que tenha sido em razão da falta de professores habilitados e estruturas básicas para o estágio, pois Arraias não tinha hospital. Para a finalização do curso, “Irmã Elina veio de Uberaba acompanhar as alunas do Técnico em Enfermagem para os estágios em Campos Belos, no Hospital Regional” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 225). O curso não despertou o interesse e a baixa procura fez com que fosse encerrada sua oferta após a conclusão da primeira turma, em 1978.

### 3.3.4 Escola noturna e a educação para adultos

A partir de 1968, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes manteve a chamada Escola Noturna para educação de adultos. No início da pesquisa suspeitei ser uma escola do MOBREAL, visto que o Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, no âmbito do Ministério da Educação. No entanto, as entrevistas revelaram que “era mais que o Mobral, era como a EJA. Tinha muitos alunos. Tinha as turmas, 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano primário [...] Era um projeto, uma visão muito boa!” (MAGALHÃES, 2021).

E foi um curso muito procurado. Em 1969, o

mês de abril chegou rápido, apesar de continuarmos sem luz, não pudemos mais esperar a reabertura da escola noturna. E desde a primeira noite, a luz de lampiões, velas e lamparinas, 105 operários, moças, senhoras e jovens aqui veem, cada noite, para enriquecerem mais um pouco os seus conhecimentos (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 107-108, *sic*).

No ano de 1970 eram 170 alunos na escola noturna e “isso era revolucionário” (COSTA, 2021a) para Arraias que teve o índice de analfabetismo reduzido. As entrelinhas das entrevistas revelaram que se adotava uma perspectiva transformadora para trabalhar com estes alunos da escola noturna, iluminada pela prática da educação popular, gestadas por Paulo Freire. Era algo incipiente, mas foi possível inferir que, tanto as Irmãs como os professores destas turmas, que eram os próprios alunos da 4ª série ginásial da Escola Normal Regional, da 8ª série do 1º grau e do Técnico em Magistério do INSL, adotavam práticas que visavam à transformação da realidade daquelas pessoas e do lugar em que viviam.

Magalhães (2021), que foi durante algum tempo supervisora da Escola Noturna, contou-nos que as senhoras da sociedade reclamavam com as Irmãs sobre as empregadas domésticas não saberem ler e nem escrever o que dificultava muito, pois quando se deixava um recado por escrito, ali ele permanecia. Logo, as Irmãs tomaram providência – de maneira especial a Irmã Lucília – que reuniu as empregadas e as convocou para ingressarem na escola noturna e aprenderem não só a ler e a escrever, mas a pensarem suas realidades.

Costa (2021a) referiu-se a este curso da qual foi professora como aluna do INSL. No entanto, ela destacou algo importante que ocorreu na década de 1970 no Instituto Nossa Senhora de Lourdes com a implementação na escola noturna do segundo grau.

[...] achava muito interessante, as senhoras de idade que voltaram a estudar, as irmãs iam de casa em casa convidando para fazer o segundo grau, a dona Eva foi aluna, Janice, Dona Martinha, todo mundo voltou para a escola, tinham várias casadas que os maridos não deixavam ir. Então, elas iam, conversavam com a família para as mães irem, elas iam e voltavam a estudar. Elas faziam um trabalho e [...] essas mulheres saíam para estudar. Tinha dificuldade na família, começava com os maridos. Isso foi revolucionário! A relação hoje que a escola busca com a comunidade elas já faziam há 30 anos, de maneira mais eficaz, porque todo mundo respeitava [...] (COSTA 2021a).

Empoderamento feminino como autoconfiança e autoestima que se integravam em um sentido de cooperação e solidariedade (LEON, 2001) para com as mulheres de uma sociedade tradicionalista e patriarcal como Arraias, propiciado por um colégio confessional privado, em pleno sertão, em meio a um regime militar.

O ano de 1975 tornou-se o Ano Internacional da Mulher (DUARTE, 2019) e o INSL aproveitou as comemorações para incentivar o protagonismo feminino. O jornalzinho Dominicano, a partir de 1971 passou a dedicar uma coluna às mulheres, intitulada de Coluna Feminina, mas no ano de 1975 os escritos desta coluna ganharam um tom mais reflexivo e transgressor, como o texto de Tereza Bezerra, aluna da segunda série do segundo grau:

1975, Ano internacional da Mulher. Se a ONU resolveu proclamar o ano da mulher é porque ela realmente está se fazendo notar. Em séculos passados algumas mulheres marcaram época [...] mas isso acontecia muito raro. Não porque a mulher fosse sem capacidade, mas porque [...] durante milênios viveu vassala do homem e às vezes como sua empregada. As diversões, a vida social, o sexo liberto e muitas outras regalias eram direitos do homem, o amor em tudo, à mulher era concedido o direito de cuidar da casa, ter muitos filhos e ser uma empregada eficiente. A libertação da mulher surgiu e com a famosa Simone de Beauvoir que soltou um grito de alerta. A mulher tem tanto valor como o homem. [...] todo ser humano tem direito à independência [...] A partir de Simone, várias mulheres tem aparecido com campanhas a favor da libertação feminina, sendo a mais recente a tão badalada americana Betty Friedmann. [...] a mulher quer dar os eu potencial de ternura, de intuição e criatividade para a humanidade através da política, da religião e da sociedade e não na máquina de costura e nos filhos, somente. Elas querem ter [...] o mesmo valor perante Deus e a sociedade [...] (DOMINICANO, 1975, p. 3).

A vanguarda do feminismo em Arraias teve o INSL da década de 1970 como ponto de apoio e incentivador de práticas, políticas e aprendizagens. A visão da Congregação em relação à vida de seus membros, todas mulheres, modificou-se. Como narrou Irmã Valéria Moutinho (2021), antes “trocávamos de nome e de roupa para entrarmos em nossas instituições e servir a sociedade patriarcal que nos impunha o que fazer, hoje despimo-nos de nossas roupas (hábito), assumimos nossa identidade, continuamos na mesma missão, mas em busca de libertação”.

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes fez-se uma escola para todos “estava ali do pedreiro ao médico e ao juiz” (COSTA, 2021a) e foi um consagrado espaço liderado por mulheres, com muitas professoras mulheres e a maioria dos estudantes, mulheres.

Na escola noturna, os professores eram os próprios alunos do INSL. “Os alunos da 4ª série lecionavam para os da escola noturna que é só de operários e empregadas domésticas” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982). Os alunos que se destacavam em cada disciplina eram convocados para lecionarem na escola noturna, “era como se fosse um estágio” (CORREIA, 2021). Tudo era muito organizado. A escola noturna funcionava como centro de experimentação pedagógica, escola laboratório para a prática docente, para os que estavam estudando, assim como as escolas de aplicação dos Institutos de Educação. Em parte, isso justifica o sucesso da maioria dos alunos que concluíram seus estudos no INSL neste período e seguiram carreira docente.

### 3.5 Educação Infantil

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias foi pioneiro, também, na educação infantil. A partir de 1973, ano em que o colégio completou 15 anos de fundação, no dia 12 de março “foram iniciadas as aulas do Jardim da Infância, tendo como professora Irmã Elmice” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 166). No início poucas crianças, pois era uma novidade para Arraias esta modalidade de ensino, ainda mais de cunho privado. No entanto, como as famílias queriam ver seus filhos na escola das freiras, logo as matrículas cresceram, o Instituto precisou se organizar, pois somente a Irmã Elmice não era suficiente para atender a demanda.

As alunas do curso Técnico em Magistério foram requisitadas para ajudar no Jardim de Infância, a partir de 1974, que contava com 15 alunos e 21 matriculados na pré-escola. Cuidar, brincar, ensinar, alfabetizar e socializar eram as atividades desta modalidade de ensino, sem regulamentação à época. No entanto, Costa (2021a), em suas memórias sobre o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, assim narrou:

[...] elas implantaram uma escola infantil, era a irmã Elmice que era professora. Depois elas colocaram Telma e eu. Nós entramos com 14 anos para ser professoras, as irmãs confiavam na gente. A irmã Margarida, que eu não sei nem se é viva, veio para dar esse curso para mim e Telma somente, só nós duas. Para trabalharmos com educação infantil e para alfabetizar no método Montessori, então nós aprendemos a manipular, no geral, sobre a questão da linha, as normas gerais do Montessori nós aprendemos com a irmã Margarida.

O Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1958-1982, p. 173) confirmou as memórias de Costa (2021a) em seus registros: “Irmã Margarida dedicou-se inteirinha em preparar duas de nossas alunas para alfabetizarem nossos alunos do preparatório. Seu trabalho foi contínuo e sem reservas”.

O método montessoriano de educação está embasado na compreensão de que as crianças absorvem plenamente todas as informações recebidas, aprendendo a ler e escrever como aprendem a engatinhar e andar, de maneira espontânea. O trabalho de Maria Montessori (1870-1952), primeira médica italiana em 1896, não se fixou somente em desenvolver um novo método de ensino, mas em ajudar a criança a alcançar o máximo de seu potencial (COSTA, 2001). A pedagogia montessoriana foi adotada por muitas escolas anastasianas-dominicanas no trabalho com a educação infantil como no Externato São José (Goiânia) e no Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário (DF).

A história de vida profissional da egressa Magda Suely Costa Pereira (2021a), conforme suas memórias e narrativas estiveram sempre sintonizadas a essa experiência de formação e prática docente com a educação infantil no INSL a partir do método montessoriano.

[...] com essa formação que a irmã Margarida tinha dado para a gente, quando eu saí daqui, do segundo grau, eu já fui indicada para alfabetizar no Externato São José [...] lá tinha constantemente os encontros, os aperfeiçoamentos, até quando surgiu a oportunidade de eu ir para São Paulo fazer especialização em Montessori. Fiquei especialista [...] (COSTA, 2021a).

Magda Suely seguiu carreira na docência, fez mestrado em Educação e Doutorado em Sociologia na Universidade de Brasília. Dedicou-se ao magistério na educação básica. Tornou-se professora da Universidade Estadual de Goiás, da Universidade do Tocantins, sendo uma das fundadoras e das primeiras professoras do campus universitário de Arraias e aposentou-se como professora titular da Universidade Federal do Tocantins com atuação constante no curso de Pedagogia e na formação de professores, com as disciplinas de Infância e de Didática. Desenvolveu pesquisas sobre a Infância, jogos e brincadeiras, e suas relações de saber e poder, vinculadas ao método montessoriano. Formação iniciada no Instituto Nossa Senhora de

Lourdes e que resultou em significativa inserção na sociedade<sup>52</sup> e na própria comunidade arraiana. O Instituto Nossa Senhora de Lourdes ainda se mostra na atuação de seus alunos, em suas memórias e em suas inserções sociais e profissionais.

### 3.6 Uniformes Escolares

O uniforme tinha que ser impecável - saia azul marinho pregueada, blusa branca, meia branca e sapato preto. Os meninos vestiam calças azuis, camisa branca, sapato preto e meia branca. Na educação física usávamos sainhas curtas, brancas, pregueadas, blusinha regata com o emblema do INSL. Tênis e meia brancos (ALVES, 2021).

O depoimento da egressa Marisa Alves (2021) nos colocou a perseguir sobre este significativo elemento da cultura escolar: o uniforme, que é um objeto histórico e importante fonte do e no universo da escola. Parecem ser “coisas diminutas”, como pontua Dussel (2005), no entanto, definem “*silenciosamente la trama política de la escuela*” (GVIRTZ, 2005, p. 12) e marcam os sujeitos e as épocas de forma profunda, mais do que podemos imaginar.

Na percepção de Barthes (2005, p. 173), “o uniforme não é apenas um símbolo, mas um participante ativo na formação das mentalidades pessoais ou sociais”. Durante os incompletos vinte e cinco anos de funcionamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, a blusa ou camisa branca, estampado o brasão branco e preto do colégio, identificou gerações de estudantes que subiam o morro em direção à casa do saber e eram observados pelos familiares, pelos transeuntes ou pelos que se debruçavam sobre as janelas de suas casas a contemplar àqueles que se distinguiram dentre os demais. Vestir-se do uniforme emblemado do colégio das freiras caracterizava o estudante com distinção, revestia-o de segurança ao mesmo tempo que ele incorporava o papel de representar a tradição da escola e obrigar-se a uma postura respeitosa onde quer que fosse.

Todavia, a cultura do uniforme escolar no INSL foi implantada aos poucos. A inauguração oficial do uso dos uniformes aconteceu no início do segundo semestre de 1958. As férias de julho foram utilizadas para que a indumentária fosse organizada, mesmo assim, as Irmãs precisaram usar de condescendência quanto aos sapatos e as gravatas em virtude das

---

<sup>52</sup> A análise das narrativas das inserções dos egressos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraia é pertinente para outro trabalho de pesquisa. Nas entrevistas realizadas todos os depoentes fizeram questão de destacar suas inserções na vida social, acadêmica e profissional como um contributo da instituição escolar. Promotores de justiça, assistentes sociais, procuradora da república, desembargadora, administradores, teólogos, padres, advogados, enfermeiras, comerciantes, empresários, políticos, agentes públicos (vereadores, prefeitos, deputados federais e estaduais), fazendeiros e na grande maioria, professores das mais variadas especializações emergiram do INSL.

dificuldades em acessar tais itens em Arraias e na região (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982).

Escolano Benito (2010) em seu magistral texto *“Patrimonio material de la escuela e historia cultural”* refere-se ao uniforme escolar como um elemento material que compõe a escola e a sua cultura integrada às práticas escolares. Para esse autor, o uso do uniforme revela significados e valores que, somados à materialidade física e funcional de seu uso, refletem modos de pensar o ensino. No caso do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, o uso do uniforme construiu um modelo escolar pautado, principalmente, na disciplina e na ordem, que produziu um novo *habitus* sobre o alunado.

O uso do uniforme contribuiu para ampliar o controle sobre o comportamento dos alunos(as) e dos futuros/as professores/as, no caso do Normal Regional e do Técnico em Magistério, para sedimentar o novo modo de se comportar, proposto pela instituição escolar. Existiam punições, previstas para os desvios praticados quanto ao uso inadequado do uniforme, o que contribuiu para reforçar mecanismos de autocontrole exercido sobre as ações e pulsões do alunado, favorecendo o seu autocondicionamento (TEIVE, 2008, p. 183).

Durante a entrevista com o egresso Resende (2021) ele toma em suas mãos uma carta circular do INSL de 1977 e destaca o décimo segundo inciso desta:

“o aluno completamente uniformizado no período escolar e nas datas exigidas pela Escola forma a responsabilidade e evita problemas de ter que voltar para casa”. Nós éramos observados com uniforme, se eu tivesse, por exemplo, com uma camisa de uniforme, mas não tivesse com a calça, não entrava e aqui no comunicado está explícito (RESENDE, 2021).

Desde as primeiras turmas do INSL, o uso do uniforme marcou, visivelmente, a cultura escolar produzida a partir das normas, da ordem e dos valores. Até mesmo as internas usavam uniformes no cotidiano, como declarou Maria Nunes Bernardes (2021):

A gente tinha o uniforme de assistir às aulas que era a saia azul xadrezinha e a blusa branca e a gravatinha escrita Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Para nós, internas, tinha o uniforme diário que de vez em quando mudava, avental, vestidinho e tudo abaixo do joelho! A gente brigava demais. Adolescente com essas roupas assim, não dava [...] E tinha o uniforme de assistir às missas no domingo: era quase o mesmo das aulas, com a gravatinha.

O uso do uniforme, como artefato cultural, era destinado à “identificação, imobilidade, manutenção da postura corporal e individualização” que permitiam “a emergência de técnicas destinadas a multiplicar a submissão do aluno de forma objetiva, pela utilização de tais artefatos e de forma simbólica em uma série de significados implícitos” (VARELA; ALVAREZ-URIA,

1992, p. 33). Um destes significados refere-se à falta de liberdade imposta ao alunado: eles não tinham o direito de escolha da roupa com que se identificavam, como bradou a interna Maria Nunes Bernardes (2021). O uniforme nem sempre agradou a todos, no entanto, a falta de flexibilização, os obrigava a utilizá-lo, sem reclamações.

Outro destes significados remete às questões higienistas, discutidas por José Gondra (2004) em seu texto “Artes de civilizar”, em que o uniforme é situado como uma forma de preservação da saúde e do pudor, principalmente para as mulheres, além das questões estéticas. Desta forma, o uso do uniforme escolar imporia “estratégias de intervenção sobre os corpos dos alunos, disciplinando-os de modo a torná-los adequados para circular em uma sociedade limpa, ordenada, sã e, enfim, civilizada, já que a roupa/uniforme esculpe uma conduta e reflete uma dada organização social” (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 582).

**FIGURA 35** - Uniforme escolar para educação física das meninas do INSL



**Fonte:** Arquivo pessoal de Vera Carrico (2021).

O caráter impecável do uniforme escolar no INSL foi registrado pelas irmãs Leonor Santos Rodrigues (2021) e Tereza Antonio dos Santos (2021), em seus depoimentos. Ao afirmarem que o uniforme precisava ser alinhado, perfeito e limpo, justificaram o porquê e como faziam isso.

[...] era impecável, porque as freiras olhavam tudo. Mas a gente era muito pobre, não tinha condição, nossa roupa se passava a ferro de brasa, se eu chegasse na escola com a saia amarrotada tinha problema, então a gente pegava a saia, botava debaixo do colchão e dormia em cima dela porque as pregas tinham que estar assentadinhas, uma em cima da outra (DOS SANTOS, 2021).

**FIGURA 36** - Uniforme escolar feminino do INSL, década de 1960



**Fonte:** Arquivo pessoal de Marisa Alves (2021)

**FIGURA 37** - Uniforme escolar INSL, década de 1970



**Fonte:** Arquivo pessoal de Vera Carrico (2021)

Para os dias de festa, como os desfiles cívicos ao longo do ano e cerimônias de formatura, existia a indumentária de gala. Os pelotões do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, prontos para o desfile com o seu uniforme de gala, despertavam a atenção de todos e impunham à sociedade arraiana o significado e a importância da instituição escolar para a comunidade. O

uniforme de gala masculino era “camisa de manga comprida branca, calça azul-marinho e uma gravata azul marinho e nas laterais da calça nesse dia se colocava uma fita branca de cima abaixo nas laterais para dar uma imponência para o uniforme” (RESENDE, 2021) e o feminino era “manga comprida, a saia azulzinha plissada, que a gente colocava debaixo dos colchões [...] para ficar bonito. Todo mundo limpo e bem-vestido com sapatinho preto e meia branca. Desfilava na cidade, na praça da matriz” (DOURADO, 2021).

**FIGURA 38** - Uniforme de gala em desfile cívico



**Fonte:** Arquivo pessoal de Joaquim Francisco Resende (2021).

**FIGURA 39** - Uniforme de gala em desfile cívico II



**Fonte:** Arquivo pessoal de Joaquim Francisco Resende (2021).

### 3.7 Festas e eventos Escolares

As festas e eventos escolares revelam aspectos que compõem a cultura escolar. Eles se modificam de acordo com as épocas e com as finalidades da instituição escolar, sejam religiosas, sociais ou políticas, vão além dos objetivos educativos e influenciam a vida social e política do local, pois são

[...] acontecimentos sociais de envolvimento parcialmente coletivo, que geralmente observam frequência cíclica ou sazonal; que produzem uma ruptura com a rotina sequente da “vida social”; que criam comportamentos, sobretudo rituais, logo expressivos, e relações interativas de forma e efeito diverso dos de períodos longos de rotina (BRANDÃO, 2007, p. 28).

Desta forma, festas e eventos escolares não estão alcunhados como momentos de lazer e diversão, tão somente, mas são manifestações da escola para a sociedade, onde podem nascer diferentes formas de pensar e de se portar, pois estes momentos liberam formas de agir e refletir o mundo que não estão presentes no cotidiano, seja da escola ou da sociedade. São momentos e espaços de transmissão de saberes em que os ensinamentos escolares se potencializam nas apresentações públicas dos trabalhos que são desenvolvidos dentro da instituição (CÂNDIDO, 2015). Tais festas e eventos de escola, além de serem tradicionais, carregam em si características de originalidade, espontaneidade e novas possibilidades.

Os momentos festivos e os eventos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, ao longo de sua trajetória, revelaram o costumeiro realizado na maioria das instituições escolares, de maneira especial as confessionais, mas também inovações que projetaram e construíram representações marcantes do colégio presentes nas memórias individuais e na memória coletiva dos que participaram desses momentos.

Conforme Resende (2021), o que não faltava no INSL eram festas, “comemorações o ano inteiro, porque dessas datas maiores, eu me lembro do Dia do Trabalho, essa questão do Folclore, Semana Santa era natural por conta da questão religiosa muito presente, aí tinha Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia do Professor”.

Entre as tradicionais festas escolares, a comemoração do dia das mães tinha um tom especial. As religiosas anastasianas-dominicanas valorizavam a data e incentivavam várias atividades entre os alunos, como poesias, entrevistas, apresentações teatrais e musicais. Os registros do Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes estão repletos de menções sobre as festas do Dia das Mães, como o primeiro deles, no ano de 1958, quando “no 2º domingo de Maio - 11 - dedicamos uma reunião festiva às mães arraianas. O local utilizado foi o pátio

central do edifício, compareceram várias mães que se mostraram muito emocionadas com os números que lhes foram oferecidos” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 26).

Silva (2009, p. 67) em sua tese de doutoramento sobre a cultura e as práticas escolares de um Colégio Salesiano em Dourados-MT, assim referiu-se sobre a festa das mães:

No mês de maio aconteciam também as comemorações do Dia das Mães e esta era dividida em três momentos. O primeiro era na sala de aula, os alunos desenvolvendo trabalhos manuais, declamando poesias, confeccionando murais, e dramatizando. O segundo acontecia no salão de atos com recital e sessão lítero-artística e o terceiro com um culto em ação de graças.

De fato, estes três momentos também são evidenciados na festa das mães do Instituto Nossa Senhora de Lourdes que se tornou um momento singular para todas as mães arraianas e não só as que tinham seus filhos no INSL. Tinha missa solene, números recreativos e o bolo oferecido às homenageadas do dia. Após a construção da quadra de esportes, no ano de 1969, a festa das mães, como todas as festas e eventos escolares, bem como as festas da cidade passaram a ser realizadas neste espaço.

O Jornalzinho “Dominicano” trouxe nos anos de 1971 e 1973, em seus números 2 e 3, respectivamente, uma série de extratos de redações elaboradas pelos estudantes sobre o dia das mães que refletem o investimento dos professores em fazer de suas aulas momentos de produção textual sobre um tema estimado por todos, proporcionando envolvimento maior dos alunos e fortalecimento de vínculos emocionais a respeito de uma temática valorosa para a proposta educativa do INSL como escola católica, a valorização dos laços familiares tradicionais.

Outra festa escolar tradicional realizada no Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi a festa junina. Dona Carminha, egressa e professora de Geografia e História por muitos anos na instituição, referiu-se às festas do INSL e a festa junina, em particular, como que um abraço do colégio à comunidade, “se tinha alguma coisa que dava alma para a cidade, era o colégio, eram as irmãs” (ALMEIDA, 2021), o que fez com que esta festa se tornasse da cidade, pois para ela, convergia “a população arraiana vivendo momentos de verdadeira alegria na noite festiva do dia 19 de junho. Foi realmente uma festa que agradou a todos: pequenos e grandes, ricos e pobres” (DOMINICANO, 1971, p. 4). De fato, confirmam os registros das irmãs: “[...] estas festas trazem ao nosso convívio, embora por algumas horas, todo o povo da cidade, sem discriminação de classe, raça ou religião” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 139).

As festas escolares do Instituto Nossa Senhora de Lourdes ecoavam um conceito primoroso da educação anastasiana-dominicana “a educação é abarcada não só pela mente, mas também pela pessoa como um todo [...] uma filosofia educacional dirigida ao ser integral” (SMITH, 2015, p. 30). As memórias de Joaquim Francisco Resende (2021) evidenciaram isso ao falar do envolvimento de todos os alunos na montagem da festa junina, que às vezes era até competitiva, mas “havia um estímulo para a gente participar da festa junina do Colégio, que era a festa do primeiro semestre da cidade”. Ao montar as barracas, vender “churrasquinhos, quentão, bebida, barraca do beijo que na verdade a gente chamava de cadeia porque prendia e a gente tinha que pagar” e “participar da quadrilha”, os estudantes do INSL desenvolviam o “aprender-fazer”, exercitavam as relações de amizade, nasciam paqueras, estimulavam saberes relacionados à cultura, culinária, administração e economia, além da prática da recreação, tendo em vista que “havia sempre alguém tocando, não era alto falante, era som ao vivo” (RESENDE, 2021).

Resende (2021) destacou uma característica interessante das festas juninas do INSL: não eram festas gratuitas: “ao longo da quadra eram colocadas as mesas e essas mesas eram vendidas, obviamente o pessoal que tinha o maior poder aquisitivo ficava na parte bem elitizada, quem tinha dinheiro pagava e fora da quadra ficavam as arquibancadas onde ficava o resto do povo e a entrada não era gratuita tinha que pagar para entrar”. Mesmo assim, “dia 13 [de 1970], realizou-se na Quadra do Instituto, uma bem organizada Festa Junina que agradou a todos. A afluência de pessoas foi como nunca, a alegria e a ordem reinavam nas pessoas e ambiente” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 122). De fato, as festas juninas do INSL foram espaços de reunião das diferenças, de figurações sociais, coletivas e de sociabilidades onde os indivíduos rompiam com o cotidiano (SILVA, 2009).

Arraias é uma típica cidade sertaneja. Nos tempos do INSL o espírito sertanejo era muito mais arraigado na sociedade. As festas juninas escolares do colégio das freiras corroboraram para valorizar a figura do sertanejo e da sertaneja, espelhados nas vivências de muitos alunos e seus familiares: agricultores, vaqueiros e fazendeiros. Assim, Frago (1996, p. 25), ao abordar os significados dos eventos diversos, com destaque para os escolares, afirma que a “memória cultural” é uma construção coletiva que em boa medida se apoia em celebrações comemorativas e que estas “combinam oralidade, texto e imagem [...] São representações visíveis com um certo ritual ou formalismo em relação a presença, disposição e comportamento daqueles que nelas intervêm”. Inferimos que a idealização e a proposta da festa junina no INSL, como estratégia das educadoras religiosas, trouxeram “presenças, disposições e comportamentos” dos envolvidos e revelou a expressão de uma cultura vivenciada naquele sertão do antigo norte de

Goiás e que a valorização das culturas locais contribui para o fortalecimento das identidades, sem esquecer que “a escola é tanto produtora como produto da sociedade” (FARIA FILHO, 2002, p. 22).

No ano de 1974, a festa junina do INSL contou com a presença da Madre Superiora Geral da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Sœur Rosa morava na França e estava em visita às comunidades e instituições da Congregação no Brasil. Com a coordenação das 8<sup>as</sup> séries, realizou-se a tradicional festa junina na noite do dia 28 de junho, “com grande afluência de povo, num ambiente alegre e familiar e Sœur Rosa teve assim a oportunidade de assistir a uma das festas típicas brasileiras neste sertão goiano (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 176).

As festas de caráter religioso estavam presentes ao longo do calendário escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Como escola confessional católica a tríade ação pedagógica, ação pastoral e formação espiritual permearam todos os espaços e tempos do colégio anastasio-dominicano: aperfeiçoamento intelectual a partir do currículo, vida de oração diária e catequese, como já pontuado, e as celebrações religiosas de cada tempo do calendário católico: semana Santa, com destaque para o domingo de Páscoa; *Corpus Christi*, dia de Nossa Senhora de Lourdes (11 de fevereiro); mês de maio dedicado à Nossa Senhora; festa da padroeira local, Nossa Senhora dos Remédios, em 8 de setembro e Natal e do calendário da Congregação: festa da fundadora, Madre Anastasie, dia 21 de abril; dia de São Domingos de Gusmão em 04 de agosto e o mês de outubro, dedicado ao Rosário, em especial o dia 07, devotado à Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Congregação (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982).

Todas estas datas eram comemoradas com a celebração da Santa Missa, momentos de oração, a reza do terço na capela do Colégio - como acontecia durante todo o mês de outubro - e apresentações diversas. A força da vivência religiosa católica por meio destas comemorações e festas religiosas revelaram-se como “momentos extracotidianos” (CURADO, 2016, p. 3) que favoreciam percursos formativos da teologia católica e da espiritualidade anastasio-dominicana.

As cerimônias de formatura, que são importantes momentos no funcionamento das instituições escolares, caracterizam-se como um dos elementos formativos da cultura escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, registrados com evidência pelas fontes catalogadas nesta pesquisa. A cada final de ano, iniciando em 1961, com a conclusão da primeira turma do Curso Normal Regional, como já exposto acima, concorria-se à Igreja Matriz, ao salão de

eventos ou à quadra de esportes do INSL os formandos, suas famílias, familiares, conhecidos, além de paraninfos e homenageados.

A formatura escolar, na concepção de Werle (2005), coroa uma etapa de estudo, constitui um avanço reconhecido publicamente pela instituição pela sociedade, um divisor entre os que alcançaram tal etapa e os demais. Por isso, pode ser considerada como um rito de passagem (GENNEP, 2011), tendo em vista que os sujeitos, através dessa cerimônia e desse evento social, passam de alunos a formados, pessoas que concluíram seu processo escolar e estão em outro patamar social (SILVA, 2015).

Como uma festa, um evento e um rito escolar, a formatura é momento propício para que a instituição educativa se comunique, não só com sua comunidade interna, mas com toda a comunidade. Diante da sociedade e das autoridades religiosas e civis, que costumeiramente, prestigiavam estas cerimônias, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes consolidava sua proposta educativa e introjetava sua importância institucional e a abrangência de sua ação formativa.

As fotos de formatura dos egressos do Instituto Nossa Senhora de Lourdes revelam que estas cerimônias eram simples, mas repleta de pessoas. Como lembrou Rodrigues (2021), em seus depoimentos, “era formatura de oitava série, mas a cidade estava em peso na cerimônia”. Apesar de singelas, as cerimônias de formatura tiveram grande repercussão na comunidade e na região, com presença de caravanas de cidades vizinhas que vinham prestigiar os conterrâneos concluintes do curso ginásial ou do segundo grau (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982).

**FIGURA 40** - Cerimônia de Formatura, sem data. Irmã Ana Rita (diretora) entrega cumprimenta e entrega o “canudo” à formanda.



**Fonte:** Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicana de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF (2021).

**FIGURA 41** - Formandos do Curso Normal Regional de 1965 com a diretora Madre Odete após o almoço festivo na casa de uma das formandas



**Fonte:** Arquivo pessoal de Solange da Eucaristia Xavier Dourado (2021).

As diversas lembrancinhas de formatura disponibilizadas do arquivo pessoal de Joaquim Francisco Batista Resende demonstraram o sentimento de gratidão em suas mensagens e de religiosidade nas estampas das lembrancinhas, ratificando o caráter formativo cristão do INSL. Os convites de formatura destacam sempre a celebração da Missa de Ação de Graças e do ritual de formatura. Viagens e outras festas, como os bailes, eram de caráter exclusivo dos formandos, que trabalhavam “para arrecadar fundos ou ganhavam patrocínios de políticos e deputados havia todo um trabalho de arrecadação de dinheiro ou havia patrocínio de deputados ou de algum político [...] mas nem todas as turmas que formaram fizeram isso” (RESENDE, 2021).

Entre os eventos que foram incorporados ao calendário escolar do Instituto Nossa Senhora de Lourdes destaca-se a Semana da Comunidade. Idealizada no tempo escolar de Irmã Lucília, teve sua primeira edição no ano de 1971 e perdurou por vários anos. Inseriu-se na “memória coletiva” do alunado, das religiosas e professores da década de 1970, visto que muitos deles destacaram este evento como um dos acontecimentos marcantes da trajetória do INSL e de sua formação escolar. Como ensinou Halbwachs (2004, p. 90, 99), “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” [...] “e a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”.

De 23 a 28 [de agosto de 1971] tivemos a semana da Comunidade. Organizada pela 4ª série e sua Regente, ficou assim programada: Dia 23: Palestra sobre “cinema meio de recreação e escola de arte” a cargo do Dr. Feliz Cavalcante, Juiz de direito da Comarca. A recepção dos assistentes e os números de arte ficaram a cargo da 1ª série A; Dia 24: Palestra sobre “Educação da criança e adolescente” a cargo da Professora Diran Batista de Moura. Os números de arte e recepção a cargo da 1ª B; Dia 25: “A droga e o jovem” - tema desenvolvido pelo Dr. Jesi José de Moura, Promotor de Justiça. A 2ª série encarregada dos números de arte e recepção, apresentou um belíssimo jogral sobre o trabalho, além do canto que executou magistralmente; Dia 26: O Gerente do Banco do Brasil local, Sr. José Jamil Martins Fernandes proferiu interessante e instrutiva palestra sobre “Transações bancárias”. Os números de arte estiveram a cargo da 3ª série; Dia 27: “A reforma do ensino”, prevista para 1972 foi o tema muitíssimo bem desenvolvido por Ir. Ana Rita Lopes, Diretora do Instituto. Coube a 4ª série receber e apresentar os números de arte daquela noite; Dia 28: Grande desfile onde 55 grupos de pessoas e trabalhos passaram ante um público numeroso como nunca. À frente do cortejo desfilou nosso Bispo que ficou conosco todos aqueles dias e que depois de curta ausência voltará para a festa de 8 de setembro. O desfile proporcionou ao público de nossa cidade, uma tarde de confraternização, ressaltando o valor de cada indivíduo na comunidade (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 137-138, *sic*).

Nas memórias de Irmã Ana Rita Lopes de Souza (2021), a semana da comunidade expressava “a proximidade, esse encontro com as famílias, esse estar junto, tão valorizado pelo colégio e incentivado por Irmã Lucília, que revolucionava toda a cidade e eu ficava impressionada de ver como é que ela fazia isso”. Este evento era uma “forma de valorização de todas as profissões, do juiz ao pedreiro, todo mundo participava com seu instrumento de trabalho” (COSTA, 2021a).

De forma dinâmica e criativa, a semana da comunidade quebrou paradigmas na sociedade arraiana, incentivando a equidade entre todos - “um ponto muito positivo foi a igualdade de classes” (DOMINICANO, 1971, p. 4) -, enquanto os estudantes aprendiam sobre as diversas profissões, como num programa de orientação profissional. Por parte das religiosas educadoras havia sempre a expectativa de “que alguma coisa de bom tenha ficado na alma do povo” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 142).

Para Maria Auxiliadora Pereira de Moraes (2021), a semana da comunidade e outros momentos promovidos pelo INSL favoreciam a interação escola-comunidade. Para ela, “hoje as escolas se esforçam para ter projetos assim e naquele tempo já tinha no colégio [...] essa interação dos pais e escola [...] o envolvimento com a comunidade era fortíssimo”.

E o famoso desfile de 7 de setembro? Era um evento esperado e preparado por todo o Colégio, em que os “alunos mostravam de que são capazes e ofereciam à cidade, um belo espetáculo, com o desfile muito bem organizado” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 194). O primeiro desfile de 7 de setembro aconteceu em Arraias no ano de 1965, coordenado pelo INSL, “foi um curioso acontecimento que colocou

o pessoal às portas e janelas" (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 82). Mais curioso foi ter sido um ano após o golpe militar de 1964, tendo em vista que o projeto cívico do regime, entre outros, visava a

(re)educação da juventude a partir de normas que valorizassem a disciplina, a hierarquia, a obediência e o nacionalismo, [...] tendo em vista também seu conteúdo anticomunista, ou seja, como antídoto necessário contra ideologias estranhas, que poderiam seduzir facilmente alguns jovens (CORDEIRO, 2012, p. 28).

No quebra-cabeça das fontes catalogadas não encontramos evidências de que o desfile tenha sido por este motivo, mas como nos anos anteriores, uma homenagem à Pátria, realizada sempre em frente ao paço municipal com hasteamento de bandeiras e performance de ginástica pelas alunas do INSL. Em 1965, a diretora era a Madre Odete, precursora de um processo de mudanças nas práticas do colégio.

Bem provável que suas experiências em outras instituições escolares anastasianas-dominicanas com desfiles de 7 de setembro motivaram a ousadia de colocar nas ruas de Arraias os alunos do INSL, com uniforme de gala, fanfarra e coreografia (DOURADO, 2021; BERNARDES, 2021). Os desfiles não tinham o caráter de parada militar, como são chamados até então, desfiles cívico-militares. Em Arraias, a primeira corporação militar efetivou-se no ano de 1981, na 1ª Companhia Independente da Polícia Militar.

Com o passar dos anos, o desfile de 7 de setembro tornou-se um evento que mobilizou todos os alunos, professores, religiosas e a comunidade. O egresso Joaquim Francisco Batista Rezende (2021), entre suas lembranças sobre o INSL destacou sobre o desfile que “[...] o mês de agosto todo a gente ensaiava todos os dias à tarde. [...] A fanfarra ficava tocando para fazer a marcação dos passos [...] tinham as meninas que faziam balizas, tinham as homenagens com as bandeiras em ordem de importância [...]”. Os desfiles “sempre apresentavam algo da história, sempre tinha um tema e a gente desfilava na cidade inteira”, pontuou Rodrigues (2021). “E a comunidade saía, não ficava ninguém nas casas, todo mundo ia para a praça para ver o desfile” (DOS SANTOS, 2021).

Entre festas, eventos, saberes, tempos e espaços uma parte da caixa preta do Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi acessada e possibilitou conhecimentos da trajetória, das memórias e da cultura escolar desta instituição anastasiana-dominicana em meio ao sertão do antigo norte/nordeste de Goiás.

#### **4 INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES: EDUCAÇÃO ANASTASIANA-DOMINICANA EM ARRAIAS**

Uma investigação dessa natureza evidentemente só poderá ser tecida entre as memórias e arquivos. As memórias remetem a uma relação passado presente [...] Os arquivos incorporam tanto os processos de edição dos documentos quanto a interpretação do historiador (SANTOS *et all*, 2010, p. 8).

A presença do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em Arraias é inegável. Até hoje o antigo prédio, que abriga o atual Colégio Estadual Joana Batista Cordeiro, da Rede oficial do Estado do Tocantins, apesar de singelo, destaca-se no alto do morro está presente nas memórias de seus egressos, ex-professores e famílias que tiveram algum envolvimento com a instituição ou com as religiosas anastasianas-dominicanas em suas inserções na comunidade.

De uma instituição modesta, com poucos alunos, aos poucos o INSL expandiu-se e tornou-se o “Colégio de Arraias” e região. Foi um marco educacional para a cidade e para outros lugares do antigo norte e atual nordeste de Goiás. Ergueu-se como um marco da religiosidade católica, de práticas caritativas e de inserção social. No entanto, sua história enquanto trajetória findou-se: o primeiro semestre do ano de 1982 foi o último tempo de funcionamento da instituição escolar que completou sua trajetória, mas permaneceu residente nas memórias.

Nesta seção serão apresentados alguns traços da atuação do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, referentes à sua inserção em Arraias, a partir de ações desenvolvidas em seu interior, mas que suplantaram os muros escolares e o aprendizado regular, na maioria das vezes como resposta a carecimentos da comunidade, seja no campo religioso ou sociocultural.

Na seção anterior, alguns apontamentos já foram feitos, pois ao longo da pesquisa foi difícil dissociar elementos da cultura escolar produzido pelo INSL sem relacioná-los a aspectos extraescolares. Nesta seção da Tese, como nas anteriores, as fontes orais embasaram, em grande parte, o seu constructo. Mas como elucidada a epígrafe do capítulo esta investigação só pode “ser tecida entre as memórias e arquivos”. Nos arquivos preservam-se “vestígios de práticas humanas” (ANHEIN, 2018, p. 152) e são “lugares memoráveis” (RICOEUR, 2007) e nas memórias guardam-se (arquivam-se) “relatos e representações, simbólicas ou materiais [...] Uma memória integrada nas práticas do cotidiano” (MAGALHÃES, 1999, p.69).

#### 4.1 O “Colégio das Freiras”: marco educacional, religioso e sociocultural em Arraias

Alguns movimentos escolares se destacaram no Instituto Nossa Senhora de Lourdes e se projetaram além da escola. Entre eles, o Grêmio Literário Recreativo Dr. João d’Abreu fundado no dia 15 de outubro de 1958 (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982), que se transformou após o Decreto nº 6.8065/7 em Centro Cívico Escolar Dr. João d’Abreu. Conforme Silva (2009, p. 146), o Centro Cívico escolar, criado pelo governo federal no auge do regime militar “foi usado para controlar o movimento estudantil. Era uma associação do corpo discente, assistido por um professor orientador da confiança do diretor, cujo objetivo era o de promover atividades cívicas, culturais e artísticas, de caráter ideológico e, definidas pelo governo”. O Jornalzinho “Dominicano” até a última edição de 1971 era intitulado de “Órgão do Grêmio Estudantil do Instituto Nossa Senhora de Lourdes”. A partir do ano de 1972 passa a ser intitulado de “Informativo do Instituto Nossa Senhora de Lourdes”, visto que à força da lei, os grêmios estudantis foram proibidos e substituídos.

Dos egressos entrevistados somente um se referiu ao Centro Cívico, os demais sempre intitulavam de Grêmio Estudantil. Seja como Grêmio Estudantil ou como Centro Cívico Escolar, esse movimento articulou nos alunos, sempre incentivados pelas educadoras religiosas e demais professores, práticas que refletiram interna e externamente, numa perspectiva de transformação a partir de pequenas ações.

Joaquim Cardoso Costa (2021b) relatou que participou diversas vezes da diretoria do Grêmio Estudantil, como diretor artístico, pois tocava instrumentos musicais e foi presidente do Grêmio Estudantil no ano de 1977. Sua participação possibilitou “as experiências que eu tive de liderança e me deu essa dimensão de relacionamento, da parte mais política dos estudantes em si” (COSTA, 2021b). Outros entrevistados relataram a atuação deste movimento, sempre sob os olhares vigilantes das freiras. No INSL, “tinha uma sala só para o Grêmio. [...] Nas reuniões sempre uma delas estava presente, se decidisse um passeio, não saía do colégio sem ter o aval delas” (MORAES, 2021).

A publicação do Jornalzinho “Dominicano”, de responsabilidade do Grêmio Estudantil/Centro Cívico, foi um elemento significativo da cultura escolar no Instituto Nossa Senhora de Lourdes, e exemplo de que esta produção ia além dos limites institucionais. Na atualidade, discute-se muito sobre ir além dos muros da escola, está em pauta a relação escola-comunidade, existe uma preocupação latente nos projetos pedagógicos institucionais o extensionismo e as ações comunitárias como uma forma de inserção das escolas no meio social.

O sociólogo Zygmund Bauman (2010, p. 9), ao referir-se sobre a cibercultura nos tempos hodiernos, aponta que esta simboliza “um exercício de transgressão de fronteiras e transcendência dos limites” o que possibilita, talvez de maneira mais fácil, com o uso das tecnologias de informação e comunicação, esta relação com o meio. Ou talvez não? Mas é curioso, como o *Jornalzinho*, “Dominicano”, de poucas páginas - 10 no máximo - mimeografado a álcool ou à tinta e grampeado, repercutiu em Arraias, na região e em outros lugares, como Goiânia e Brasília.

A cultura escolar é formativa e a análise do “Dominicano” revela um processo de aprendizagem, complementar às atividades didáticas e mostra como o INSL foi um veículo de formação de leitores, escritores, de uma formação mais ampla, não só dos alunos, mas dos professores e de toda a comunidade que recebia, lia e participava do “Dominicano” com pequenas inserções e comentários em suas edições.

A primeira edição do “Dominicano” foi em junho de 1967. Não foi possível identificar sua última edição. Acessamos, coletando ali e acolá, algumas delas, sendo a última obtida datada de maio/junho de 1978.

FIGURA 42 - Primeira edição de junho de 1967 e edição de maio/junho de 1978 do “Dominicano”



Fonte: Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicana de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF (2021).

“Dentre os movimentos escolares e estudantis, ressaltamos o torneio de oratória para a escolha do orador do grêmio. É um certame digno das grandes capitais e **que desperta interesse**

**em toda a cidade”** (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 168, grifos nossos). Incentivado pelas Irmãs e pelos professores, mas organizado pelos estudantes, o concurso de oratória era concorrido entre os alunos do INSL para a escolha do melhor orador que faria os principais discursos nas festas e eventos do colégio daquele ano. Leonor dos Santos Rodrigues (2021) assim relatou:

Era gaga e irmã Lucília trabalhou comigo me ensinando como falar, me colocando para falar mais devagar, ela trabalhava comigo nessas poesias que eu declamava, na realidade eu fiz um discurso para o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, eu concorri a orador, só que eu falei tão bonito declamando que eles me colocaram como declamadora (RODRIGUES, 2021).

O concurso de oratória anual do INSL era um contributo para o desenvolvimento da arte de falar em público, do espírito criativo e crítico, do incentivo à leitura e à produção textual, além da formação de redes de sociabilidades que poderiam influenciar as trajetórias futuras dos alunos, como o caso de Rosalvo Leomeu, egresso do INSL, lembrado nos depoimentos de Magda Suely Pereira Costa, Joaquim Cardoso Costa, Joaquim Correia e Ivany Magalhães.

Rosalvo Leomeu era um menino do sertão, pobre e sem condições, calado e sucumbido, que veio para a cidade para estudar e morar nas casas alheias. Acolhido pelo padre da paróquia, muito inteligente e estudioso, ganhou uma bolsa das irmãs para ingressar no INSL. Os concursos de oratória o fizeram destacar-se, apesar de não ter vencido nenhum. Foi escolhido para discursar para o governador de Goiás em uma de suas visitas a Arraias. Seu discurso resultou em uma bolsa de estudos em Goiânia. Tornou-se jornalista e escritor de carreira, com inúmeras publicações (COSTA, 2021b; CORREIA, 2021; MAGALHÃES, 2021).

As Irmãs tinham “essa preocupação de pegar as pessoas mais humildes para extrair delas o seu potencial e fazer com que aquilo fosse reconhecido, que fosse para frente, por isso que eu acho que era uma escola libertadora” (COSTA, 2021a). O Jornal do Tocantins, edição de 03 de agosto de 2020, publicou um dos poemas de Rosalvo Leomeu, “O Sonho de Arraias”, em que o poeta faz alusão ao INSL, às Irmãs Dominicanas e de forma simples conta a trajetória histórica de Arraias.

A vida é um sonho, diz Calderón de la Barca / E crendo nisso D. Luis de Mascarenhas  
E Felipe Antonio Cardoso deram as senhas / Para Domingos Pires (1740)  
Traçar uma nova arca / cheia de tesouro / de pepitas de ouro  
Que forjavam novas sinas / para uma cidade cheia de colinas  
Do sangue nativo do Boqueirão dos Tapuios / do sangue migrante dos lusitanos  
[...]  
Como diria Luiz Vaz de camões / Na República “novos tempos ara”  
E na mais longe Arraias já chegara / Com a escola de português e francês  
Com uma oficina de francês e português/ Sob a regência de um poliglota inovador,  
Sob a batuta do juiz, jurista e professor / Dr. José Brasília da Silva Dourado (1904)

Com competência e talento no seu costado.  
 Não se poderia arredar do batente / mas era preciso seguir em frente  
 Em uma nova escola primária / largando velhos estigmas  
 Com novas ideias e paradigmas / ministrados / decodificados / revisados  
 Por Dalila Dourado Baptista (1929) / Por Adelina Ribeiro de Magalhães (1929)  
 Seguidas pelas normalistas / novas mestras e ativistas / Oriundas e egressas  
 Da Escola Normal de Porto Nacional (1923) / Do antigo Porto Real de tanta glória  
 Que badalaram um novo sino / empunhando o bastão do ensino  
 Nessa corrida das Letras e da História  
**O Sr. João d'Abreu enlargueceu a visão / Com as Irmãs de São Domingos de Gusmão**  
**Seguindo os passos de Mère Anastasie**  
**No Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1958)**  
**Que foi para a região um farol / formando gerações de escol**  
**Tocando humanísticos acordes / com mensagens cristã concordes**  
 Seguindo essa estrela de luz a Unitins (1991)  
 E depois a Universidade Federal do Tocantins /  
 Que é candelabro no Sudeste tocaninense  
 Que é luminária para o Nordeste de Goiás / Que é candeia para os baianos dos Gerais  
 Dentro do inconsciente coletivo / Está desenhado pra se ver  
 Que a Cidade das Colinas quer ser / Para novos Sócrates uma Àgora  
 Para novos Aristóteles um Lyceu / Para novos Platões uma academia  
 No passo, no compasso e sintonia / De uma visão hodierna global  
 Da defesa amazônica e ambiental / Com um ideal que enseja  
 Ser inscrito em um obelisco / Com as teses de Francisco  
 Em Louvado seja / Este é o sonho de Arraias  
 Este é o futuro de Arraias (grifos nossos).

O poema de Rosalvo de Leomeu revela o quanto a educação anastasiana-dominicana marcou gerações. As práticas educativas adotadas pelo INSL, de maneira especial pelas professoras religiosas, exerceram significativa influência sobre o alunado. Cenas da vida de Madre Anastasie e São Domingos de Gusmão, bem como elementos da espiritualidade e filosofia anastasiana-dominicana ficaram impregnadas na trajetória dos egressos. O trabalho de História Oral, metodologia que perpassou toda esta Tese, possibilitou-nos compreender a incorporação do *habitus* anastasio-dominicano na vida de muitos egressos, como já abordado no capítulo 3 e que ratificamos aqui com este poema e a partir das memórias de Marisa Alves (2021),

elas nos davam uma visão global de vida em si, elas educavam a gente com muito esmero, com muita preocupação em formar valores. Isso eu carrego até hoje. Eu acho que boa parte dos meus sentimentos de solidariedade com o outro, de humanidade de caridade acima de tudo é herança das dominicanas e do que elas ensinavam.

Rosalvo Leomeu foi autor da letra do Hino do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, na condição de ex-aluno e estudante universitário em Goiânia. Um poema que sofreu adaptações para fins de musicalidades feitas pela Irmã Angélica Pereira de Almeida, religiosa que viveu em Uberaba e, além de professora de Língua Portuguesa, era música (SANTOS, 2020). O hino

foi executado pela primeira vez em 1973 por ocasião dos 15 anos de fundação do INSL e passou a ser entoado pelos alunos, costumeiramente.

Sob o céu estampado de Arraias / Uma estrela brilhante luziu  
 E na encosta de verde montanha / doce a voz de Domingos se ouviu.  
 Como a flor pequenina, mimosa / meu colégio humilde nasceu  
 E na mansa calada, em surdina / para a glória de Arraias, cresceu  
 Vislumbrante a cidade inteira / se ergue sob o céu de anil  
 em mensagem de fé pioneira / p'ra esse canto do nosso Brasil  
 Nosso escopo é uma meta de glória / tendo em Deus o augusto sinal  
 Alcançar na união a vitória / é o nosso supremo ideal  
 Construtores cientes da História / em meu colégio educam com amor  
 Bons cristãos, brasileiros sinceros / vão nascendo de intenso labor.  
 Sob o teto pujante do céu / afastando das trevas o véu  
 Em um brado triunfante de fé / gritaremos, gritaremos gigantes de pé.  
 Meu colégio enternecido / tua verdade resplandecerá  
 No meio desta terra estremecida (bis). Tão sentida / fale alto o teu ideal.

Outro movimento escolar expressivo, além de constitutivo da cultura escolar do INSL, marco cultural para Arraias, foi a formação da Academia Estudantil Arraiana de Letras. Conforme o Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1957-1982, p. 175), no dia 08 de junho de 1974, no pátio do colégio

houve a apresentação dos trabalhos dos alunos que concorriam às cadeiras da Academia Estudantil de Letras. Foi uma sessão belíssima. O ambiente, seletivo, contribuiu para a solenidade da reunião que provou mais uma vez o valor e competência dos alunos. Dia 15, no Clube Social Arraiano, teve lugar a posse dos 30 acadêmicos que passaram a ocupar suas respectivas cadeiras. Cada uma delas traz o nome de um arraiano ilustre, como patrono. A solenidade foi imponente na sua simplicidade, bela de uma beleza ímpar, para o regozijo dos pais que viam seus filhos destacarem-se pelo amor às letras, à cultura e às artes.

A Academia Estudantil Arraiana de Letras foi criada com o intuito de promover a cultura na cidade, a partir do INSL. O incentivo à leitura e a produção precisava extrapolar os muros da escola e evidenciar aqueles que se destacavam e foi a maneira encontrada para isso. Com o tempo o número de cadeiras e patronos aumentou, pois o movimento tomou proporção maior. Moura (2021a), durante a entrevista, citou um caderno de atas das reuniões da academia em que se registravam as discussões e encaminhamentos feitos pelos acadêmicos, no entanto, essa relíquia da cultura escolar produzida pelo INSL, infelizmente, não foi encontrada. Para Maria Ivatônia Barbosa dos Santos (2021), o INSL foi o centro da vida cultural de Arraias,

as freiras criaram com os professores de Literatura a Academia Arraiana de Letras e eu ocupei a cadeira 36, o patrono era Raquel de Queiroz, havia concursos, a gente escrevia, mostrava o seu talento, um cantava, o outro escrevia, fazia redação, a gente concorria e tinha a solenidade de posse da Academia Arraiana de Letras e era muito *chic*, muito bacana, muito legal [...] (SANTOS, 2021b).

O “Dominicano”, em sua edição de agosto-setembro de 1977 trouxe em primeira página a seguinte notícia:

O I. N. Sra. de Lourdes viveu uma noite de gala com a tomada de posse de novos acadêmicos. A cerimônia realizada no dia 27 de agosto teve a finalidade de preencher as cadeiras vagas, ocupadas anteriormente por alunos que foram para outras cidades. São esses os novos acadêmicos: Maria de Fátima Lopes, Joaquim Francisco Batista Resende, Ana Lúcia Arantes, Sônia Regina C. Cavalcante, Idalina Serpa, Eliene Bento Luiz e Marly de Fátima Franco.

Por trás das cerimônias de gala, da posse dos que foram eleitos como ‘estudantes imortais’ arraianos, a existência e publicidade desta Academia Estudantil de Letras de Arraias possibilitaram, tanto para a escola como para a sociedade, o incentivo à prática de leitura. Apesar da escola não ser a única responsável pelos hábitos e práticas de leitura, a iniciativa do INSL, naquele contexto, era a única forma dos estudantes, suas famílias e a comunidade, receberem incentivo e terem a possibilidade de acesso a meios materiais, suporte de leitura e incentivo, além do discurso “sobre a importância da realização da prática de leitura realizada como forma modificadora de seu mundo e como forma de “viajar” por lugares improváveis” (CORSI, 2016, p. 52).

Conforme os relatos de Irmã Ana Rita Lopes de Souza, “eu acho que a gente fez uma coisa muito importante com a escola e comunidade ligados. Mas a escola e comunidade eram ligados. O colégio era, era tudo naquela cidade. Tudo o que a gente fazia chamava toda comunidade” (SOUZA, 2021). E havia, por parte do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em sua proposta educativa, uma preocupação com a formação da comunidade, em geral

dia 20 [de outubro de 1970], chegava em nossa casa, Irmã Nívea Padim<sup>53</sup> com intenção de ficar conosco uma semana. Vinha a pedido de Irmã Lucília, fazer uma série de palestras sobre catequese, promoção humana e educação sexual. Nossos alunos, os pais, o povo em geral da cidade estiveram presentes, foram dias muito proveitosos para todos (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 12).

Muitas ações de saúde na comunidade arraiana partiram do INSL. No capítulo primeiro fizemos referências aos objetivos da Congregação de Madre Anastasie, desde sua fundação, que se desdobrava entre a educação e a saúde. Em muitas fundações brasileiras, como Uberaba-MG e Conceição do Araguaia-PA, o carisma da Congregação manifestou-se em cuidar do

---

<sup>53</sup> Irmã Nívea Padin, mais conhecida como Ir. Violeta (nome de religiosa), pertencia a uma família tradicional de São Paulo, era médica formada pelo curso de Medicina da UFMG, em 1948. Ingressou na Congregação de Monteils e atuou como médica na região do Araguaia por muitos anos.

colégio, no apostolado educacional e cuidar de hospitais, no apostolado com a saúde. Em Uberaba-MG, as Irmãs mantiveram por muitos anos o Hospital São Domingos (LOPES, 2018) e em Conceição do Araguaia, o Hospital São Lucas (LUZ, 2018).

Em Arraias, trabalharam algumas religiosas enfermeiras, como a Ir. Zulmira Jubé, entre os anos de 1976 e 1977, Irmã Berenice da Silva Santos, entre os anos de 1979 e 1982, Irmã Dulce Marinho, entre os anos de 1983 e 1992, Irmã Lúcia Gomes entre os anos de 1987 à 1989 e Irmã Úrsula Bandeira, entre os anos de 1990 à 1992. Apesar de não ser o objeto desta Tese, julgamos pertinente fazer referência às questões de saúde implementadas em Arraias a partir do INSL e posterior ao seu fechamento, mas como ressonâncias de sua atuação.

O trabalho de Irmã Berenice - Irmã Beré - como ficou conhecida na cidade, foi de grande envergadura junto à saúde pública da cidade. Ao entrevistá-la, suas memórias revelaram que o Instituto Nossa Senhora de Lourdes e sua proposta educativa marcou os diversos setores da sociedade arraiana e não só a educação, e trouxeram à baila que

naquele tempo não tinha hospital em Arraias, o posto de saúde tinha só uma atendente, então eu fui trabalhar, a prefeitura me contratou para trabalhar no setor da saúde. Eu trabalhava num período, morava no Colégio, trabalhava meio período na prefeitura no posto de saúde e o restante do tempo eu dava assistência às pessoas, aos doentes e ao centro Santa Filomena que estava em construção. [...] a gente fazia os partos em casa [...] Arraias não tinha infraestrutura. Poucos períodos a gente teve um médico [...] (SANTOS, 2021).

O trabalho das religiosas do INSL com as práticas de saúde em Arraias permanece nas memórias dos egressos e dos arraianos. Muitos se recordam de atividades de saúde realizadas na cidade e atribuem às ‘irmãs do colégio’, mesmo com o fechamento da instituição escolar em 1982. Isso se justifica em razão da permanência das religiosas em Arraias até o ano de 1996, sem estarem à frente de atividades educacionais, mas dedicando-se às questões de saúde, à pastoral paroquial e atividades assistencialistas junto aos pobres e ao asilo da cidade.

[...] a irmã Berenice que era da área de saúde também foi uma pessoa muito importante para a região, como a irmã Dulce. São duas freiras que deram muito auxílio na questão de saúde no município, de se doar inteiramente para o povo porque nós não tínhamos médico naquela época. Arraias carecia bastante desse auxílio e isso era importante, foi fundamental porque as orientações de saúde que a gente tinha ou recebemos de Beré ou da Irmã Dulce, porque não tinha médico lá (RESENDE, 2021).

A partir do ano de 1987, com a edificação do hospital Nossa Senhora dos Remédios em Arraias, a Irmã Dulce Marinho assumiu a direção dos trabalhos à frente da unidade de saúde e contou com a colaboração das Irmãs Lúcia Gomes e Maria da Cruz. As religiosas anastasianas-dominicanas continuaram, através do trabalho com a saúde, “num espírito de colaboração a dar

respostas às necessidades locais [...] procurando desenvolver um trabalho comunitário e humanizante, proporcionando tratamento básico para todos, independente de credo, raça e classe social” (HISTÓRICO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE ARRAIAS, 1982-1988, p. 62).

Retornando ao foco da Tese. As propostas educativas e as sociabilidades do INSL constituíram marco educacional em Arraias. Uma carta redigida pela Priora Provincial, a Madre Superiora das religiosas de Arraias que residia em Brasília, Irmã Valéria Moutinho, após uma visita à comunidade do INSL, em maio de 1975, elogia o trabalho desenvolvido pela instituição escolar

quem tiver descrendo de educação e do papel da escola, que faça um estágio aí em Arraias. Vocês encarnam as palavras de Cristo: “eu vim para servir e não para ser servido”. A comunhão com o Senhor, para vocês, significa realmente, uma vida cristã centrada no compromisso concreto e criador, de serviço aos outros. Todo mundo já está cansado de palavras. E a vez da ação e nisso vocês são as campeãs (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 187).

A comemoração dos 15 anos do INSL em 1973 evidenciou a escola anastasiona-dominicana como um marco e um diferencial na educação local e regional. O dia 11 de fevereiro de 1973, dia dedicado à Nossa Senhora de Lourdes, no calendário católico, foi dedicado ao *début* da instituição escolar com a presença das religiosas fundadoras, dos idealizadores e construtores João d’Abreu e Gustavo Balduíno, ex-alunos, ex-professores, alunos, professores, famílias, religiosas e comunidade em geral. Poemas, fogos, gincana, almoço festivo, celebração da santa missa, baile e bolo movimentaram o dia dos arraianos em torno do INSL. O Jornalzinho “Dominicano” dedicou o primeiro volume de março de 1973 para contar em detalhes como tudo aconteceu, destacando que naquele ano já se contabilizava um total de “508 alunos que daqui saíram levando não só um canudo nas mãos, mas conduzindo uma bagagem sólida e consciente de formação religiosa, social e moral” (DOMINICANO, 1973, p. 2).

É próprio da Escola Católica criar um ambiente de comunidade escolar animado pelo espírito evangélico de liberdade e de caridade, ajudar os alunos, para que, ao mesmo tempo que desenvolvam a sua personalidade, cresçam segundo a nova criatura que são em razão do Batismo, e ordenar finalmente toda a cultura humana à mensagem da salvação, de tal modo que seja iluminado pela fé o conhecimento que os alunos adquirem gradualmente a respeito do mundo, da vida e do homem (GE, 1965, nº 8).

Os 15 anos do INSL comprovou um *ethos* escolar por parte da instituição que está em consonância com a proposta educativa anastasiona-dominicana e com as prerrogativas de uma educação católica almejada pelo Concílio Vaticano II e reconhecidos *ad intra* e *ad extra*. O *ethos* escolar, conforme as concepções de Stöer e Araújo (2000, p. 67), é a “afirmação de uma

identidade, de «*differentia specifica*» que realça a “particularidade cultural e educacional de uma escola”.

Consoante a estes autores, o *ethos* configura elementos característicos específicos de uma instituição escolar e uma identidade específica que a diferencia das outras. Sem dúvidas, existe um “conjunto coerente de ideias, crenças e atitudes face ao trabalho escolar” que formam este *ethos* e que “criam e mantêm esquemas interpretativos comuns aos seus intervenientes, que criam e recriam os sentidos das práticas, das relações entre os atores escolares e entre estes e o contexto externo das escolas” (CARVALHO, 1997, p. 455).

O *ethos* de uma instituição escolar resulta da influência e da confluência de suas dimensões, saberes, espaços, tempos e filosofia que sedimentam e conformam os rituais, os valores, as crenças e a ideologia e que constituem e consolidam sua cultura escolar. O *ethos* do INSL em seus 15 anos de fundação e funcionamento, até 1973, foi evidenciado pelos tempos desta escola e pela liderança positiva e diretiva das religiosas anastasianas-dominicanas que estiveram à frente, como guardiãs da chama de uma educação integral, humanizadora e cristã-católica, evidenciada nos discursos das festividades, conforme o “Dominicano” (1971) e nas memórias alcançadas de tempos posteriores ao seu *début*.

Memórias que acenam para a modificação cultural de toda uma população, tendo os estudantes como elo com as famílias e ao mesmo tempo como forma de atuação sobre as mesmas - o *ethos* escolar alcançando e transformando costumes sociais. De fato, “a obra de elevação cultural desenvolvida pelo colégio Nossa Senhora de Lourdes credencia as queridas Irmãs Dominicanas ao respeito e à consideração de todo o povo arraiano” (DOMINICANO, 1971, p. 3).

A religiosidade foi uma das marcas deste *ethos* escolar do INSL. O espaço escolar da capela, conforme discorrido no capítulo anterior, não foi o único que trouxe para o interior do Instituto caráter eclesial de comunidade e ambiente educativo cristão pautado na exposição e proposição da fé católica. A imagem de Nossa Senhora de Lourdes colocada e inaugurada no dia 08 de dezembro de 1966 no jardim da fachada principal da escola faz parte de um costume antigo católico que se afirma como estratégia de reprodução de um modelo de ação e reflexão em torno do *ethos* religioso que sustentava a doutrina da salvação da Igreja (ALVES, 2013) mediante alguns recursos, entre eles, a escultura de imagens sacras, como a de Nossa Senhora.

A oito de dezembro [de 1966], assistimos à inauguração e bênção da Imagem de Nossa Senhora de Lourdes, nos jardins do Colégio. Essa homenagem nós a devíamos a Nossa Senhora, em agradecimento por tanta Bênção, tanta Graça que nos concedeu neste ano que já chega ao fim. Na entrada do Colégio, Nossa Senhora recebe a todos que aqui vêm procurar Deus e daqui Ela acompanha a todos que partem para dar testemunho

da Igreja por toda esta região do nordeste goiano. Deus fez grandes coisas por aqui. Somos agradecidas por tudo que deu a cada uma de nós, a nossos alunos e suas famílias (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 93-94).

Na concepção da História Cultural, a partir de Roger Chartier (2002) e do sentido de representação como algo ausente, a imagem de Nossa Senhora de Lourdes inaugurada nos jardins do Colégio representa a Virgem, que não está ali, mas que ali foi colocada para receber quem chega, acompanhar quem parte e, talvez, olhar quem sempre está por ali, os alunos. Ela é uma “apresentação de uma presença” (CHARTIER, 1991, p. 184), pedagogia própria da imagem na concepção tridentina da Igreja que perdura até então:

As imagens não foram introduzidas na igreja sem causa razoável. Elas derivam de três causas: a incultura do simples, a frouxidão dos afetos e a impermanência da memória. A incultura dos simples, que não podendo ler o texto escrito utiliza as esculturas e pinturas como se fossem livros para se instruir nos mistérios de nossa fé... A frouxidão dos afetos, para que aqueles cuja devoção não é estimulada por intermédio dos ouvidos, sejam provocados pela contemplação dos olhos... já que na realidade o que se vê estimula mais os afetos do que o que se ouve. Finalmente por causa da impermanência da memória, já que o que se ouve é mais facilmente esquecido do que o que se vê... assim por um dom divino, as imagens foram executadas nas igrejas para que vendo-as nos lembremos das graças que recebemos e das obras virtuosas dos santos (OLIVEIRA, 2000, p. 247).

A imagem de Nossa Senhora de Lourdes, olhando por todos, permaneceu em muitas memórias, como as expressas no “Dominicano”: “Jamais sairá da minha memória seu jardim florido, como uma cortina transparente a ocultar Nossa Senhora de Lourdes, tão branca, tão linda, com seu terço nas mãos a nos abençoar” (DOMINICANO, 1971, p. 2).

**FIGURA 43** - A Virgem de Lourdes nos jardins do Instituto, foto de 1969



**Fonte:** Arquivo da Província da Congregação das Irmãs Dominicana de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF (2021).

De um símbolo da religiosidade católica que embasava as práticas educativas do INSL, a imagem de Nossa Senhora de Lourdes tornou-se patrimônio cultural. A escultura permanece no mesmo lugar em que foi depositada desde sua inauguração. Compõe a fachada principal do Colégio Estadual Joana Batista Cordeiro e é reconhecida como um patrimônio cultural, pois lhe é empregada valores simbólicos que revelam a importância do passado para a sociedade arraiana, de uma cultura que se vincula e se conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). Desta forma, a imagem é “depositária de coisas relevantes do passado formativo comum de algumas gerações e de sua relação com o mundo e com a escola” (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 8), tendo em vista os inúmeros estudantes que comungaram da trilha educativa católica ofertada pelo INSL e contemplaram o ícone da Virgem de Lourdes em sua jornada escolar.

**FIGURA 44** - A Imagem de Nossa Senhora de Lourdes, atualmente, foto de 2021



**Fonte:** O autor (2021).

Associado ao *ethos* religioso, as práticas caritativas foram elementos marcantes da vida escolar no INSL, pois estão presentes, de maneira expressiva, nas falas recolhidas nesta

pesquisa. O almoço de domingo no asilo dos velhos, coordenado a cada semana por uma turma de alunos do INSL, sob a supervisão das religiosas, permaneceu muito forte, assim como a construção de casas para pessoas carentes da cidade.

[...] tinha outra coisa maravilhosa também que elas faziam que era o almoço aos asilados, cada turma era responsável e levava para o asilo, era sempre aos domingos e a turma se preparava. Dançavam com os asilados, cantavam, faziam apresentação antes do almoço, rezavam e depois servia o almoço. Cada domingo era uma turma, isso formava essa questão essa da solidariedade, de você olhar o outro (COSTA, 2021a).

[...] e o asilo, a gente que mantinha o asilo no domingo, os estudantes. [...] domingo o pessoal do asilo não fazia comida porque quem trabalhava lá também precisava descansar, então eram as turmas que tomavam conta (RODRIGUES, 2021).

[...] e até a caridade porque elas motivavam o grupo jovem a construir casas, o asilo quem cuidava era elas, nós que dávamos comida, todo domingo tinha uma turma que levava o almoço (MORAES, 2021).

Cada domingo tinha uma turma responsável pelo almoço do asilo (MAGALHÃES, 2021).

Eu me lembro bem que a gente fazia uma fila enorme e ia passando um tijolo de mão em mão entre mão até chegar lá. E construímos uma casa para seu Lesbão lá em cima e para uma senhorinha Tia Dorinha que era um tipo de rua que tinha aqui e que vivia aí ao léu (ALVES, 2021).

A prática e a vivência de valores altruístas provocados pelo INSL inserem-se em sua proposta de educação anastasiona-dominicana principado por Madre Anastasie, mas está ancorado, também, nas práticas da doutrina social da Igreja Católica (DSI) que propõe uma caridade que supere o assistencialismo, e tenha um olhar dirigido para promoção da dignidade do ser humano em seus direitos básicos, de maneira especial à criança, ao velho, ao órfão e outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

Num tempo em que pisar arroz era a condição básica para tê-lo como alimento, o colégio, “com a nova energia entrou em funcionamento nossa pequena máquina de arroz. **Aos sábados, ela só trabalha para os pobres da cidade**” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 103), que não eram poucos. As Irmãs tinham um olhar atento e voltado para todo tipo de sofrimento que existia na comunidade e, com a ajuda dos estudantes, tentavam amenizar, seja com alguém doente, passando fome ou qualquer outra situação (COSTA, 2021a).

Uma atividade de considerável alcance na sociedade arraiana promovida pelo INSL foi a Rádio São Domingos ou o serviço de alto-falante São Domingos. Essa rádio compõe a memória coletiva referente à instituição escolar. Dos colaboradores com esta pesquisa que permitiram acessar suas memórias, todos fizeram referências à Rádio São Domingos, ou por se

lembrarem dela ou por ouvirem falar dela. Para Pollack (1992, p. 202), os elementos constitutivos da memória coletiva

são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Costa (2021a) definiu a Rádio São Domingos como “um serviço de alto falante que tinha uma programação [...] bem interessante” e completou

[...] a hora do Ângelus, então todo dia às 18 horas eu estava lá com a minha programação que a irmã Ana Rita já tinha feito uma revisão, tinha uma revisão, era uma programação com músicas e mensagens de otimismo, algum comunicado que a sociedade quisesse, aniversários, notícias, alguma coisa importante, quando falecia alguém. Era um serviço de comunicação de Arraias (COSTA, 2021a).

Costa (2021b) complementou que a Rádio São Domingos “tinha uns programas de domingo. Promoviam-se concursos de canto para as crianças [...] à noite tinha o futebol, botavam uma pessoa para locutor, para narrar o jogo”. Dos Santos (2021) afirmou que “a cidade todinha parava para escutar a rádio São Domingos [...] entrava no ar como edição extraordinária, dava notícia dos falecidos” com os seguintes dizeres “este é o serviço de alto-falante São Domingos entrando no ar em edição extraordinária, caros amigos ouvintes, boa tarde” (RESENDE, 2021).

Joaquim Correia (2021) recordou-se que “a sala era tipo um estúdio de rádio mesmo, tinha os aparelhos para você controlar, o fone e o alto-falante direto na cidade [...] Todos os dias, às 18 horas eu tinha que estar lá, era muita disciplina, terminava o serviço e corria”.

A Rádio São Domingos, idealizada pelas Irmãs e executada pelos alunos, além de favorecer a comunicação na cidade, pois tudo ali era noticiado, funcionava como importante ferramenta pedagógica que contribuiu para a construção de diversos saberes, além de fazer da escola um ambiente de troca, de solidariedade, de partilha, de construção coletiva, de interação, de socialização, ampliando as relações de ensino e aprendizagem, além de desenvolver outras habilidades, como a expressão oral, verbal, criativa e cultural a partir da comunicação como espaço educativo (BARBIERI; ZUCOLO, 2010).

**FIGURA 45** - Alto-falantes da antiga Rádio São Domingos que ainda compõe o prédio escolar



**Fonte:** O autor (2021).

No ano de 1975, com o objetivo de atender estudantes da zona rural e de outras cidades que não tinham onde permanecer em Arraias para estudar, especialmente os que buscavam o segundo grau, Irmã Lucília e Irmã Ana Rita buscaram meios para a construção da Casa do Estudante.

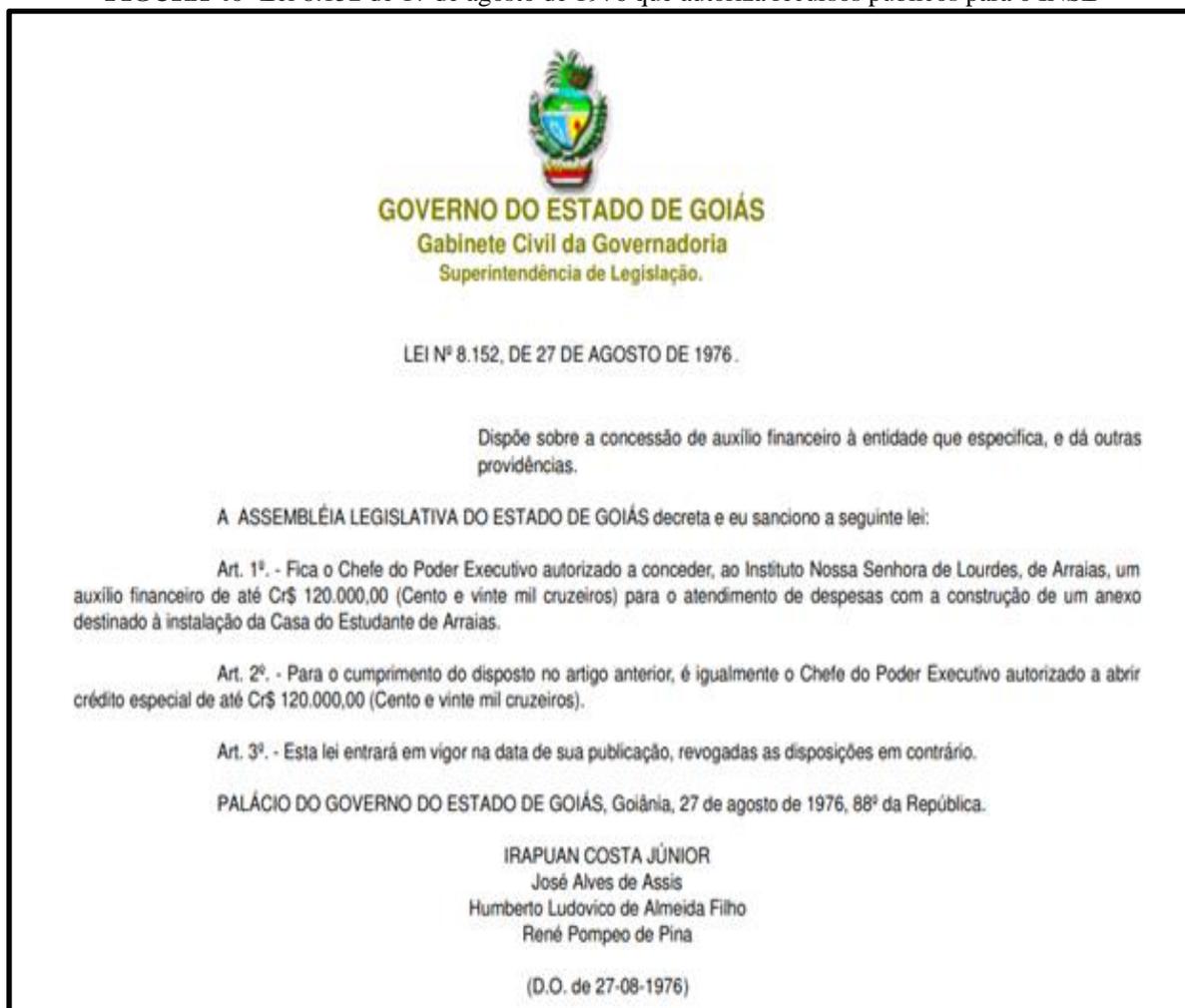
O empenho das religiosas resultou em ações que tornaram realidade a sonhada casa. “Dia 10 [de agosto de 1975] irmã Lucília seguiu para Goiânia a fim de tratar da possível construção da Casa do Estudante, com a colaboração do SENAI e da Secretaria da Educação e Cultura” (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 188). No mês seguinte, o movimento em vista da Casa do Estudante iniciou com um curso profissionalizante que beneficiou a comunidade e levantou a edificação:

No dia 15 deste mês de setembro [de 1975] deu-se início ao curso de pedreiros do SENAI para 30 alunos inscritos, suas aulas nos valem a construção de seus blocos que constituirão a “A CASA DO ESTUDANTE DE ARRAIAS”. E a obra segue rápida,

graças à colaboração do Dr. Jefferson Bueno, diretor do SENAI e ao professor Hélio Naves, Secretaria da Educação e Cultura e a Luiz Carlos de Oliveira, que durante 30 dias acompanhará os trabalhos dos aprendizes (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 190).

Efetivamente, o INSL não manteve convênio com o governo do estado de Goiás e nem com a prefeitura municipal, mas parcerias sempre foram estabelecidas no intuito de investimentos para as melhorias do colégio. O pedido de ajuda para a construção da Casa do Estudante foi liberado no valor de cento e vinte mil cruzeiros por meio da Lei 8.152 de 27 de agosto de 1976 (conforme a Figura 47) e o espaço ganhou forma e a movimentação de estudantes “que vinham das roças, pobres, que não faziam pagamento nenhum, mas tinham onde ficar, ali naquele alojamento” (SOUZA, 2021).

**FIGURA 46-** Lei 8.152 de 17 de agosto de 1976 que autoriza recursos públicos para o INSL



**Fonte:** Gabinete Civil do Estado de Goiás.

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes trouxe possibilidades, alargou a visão de mundo, provocou idealizações em seus estudantes, ampliou o horizonte educacional dos

sujeitos, incentivou projetos de vida a partir de sua base filosófica, de sua proposta educativa e, “partindo dessa base do conhecimento muitos saíram e foram atrás de objetivos, vários deles chegaram ao ponto máximo da profissão. [...] um aluno, morador do sertão, não almejaria ou pensaria numa carreira profissional, talvez nem soubesse ser isso possível” (MOURA, 2021b), mas o INSL possibilitou.

Na verdade, “a cidade passou a viver em função do colégio [...] que transformou a vida da cidade em polo regional educativo” (MOURA, 2021a), pois todo “o movimento da cidade era em torno do colégio” (MORAES, 2021), “efervescência cultural do local” (SANTOS, 2021).

A partir do INSL Arraias tornou-se “a referência em Educação [...] era o centro da melhor educação aqui da região” e na cidade “tudo era em volta da escola, porque nós não tínhamos outra coisa em Arraias que nos prendesse que nos fizesse ser felizes e nós éramos muito felizes” (ALVES, 2021).

#### 4.2 O processo de fechamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes

Em meio às mudanças que trouxeram outras concepções para a vida religiosa anastasiana-dominicana durante a década de 1970 e 1980, novas etapas na trajetória das instituições escolares anastasiana-dominicana começaram a se esboçar. As religiosas educadoras começaram um processo de afastamento e fechamento de colégios e a instalação das pequenas comunidades com duas, três ou quatro irmãs em bairros periféricos e cidades pequenas.

As casas de ensino são deixadas a cargo de professores leigos (que não fossem religiosas), passam a englobar outras instituições ou são encampadas pelo Estado (LOPES, 1986). Desta forma, entre 1975 e 1982 foram fechadas, transferidas ou doadas 7 (sete) instituições escolares da Congregação de Monteils, no Brasil.

Dos ‘anos dourados’ das décadas de 1940 a 1960, no que se refere à expansão e institucionalização da educação anastasiana-dominicana, a Congregação passou a viver um enfraquecimento de suas instituições escolares (Quadro 6, a seguir).

**QUADRO 6** - Instituições escolares anastasianas-dominicanas que encerraram suas atividades entre 1979-1985

<b>Instituição</b>	<b>Ano de encerramento das atividades escolares</b>
Colégio Santa Rosa de Lima, Conceição do Araguaia	1979
Ginásio Imaculada Conceição, Cambará do Sul	1980
Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Arraias	1982
Instituto Nossa Senhora do Rosário, Volta Grande	1981
Externato São José, Uberaba	1980
Escola de Enfermagem Frei Eugênio, Uberaba	1980
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, Uberaba	1980

**Fonte:** Arquivo da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, Brasília-DF.

Em meio a um conjunto de práticas pedagógicas diversificadas que tão bem fizeram à sociedade arraiana, “que respirava o Instituto Nossa Senhora de Lourdes” (RODRIGUES, 2021), a instituição escolar cerrou suas portas, abruptamente. O ano letivo de 1982 não foi concluído, sendo que a partir de agosto passou a funcionar o Colégio Estadual Joana Batista Cordeiro<sup>54</sup>, não mais dirigido pelas religiosas anastasianas-dominicanas, mas pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

De certo, tal medida causou estranheza e contrariedade nos alunos, nos pais, professores e funcionários do colégio. Mas como isso se processou? As fontes consultadas para esta Tese, em parte, responderam tal questão. Como colocado, este processo de fechamento de instituições escolares, que possibilitou às irmãs outro tipo de inserção na vida religiosa, foi um fator motivador e somado a outros de cunho local.

Por parte da Congregação de Monteils as narrativas encontradas em relação ao fechamento do INSL de Arraias foram as seguintes:

---

<sup>54</sup> Joana Batista Cordeiro, filha de Domingos Batista Cordeiro e Ernestina Licínio de Miranda Cordeiro, tradicional família arraiana de onde despontaram médicos, juízes e professores. Conhecida como Joanhina, foi professora na cidade e lecionou no Instituto Nossa Senhora de Lourdes por algum tempo. “Falecida jovem, sem sucessão, deixando enorme saudade aos que a conheceram” (CORDEIRO, 1991, p. 130). Seu nome intitolou o colégio estadual que substituiu o INSL em Arraias. A razão? Talvez uma homenagem póstuma que favoreceu a manutenção da memória de famílias tradicionais da elite arraiana.

Dia 13 [de março de 1982] - Ir. Rita Borges veio a Arraias para a 1ª etapa de planejamento escolar de matemática com as professoras. Nesse mesmo dia chegou Ir. Natividade Moreno, representando o Governo provincial com o fim de se entender com as autoridades educacionais de Arraias e o sr. Prefeito, a respeito de um Colégio Estadual que está sendo criado nesta cidade e a possível passagem de nosso INSL para o Governo. Após vários contactos com a Delegada de ensino, Prof. Diran B. Cordeiro e com o Sr. prefeito Juraildes, Ir. Natividade retorna ao Rio por uma semana. Volta a Arraias, dia 21, já com o processo em andamento que seria: extinção das 5ªs séries do Colégio, uma vez que estas já haviam sido criadas nos grupos. Nos dias 22 e 23 ela manteve contactos individuais com pessoas chaves no processo. No dia 25 foi feita uma reunião com os alunos das 5ªs séries, em seguida com os pais dos mesmos e à noite com o povo em geral. Decidiu-se que na próxima 2ª feira, dia 29/03, as 5ªs séries já funcionarão no grupo. Dia 27 chega a Provincial: Ir. Valéria para dar assistência às irmãs e colaboração no processo já desencadeado. Ela permanece conosco até o dia 8 de abril. Dada a evolução do processo, no dia 28 realizou-se uma reunião no Colégio, com a presença do Prefeito Juraildes, do secretário, Sr. Miguel, da Delegada de Ensino, D. Diran, Ir. Valéria, Ir. Natividade e a Diretoria do INSL: Ir. Xyka e Ir. Luisa. Nesta, o Sr. Prefeito apresentou ao Governo provincial uma proposta de aluguel do nosso prédio escolar para funcionar a escola do governo, uma vez que o povo não aceitou o prédio novo que fora construído no cerrado.[...]. No dia 24 de abril, realizou-se em Goiânia no Externato São José, uma reunião para tratar da extinção do INSL e da passagem da Escola para o governo. Desta participaram: o governo provincial, Drº Maurílio, Ir. Xyka e Ir. Maria Luisa (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957-1982, p. 238-241).

Com a proposta de abertura da escola pública de 1º e 2º grau completos em Arraias e com as dificuldades financeiras para manter o funcionamento do Instituto Nossa Senhora de Lourdes em razão do alto número de alunos bolsistas e um grande índice de inadimplência, não houve hesitação por parte da Congregação em encerrar as atividades do colégio. A manutenção de instituições escolares com dificuldades financeiras não era mais o foco das províncias brasileiras da Congregação.

No entanto, Irmã Maria Rosa Amélia Figueiredo que viveu em Arraias no ano de 1982 e, indiretamente vivenciou o processo de fechamento do INSL, fez considerações reflexivas importantes ao afirmar que o “nosso colégio era para todos, acolhia a todos, funcionava com quem quisesse estudar, quem podia e quem não podia pagar”. Fazer uma escola pública somente para quem não pudesse pagar “era contra os princípios da filosofia do colégio, não poderíamos trabalhar somente com quem pagasse e os demais procurassem outra escola. Isso não era nosso, não era nossa filosofia” (FIGUEIREDO, 2021). Para Irmã Maria Rosa Amélia, “não dá para entender o comportamento de algumas pessoas em propor outra escola, sendo que o Instituto tinha êxito e era prestigiado por todos” (FIGUEIREDO, 2021).

Da mesma forma, nas memórias dos que vivenciaram o fechamento do Instituto Nossa Senhora e a abertura do colégio estadual, as coisas não ficaram tão claras, pois não houve envolvimento, discussão, anúncio ou preparação dos alunos, pais e da comunidade em relação

ao processo de transferência de um colégio de freiras para um colégio público e julgam que movimentações e interesses políticos foram prioritários.

[...] nós fomos surpreendidos tanto que foi no meio do ano em julho, quando chegou em agosto já era outro colégio, as freiras saíram do edifício principal e foram morar na Casa do Estudante para poder entregar. Eu me lembro que o único vínculo de continuidade que teve foi Maria Lenice Moreno que era sobrinha de irmã Natividade, [...] ela foi a diretora do colégio [público], a primeira diretora, então ela foi esse elo e também não faria sentido, se você quer cortar o vínculo com todas as freiras por que manter Lenice? Tem uma lacuna sim porque não foi discutido, comunicado ou explicitado, nenhuma dessas motivações foi posta para a comunidade, eu posso falar porque minha memória desse período é muito forte, muito intensa, eu não me lembro (RESENDE, 2021).

Eu acho que foi lamentável o fechamento do colégio e uma coisa assim despropositada, eu acho que foi muita política e as pessoas não gostam de falar sobre isso [...] (CARRICO, 2021).

O fato é que, no dia 21 de junho de 1982,

Ir. Valéria, Ir. Lúcia e Ir. Carmelinda chegaram para cuidar do fechamento do Colégio, isto é: da passagem para o governo. Dia 16 chegaram Ir. Maria Helena Matos, Marley e Vanderley para preparar as rescisões do pessoal e rever a documentação da tesouraria. Regressaram dia 28. Ir. Valéria voltou de avião dia 27, levando Ir. Evangelina que foi ao norte visitar seu irmão. Ir. Lúcia permaneceu conosco até dia 30: dia que foram assinadas todas as rescisões e encerrados os trabalhos educacionais em Arraias (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 242).

[...] Nesse mesmo dia [19 de agosto de 1982], Ir. Lucia de Fátima chegou para passar a escritura de venda do INSL e entregar os arquivos do Colégio à Delegada de Ensino. A escritura foi lavrada no dia 24 de agosto e nesse mesmo dia Ir. Lúcia voltou para Goiânia [...] A comunidade do INSL passou a residir na Casa do Estudante, recentemente reformada e adaptada para tal (HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1958-1982, p. 243).

O fechamento do INSL foi um processo doloroso, de maneira especial para os estudantes e ex-alunos que permaneceram com as memórias, as vivências e experiências proporcionadas pelo colégio das irmãs que “tanto bem fez para Arraias” (ALVES, 2021). No entanto, diante de tantos encantamentos e reconhecimentos em relação ao INSL, alguns estranhamentos no processo de fechamento da instituição sobressaltaram à percepção do pesquisador, de maneira especial em relação à postura e atitudes de dirigentes políticos e educacionais da época.

Como o INSL foi um marco educacional, religioso, cultural e social para a cidade, por que até mesmo o nome da escola foi modificado neste processo de transição? Como o trabalho das religiosas anastasianas-dominicanas à frente da instituição escolar foi de esmero e competência, porque não foram convidadas a continuarem na direção do colégio estadual,

prática tão comum na política educacional do estado de Goiás àquela época, em que inúmeros colégios públicos eram conduzidos por Congregações religiosas, a partir de convênios celebrados? Será que depois de incompletos vinte e cinco anos de funcionamento a proposta da educação anastasiona-dominicana do INSL passou a incomodar grupos da sociedade arraiana que queriam o retorno de uma escola de elite? São estranhamentos que geram inquietações que não foram possíveis de serem respondidas, ainda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui se propôs desnovelar fios da trajetória histórica do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, uma instituição escolar confessional católica anastasiana-dominicana que funcionou entre os anos de 1958 e 1982, na cidade de Arraias, então sertão do antigo norte de Goiás. Produzir uma Tese é desafiador, e em meio a uma pandemia o desafio se tornou mais complexo. Neste ínterim, a tentativa de ser melhor foi uma condição *sin qua non* que percorreu toda a trama da pesquisa, ora na análise e cotejamento das fontes, ora nas entrevistas, ora na escrita. Num exercício solitário e cansativo, mas imensamente prazeroso, esta pesquisa em História da Educação mostrou-se significativa e bastante profícua.

Como nenhum pesquisador voltou o olhar para o objeto em questão, até então, o percurso da pesquisa foi trabalhoso. Mesmo com o desenho de um projeto em mãos o que se conhecia sobre o Instituto Nossa Senhora de Lourdes era escasso: alguns fragmentos textuais que diziam sempre a mesma coisa, alguns sujeitos envolvidos com a instituição, o conhecimento da existência de inúmeras fontes, mas sem saber ao certo onde se localizavam e em que estado se encontravam.

Estava tateando um passado completamente novo. Certamente estava caminhando “às apalpadelas, como o luthier que bate delicadamente, com os nós dos dedos, na madeira do violino: uma imagem que Marc Bloch contrapôs à perfeição mecânica do torno, para sublinhar o inextirpável componente artesanal do trabalho do historiador” (GINSBURG, 2000, p. 12). Na verdade, se fosse para iniciar novamente, o desenho do projeto de pesquisa, os caminhos percorridos seriam outros.

No entanto, entre tantas leituras feitas, um texto de Ricardo Costa (2010), intitulado de *Ofício do Historiador* me chamou a atenção. O autor faz referência à História como arte ratificando a importância das fontes numa investigação e cita as considerações feitas pela historiadora autodidata estadunidense Barbara Tuchman (1912-1989), quando disse:

Nunca pude ver nenhum sentido em referir-nos ao vizinho da universidade ao lado como fonte. Para mim, isso não constitui fonte nenhuma: quero saber de onde veio, originalmente, um fato, e não quem o usou pela última vez. Quanto à referência de um livro de nossa autoria como fonte, isso me parece o cúmulo do absurdo (COSTA, 2010, p. 80).

De um lado angústia, de outro satisfação. Tinha um objeto nunca investigado que, às apalpadelas e à tênue luz, ia fazer o caminho das pedras. Mas era um objeto nunca investigado, original, inédito. Assim, entre idas e vindas, muitas surpresas. Umas contagiaram, outras indignaram. No entanto, o perseguir do objetivo desta pesquisa – historiografar o Instituto

Nossa Senhora de Lourdes de Arraias e sua cultura escolar – foi uma experiência marcante. Espero que seja para quem acessar este trabalho.

Assim, lá na segunda metade do breve século XX, numa sertaneja cidade do antigo norte de Goiás, uma congregação religiosa católica de origem francesa, instalada no Brasil desde 1885, a convite de políticos e governantes locais, e incentivada pelo líder católico diocesano, fundou uma escola, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em 1958, ano do centenário das aparições de Nossa Senhora à menina Bernadete em Lourdes, na França, o que justificou a denominação da escola que existiu até meados do ano de 1982.

Se para entender uma instituição educativa é preciso inserir-se na realidade de seus contextos e circunstâncias, as evidências do *corpus* documental e oral desta pesquisa sinalizaram que o Instituto Nossa de Lourdes de Arraias, entre os anos de 1958 e 1982, foi um divisor de águas na cidade e na região, no campo educacional, sociocultural e religioso, eis a Tese aqui defendida.

Estas evidências – descobertas, catalogadas e analisadas nesta pesquisa – embasaram-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural, plural em suas possibilidades de investigação, a partir de uma narrativa de representações do passado, que formula versões, compreensíveis e plausíveis sobre as experiências vividas pelos homens em outro tempo. Nesta seara da História Cultural, o papel do historiador volta-se, então, para o deciframento das fontes que lhe são apresentadas. Fui um decifrador que se valeu de provas, de indícios cuidadosamente pesquisados, selecionados e combinados (fontes documentais e orais) para revelar os significados de uma época, a do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

À luz de estudiosos e pesquisadores que debatem sobre a História Oral - um dos caminhos metodológicos escolhido para esta tese – estabeleceu-se um cronograma de entrevistas, totalmente desmantelado pela pandemia. A partir deste cronograma foi possível acessar as memórias de egressos, ex-professores e religiosas, sujeitos que vivenciaram o Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias.

Foi durante a realização das entrevistas, presencialmente ou por plataformas digitais, que o objeto da pesquisa se tornou mais próximo. Os entrevistados, ao falarem sobre o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, uns mais à vontade e outros mais resguardados, expressavam um diferente brilho nos olhos, as emoções fluíam, o orgulho de terem feito parte do “colégio das freiras” e de estarem contribuindo para a escrita da história e a manutenção da memória dessa instituição era explícito.

No processo de transcrição das entrevistas, na leitura de cada uma, na análise e na interpretação ficou notório o carinho de todos pela escola, pelas Irmãs, pelo ensino despendido,

pelas experiências vividas. Apesar da disciplina rigorosa, da organização meticulosa, de ser uma instituição privada com anuidades a serem pagas e das imensas dificuldades econômicas em que muitos se encontravam, o sentimento de acolhida e de oportunidade estão expressos em palavras de gratidão presentes em todos os relatos.

Estou acordado com Portelli (1997, p. 46) quando diz,

(...) acredito que devemos nos esquecer do mito de obter as informações totalmente completas, ou de esgotarmos nosso assunto com os entrevistados. Sabemos que ninguém consegue obter todas as informações a nosso respeito, portanto, por que o faríamos com eles? Invariavelmente conseguiremos um *fragmento daquilo que sabem, um fragmento daquilo que são* (grifos nosso).

No entanto, quando se reúnem estes fragmentos relatados torna-se possível o desnovelar dos fios entrelaçados e a tessitura de novas fibras, com amarrilhos, enfeites e cores. O entrecruzamento das variadas fontes foi o trabalho marcante nesta pesquisa e propiciou o que aqui se apresenta.

A cada descoberta nos documentos, relatórios, históricos, boletins, fotografias, anotações, cartas, bilhetes etc. que compuseram o *corpus* documental surgia o desafio de ler, catalogar, analisar, interpretar e entrecruzar estas evidências entre si e com o *corpus* oral produzido. Assim, no cotejamento destas fontes, estes fragmentos se entrelaçaram e possibilitaram que a materialização da pesquisa na tessitura da escrita histórica, em forma de Tese.

Nestas páginas conclusivas faz-se necessário retomar aspectos que se entrelaçam a todo tempo nesta Tese: a congregação religiosa das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, a cidade de Arraias e a escola. Ao observar ou falar de um destes aspectos nos remetemos ao outro, pois estão imbricados como objeto desta pesquisa. Desta forma, o texto da Tese foi construído a partir destes aspectos.

Num primeiro momento buscamos entender a congregação religiosa feminina, fundada por Madre Anastasie em 1850 em Bor, na França e afiliada à antiquíssima Ordem Dominicana em 1875. O espírito de Madre Anastasie, a partir de seu realismo, fez dela uma freira de pés no chão, de um bom senso de se admirar, de uma fortaleza de ânimo que a levou, sem medo a realizar uma proposta educativa pautada na realidade dada, na busca da promoção da dignidade das pessoas como seres humanos, numa missão que dá sentido à vida, espalha a bondade e educa integralmente o sujeito.

Este espírito unido à filosofia educacional dominicana que preza pela excelência acadêmica, pela vivência dos valores religiosos e da fé, pelo desenvolvimento intelectual unido ao crescimento espiritual e pelo olhar para os mais pobres constitui a proposta de uma educação

anastasiana-dominicana que espalhou suas fagulhas no Brasil a partir de inúmeras instituições escolares fundadas por todo o território, do sertão à Amazônia, do interior às grandes capitais e, de maneira especial, em Arraias.

Sempre numa perspectiva histórica, num segundo momento, buscamos compreender a cidade de Arraias. Seus primórdios estão em séculos passados, vinculados à descoberta das minas de ouro dos Goyazes do século XVIII. Entender seu itinerário como aglomerado urbano ao longo do tempo é preponderante para reconhecer as motivações locais e da congregação para a fundação de uma escola secundária confessional católica numa região sertaneja reconhecida como ‘corredor da miséria’. Arraias que, com sua gente, suas tradições e lutas, fincada num sertão longínquo e esquecido pelos governantes, entre colinas e repleta de águas, na subsistência da agropecuária, na vivência da religiosidade católica à sombra da Senhora dos Remédios e somente com a escola elementar primária funcionando até 1957, persistiu, resistiu e como esboçou João d’Abreu na inauguração do Instituto Nossa Senhora de Lourdes “o ressurgimento de Arraias paga-nos os dissabores e vicissitudes perdidos” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1958, p. 5).

Ao adentrarmos a caixa preta do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, num terceiro momento, descobriu-se a instituição escolar que, por incompletos vinte e cinco anos, disseminou a proposta educativa anastasiana-dominicana, ampliando espaços de experiência e projetando horizontes de expectativas.

A metáfora aeronáutica da caixa preta, utilizada por Dominique Julia (2001), não revelam somente problemas ou situações silenciadas no interior de uma escola. Ao acessar a caixa preta do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, a partir das memórias e das fontes documentais encontradas e catalogadas revelou-se uma escola repleta de singularidades, de silêncios e experiências vivenciadas somente pelos sujeitos que vivenciaram o cotidiano e o interior da escola.

Num primeiro momento, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes expressou-se como uma instituição escolar de caráter civilizador, que respondia aos anseios de escolarização projetada pela elite política e agrária de Arraias e da região. No entanto, por influência das novas prerrogativas do catolicismo assentadas no Concílio Vaticano II (1962-1965), no capítulo de *aggiornamento* da Congregação de Monteils (1968-70) e na Conferência Episcopal latino-americana de Medellín (1968), se projetou como um centro educacional pautado numa pedagogia humanizadora e libertadora, com uma formação acadêmica/intelectual de excelência e inserção social de grande envergadura.

Os espaços originais do Instituto Nossa Senhora de Lourdes e as expansões arquitetônicas que ocorreram evidenciaram práticas, experiências, saberes e sentimentos. As salas de aula, o internato, o pátio, a biblioteca e a capela emanam das memórias como lembranças do tempo de escola, às vezes repletas de afetividade e saudades, outras vezes de sentimentos negativos em razão da distância, da rigidez ou de mudanças impostas.

“No tempo da Madre Bertha”, “no tempo da Madre Odete”, “no tempo da Madre Gabriela”, “no tempo da Irmã Lucília” - talvez o que mais se ouviu -, “no tempo da Irmã Ana Rita”, “no tempo da Irmã Noêmia”, “no tempo da Irmã Natividade” ou no “tempo da Irmã Xyca” foram expressões oriundas das memórias acessadas que mostraram que o tempo subjetivo, o tempo das diretoras, foi a marca da instituição escolar.

Pelos tempos escolares subjetivos foi possível dimensionar a cultura escolar produzida pelo Instituto Nossa Senhora de Lourdes, especialmente em seus tempos áureos, durante toda a década de 1970. O tempo marcante do INSL foi o “tempo de Irmã Lucília” e o “tempo de Irmã Ana Rita”, as companheiras inseparáveis, os “anjos bons” de Arraias que implementaram o que suas antecessoras haviam semeado e fizeram do Instituto Nossa Senhora de Lourdes uma casa de educação ícone de Arraias e região.

As dimensões e saberes do “Colégio das Freiras”, iniciado com o curso Normal Regional em 1958, propiciou formação secundária ginasial e preparou professores para o curso primário das escolas isoladas da região. O ginásio de Arraias, conduzido por religiosas anastasianas-dominicanas, fez convergir para a cidade todo o nordeste goiano e outras cidades do antigo norte de Goiás. O curso primário atendeu os filhos das famílias da elite e a escola doméstica noturna possibilitou aos operários e às empregadas domésticas a libertação da opressão do analfabetismo e da ignorância cultural.

Quando o segundo grau se instalou em 1974, mais uma vez todos e tudo convergiu para o Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Magistério, contabilidade, enfermagem eram os cursos neste nível. Destacou-se a formação de professores, habilidade ímpar das religiosas de Madre Anastasie e de São Domingos, que preparavam técnicos em magistério para as escolas públicas que começaram a expandir-se no setentrão goiano.

E as festas? E os eventos? O Instituto Nossa Senhora de Lourdes revelou-se como grande anfitrião. Era o espaço acolhedor dos estudantes, da mocidade e da família arraiana. Suas festas não eram particulares, nelas encontrava-se a cidade toda. O currículo extrapolava a sala de aula, constantemente. As festas eram regadas de verdadeiros espetáculos culturais que roubavam aplausos e emoções. Os eventos eram prestigiados por autoridades locais e regionais e sempre motivados pela espiritualidade católica, com missa rezada pelo bispo ou pelo vigário

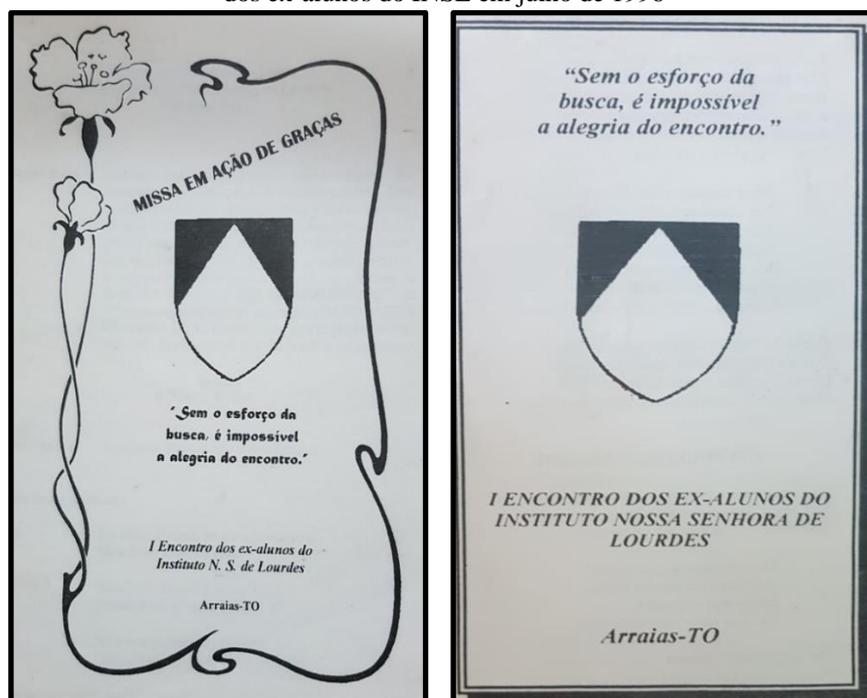
ou com uma bela alocução e oração conduzida por uma das religiosas que emanava um amor transcendente.

A materialidade escolar revelou-se nos uniformes que eram simples, mas precisavam ser impecáveis: limpos, bem passados e com os botões pregados. Específicos para as aulas do cotidiano, para a educação física “que era de madrugada” e “ministrada pelo professor Apoenam” em que “até o esmalte tinha que ser branco e os tênis branquinho” (DOS SANTOS, 2021; RODRIGUES, 2021) e para momentos especiais, o uniforme de gala, vistoso, com destaque para o emblema do colégio: o brasão branco e preto da família dominicana.

Por fim, pontuamos o Instituto Nossa Senhora de Lourdes como um marco educacional, religioso e sociocultural em Arraias e na região. Uma instituição escolar que trouxe possibilidades e alargou a visão de mundo, provocou idealizações em seus estudantes, ampliou o horizonte educacional dos sujeitos, incentivou projetos de vida a partir de sua base filosófica e de sua proposta educativa, eis outra defesa nesta Tese.

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes foi o colégio de Arraias. Talvez mais de Arraias do que da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. No entanto, minhas percepções de investigador notaram desvalorização, descuido e esquecimento por parte tanto da Congregação como do poder público de Arraias para com as memórias desta instituição escolar. Por conta dos estudantes egressos, a memória educacional do Instituto Nossa Senhora de Lourdes é assegurada e divulgada. No ano de 1996, quatorze anos depois do encerramento das atividades do INSL, organizou-se o 1º encontro dos ex-alunos com a celebração de missa, momento cultural com apresentações diversas, discursos e homenagens, confraternização e baile.

**FIGURA 47** - Capa do folheto da missa de ação de graças e capa do folder das comemorações do 1º encontro dos ex-alunos do INSL em julho de 1996



Fonte: Arquivo pessoal de Vera Carrico (2021).

**FIGURA 48** - Turma de formandos do Curso Normal Regional do INSL do ano de 1968 no I encontro dos ex-alunos em julho de 1996<sup>55</sup>



Fonte: Arquivo pessoal de Vera Carrico (2021).

<sup>55</sup> Destaca-se na foto a Irmã Ana Amélia/Noêmia, a segunda da direita para a esquerda em pé, professora de Língua Portuguesa e Diretora do INSL entre os anos de 1976 e 1977.

A proposta do INSL enquanto instituição escolar confessional era de educar as crianças e a juventude da cidade, mas também de evangelizar, de catequizar e fortalecer o catolicismo, tanto que exerceu um papel hegemônico no campo religioso na cidade. As missas de domingo e demais celebrações festivas eram dirigidas pelos alunos do INSL sob a coordenação das Irmãs. Educação e religiosidade foram parceiras inseparáveis nos tempos do INSL.

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em sua proposta de educação integral e integralizadora, na atuação das religiosas diretoras, professoras e administradoras possibilitou situações nunca vivenciadas anteriormente na cidade e pelo povo - quadra de esportes, parque infantil e até mesmo uma piscina - “O Instituto Nossa Senhora de Lourdes teve a primeira piscina de Arraias” (SANTOS, 2021b), “chamava “O recanto das flores”, um lugar de lazer para a juventude” (COSTA, 2021) e “a gente ia para lá. Tudo era voltado para o colégio!” (SANTOS, 2021b).

Condicionantes históricas trouxeram o Instituto Nossa Senhora de Lourdes para Arraias, outras o levaram a encerrar suas atividades. O que permanece desta instituição escolar reside nas memórias, no prédio do INSL onde funciona o Colégio Estadual Joana Batista Cordeiro, particularmente na imagem de Nossa Senhora de Lourdes, conservada no jardim da fachada da instituição. O Instituto Nossa Senhora de Lourdes viveu em Arraias por incompletos vinte e cinco anos. Esteve de passagem, de fato, mas sua estadia foi frutuosa para o seu tempo, para algumas gerações, para Arraias e sua história educacional.

O que aqui foi apresentado não esgotou o objeto de pesquisa. Espero que esta investigação, transformada em Tese, que apresenta inúmeras narrativas propiciadas pelas fontes encontradas e produzidas, entrecruzadas no processo desta composição, incentivem outros projetos, investigações e produções que preserve a memória educacional do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias e de outras instituições educativas.

Assim seja!

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 46, p. 107-118, jun. 2012.
- AIRES, Antonio. **Faces de um sonho**. s/c, s/e, 1989.
- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBERTI, V. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUEIRA, Maria Alice. **A Escolarização da elite: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ALMEIDA, J. C. A educação cristã: valores, sujeitos e caminhos – *Gravissimum Educationis*. In: ALMEIDA, J. C.; MAÇANEIRO, M. (Orgs.). **As janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida: Santuário, 2013. p. 479-491.
- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **Educação e memória: velhos mestres de Minas Gerais (1924-1944)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. UnB. Brasília, 2009.
- ALVES, M. A. A vida religiosa e a formação das elites no atual contexto brasileiro. In: PAIVA, V. **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- AMOREIRA, Sofia Alexandra Fialho Reis de. **Produções Arquitetônicas e Intervenções no Patrimônio Religioso Pós-Concílio Vaticano II: Arquitetura religiosa contemporânea em Portugal**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Beira Interior. Covilhã, Portugal, 2020.
- ANTUNES, Celso; GARROUX, Dagmar. **Pedagogia do Cuidado**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2007.
- AQUINO, Mauricio de. **A Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História). UNESP: Assis, 2012.
- ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUDRIN, J. M.. **Entre sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

AZEVEDO, Gilka Vicentini Ferreira de. (compilação). **Do ensino de 1º. Grau:** legislação e pareceres. Brasília, Ministério da Educação e da Cultura; Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

AZZI, Riolando. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. *In:* SOUZA, Rogério Luiz; OTTO, Claricia (org.). **Faces do catolicismo.** Florianópolis: Insular, 2008.

AZZI, Riolando; BEOZZO, José O. (Orgs.). **Os religiosos no Brasil:** enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1996.

BARBIERI, Sandra Elise Bonin; ZUCOLO, Rosana Cabral. **O uso da rádio escola como ferramenta pedagógica de socialização e inserção social.** Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/1235#:~:text=A%20r%C3%A1dio%20promove%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o,que%20a%20escola%20est%C3%A1%20inserida.> Acesso em: 15 set. 2021.

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção.** Petrópolis: Vozes, 2020.

BARROS, José d'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Z. G. P. **Redefinição Conceitual dos Colégios de Aplicação.** Salvador, Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 1975.

BARTHES, R. **Imagem e Moda.** Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BATISTA, Celso Cavalcante. **A lição dos dias.** Goiânia: Kelps, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Sitiada.** Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise.** Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BELTRÃO, J. F. Da Batista Campos ao Guamá. Beira Rio. **Jornal da Universidade Federal do Pará.** Ano XXX, nº 130. Abril e Maio de 2016. Disponível em: [http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2012/135-edicao-103--abril/1323-da-batista-campos-ao-guama.](http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2012/135-edicao-103--abril/1323-da-batista-campos-ao-guama) Acesso em: 15 mar. 2020.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *In:* BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 95-140.  
BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Revista Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 114-134.

BERNARDON, Marie-Noelle. **As origens do convento de Bor e Bar**. Conselho Geral Ampliado. Monteils, 2017.

BERNARDOT, Vicent. **Madre Maria Anastasie**. s/l. s/e., 1935.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOAS, A. V.; MARCHINI, W. L. Medellín como recepção conciliar. *In*: SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (Orgs.). **Medellín: memória, profetismo e esperança na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 110-21.

BOSI, Ecleia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATAANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Tradução de Magali de Castro. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 67.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATAANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Tradução de Magali de Castro. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 73-79.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína *et al.* **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRANDÃO, C. R.. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. **O voo da arara-azul: escritos sobre a vida, a cultura e a educação ambiental**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2007.

BRASIL, Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm). Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm). Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2018. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. LEI Nº 014, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1935. Cria um Grupo Escolar em cada uma das cidades de Arraias, Bananeiras, Boa Vista do Tocantins e Santa Maria de Taguatinga. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/8032>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **A Ordem Dominicana nos sertões do norte: entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos em Porto Nacional**. Palmas: Nagô Editora, 2017.

BRETAS, G. F. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRETAS, Genesco F. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2. ed. rev. E ampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABRA, P. G. **Breve curso sobre a vida consagrada**. Tópicos de teologia e espiritualidade. São Paulo: Loyola, 2006.

CACCIA, Marie-Françoise, SUE, Roger. **Autres temps, autre école: impacts et enjeux des rythmes scolaires**. Paris: Retz, 2005.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, A. História oral e política. In: FERREIRA, M. de M. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 75-99.

CAMARGO, Iberê. **Gaveta de guardados**. Disponível em: [http://www.iberecamargo.org.br/content/artista/pensamentos\\_02.asp](http://www.iberecamargo.org.br/content/artista/pensamentos_02.asp). Acesso em: 03 jun. 2021.

CAMARGO, Kenia G. F. **Educação católica e presença dominicana em Goiás (GO): a cultura escolar do colégio Sant'Anna (1940-1960)**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. Paranaíba, MS: UEMS, 2014.

CANDIDO, R. M. **A máquina de festejar: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890 – 1930)**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil, 2012.

CAPEL, Heloisa Selma Fernandes; DIAS, Ana Raquel Costa. Estudos Culturais e História da Educação: trajetórias e confluências. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 7-25, Ago. 2016.

CARDOSO FILHO, R. **São José, o Colégio de Castro. 1904-1994**. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Maurício E. Por uma história cultural da Educação: possibilidades de abordagens. **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2011.

CARTA CAPITAL, 25 de maio de 2020.

CARVALHO, Luiz Miguel. Ethos de escola e contexto multicultural: Mote para alguns (re)encontros. **Análise Psicológica**, 3, XV, p. 453-459, 1997.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991.

CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Flávio Muniz; ANDRADE, Francisco Ari de; LIMA NETO, José Melinho de. A reforma educacional de 1968 e a lei 5691/71: o tecnicismo pedagógico em questão. **Anais do XIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação – ECHE**. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, nº 123, p. 847-857, Juiz de Fora-MG, dez. 2007.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, nº 124, p. 858-869, Juiz de Fora-MG, jan. 2008.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, nº 125, p. 870-881, Juiz de Fora-MG, fev. 2008.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, nº 126, p. 882-893, Juiz de Fora-MG, març. 2008.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, nº 127, p. 894-905, Juiz de Fora-MG, abr. 2008.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, nº 128, p. 906-920, Juiz de Fora-MG, mai. 2008.

COLOMBO, M. A. da C. Sion. **Da Belle Époque aos nossos dias**. São Paulo: Colégio Nossa Senhora de Sion, 2013.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS. **Família Dominicana: 800 anos tecendo história.** São Paulo: Associação Educadora da Infância e Juventude, 2016.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972).** (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2012.

CORDEIRO, Narcisa Abreu *et al.* **João d'Abreu: um dos precursores na mudança das capitais Goiânia e Brasília.** Goiânia: Kelps, 2017.

CORDEIRO, Rosolinda Batista de Abreu. **Arraias: suas raízes e sua gente.** Goiânia: s/e, 1989.

CORSI, Fabrícia Aparecida Migliorato. Leitura e leitor: práticas e representações instauradas e circulantes no universo do jovem leitor de ensino médio. **Redis: revista de estudos do discurso**, nº 5, ano 2016.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Ideias, conceitos, contextos: a contribuição de Reinhart Koselleck à escrita da História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 17, núm. 4, p. 54-80, 2017.

COSTA, Magda Suely Pereira. **Educação e cultura de Arraias.** Secretaria de comunicação. Palmas, 2004.

COSTA, Magda Suely Pereira. Maria Montessori e seu método. **Linhas Críticas.** Brasília, v. 7, nº 13, jul/dez, 2001.

COSTA, Magda Suely Pereira. **O Poder Local em Tocantins: Domínio e legitimidade em Arraias.** Tese de doutorado. Brasília, PPG Sociologia/UnB, 2008.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. Apresentação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 4-8, jan./jun. 2014.

DA MATTA, R. P. C. A Igreja e sua missão na Amazônia. **Encontros Teológicos**, nº 46, Ano 22, número 1, 2007.

DALLABRIDA, Norberto. Circuitos e usos de modelos pedagógicos renovadores no ensino secundário brasileiro na década de 1950. **Hist. Educ. (Online)**. Porto Alegre, v. 22, n. 55, maio/ago. 2018, p. 101-115. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/80587/0>. Acesso em: 02 maio 2021.

DALLABRIDA, Norberto. Circulação de ideias sobre a renovação do ensino secundário na revista escola secundária (1957-1961). **Hist. Educ. (Online)**. Porto Alegre, v. 20, n. 50, Set./dez., 2016 p. 259-274. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/61595>. Acesso em: 02 maio 2021.

DANTAS, Jeferson Silveira. O modelo curricular da lei 5.692/1971 durante a ditadura militar para o curso de magistério e suas implicações na formação docente no Brasil e em Santa Catarina. **Reflexão e Ação**, v. 23, n. 2, 2015.

Declaração *Gravissimum Educationis*. In: **Documentos do Concílio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1966.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA DAS ESCOLAS DOMINICANAS. São Paulo: Gráfica Publi, 2005.

DOMINICANO. Boletim Informativo do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano IX, nº 3, 1975.

DOMINICANO. Boletim Informativo do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano VII, nº 3, 1973.

DOMINICANO. Boletim Informativo do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano x, nº 1, 1976.

DOMINICANO. Órgão Informativo do Grêmio Estudantil do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano IV, nº 2, 1971.

DOMINICANO. Órgão Informativo do Grêmio Estudantil do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano IV, nº 4, 1971.

DOMINICANO. Órgão Informativo do Grêmio Estudantil do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano IV, nº 3, 1971.

DOMINICANO. Órgão Informativo do Grêmio Estudantil do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano I, nº 1, 1967.

DOMINICANO. Órgão Informativo do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano XIII, nº 5, 1978.

DOMINICANO. Órgão Informativo do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Ano XII, nº 2, 1977.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins**: Ginásio Estadual de Porto Nacional. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

DOURADO, Benvinda Barros. O ensino secundário na antiga região norte de Goiás (atual Tocantins): das aulas avulsas ao Ginásio Estadual de Porto Nacional. In: ALMEIDA, Vasni (org.). **História da educação e método de aprendizagem em ensino de história**. Palmas/TO: EDUFT, 2018.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DUSSEL, Inês. Cuando las aparecias no engañan: una historia comparada de los uniformes escolares em Argentina y Estados Unidos (siglos XIX-XX). **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. I (46), p. 65-86, jan./abr. 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. volume 1: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p.13- 28, jul./dez. 2010.

ESCOLANO, Agustín Benito. Arquitetura como Programa. Espaço-Escola e Currículo. *In*: VIÑAO, Antonio e Agustín Escolano. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

EUCARISTIA, Maria Zoé [**Correspondência**]. Destinário: Edineia Batista Cordeiro. s/l., 16 out. 1950. 1 carta pessoal.

FACHIN, Patrícia. Veritas: a bandeira que deve guiar todo o conhecimento. Entrevista especial com Frei Carlos Josaphat. **REVISTA IHU ON-LINE**. Instituto Humanitas UNISINOS. 10 de novembro de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/558793-veritas-a-bandeira-que-deve-guiar-todo-o-conhecimento-entrevista-especial-com-frei-carlos-josaphat>. Acesso em: 02 fev. 2021.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, Luciano. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectiva de análise. *In*: FONCESCA, Thais; VEIGA, Cynthia (Orgs.). **História e Historiografia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FARIA FILHO, L. M de; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L.. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIAS, Marizeth Ferreira. **Universidade Federal do Tocantins (Campus de Arraias): história, expansão e perspectivas atuais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. Memórias gramaticais: João Ribeiro para jovens e crianças. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 49-67, jan./jun. 2014.

FEBVRE, L. **Os combates pela História**. Tradução de Leonardo Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FENELON, Dea. A pesquisa em História: perspectivas e abordagens. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000, págs. 117-136.

FERNANDES, Alcione Marques. **Louceiras de Arraias**: do olhar etnomatemático à ecologia de saberes na Universidade Federal do Tocantins. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília - UnB, 2016.

FERNANDES, L. C. Sujeitos escolares em foco: história oral e a pesquisa com história e memória de instituições escolares. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH - São Paulo, julho 2011. Disponível em: [www.snh2011.anpuh.org › resources › anais › 1300399579\\_ARQUIVO](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/1300399579_ARQUIVO). Acesso em: 15 out. 2019.

FONSECA, Thais Nivia de L. História da educação e história cultural. *In*: VEIGA, Cyntia G.; FONSECA, Thais Nivia de L. (Orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FORALOSSO, Mariano. Presença dominicana no Brasil. *In*: Palomares, Jesús María *et al.* (org.) **La vida conventual y misionera, siglos XIII-XIX**. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRAGO, Antônio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil** (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009.

GAGNEBIN, Jeane Marie. **Walter Benjamin**: os cacos da história. Tradução de Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos**: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó: Argos, 2013.

GARCIA, M. M. E. G. **Recomposição da vida religiosa**: estudo das relações entre indivíduo e comunidade em congregações femininas. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil (1836-1841)**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GATTI JÚNIOR, D. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. *In*: ARAÚJO, J.C.S.; GATTI JÚNIOR, D. **Novos temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa, Campinas, Editoras Associadas, 2002b.

GATTI JUNIOR, D. Reflexões Teóricas sobre a História das Instituições Educacionais. **Ícone**. V. 6, nº 2 Jul./Dez. 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio. História das Instituições Educativas: um novo olhar historiográfico. **Revista Cadernos de História da Educação**, Uberlândia: UFU, v. 1, n. 1, 2002. p. 73-76.

GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). **História da Educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GUALBERTO, Rosângila Domingos. **O lugar contado**: narrativas em torno à Chapada dos Negros em Arraias - TO. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território). Universidade Federal do Tocantins. Araguaína, 2017.

GVIRTZ, Silvina (Compiladora). **Textos para repensar el día a día escolar**: sobre cuerpos, vestuários, espacios, lenguajes, ritos y modos de convivencia em nuestra escuela. Buenos Aires: Santillana, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HANSEN, J. A. A civilização pela palavra. *In*: LOPES, Eliane M.T; FILHO, Luciano, M.F; VEIGA, Cynthia G. (org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HISTÓRICO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE ARRAIAS: 1957-1982. ARQUIVO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, BRASÍLIA-DF.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOY, Wayne K.; MISKEL, Cecil G. **Administração educacional**: teoria, pesquisa e prática. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1947. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1947.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1947.pdf). Acesso em: 03 jun. 2021.

JASMIM, Marcelo G. **De Cambridge para o Mundo, Historicamente**: Revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. 2005, p. 655-680

JASMIN, Marcelo G., FERES JUNIOR, João (Org.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas: Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Loyola: IUPERJ, 2006.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KELLY, Gabriely; SAUNDERS, Kevin. **Valores da educação dominicana: para o uso inteligente da liberdade.** Tradução Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Loyola: Editora UNESP, 2015.

KHOURY, Yara Maria Aun; VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A pesquisa em história.** São Paulo. Ática, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Trad. do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamim. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

LAJEUNIE, E. M. **A priora de Bor: História de uma Fundação Dominicana segundo depoimentos inéditos, 1833-1878.** Trad. Noviciado de Uberaba- Província de São Paulo./ Etienne-M. Lajeunie – São Paulo: Congregação das Dominicanas de Monteils, 1993.

LANGLOIS, Claude. **Le catholicisme au féminin: Les congrégations françaises supérieure générale au XIXe siècle préface de René Rémond.** Paris: Le Cerf, 1984.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão et all. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques. **São Luís.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEFFA, Vilson J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. **Contexturas**, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

LEITE, S. **História da companhia de Jesus no Brasil.** 1943. Lisboa: Portucália. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943. [Tomo IV].

LEOMEU. Rosalvo. **O sonho de Arraias.** O sonho de Arraias - Jornal do Tocantins, edição de 03 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/magazine/cr%C3%B4nicas-causos-1.1694950/o-sonho-de-arraias-1.2096121>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LEONARDI, P. **Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas.** São Paulo: Paulinas, 2010.

LEONARDI, P.; BITTENCOURT, A. B. De documento religioso a fonte histórica. As atas do I Concílio Plenário da América Latina. **Educação e Filosofia**, 30(59), 135-158, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v30n59a2016-p135a158>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LIRA, A. T. do N. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2010.

LIVRO DE ASSINATURA DE IRMÃS EM ARRAIAS, DESDE A FUNDAÇÃO, 1958. ARQUIVO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, BRASÍLIA-DF.

LOPES, Maria Antonieta Borges e BICHUTTE, Monica M. Teixeira Vale (Org.) **Dominicanas: cem anos de missão no Brasil**. Uberaba: Vitória, 1986.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XX, n. 52, p.61-104, out-dez. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/192> Acesso em: 15 maio 2021.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja católica no Brasil República**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MACHADO, A. **Extracto de Proverbios y cantares (XXIX)**. Campos de Castilla. En: Machado A, editor. *Antologí a poética*. Madrid: Salvat editores; 1969.

MAGALHÃES J.P. de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. *In: SANFELICE, J.L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C. (orgs.). História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*, Campinas, Autores Associados, 1999.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. *In: SOUZA, C.; CATANI, D. (Orgs.). Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, São Paulo, Escrituras, 1998.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MALATIAN, Teresa Maria. A Biografia e a História. **Cadernos Cedem**. v. , nº 1. p. 16-312, 2008. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/518>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MANNA, Maria Beatriz (org.). **Primórdios das Dominicanas no Brasil Central**. Uberaba: Colégio Nossa Senhora das Dores, 2020.

MANOEL, I. A. **O pêndulo da história: um tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: EDUEM, 2004.

MARQUES, Ana Maria. **O depoimento oral no confronto com a fonte escrita**. Santa Catarina, 14 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Ana%20Maria%20Marques.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MARTINELLI, Maria Cavalcante *et al.* **João d'Abreu: sua vida, sua obra**. Goiânia: UNIGRAF, 1983.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa. *In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional*. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 47-58.

MARTINS, Marcel Alves. A educação no documento de Medellín - uma prática libertadora. **TheAR**, n. 6, p. 50-67, 2018.

MEIHY, J. C. S. B. La radicalización de la historia oral. Palabras e silencios. **Revista de la Asociación Internacional de História Oral**. Nueva Época, vol 2, n. 1, junio 2003, pp. 33-45.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MELO. Geovana F.. **Por trás dos muros escolares**: luzes e sombras na educação feminina. Colégio Nossa Senhora das Dores – Uberaba (1940-1966). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS DE ARRAIAS-TO. *Facebook*:  
memoriasfotograficasdearraias-to. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/groups/927567797369110>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MENEZES, Amaury. **Da Caverna ao Museu**: Dicionário das Artes Plásticas em Goiás. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.

MESCHIATTI, José Eduardo. **Sonho de moral**: presença salesiana em Campinas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MESQUITA, Martha M. A. (Org.). **Cartas de Madre Anastasie**. Araxá-MG: Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, 2010.

MIRANDA, Nicanor. O departamento de Cultura de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, vol. XXI mar./1936.

MOGARRO, Maria J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, v.16, n.1 (46), p.103-116, jan/abr-2005.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O Aprofundamento do Regionalismo e a Crise do Modelo Liberal. *In*: LINHARES, Maria Yedda (org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MONTENEGRO, Antonio. **História oral e memória** – a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2010.

MORIN, Edgar. Essa crise nos leva a questionar nosso modo de vida, nossas reais necessidades mascaradas nas alienações da vida cotidiana. **Entrevista**. Disponível em: [cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Edgar-Morin-Essa-crise-nos-leva-a-questionar-nosso-modo-de-vida-nossas-reais-necessidades-mascaradas-nas-alienacoes-da-vida-cotidiana-/52/47272](http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Edgar-Morin-Essa-crise-nos-leva-a-questionar-nosso-modo-de-vida-nossas-reais-necessidades-mascaradas-nas-alienacoes-da-vida-cotidiana-/52/47272) Acesso em: 19 maio 2020.

MOUNIER, Cathérine. **Volta às fontes**: estudo histórico sobre as origens da Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils. Tradução Anísia de Souza. Goiânia: Congregação Dominicana, 1992.

MOURA, Silvia Adriane Tavares. **Nas palmas da capoeira**: Resistência Cultural pela Chapada dos Negros em Arraias/TO (1984 a 2012). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de História, 2012.

MOUTINHO, Valéria; JOUGLA, Marie-France; PADRIN, Nívea. **Cadernos Anastasianos II**. Goiânia: Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, 2004.

NARCIZO, Rodrigo Mota. Modelando o mestre cristão: um estudo sobre estratégias católicas de formação docente na primeira metade da década de 1930. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia-GO, Universidade Católica de Goiás, novembro de 2006.

NOLASCO, G. R. S. Ruínas da Chapada dos Negros: memórias e identidades. *In*: **Seminário 10 anos do PPGAS-UFG/IV Entrelinhas**. Goiânia: FCS/UFG, 2018. (Apresentação oral).

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, SP, 1993.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago N° 14, 2000. p. 35-60.

NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. *In*: M. Del Priore, & C. Bassanezi (Orgs.). **História das mulheres no Brasil** (p. 482-509). São Paulo: Contexto, 2009.

O ELO. Boletim informativo da Província Madre Anastasie. Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Julho, Agosto e Setembro de 2016.

OLIVEIRA, Maria de F. **Entre o sertão e o litoral**: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

OLIVEIRA, Maria Georgina dos Santos; SOARES, Regina Azevedo; LEITE, Heloisa Seixas. **Dominicanas de Monteils, Província Nossa Senhora do Rosário, Jubileu de Prata - 1970-1995**. Livro Comemorativo: São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Myrian Andrade Ribeiro. A escultura devocional na época barroca: aspectos teóricos e funções. **Revista Barroco**. Ouro Preto/Belo Horizonte, n. 18, 2000.

OLIVEIRA, Rosy de. **O barulho da terra**: nem kalunga nem camponeses. Curitiba: Progressiva, 2010.

PADIN, Nívea. **Vida e Obra de Madre Anastasie**. Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Província Nossa Senhora do Rosário. Uberaba, 1989.

PALACIN, Luis. Os três povoamentos de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, ano 7, nº 8, Goiânia, 1979.

PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de S.. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Ed. da UCG, Editora Vieira, 2008.

PARENTE, Claudia da Mota Darós. A construção dos tempos escolares. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n. 02, p.135-156, ago. 2010.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

PAZ, Maricélia Alves. **A prática pedagógica e religiosa do Lar São José na cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Ciências da religião). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2005.

PEDREIRA, Antônia Custódia. *et al.* **Arqueologia e Patrimônio: um olhar sobre a história e a cultura dos municípios de Peixe, Arraias, Paranã e Taguatinga, no Estado do Tocantins**. Palmas: Exata Copiadora, 2012.

PEREIRA, M. A. Franco. Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar. **Revista de Educação Unisinos** 11(2):85-90, maio/agosto 2007.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Dossiê: Cidades. **Rev. Bras. Hist.** 27 (53), Jun 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BXNmGmrvkWDkdVR4VPskmLJ/?lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

PESSANHA, Eurize Caldas; Daniel, Maria Emília Borges. História da Cultura Escolar através dos Exames: o caso dos Exames de Admissão ao Ginásio (1939-1971). **Intermeio: Revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, MS, v. 8, n. 16, p. 4-15, 2002.

PIC, Claire. **Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952): de la mission à l'apostolat intellectuel**. Tese (Doctorate Histoire). Université Toulouse le Mirail - Toulouse II, Français, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PLATÃO. **Fedro, cartas e o primeiro Alcibiades**. [Tradução Carlos Alberto Nunes] Belém: EDUFPA, 1973.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PÖPPELMANN, Christa. **Dicionário de máximas e expressões em latim**. Tradução e adaptação de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2010.

- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PROTO, Leonardo V. P. História dos Conceitos: fundamento teórico-metodológico para construção da historiografia. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 122, Ano XI, julho de 2011, p. 74-81.
- PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE. Jubileu 1970-1995. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 1995.
- PROVINCIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. Jubileu de Prata: 1970-1995. São Paulo: Dominicanas de Monteils, 1995.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.
- RACHID, Rodolfo José Rocha. **A Invenção platônica da dialética**. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- RAMALHO, Anita. **Relembrando**. Goiânia: Atlas, 2012.
- REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; GULIN, Mirian Cristina Ferreira. **Vida e obra de Madre Marie-Anastasié**: percursos de amor e bondade. Curitiba: Colégio Nossa Senhora do Rosário, 2018.
- RESENDE, Joaquim Francisco Batista. **Festa de Nossa Senhora das Candeias, Arraias-TO**. A luz que brilha vem do alto! Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2016.
- RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 575-588, jul./set.2012.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 15ª ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 1998.
- RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**. Feira de Santana, n. 31, p. 103-118, jul./dez. 2004.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução; Alin François *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROBERTO, M. F. **Salvemos nossos índios**: uma interpretação da atuação evangelizadora da Ordem Dominicana francesa entre índios do Brasil na passagem do século XIX para o século XX. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas: UNICAMP, 1983.
- ROCHA, P. E. D. Educação ambiental e questões epistemológicas: algumas reflexões. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**. Vol.3, n.1. 2008. (p. 223 – 238).
- ROCHA-COELHO, Fabiane Borges. **O uso das plantas no cotidiano da comunidade quilombola kalunga do Mimoso – Tocantins**: um estudo etnobotânico. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade Federal do Tocantins. 2009.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SALVADORI, Maria Angela B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

SANTOS, Alessandra de Oliveira. Historiografia educacional brasileira: novos olhares sobre fontes e objetos. *In*: ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães; BALDINO, José Maria; DIAS, Kamila Gusatti. **Cultura Escolar**: histórias e memórias em diferentes espaços sociais. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2019. p. 153-167.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Daiane de Santana. Um exame do saber “adição” no manual aritmética elementar ilustrada a luz do método intuitivo de Calkins (1886/1950). **Anais do 3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática História da Educação Matemática e Formação de Professores Universidade Federal do Espírito Santo - Campus São Mateus outubro 31, 2016 – novembro 2, 2016**.

SANTOS, Edivaldo Antonio. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881- 1930)**: Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 1996.

SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. **Docência e memória**: elos da formação humanista das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (1960-1980), em Uberaba, MG. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino**: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2006.

SANTOS, S. M. dos; ARAÚJO, O. R. História oral: vozes narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**. n. 6, jan./dez. 2007. p. 191-201.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCARPELLINI, Inês Auxiliadora Domingos *et al.* **Princípios Norteadores da ação educativa da Província Nossa Senhora do Rosário**. São Paulo: G&G Editora, 1999.

SCHERER, Vera Lúcia *et.al.* **História**: da palavra ao entendimento – a função do conceito. [online]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2402-8.pdf> p. 11-37. Acesso em: 25 jan. 2019.

SILVA, Bárbara. V. G. da. **Grand finale: A conclusão do ensino médio no Colégio Estadual Cândido José de Godói (Porto Alegre/RS, 2014).** 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Celeida Maria Costa de Sousa e. **História das práticas pedagógicas e cultura escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, Corumbá-MS (1972-1987).** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2009.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 15, p. 326-35, jan/jun 2006.

SILVA, Cristiani Bereta da. Era uma vez... Uma editora, um livro: admissão ao ginásio, Editora do Brasil (décadas de 1940-1960). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, 18, e032, 2018.

SILVA, Cristiani Bereta da. Narrativas digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: ego - documentos e cultura escrita na história do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 05 – 41. maio/ago. 2015.

SILVA, Samara Mendes Araújo. Ritos, rituais e rotina: educação feminina nos colégios confessionais católicos no século XX. **Educar em Revista**, n. 70, p. 117-136, 2018.

SMITH, Philip. A filosofia dominicana da educação. *In*: KELLY, Gabriely; SAUNDERS, Kevin. **Valores da educação dominicana: para o uso inteligente da liberdade.** Tradução Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Loyola; Editora UNESP, 2015.

SOARES, Dandara Francisco. **A inserção e a permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Tocantins, câmpus Arraias/TO.** Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2019.

SOARES, Maria Valdenice Resende. **Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949-1957): educação redentora para ascensão e controle social.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba – MG (1920 – 1964).** Tese (Doutorado em Educação) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

SOUZA, N. Do Rio de Janeiro (1955) à Aparecida (2007): Um olhar sobre as Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe. **Revista de Cultura Teológica**, v. 16, n. 64, pp. 127-46, jul/set 2018.

SOUZA, Ney de; MARTINS, Marcel Alves. *Gravissimum educationis* e os desafios da educação contemporânea. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 60, n. 3, p. 882-899, jun./dez. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. *In*: CUNHA, Marcus Vinícius (org.). **Ideário e imagens da educação escolar.** Campinas: Autores Associados. 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, Memória e História da Educação. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III, séc. XX. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

STÖER, S.; ARAÚJO, H. C. **Escola e Aprendizagem para o trabalho num país da (Semi)periferia europeia**. Porto: Afrontamento Edições, 2000.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Uma vez normalista sempre normalista: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico**. A Escola Normal Catarinense 1911-1935. Santa Catarina: Insular, 2008.

TEIXEIRA, Amália Hermano. O problema do ensino no norte do estado. **Revista educação e saúde**. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, n. 23-24, fev./mar. 1946, Goiânia, GO. p. 20-24.

TEIXEIRA, Anísio *et al.* Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados, janeiro de 1958. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 205–220, ago2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4922/doc2\\_22e.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4922/doc2_22e.pdf). Acesso em: 15 jun. 2018.

TESKE, Wolfgang. **Cultura Quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias –Tocantins: rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais: um processo folkcomunicacional de saber ambiental**. Brasília: Senado Federal, 2010.

TESKE, Wolfgang. **Identidade quilombola, mineração e novas tecnologias: uma análise folkcomunicacional da comunidade Lagoa da Pedra, Arraias-TO**. Tese (Doutorado em Ciência do Ambiente). Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2018.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOSI, Renzo. **Dicionário de Sentenças Latinas e Gregas**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica no discurso da história contemporânea. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 19-43.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADÃO, Erasmo Baltazar. **A inserção da Universidade Federal do Tocantins no campus de Arraias: conhecimento, oportunidade e inclusão social**. Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, 2018.

VALDEZ, Diane. Virtudes, instrução e diversão: a infância no Primeiro Livro de Leitura, de Felisberto Carvalho (1892). **Pro-posições**, v. 16, nº 1(46), jan-abr, 2005.

VARELA, Julia; ALVAREZ-ÚRIA Fernando. Maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, 1992.

VERGAUWEN, Guido. O carisma do estudo na educação dominicana. *In*: KELLY, Gabriely; SAUNDERS, Kevin. **Valores da educação dominicana: para o uso inteligente da liberdade**. Tradução Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Loyola; Editora UNESP, 2015.

VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 37-70 - 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tDdpKPbzPmprhd9Pz5VMQHH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

VIEIRA, A. M. D. P. A história cultural e as fontes de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 61, p. 367–378, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i61.8640533. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640533>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VIEIRA, Dilermano Ramos. **História do Catolicismo no Brasil, (1889-1945): volume II**. Aparecida: Santuário, 2016.

VIGGIANO, Pedro. Campanhas de Alfabetização. **Revista de educação e saúde**. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, 1946, n. 29-30, ago./set., p. 17-21.

VILLA, Eliana Aparecida. **Pedagogia do Cuidado: a relação de saberes e valores no trabalho do Programa Saúde da Família**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

VIÑAO, Frago A.. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, 1995.

WERLE, F. O. C. Ancorando quadros de formatura na história institucional. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPED, 2005. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-322-int\\_ok.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-322-int_ok.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

## FONTES ORAIS

ALMEIDA, Maria do Carmo Xavier Gomes de. [idade não declarada]. [25 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 25 ago. 2021. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

ALVES, Marisa. [idade não declarada]. [17 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 17 ago. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

ASSIS, Rosângela Maria Pinto. [82 anos]. [11 fev. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Brasília-DF. 11 fev. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

BERNARDES, Maria Nunes. [idade não declarada]. [26 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Goiânia-GO, 26 ago. 2021. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

CARRICO, Vera Cavalcante. [idade não declarada]. [22 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Brasília-DF. 22 ago. 2021. Entrevista realizada pela plataforma *Google Meet*.

CORREIA, Joaquim. [idade não declarada]. [18 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 18 ago. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

COSTA, Joaquim Cardoso. [idade não declarada]. [26 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Brasília-DF. 26 ago. 2021b. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

COSTA, Magda Suely Pereira. [idade não declarada]. [18 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 18 ago. 2021a. Entrevista realizada presencialmente.

COSTA, Marilene. [idade não declarada]. [27 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Teresina-GO, 27 ago. 2021c. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

DOS SANTOS, Tereza Antonio. [idade não declarada]. [17 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 17 ago. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

DOURADO, Solange da Eucaristia Xavier. [idade não declarada]. [30 jul. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Goiânia-GO. jul. 2021. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

FIGUEIREDO, Maria Rosa Amélia. [83 anos]. [11 fev. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Brasília-DF. 11 fev. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

MAGALHÃES, Ivany Rodrigues. [idade não declarada]. [18 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 18 ago. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

MARTINS, Maria Jesus Santos. [idade não declarada]. [20 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 20 ago. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

MORAES, Maria Auxiliadora Pereira. [idade não declarada]. [20 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 20 ago. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

MORENO, Maria Lenice. [idade não declarada]. [11 e 15 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Porto Nacional-TO, 11 e 15 ago. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

MOURA, Diran Batista Cordeiro [idade não declarada]. [20 mai. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias/Porto Nacional-TO, 20 maio. 2021a.

MOURA, Gesi José de [idade não declarada]. [20 mai. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias/Porto Nacional-TO, 20 maio. 2021b.

MOUTINHO, Valéria. [87 anos]. [25 jul. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Goiânia-GO. 25 jul. 2021. Entrevista realizada por telefone.

RAMOS, Alanita Costa. [idade não declarada]. [11 set. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Campos Belos-GO. 11 set. 2021. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

RESENDE, Joaquim Francisco Batista. [idade não declarada]. [4 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Brasília-DF. 4 ago. 2021. Entrevista realizada pela plataforma *Google Meet*.

RODRIGUES, Leonor dos Santos. [idade não declarada]. [17 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Arraias-TO. 17 ago. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

SANTOS, Anita José. [idade não declarada]. [27 ago. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Divinópolis-GO, 27 ago. 2021a. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

SANTOS, Berenice da Silva. [idade não declarada]. [27 jul. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Goiânia-GO. 27 jul. 2021c. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

SANTOS, Maria Ivatônia Barbosa dos. [idade não declarada]. [8 set. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Brasília-DF. 8 set. 2021b. Entrevista realizada pelo aplicativo *WhatsApp* por chamada de vídeo.

SILVEIRA, Maria do Rosário. [87 anos]. [29 set. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Uberaba-MG. 29 set. 2021. Entrevista realizada por telefone.

SOUZA, Ana Rita Lopes de. [80 anos]. [12 abr. 2021]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Goiânia-GO. 12 abr. 2021. Entrevista realizada presencialmente.

## APÊNDICES E ANEXOS

### APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

À(o) Sr(a)

---

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(A) (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO DOMINICANA/ANASTASIANA NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS: O INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE ARRAIAS (1958-1982)**, desenvolvida pelo pesquisador César Evangelista Fernandes Bressanin, sob a responsabilidade da professora Dr<sup>a</sup> Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, do Programa de Pós-graduação em Educação – Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade de Goiás.

Nesta pesquisa buscamos reconstruir a história e a memória do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arraias, estado do Tocantins no período de seu funcionamento entre 1958 a 1982. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador César Evangelista Fernandes Bressanin.

Em sua participação você responderá a perguntas como ex-estudante, ex-funcionário(a), ex-professor(a), ex-diretor(a) ou religiosa no período compreendido entre 1958 e 1982 (período de recorte da pesquisa), no Instituto Nossa Senhora de Lourdes. A entrevista será sobre acontecimentos vivenciados na escola e no município, sendo embasada por questionamentos, quais sejam: o funcionamento cotidiano da escola, currículo e práticas escolares, como o instituto impactava a cidade e a região, qual a importância de estudar/trabalhar nessa instituição, como era a sua atuação e outros. Ou, ainda, sua colaboração será relevante relatando os acontecimentos como cidadão que vivenciou práticas educacionais do Instituto Nossa Senhora de Lourdes no município de Arraias-TO.

Os riscos e/ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa, são o de investigar questões particulares e íntimas da sua história de vida que até então você não estava disposto a revelar para a sociedade, percebendo só a partir de então que seus relatos são parte integrante da história. Os benefícios serão o de perceber que você é um agente importante para a construção da história da instituição escolar em evidência e que sua atuação foi preponderante para o que ela se tornou, pois a escola faz parte de sua história e trouxe consequências para sua

vida. Caso apresente algum desconforto em rememorar suas reminiscências, as cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições emocionais adversas são de pausar e até mesmo cancelar a entrevista, considerando características e contexto do participante da pesquisa.

O pesquisador garante ao participante da pesquisa assistência integral e gratuita por danos diretos ou indiretos, imediatos ou tardios, causados pelo excesso de emoções causadas no decorrer da entrevista. Caso haja intervenção terapêutica haverá possibilidade de retorno do participante a pesquisa, sendo possível outro momento para a entrevista ser viabilizada. Os participantes terão todo acompanhamento e assistência necessários a que terão direito, contemplando acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ou interrupção da pesquisa.

O participante, caso julgue necessário terá a garantia de plena liberdade de recusar a participação ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, bem como assegurar sobre o sigilo das informações confidenciais ao pesquisador e outrem por ele designado.

O pesquisador assegurará o acesso aos resultados do estudo ao participante da pesquisa. As formas de ressarcimento ao participante, caso seja necessário, serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrente, as despesas com atendimento psicológico. O pesquisador garantirá ao participante sigilo absoluto nos dados recolhidos na pesquisa, sob a guarda do pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Eu, César Evangelista Fernandes Bressanin, pesquisador responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima. Você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, discuti com o pesquisador César Evangelista Fernandes Bressanin, sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Foram esclarecidos quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação

é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, situada à Rua 227, Quadra 66, nº 3669, Setor Universitário, Goiânia – GO, CEP 74610- 155, ou César Evangelista Fernandes Bressanin, residente à Rua Coronel Aniceto Soares, nº 1176, Setor Aeroporto, Porto Nacional-TO, CEP 77500-000, fone (63) 984625589.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Eu aceito, de modo voluntário, participar da pesquisa acima citada e declaro ter sido devidamente esclarecida.

---

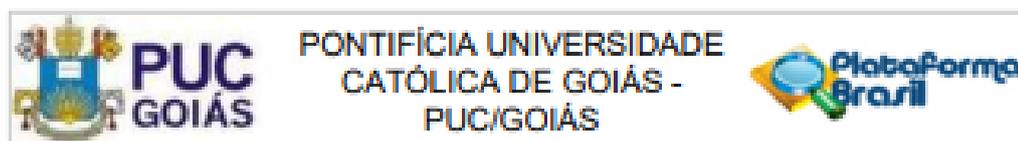
**Participante da pesquisa**



**CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN**

**Pesquisador responsável pela pesquisa**

## APÊNDICE 2 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO DOMINICANA/ANASTASIANA NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS: O INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE ARRAIAS (1958-1982)

**Pesquisador:** CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 22354619.0.0000.0037

**Instituição Proponente:** Escola de Formação de Professores e Humanidades PUC Goiás

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.641.747

#### Apresentação do Projeto:

O presente projeto propõe-se a analisar, em perspectiva histórica, o estabelecimento escolar mantido pelas Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Montells na cidade de Araias, no período de 1958 a 1982, no antigo norte de Goiás. Como contribuição à área de interesse acadêmico da História da Educação no Brasil, na subárea de História das Instituições Escolares a pesquisa buscará traçar a trajetória histórica que ressalte os traços característicos dessa instituição.

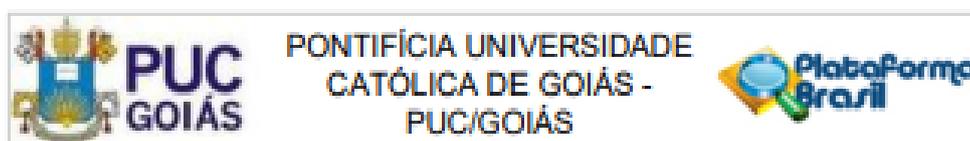
#### Objetivo da Pesquisa:

Compreender a trajetória do Instituto Nossa Senhora de Lourdes na cidade de Araias, no antigo norte de Goiás, na perspectiva da história e da memória desta instituição, no período de 1958 (sua fundação) à 1982 (encerramento de suas atividades) e sua inserção social na comunidade local e regional.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos preeminentes da pesquisa aplicando a metodologia da História Oral de acordo com o objeto em evidência são baixos tendo em vista que os participantes entrevistados serão somente aqueles que derem antecipadamente anuência para a realização da mesma. As entrevistas, em nenhum momento, ameaçarão a privacidade do participante; os desconfortos que as entrevistas poderão ocasionar estão

Endereço: Av. Universitária, 1.089  
 Bairro: Setor Universitário CEP: 74.605-010  
 UF: GO Município: GOIÂNIA  
 Telefone: (62)3246-1512 Fax: (62)3246-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 3.641.747

relacionados às lembranças de memórias que emergirão emoções pela vivência do tempo escolar ou de trabalho docente/pedagógico.

Os benefícios provenientes das entrevistas realizadas podem advir da importância em favorecer as memórias das vivências escolares, pedagógicas e profissionais que poderão provocar bem estar no entrevistados em virtude da valorização de suas experiências, bem como da compreensão das realidades vivenciadas e sua importância na tessitura da história da educação local.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa está clara e bem estruturada. Visa realizar trinta entrevistas semi-estruturadas acerca das experiências no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, da cidade de Araias. Com isso, contribui para o conhecimento da história local e para a história educacional do país.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Estão assinados e corretos. O TCLE inclui todos os itens exigidos pela normatização.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há óbices éticos. Aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**INFORMAÇÕES AO PESQUISADOR REFERENTE À APROVAÇÃO DO REFERIDO PROTOCOLO:**

1. A aprovação deste, conferida pelo CEP PUC Goiás, não isenta o Pesquisador de prestar satisfação sobre sua pesquisa em casos de alterações metodológicas, principalmente no que se refere à população de estudo ou centros participantes/coparticipantes.
2. O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP PUC Goiás, via Plataforma Brasil, relatórios semestrais do andamento do protocolo aprovado, quando do encerramento, as conclusões e publicações. O não cumprimento deste poderá acarretar em suspensão do estudo.
3. O CEP PUC Goiás poderá realizar escolha aleatória de protocolo de pesquisa aprovado para verificação do cumprimento das resoluções pertinentes.
4. Cabe ao pesquisador cumprir com o preconizado pelas Resoluções pertinentes à proposta de pesquisa aprovada, garantindo seguimento fiel ao protocolo.

Endereço: Av. Universitária, 1.029  
 Bairro: Setor Universitário CEP: 74.605-010  
 UF: GO Município: GOIÂNIA  
 Telefone: (62)3946-1512 Fax: (62)3946-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE GOIÁS -  
PUC/GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.641.747

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1434623.pdf	30/09/2019 12:04:56		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO DE CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.docx	30/09/2019 12:04:33	CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN	Aceito
Outros	curriculo_orientadora.pdf	30/09/2019 12:03:47	CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN	Aceito
Orçamento	Orçamento_previsao.docx	25/09/2019 16:35:20	CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_plataforma.doc	25/09/2019 15:45:09	CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN	Aceito
Folha de Rosto	Cesar.pdf	18/09/2019 17:05:10	CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 15 de Outubro de 2019

Assinado por:  
**ROGÉRIO JOSÉ DE ALMEIDA**  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Universitária, 1.059  
Bairro: Setor Universitário CEP: 74.605-010  
UF: GO Município: GOIANIA  
Telefone: (62)3946-1512 Fax: (62)3946-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br

**APÊNDICE 3** – Trabalho de pesquisas e obras produzidas sobre Arraias.

1	APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. <b>Ouro, Escravidão e Resistência: Vivências escravistas em Arraias (1739-1800)</b> ' 01/12/1996 150 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE.
2	COSTA, Magda Suely Pereira. <b>Poder local em Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias.</b> 01/08/2008 300 f. Doutorado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UnB.
3	FARIA, Denilda Caetano de. <b>Desafios e possibilidades da docência na EAD em Arraias e Gurupi da UFT/UAB, 2006-201.</b> 03/08/2017. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: PUC GOIÁS.
4	FERNANDES, Alcione Marques. <b>Louceiras de Arraias: do olhar etnomatemático à ecologia de saberes na Universidade Federal do Tocantins'</b> 23/02/2016 136 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE UnB.
5	FARIAS, Marizeth Ferreira. <b>Universidade Federal do Tocantins (Campus de Arraias): história, expansão e perspectivas atuais'</b> 12/09/2013 157 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: PUC Goiás.
6	RIESCO, Clovis Donizeth Garcia. <b>O Combinado agro-urbano de Arraias-Goiás (1962 – 1964): uma utopia no coração do Brasil.</b> 05/06/2018. 233 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: PUC Goiás.
7	TAVARES, Sílvia Adriane. <b>Nas Palmas da Capoeira: Resistência Cultural pela Chapada dos Negros em Arraias/TO (1984 a 2012).</b> 19/03/2013 179 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC Goiás.
8	RESENDE, Joaquim Francisco Batista. <b>Festa de Nossa Senhora das Candeias, Arraias - TO. A luz que brilha vem do alto!</b> ' 06/02/2017 2018 f. Mestrado em TEOLOGIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
9	GUALBERTO, Rosângela Domingos. <b>O lugar contado: narrativas em torno à Chapada dos Negros em Arraias - TO'</b> 24/08/2017 125 f. Mestrado em ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Araguaína Biblioteca Depositária: BDTD/UFT.

10	TESKE, Wolfgang. <b>Rituais, símbolos e rede de significados das manifestações culturais da comunidade quilombola Lagoa da Pedra, Arraias – TO: Um processo folkcomunicação de saber ambiental'</b> 01/04/2010 270 f. Mestrado em CIÊNCIAS DO AMBIENTE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, PALMAS Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Tocantins.
11	NASCIMENTO, Solange Aparecida do. <b>Valores civilizatórios afro-brasileiros e o currículos escolar: um na comunidade Quilombola Lagoa da Pedra-TO'</b> 22/11/2017 274 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Anísio Teixeira-FACED e Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa da UFBA.
12	COELHO, Fabiane Borges Rocha. <b>O uso das plantas no cotidiano da comunidade quilombola Kalunga do Mimoso – Tocantins: um estudo etnobotânico.'</b> 01/03/2009 92 f. Mestrado em CIÊNCIAS DO AMBIENTE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, PALMAS Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Tocantins - Campus de Palmas.
13	OLIVEIRA, Darlene Gomes de. <b>Percursos e desafios da licenciatura em educação do campo na UFT.</b> 11/12/2015. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Palmas.
14	VALADÃO, Erasmo Baltazar. <b>A inserção da Universidade Federal do Tocantins no campus de Arraias: conhecimento, oportunidade e inclusão social.</b> Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, 2018.
15	CORDEIRO, Rosolinda Batista de Abreu. <b>Arraias: suas raízes e sua gente.</b> Goiânia: s/e, 1989.
16	COSTA, Magda Suely Pereira. <b>Educação e cultura de Arraias.</b> Secretaria de comunicação. Palmas, 2004.

**APÊNDICE 4** - Relação das religiosas anastasianas-dominicanas que trabalharam no Instituto Nossa Senhora de Lourdes entre os anos de 1958 e 1982.

Nº	Nome da Religiosa	Tempo no INSL	Função(ões) que exerceu
1	Irmã Maria Reginalda do Rosário	1958-1962 e 1965-1968	Irmã conversa. Trabalhos domésticos.
2	Madre Bertha	1958- 1964	Diretora e professora.
3	Irmã Maria das Graças	1958-1964	Professora.
4	Irmã Maria Liliosa	1959-1964 e 1968-1971	Professora e serviços diversos.
5	Irmã Maria Augusta	1959	Professora e Catequista.
6	Irmã Maria da Natividade	1960-1961 e 1978-1979	Professora de Matemática. Diretora.
7	Irmã Marilda do Menino Jesus	1961	Professora e enfermeira.
8	Irmã Maria Belmita	1961-1965	Irmã conversa. Trabalhos domésticos.
9	Irmã Maria Dorvalina	1962-1963	Irmã conversa. Trabalhos domésticos
10	Irmã Marie Ana Amélia (Irmã Noêmia)	1962-1967 e 1975-1978	Professora de Língua Portuguesa. Diretora.
11	Irmã Ivone Maria	1962-1963	Professora de Matemática.
12	Irmã Mariane Imaculada	1963-1966	Professora.
13	Irmã Maria Odete de São José	1964-1966	Diretora e Professora.
14	Irmã Edy Maria	1964-1965	Professora de Matemática e Inglês.
15	Irmã Clara Maria da Eucaristia	1964-1968 e 1977-1980	Irmã conversa. Trabalhos domésticos. Professora de Ensino Religioso.
16	Irmã Maria Gabriela da Imaculada	1966-1969	Diretora. Professora.
17	Irmã Maria Aspásia	1966-1969 e 1976	Professora de Língua Portuguesa.
18	Irmã Maria Maristella	1967	Professora de Matemática.

19	Irmã Maria Stella	1968-1970	Professora de Matemática.
20	Irmã Maria Lucília do Sagrado Coração	1969-1976	Diretora. Professora
21	Irmã Maria Agueda	1969-1971	Aluna. Professora de ensino Religioso.
22	Irmã Maria Corina da Imaculada	1969-1970	Irmã conversa. Trabalhos domésticos.
23	Irmã Ana Rita Lopes de Sousa	1970-1976	Professora de Língua Portuguesa. Diretora.
24	Irmã Maria Celina Teresa Duarte	1971-1982	Secretária.
25	Irmã Cecy Pereira de Almeida	1972-1976	Professora de Ensino religioso e Educação para o Lar.
26	Irmã Ana Lucio Ferreira	1972-1976	Estudante. Trabalhos internos e administrativos. Catequista.
27	Irmã Maria Elmice de Sousa Maracaípe	1972-1976	Enfermeira. Professora primária e da educação infantil.
28	Irmã Zulmira Lacerda Jubé	1976-1978	Enfermeira.
29	Irmã Evangelina Pereira da Cruz	1976-1982	Catequista.
30	Irmã Maria Luisa Resende	1978-1982	Tesoureira.
31	Irmã Aurea de Andrade	1979-1982	Professora de Língua Portuguesa.
32	Irmã Maria Suzana de Souza	1981-1982	Estudante.
33	Irmã Francisca Saraiva de Souza Neto	1980-1982	Diretora.
34	Irmã Berenice da Silva Santos	1980-1982	Enfermeira.
35	Irmã Maria Rosa Amélia de Figueiredo	1981-1982	Professora
36	Irmã Vera Lúcia de Oliveira	1982	Estudante.

ANEXO 1 - Ata de Inauguração do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, assinada pelo Deputado João d'Abreu e pelo bispo diocesano de Porto Nacional Dom Alano Maria Du Noday.

70

Ata  
da  
Inauguração  
do Instituto  
de N. Sra. de  
Lourdes em  
Xirriú.

Aos vinte e dois dias de feve-  
 reiro do ano de 1958 realizou-se em  
 Xirriú, Estado de Goiás a inaugura-  
 ção do Instituto N. Sra. de Lourdes,  
 cujo direito de posse foi passado da  
 Associação do Amparo N. Sra. dos  
 Remédios à Sociedade de Infância e  
 Juventude das Irmãs Dominicanas de  
 N. Sra. do Rosário.

Para a solenidade vieram de Goiânia em aviões especiais o Sr. Dr. José Ludovico Teixeira W. W. Governador do Estado, Sr. Abilio Maranhão, chefe do serviço do S. S. P. no Estado de Goiás, o Sr. Armando Stoppa representante da realização da Amazônia, o Sr. Francisco Balduino, Consultor Jurídico do Estado e o Sr. Deputado José Freire, além de autoridades Municipais aliadas em paragens das cidades vizinhas.

Foram os seguintes os municípios representados - 5<sup>ta</sup> Maria de Bagnatins, S. Domingos, Campos Belos, Monte Alegre, Pose e Paranaíba.

A cerimônia foi iniciada pela manhã com a parte religiosa: 5<sup>ta</sup> Sacrifício da Missa, celebrada pelo Revmo. W. Ilano du Nodary W. W. Pastor da Diocese, assistido pelo Revmo. Pe. Redocilio Góes, incansável requerido da paróquia.

Às 17 horas teve lugar a parte cívica e social. Após o canto do Hino Nacional foi rompidá a fita simbólica por S. Excia. o Sr. Governador que penetrou no pátio Central do Edifício, acompanhado de grande multidão. Lá, foi organizada a mesa e aberta a sessão pelo W. W. Prefeito Municipal que passou a presidência ao Sr. Governador.

#3

a palavra foi usada pelo Sr. Gustavo Baldino, prefeito da cidade, pelo Sr. João de Albreu Conceição, Deputado Federal, aluna desse movimento, de inúmeras realizações, pela 1ª menina recebida no Instituto Lomomartinha, pela Sra. Rosalinda Batista Cordeiro que agradeceu a todos em nome das Dominicanas e finalmente pelo Sr. Governador do Estado que encerrou a sessão.

Na sessão lavrou-se a presente ata, que depois de lida, se achou conforme e foi aprovada será assinada pelos presentes

João de Albreu

+ f. 17/11/20

Bispo do Pa. S. Nacional.

